



BIANCA CAMARGO MARTINS
(ORGANIZADORA)

O ESSENCIAL DA ARQUITETURA E URBANISMO 4

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

O Essencial da Arquitetura e Urbanismo 4

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E78	<p>O essencial da arquitetura e urbanismo 4 [recurso eletrônico] / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa (SP): Atena Editora, 2019. – (O Essencial da Arquitetura e Urbanismo; v. 4)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-707-9 DOI 10.22533/at.ed.079191510</p> <p>1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Martins, Bianca Camargo. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 720</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

“A obra de arquitectura concretiza a síntese entre o pensamento do arquitecto (ainda que abstrato ideológico) e a realidade. Uma realidade que é antes de mais a condição geográfica: a arquitectura transforma uma condição de natureza numa condição de cultura. Esta transformação modifica um equilíbrio espacial existente num novo equilíbrio. O encontro entre o mundo ideológico do pensamento, o mundo abstrato do desenho e o mundo da realidade é também encontro com uma situação histórica, com uma entidade cultural, com uma memória da qual o território está impregnado e que, julgo, a arquitectura deve reler e repropor através de novas interpretações, como testemunho das aspirações, das tensões, das vontades de mudança no nosso tempo”.

Mário Botta, 1996.

A prática da Arquitectura e do Urbanismo está em constante evolução. A atualização da relação entre arte, técnica e mercado deve se dar não apenas com ênfase na prática profissional, mas deve ocorrer também para aproximar os profissionais dos problemas habitacionais, urbanos e sociais da população.

As ideias desenvolvidas na presente edição do livro “O Essencial da Arquitectura e Urbanismo” reafirmam a importância da discussão e da consolidação do espaço de trabalho do arquiteto e urbanista enquanto profissional capaz de transformar espaços, edifícios e cidades.

A Atena Editora reafirma seu compromisso na divulgação científica ao oferecer a publicação de pesquisas de grande relevância desenvolvidas nas mais diversas instituições de ensino superior, sejam elas particulares ou públicas, distribuídas entre vários estados do país.

Convido você a aperfeiçoar seus conhecimentos e refletir com os temas aqui abordados. Boa leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
UM OLHAR SOBRE AS FORMAS DE ENSINAR A DISCIPLINA DE PROJETO	
Vanderlei Rotelli	
DOI 10.22533/at.ed.0791915101	
CAPÍTULO 2	12
O ANTIGO NO CONTEMPORÂNEO: TRANSFORMAÇÕES ARQUITETÔNICAS NA CHINA E O CASO DO CONJUNTO HABITACIONAL PARA AGRICULTORES NA VILA DE DONGZIGUAN (DISTRITO DE FUYANG)	
Brenda Mesquita de Araújo	
Beatriz de Jesus Bessa Fernandes	
Leonardo Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0791915102	
CAPÍTULO 3	45
RELEVÂNCIA CULTURAL DA MODERNIDADE NA VIRADA DO SÉCULO XXI NA ARQUITETURA BRASILEIRA	
Samir Set El Banate	
Manoel Lemes Silva Neto	
Julia Naves Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.0791915103	
CAPÍTULO 4	57
A ARQUITETURA RELIGIOSA MODERNA NO BRASIL	
Ana Paula Borghi de Avelar	
Luíz Carlos de Laurentiz	
DOI 10.22533/at.ed.0791915104	
CAPÍTULO 5	70
CENTRO PARA CULTURA UNDERGROUND	
Daniel Conforte da Silva Lemos	
Ernani Simplício Machado	
Mauro Santoro Campello	
DOI 10.22533/at.ed.0791915105	
CAPÍTULO 6	82
PROJETO 'GIGANTE PARA SEMPRE': ANÁLISE DE UM GRANDE PROJETO URBANO DA COPA DO MUNDO DE 2014	
Silvana Kaster Tavares	
Andréa Magalhães Viana	
Fábio Bortoli	
DOI 10.22533/at.ed.0791915106	
CAPÍTULO 7	93
O CENÁRIO ATUAL DAS EDIFICAÇÕES DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS: O SOLAR BARÃO DE GRAJAÚ, ANTIGO MUSEU DE ARTE SACRA	
Maria Paula Fernandes Velten Pereira	
Ingrid Rayssa dos Santos Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.0791915107	

CAPÍTULO 8	104
IDENTIFICAÇÃO DO VALOR CULTURAL QUE UMA EDIFICAÇÃO PROJETA SOBRE A SOCIEDADE: O CASO DA CAPELA RIBEIRA EM SERGIPE/BR	
Eder Donizeti da Silva Adriana Dantas Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.0791915108	
CAPÍTULO 9	120
CELEBRAR A CIDADE:IMAGENS E DISCURSOS SOBRE A CIDADE DE GUARAPUAVA-PR (1960- 1990)	
Michel Kobelinski	
DOI 10.22533/at.ed.0791915109	
CAPÍTULO 10	136
AVALIAÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO E DO PADRÃO DE QUALIDADE DO ESPAÇO PÚBLICO NA RUA OSCAR FREIRE EM SÃO PAULO	
Ana Maria Sala Minucci Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.07919151010	
CAPÍTULO 11	147
CONCEITOS SOBRE PRÁTICAS SOCIAIS E TRANSFORMAÇÕES URBANAS NA RUA OSCAR FREIRE, SÃO PAULO	
Ana Maria Sala Minucci Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.07919151011	
CAPÍTULO 12	159
RIO E CIDADE: O DESENHO URBANO ENTRELACADO COM A NATUREZA	
Claudine Machado Badalotti Marciano Balbinot	
DOI 10.22533/at.ed.07919151012	
CAPÍTULO 13	169
ANÁLISE DA ARBORIZAÇÃO URBANA NA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE QUIXADÁ	
Flavia Pinheiro de Alencar Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.07919151013	
CAPÍTULO 14	182
MOBILIDADE URBANA EM ERECHIM-RS: ANÁLISE DE VIABILIDADE DE CICLOVIA NO BAIRRO CENTRO	
Natália Moretto Basso Daiane Cláudia Biasi Miranda Bianca do Amaral Esmelindro Mariele Zawierucka Bressan	
DOI 10.22533/at.ed.07919151014	

CAPÍTULO 15	191
O SONHO DA CASA PRÓPRIA: UM LUGAR PARA CHAMAR DE MEU	
Fernanda Joyce Ferreira Barroso	
Rose-France de Farias Panet	
Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès	
DOI 10.22533/at.ed.07919151015	
CAPÍTULO 16	200
ESTRATÉGIAS BIOCLIMÁTICAS URBANAS: UMA APLICAÇÃO PARA CIDADE DE CLIMA TROPICAL	
Fernanda Miguel Franco	
Arthur Guilherme Schirmbeck Chaves	
Marta Cristina de Jesus Albuquerque Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.07919151016	
CAPÍTULO 17	212
REGENERAÇÃO DA PAISAGEM: O “ELEMENTO NATUREZA” NA EDIFICAÇÃO DAS CIDADES	
Carolina Caldas Barducci	
Dalva Olívia Azambuja Ferrari	
Lucas Farinelli Pantaleão	
DOI 10.22533/at.ed.07919151017	
SOBRE A ORGANIZADORA	225
ÍNDICE REMISSIVO	226

UM OLHAR SOBRE AS FORMAS DE ENSINAR A DISCIPLINA DE PROJETO

Vanderlei Rotelli

RESUMO: Este projeto tem como objetivo analisar as formas como a disciplina de Projeto é ensinada hoje nas Escolas de Arquitetura e indicar alternativas a estes métodos. Muitas destas escolas não seguem as diretrizes do MEC sobre a proporção de professores/alunos, e muitos professores não buscam se atualizar e procurar alternativas para esta forma de ensino/aprendizagem, limitando-se a repetir o modo como foram ensinados em suas graduações. Podemos encontrar maneiras de formar arquitetos mais criativos, com competência técnica e responsabilidade social, e com pequenas mudanças em nossa postura em sala.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura, pesquisa, projeto, metodologia de ensino.

ABSTRACT: This project aims to analyze the ways in which the Design discipline is taught today in Architecture Schools and indicate alternatives to these methods. Many of these schools do not follow MEC guidelines on teacher / student ratios, and many teachers do not seek to update themselves and look for alternatives to this form of teaching / learning, merely repeating the way they were taught in their undergraduate degrees. We can find ways

to train more creative architects with technical competence and social responsibility, and with minor changes in our classroom posture.

KEYWORDS: Architecture; research; design; teaching methodology.

1 | INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como objetivo verificar as dificuldades encontradas pelos professores e alunos no curso de Arquitetura e Urbanismo ao ensinar a disciplina de “Projeto Arquitetônico”, especialmente nos primeiros semestre do curso, e indicar as maneiras através das quais algumas escolas resolveram estes problemas.

Os dilemas com os quais nos defrontamos são muitos e variados: Qual a melhor maneira de nos comunicar com os alunos? Qual a melhor maneira de explicar os princípios de um projeto? Como ensinar uma disciplina que não é exata, portanto não tem “certo ou errado” e que depende, em parte de uma percepção espacial que os alunos ainda não possuem? Como desenvolver esta percepção? Como criar um vocabulário único entre os personagens, para facilitar o processo de ensino/aprendizagem? Como avaliar o produto deste processo (existem fatores objetivos nesta avaliação, mas há uma boa parte que é subjetiva e depende da isenção

do professor)?

Outro ponto importante, conforme indicado por Leite (2011) em seu artigo, é a massificação do ensino superior no Brasil como um todo, e, obviamente, o aumento do número de escolas de Arquitetura e Urbanismo pelo país. Isto implica, de modo geral, em qualidade muito baixa no ensino, por conta de professores despreparados e de salários baixos (o que não atrairia profissionais qualificados para a área da educação).

As faculdades de Arquitetura, como qualquer outra no Brasil, sofrem do problema da compartimentação, isto é, falta interdisciplinaridade, falta comunicação entre as várias disciplinas, fazendo com que os alunos não relacionem as suas várias competências para a utilização nos projetos de arquitetura e urbanismo. Como disse Campomori (2004) em seu texto, de acordo com a legislação brasileira, existe uma única habilitação para Arquiteto/Urbanista/Paisagista, logo, as escolas de Arquitetura deveriam ser o lugar ideal para a interdisciplinaridade; ele cita como o exemplo a utilização a área de Desenvolvimento Urbano, que deve se utilizar de conhecimentos das áreas de economia, antropologia, ecologia, etc.

2 | COMO FUNCIONA O ENSINO DA DISCIPLINA DE “PROJETO ARQUITETÔNICO” NA MAIORIA DAS ESCOLAS

O curso de Arquitetura e Urbanismo não é uma licenciatura, portanto, não temos em nossa grade horária nenhuma disciplina relacionada à área pedagógica. Surge então a questão: como ensinar os alunos o gesto projetual, já que os professores são, em sua grande maioria, arquitetos? De maneira geral, repetimos os métodos através dos quais fomos ensinados, que obviamente funcionam bem na maioria dos casos, mas que podem excluir alguns alunos; é possível pensar em alternativas? Se sim, quais seriam?

Atualmente, nos semestres iniciais das escolas de Arquitetura e Urbanismo, quando se inicia o processo de ensino/aprendizagem sobre a criação de um projeto arquitetônico, isto continua sendo feito da mesma maneira, isto é, o professor responsável pela disciplina faz uma aula expositiva a respeito do “programa” referente ao projeto, ou seja, quais são as necessidades e especificidades de um determinado projeto (desde uma banca de jornal, uma residência unifamiliar ou um edifício residencial, até projetos com programas e necessidades mais complexos e específicos, como hotéis e hospitais), bem como as suas possibilidades (as características topográficas do terreno, as condições de insolação, as dimensões e a legislação escolhida pelos professores). Após esta etapa, que pode ser chamada de “análise de informações”, vem a parte de “espacialização”, ou seja, a elaboração do projeto, que se subdivide em estudo preliminar, anteprojeto e projeto executivo.

Os alunos não conseguem associar, portanto, as disciplinas que estão aprendendo nas outras aulas com o ensino de “Projeto”, criando uma dissociação,

e uma falsa “hierarquia” entre disciplinas, como se o ensino da disciplina “Projeto” fosse mais importante que as outras. Como o projeto de arquitetura é a soma dos conhecimentos técnicos e artísticos do aluno com a sua inventividade, criatividade e percepção, esta separação acaba sendo prejudicial a todos.

Este modo de ensinar “Projeto” desconsidera alguns pontos que são muito importantes, a saber:

- Nem sempre os alunos são estimulados a efetuarem uma pesquisa sobre o tema, visando conhecer o que já foi executado neste tipo de edificação, e, quando é pedida uma pesquisa, quase nunca existe um acompanhamento e uma orientação do professor

- Arquitetura não é uma ciência exata, portanto não existe apenas uma solução para os problemas e muitos alunos têm a impressão de “ter feito algo errado”, devido a uma avaliação ruim, sem a devida explicação.

- Muitos alunos se sentem intimidados por professores que não são questionadores, mas sim “resolvedores” de problemas, isto é, os professores acabam por apontar as opções projetuais que julgam serem as melhores, ao invés de estimularem os alunos a buscarem suas próprias soluções

- A avaliação é feita pelo professor que leciona a disciplina, o que intimida os alunos e é encarado como mais um motivo para adotar as soluções propostas pelo professor

- Nem todas as escolas respeitam a proporção de 01 professor para cada 15 alunos, recomendada pelo MEC

- O cliente, quem vai efetivamente utilizar o espaço a ser projetado (um projeto não é feito para o próprio arquiteto, mas para seu cliente)

A falta de uma pesquisa orientada tira do aluno a possibilidade de descobrir o que já existe, e se identificar com algum arquiteto ou algum movimento arquitetônico, ou ainda criar algo radicalmente novo (para criar algo radicalmente novo, é necessário que se conheça o que já foi executado). Tira, também, a possibilidade de criar um vocabulário e um partido arquitetônico que o auxiliem, não apenas na tarefa específica, mas também nas discussões com o professor e com seus colegas. Impede, ainda, a formação de referenciais que possam vir a ajudá-lo em sua vida profissional.

As recorrentes discussões a respeito de a Arquitetura ser uma Ciência ou uma Arte, dificultam o ensino do “Projeto”, no sentido de não existir uma resposta que está “certa” e uma resposta que está “errada” (o “certo” para o professor pode ser o “errado” para o aluno, e o “talvez” para um terceiro personagem), mas sim o que é mais adequado para determinado problema (o que depende de vários fatores, como época, conhecimento técnico, opções e desejos do cliente, entre muitos outros). O professor precisa se abster de opiniões e gostos pessoais para poder avaliar de forma isenta o projeto dos alunos. Alguns professores também costumam “punir” os alunos que não seguem suas “orientações” durante as aulas na hora da avaliação, sendo esta

uma atitude que não condiz com a relação que se deve ter com os alunos, além de, a longo prazo, implicar em profissionais sem posições firmes e incapazes de trabalhar em equipes ou diretamente com clientes.

O envolvimento pessoal do professor é uma necessidade da disciplina de “Projeto”, isto é, os atendimentos aos alunos são individuais (ainda que feitos em grupo) e o professor acaba se identificando mais com alguns alunos do que com outros; outros professores, também, tendem a resolver os problemas projetuais dos alunos, ao invés de apenas mostrar opções e deixar que estes façam suas escolhas e possam, assim, assumi-las como opções suas e defendê-las; outros professores podem se sentir subestimados se suas opiniões não forem levadas em consideração; existem também os professores que encaram as aulas de “Projeto”, por ser disciplina prática, como um momento de se divertir com os alunos, perdendo a postura profissional e, a distância que tem de ser mantida neste momento. Todos estes fatores acabam por influenciar na avaliação dos projetos, e, portanto, nas médias finais dos estudantes, causando insatisfação de todas as partes, pois os professores, muitas vezes, também não satisfazem com o resultado final de um bimestre ou até mesmo um semestre de aulas.

Foi definida pelo MEC, de acordo com os “Perfis da Área e os Padrões de Qualidade” e pela Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA), que o quadro de docentes respeitará a proporção de 1 professor para 15 alunos nas aulas práticas (que inclui a disciplina de “Projeto”) e 1 professor para 30 alunos nas aulas teóricas; esta proporção é um dos itens avaliados para a Abertura e Funcionamento de Cursos. Por não ser uma obrigatoriedade, e sim uma indicação às IES, estas proporções dificilmente são seguidas, o que acaba por sobrecarregar os professores de “Projeto”, deixando alguns alunos sem atendimento para seus projetos e, portanto, sem o devido auxílio em uma de suas atividades fundamentais.

3 | OPÇÕES QUE PODEM SER UTILIZADAS PARA OTIMIZAR A FORMA TRADICIONAL DE ENSINO DE “PROJETO”

Os alunos têm que se envolver com os programas sugeridos pelos professores, isto é, os professores podem escolher temas que sejam pertinentes para os alunos, e tentar fazer com que estes se envolvam nas pesquisas e na solução dos problemas; isto pode ser feito de várias maneiras:

- Propor uma pesquisa orientada pelos professores, antes da execução dos projetos, direcionando-a aos pontos centrais dos temas; associar vivências e entrevistas a estas pesquisas
- Propor alguns problemas projetuais e pedir que grupos de alunos pesquisem as diversas soluções que foram encontradas por arquitetos de diferentes estilos, associando as soluções às opções de materiais e tecnologias disponíveis na época,

e confrontar estas opções frente aos materiais e tecnologias que possuímos hoje; executar releituras, tanto de edificações quanto de objetos.

- Propor que alunos criem projetos em áreas que já possuam algum tipo de solução sendo idealizada, e fazer uma comparação posterior entre a solução proposta pelos alunos e a solução proposta pelo arquiteto, e que será executada.

3.1 Pesquisa Orientada

Uma pesquisa orientada é muito mais do que uma procura usando algum mecanismo de busca na internet; implica em um mergulho, por parte dos alunos, no tema sugerido. Em um primeiro momento, é preciso descobrir o que os alunos sabem sobre o tema; podemos considerar um tema que seja relativamente simples, como por exemplo, uma banca de jornal. A maioria dos alunos acredita que conhece o que há para saber sobre o tema, já que todos já viram e visitaram uma banca de jornal, e muitos o fazem semanalmente, se não diariamente.

A partir deste conhecimento superficial, podemos nos aprofundar no tema, através de várias ferramentas:

- Entrevistas com jornalheiros, fornecedores e freqüentadores
- Visitas técnicas a vários tipos e modelos de bancas de jornal, analisando a circulação, o material utilizado na construção, etc
- Imersão no tema (vivência, durante um período de tempo, junto aos usuários do equipamento urbano, para conhecer as necessidades específicas)
- Pesquisas orientadas em livros e sites sobre design de mobiliário urbano, incluindo concursos.
- Criação de um programa de necessidades específico para um tipo de banca de jornal

As entrevistas nos fornecem dados dos usuários que, como visitantes eventuais, não temos o conhecimento; as necessidades de comerciantes e dos vários tipos de fornecedores e freqüentadores; entrevistas dirigidas podem funcionar melhor, já que fornecem material relativo aos pontos mais importantes no projeto. Estas entrevistas estão associadas a visitas técnicas a vários tipos de bancas, em várias regiões e voltadas para vários tipos de consumidores, executando uma análise crítica dos vários pontos a favor e contra as opções que existem no mercado.

Em alguns casos, em um projeto mais complexo, com necessidades mais específicas, uma pesquisa mais profunda pode ser necessária, incluindo uma imersão no dia-a-dia dos usuários, para identificar as reais necessidades, bem como os problemas enfrentados e as soluções que foram criadas de maneira espontânea e muitas vezes improvisada.

As pesquisas orientadas fornecem vocabulário arquitetônico e opções projetuais que ajudam os alunos a resolver seus problemas; arquitetos devem ter

um conhecimento vasto sobre vários assuntos, pois muitas vezes a resolução de um projeto passa pela somatória de várias imagens e soluções encontradas em outros locais. Em muitos casos, opções que criamos para determinados projetos e por várias razões não foram edificados, podem ser adaptados ou servir de base para outro projeto. Para isto, precisamos ensinar os alunos a guardar as opções como tentativas e soluções que podem não ser adequadas para determinado projeto, mas que podem servir de base para outro trabalho, reafirmando que em Arquitetura não existe o certo ou errado, mas sim o mais adequado para determinada situação e para determinado cliente, ou seja, tal solução não se adaptou ao cliente A, mas pode ser oferecida ao cliente B, após algumas adaptações.

A partir deste ponto é possível para os alunos criarem os programas de necessidades adaptados a cada usuário, em função dos vários fatores que foram pesquisados (desde diferentes necessidades de estoque, vitrines e área de exposição, até a escolha de um material com isolamento térmico e acústico). Partindo deste programa específico, será criado um projeto, com especificidades técnicas e projetuais adaptados a este usuário, a esta região e voltado para um tipo de consumidor.

3.2 Releitura de projetos

Nas escolas de Arquitetura não é muito comum que encontremos as releituras, tão comuns em escolas de Design; uma releitura é a contemporização de algum objeto ou estilo; é uma forma de estudá-lo e executar um exercício de criatividade, fazendo adaptações e mudanças, enquanto formamos um arcabouço de referências.

Uma das maneiras de fazer esta releitura é através de um exemplo clássico de arquitetura moderna. Podemos, por exemplo, fazer um estudo a respeito da “Villa Savoye”, de 1929, do arquiteto belga Le Corbusier, e um dos mais emblemáticos projetos de arquitetura moderna no mundo.



Figura 1 – Villa Savoye

Fonte: <https://es.phaidon.com/agenda/architecture/articles/2019/february/04/le-corbusiers-grand-designs-villa-savoye/> (Acessado em 12/08/2019)

Os alunos podem fazer uma interpretação crítica do projeto, apontando pontos que são mais datados em relação aos conhecimentos arquitetônicos atuais, como, por exemplo, a rampa interna, a laje de concreto, etc; após esta leitura e identificação dos problemas, os alunos podem executar uma releitura, que pode ser desde uma simples adaptação do projeto original aos padrões de conforto ambiental atuais, até intervenções mais radicais, utilizando materiais e técnicas construtivas contemporâneas.

Este tipo de atividade familiariza os alunos com a obra de diversos arquitetos, além de possibilitar reconhecer as características principais dos vários estilos arquitetônicos, relacionando as opções projetuais aos conhecimentos técnicos de cada época;

Este exercício possibilita que os alunos tenham um embasamento para sua própria produção, criando referenciais históricos e técnicos, além de uma percepção espacial, já que este exercício pode ser executado com várias obras brasileiras, possibilitando, além do estudo dos projetos, visitas técnicas supervisionadas.

Trabalhos deste tipo também são importantes para criar um senso crítico nos alunos, ensinando-os a executar intervenções em edificações que precisem ser atualizadas, como o exemplo da Pinacoteca do Estado de São Paulo.



Figura 2 – Pinacoteca do Estado de São Paulo

Fonte: <https://www.pinterest.pt/pin/607211962235886126/?autologin=true> (Acessado em 12/08/2019)

Este meio de ensinar a disciplina de “Projeto”, conforme Pollalis (2003), além de envolver mais os alunos, está de acordo com um plano interdisciplinar de ensino. Outra vantagem, ainda de acordo com o autor, é deixar que os alunos façam as perguntas, ao invés de fornecer respostas, participando, assim, de todo o processo.

Estes estudos de casos tornam os alunos mais independentes, pois o professor assume um papel de moderador, direcionando as pesquisas, orientando algumas etapas, verificando resultados e ao mesmo tempo, se abstendo de emitir opiniões ou

de resolver os problemas que apareçam nas aulas.

3.3 Projeção de edificações em Concursos e Concorrências

Pode-se propor que os alunos façam um projeto em alguma área em que já esteja havendo algum tipo de concorrência ou concurso para a construção de alguma edificação, ou ainda, propor que os alunos façam projetos em locais que já estejam edificados, para que se possa comparar as soluções adotadas por um arquiteto e aquelas que foram criadas pelos estudantes. Os alunos estariam sujeitos às mesmas limitações que os arquitetos, ou seja, teriam de respeitar a legislação vigente, bem como se ater aos requisitos do cliente, e até mesmo ao orçamento estimado para a construção.

Como existem concursos públicos para a área de Arquitetura com bastante frequência, esta é uma opção relativamente fácil de ser levada adiante, pois a maior parte destas competições é aberta ao público em geral, o que simplifica o acesso aos dados necessários para a execução da obra. Como muitos destes Concursos são voltados para a criação e a construção de Casas Populares, bem como a implantação de Conjuntos Habitacionais em grandes áreas, temos também a possibilidade de executar trabalhos em grupos multidisciplinares, o que ainda funciona como simulação das situações que acontecem profissionalmente. Existe ainda, a possibilidade de comparar os projetos executados pelos alunos e o projeto ganhador, utilizando a competição para criar um senso crítico nos estudantes.

Um exemplo muito bom, e relativamente fácil de ser seguido, vem das Universidades Carnegie Mellon e Utah, onde alguns alunos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo foram convidados a fazer um projeto para um Centro de Artes Performáticas, com foco nas apresentações de dança do Joyce Theater, próximo ao local onde ficava o World Trade Center, no Marco Zero em Nova York. Os alunos tinham de seguir as mesmas limitações e o mesmo programa básico pedidos ao arquiteto Frank Gehry, que é o responsável pelo projeto que será construído naquele lugar (planos que os alunos não conheciam quando começaram a executar os seus próprios designs); os estudantes não tiveram, no entanto, de se preocupar com o orçamento.

Os alunos visitaram o lugar onde será construído o centro, e conversaram com arquitetos envolvidos na construção de outras edificações no local, bem como com os diretores da companhia de dança, para conhecer as necessidades e os palcos que são utilizados pelos dançarinos.

Os estudantes, a partir deste material, tiveram de desenvolver seus trabalhos em aproximadamente 2 meses, e apenas após a conclusão das suas idéias, foram apresentados ao projeto de Frank Gehry.



Figura 3 – Maquete do projeto conceitual de Frank Gehry

Fonte: <https://news.artnet.com/art-world/will-the-frank-gehry-designed-world-trade-center-arts-complex-ever-be-built-5245> (Acessado em 12/08/2019)



Figura 4 – Projeto de Pooya Bakhsheshi, estudante de Utah

Fonte: <http://ulink.utah.edu/s/1077/newsletter/1col.aspx?sid=1077&gid=1&pgid=625> (Acessado em 12/08/2019)

Esta experiência mostra que o contato dos alunos com situações e desafios reais é enriquecedor, e muitas vezes temos estudantes mais bem preparados do que o próprio professor geralmente está esperando. Trazem, também, para a sala de aula situações e dilemas do cotidiano profissional, preparando, desta maneira, arquitetos mais capazes e competentes, prontos a utilizar seus conhecimentos de forma independente.

4 | CONCLUSÃO

Adotar estes métodos implica, na verdade, em uma mudança na postura dos professores, demandando um maior comprometimento na formação dos alunos e participação nos processos escolares; isto significa professores melhor qualificados e mais atuantes (aqui podemos citar várias das competências sugeridas por Perrenoud (2000), como, por exemplo: dirigir as situações e a progressão da aprendizagem, envolver os alunos em seu processo de aprendizagem, despertando o desejo pelo conhecimento, e investir na continuação da sua própria formação, entre outras e que devem ser assimiladas não só pelos professores de Arquitetura, mas que servem para todos aqueles que pensam em participar do processo de ensino/aprendizagem) com maior suporte por parte das instituições e melhor remunerados. Para a maior parte do corpo docente das IES certamente estas são alternativas simples na sua implementação, que certamente vão de encontro aos anseios dos professores (que tentam fazer um trabalho cada vez melhor e mais realizador), e que terão um resultado extremamente satisfatório para todos os personagens envolvidos no processo.

REFERÊNCIAS

AMARAL, C. S. **O ensino do projeto nos cursos de arquitetura.** *Arquitextos*, São Paulo, 09.101, Vitruvius, out 2008

BOESIGER, W. **Le Corbusier: Oeuvre Complete – 1910-1929.** Zurique: Les Editions D'Architecture, 1978 Vol. 1

BRASIL. **Portaria 1.770**, de 21 de dezembro de 1.994, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Gerais para o Curso de Arquitetura e Urbanismo.

CAMPOMORI, M. J. L.. **A transdisciplinaridade e o ensino de projeto de arquitetura.** *Arquitextos*, São Paulo, 04.048, Vitruvius, mai 2004

LEITE, C. **Ensino de Arquitetura: O Brasil perdeu o rumo?** Revista AU, nº 203, fev., 2011.

MALLARD, M. L. **A Avaliação no Ensino do Projeto de Arquitetura e Urbanismo: Problemas e Dificuldades** – <http://www.arq.ufmg.br/eva/art002.pdf> (Acessado em 12/08/2019)

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar: Convite à viagem** Porto Alegre, Artmed, 2000

PIÑÓN, H. **Materiales de Arquitectura Moderna – Documentos: Paulo Mendes da Rocha.** Barcelona: Ediciones UPC, 2003

POLLALIS, S.N. **Case Studies: Management and technology in the design process.** Michigan: TU-Delft, 2003

VELOSO, M. MARQUES, S. **A pesquisa como elo entre prática e teoria do projeto: Alguns caminhos possíveis.** *Arquitextos*, São Paulo, 08.088, Vitruvius, set 2007

WISKE, M. S. (et al). **Ensino para compreensão: a pesquisa na prática.** Porto Alegre: Artmed, 2007

ZEIN, R.V. **A Síntese não é ponto de chegada, mas de partida.** In: Lara, F.; Marques, S. (org.). *Projetar/Desafios e conquistas de Pesquisa e do ensino de projeto* – Rio de Janeiro: EVC, 2003

ZEVI, B. **Saber ver a Arquitetura.** 5^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000

O ANTIGO NO CONTEMPORÂNEO: TRANSFORMAÇÕES ARQUITETÔNICAS NA CHINA E O CASO DO CONJUNTO HABITACIONAL PARA AGRICULTORES NA VILA DE DONGZIGUAN (DISTRITO DE FUYANG)

Brenda Mesquita de Araújo

Universidade Paulista – UNIP (Campus Brasília),
curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Brasília - Distrito Federal

Beatriz de Jesus Bessa Fernandes

Universidade Paulista – UNIP (Campus Brasília),
curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Brasília - Distrito Federal

Leonardo Oliveira Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, curso
de Doutorado em Arquitetura no Programa de
Pós-Graduação em Arquitetura

Porto Alegre - Rio Grande do Sul

RESUMO: Após se abrir comercialmente para o mundo no ano de 1979, a China entrou na rota da globalização e conquistou o rol de países emergentes. Seu crescimento econômico foi prontamente impulsionado e sua industrialização se deu em curto lapso temporal – menor que de grandes potências, como Inglaterra e Estados Unidos – fatores que influenciaram diretamente o conjunto arquitetônico e urbanístico do país. As obras de arquitetura passaram a ser materializadas à luz de uma lógica construtiva mais tecnologicamente avançada, o que possibilitou, nos últimos quarenta anos, uma rápida e considerável mudança no cenário urbano chinês. Arquitetos estrangeiros foram convidados a deixar suas contribuições

internacionais em grandes cidades, como Xangai e Pequim, com o objetivo de ostentar a prosperidade econômica do país. É possível notar, entretanto, a inclusão de elementos característicos da arquitetura da China Antiga em obras de caráter contemporâneo, o que pode representar o desejo subjacente de preservação de tradições milenares do país. O presente estudo busca investigar, de modo geral, ecos da arquitetura antiga na contemporânea com o intuito de contribuir para a construção do conhecimento sobre uma das maiores potências mundiais. A título de estudo de caso foi investigado o conjunto habitacional para agricultores realocados na vila de Dongziguan, no distrito de Fuyang, projeto executado no ano de 2016 que buscou preservar traços da arquitetura da China Antiga, porém reinterpretados nos moldes da contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura. Urbanismo. China. Contemporaneidade.

THE ANCIENT IN THE CONTEMPORARY:
ARCHITECTURAL TRANSFORMATIONS IN
CHINA AND THE CASE OF THE FARMER'S
HOUSING IN DONGZIGUAN VILLAGE
(FUYANG DISTRICT)

ABSTRACT: After opening up to the

international commercial market in 1979, China entered the route of globalization and made it to the list of developing countries. Its economic growth was promptly boosted and its industrialization took place in a short period of time – shorter than of great powers, such as England and the United States – factors that directly influenced the architectural and urbanistic set of the country. Architecture began to be materialized according to a technologically advanced constructive logic, which has made possible a rapid and considerable change in the Chinese urban scene in the last 40 years. Foreign architects were invited to make their international contributions to major cities, such as Shanghai and Beijing, aiming to flaunt the country's economic prosperity. It is possible to notice, however, the inclusion of characteristic elements of ancient Chinese architecture in contemporary projects, which may represent the underlying desire to preserve the country's millennial traditions. The present study seeks to investigate, in a general way, echoes of ancient architecture in the contemporary one with the intention of contributing to the construction of knowledge about one of the major world powers. The housing project for relocated farmers in the Dongziguan village, in Fuyang District, was examined as a case study. That project was carried out in 2016 and sought to preserve traces of the ancient Chinese architecture, but reinterpreted in the light of contemporary times.

KEYWORDS: Architecture. Urbanism. China. Contemporaneity.

INTRODUÇÃO

O urbanismo é a tomada de posse do ambiente natural e humano pelo capitalismo que, ao desenvolver sua lógica de dominação absoluta, pode e deve agora refazer a totalidade do espaço como *seu próprio cenário*. (DEBORD, 1997: 112)

Neste artigo iremos tratar brevemente do rápido crescimento econômico da China na virada do século XX para o XXI e de que modo ele influenciou a arquitetura e o tecido urbano de cidades chinesas. A pesquisa evidencia que o país buscou, por meio de sua arquitetura contemporânea¹, refletir a prosperidade econômica mediante um processo de desenvolvimento da construção civil sem precedentes que, em determinadas situações, conforme aponta Koolhaas (2001, apud Benevolo, 2011: 426), desconsiderou a situação pré-existente e criou uma realidade urbana completamente nova. A demanda de edificações é expressiva: no ano de 1980 havia 149 arranha-céus no país; em 1999, menos de duas décadas depois, esse número saltou para 3.185 (Ibidem: 431), o que representa um aumento de 2.037%.

Buscamos investigar aqui, por meio de uma abordagem qualitativa de revisão bibliográfica e estudo de caso, projetos de arquitetura contemporânea que contêm influências da linguagem arquitetônica da China Antiga². À vista disso, pretendemos

1 Embora desprovido de consenso entre autores, o conceito de “contemporaneidade” apresentado aqui refere-se à produção arquitetônica elaborada a partir do final da década de 1980 até os dias atuais.

2 A China Antiga é compreendida aqui como o período que engloba as três dinastias pré-imperiais e vai até o Império Tardio. O país, que detém uma das civilizações mais antigas e cujos primórdios remontam ao período neolítico (c. 8500 a.C.), desde os primeiros períodos históricos possui uma organização social com importantes

responder a seguinte pergunta: é possível incorporar elementos desta arquitetura em projetos contemporâneos visando à inovação, em termos de linguagem arquitetônica, porém preservando o caráter e a estética particulares do país? Na tentativa de responder esse questionamento, ater-nos-emos ao estudo de caso do conjunto habitacional para agricultores realocados na vila de Dongziguan, no distrito de Fuyang, situado na porção noroeste de Zhejiang, província no leste da China, cujo projeto foi executado no ano de 2016, e examinaremos em que medida é possível observar traços da linguagem arquitetônica da China Antiga em um exemplar contemporâneo.

Em termos de estruturação, o artigo está dividido em três partes: a primeira se propõe a contextualizar brevemente o tema geral dentro da contemporaneidade; nela busca-se basicamente evidenciar a relação entre a emergência da China enquanto superpotência mundial e seu acelerado crescimento urbano; a segunda parte pretende discutir a arquitetura da China Antiga, ilustrar alguns de seus exemplares e definir algumas de suas características principais; em seguida, busca discorrer brevemente sobre tentativas de preservação de tradições chinesas no âmbito da arquitetura; a terceira e última parte procura investigar de que modo os fatores analisados podem ser trabalhados harmoniosamente em um projeto de arquitetura contemporânea visando não somente à estética, mas a uma dimensão social e “humana” da arquitetura.



FIGURA 1: Pagode no condado de Ying, ao norte da província de Shanxi, 1056: a mais antiga e mais alta torre inteiramente construída em madeira do mundo (SHANGAI DAILY, 2018).

FONTE: STEINHARDT, 2019: 3.

diferenças regionais (SCARPARI, 2006: 10). A organização social representa um aspecto cultural importante de uma civilização e um dos modos de conhecer a cultura de uma sociedade é por meio de sua arquitetura. Embora tenha-se em mente a impossibilidade de reduzir a variedade formal arquitetônica de cinco milênios a uma única linguagem, considera-se que esta arquitetura, em termos gerais, “[...] surge de características regionais, modos de produção econômica, crenças religiosas, hábitos cotidianos e padrões culturais” (ALENCAR et al., 2012). A madeira, o tijolo, a cerâmica e a pedra figuram como os materiais construtivos predominantes nos cinco milênios de civilização chinesa (STEINHARDT, 2019: 1); este último, sobretudo, destinado a obras de caráter monumental.

1 | CHINA: UM PAÍS EMERGENTE

A miséria formal e a extensão gigantesca dessa nova experiência de habitat provêm ambas de seu caráter *de massa*, implícito tanto por sua destinação quanto pelas condições modernas de construção. [...] Nos lugares onde se inicia a industrialização dos países atrasados, aparece a mesma arquitetura, terreno adequado ao novo gênero de existência social que se deseja aí implantar. (DEBORD, 1997: 114)

Um tal gigantismo compulsivo nada mais é do que uma verdadeira mutação pelo excesso [...]. (ARANTES, 2011: 70)

Atualmente a China é um dos países onde mais se observam transformações no cenário urbano (BENEVOLO, 2011: 426), acontecimento intimamente atrelado ao rápido crescimento econômico do país, que tem ocorrido de modo exponencial desde 1979, quando da abertura comercial para o mundo e das reformas iniciadas por Deng Xiaoping. Nesse período, o PIB chinês apresentou um crescimento real médio anual de 10% (NONNENBERG, 2010: 201; PADULA, 2014: 466). Em um panorama econômico global, a China possui o que se pode chamar de mercado “emergente”, que surgiu, segundo Arantes (2011: 59–60), do colapso da economia da Era Maoísta (1949–76). A autora afirma que a propriedade estatal do solo nas grandes cidades chinesas não impede de fazer dele um dos principais motores das máquinas locais de crescimento.

Ao longo da década de 1970 a hegemonia dos Estados Unidos entrou em visível declínio; crises como a do petróleo, que teve início no ano de 1973, influenciaram negativamente a economia do país. Já no outro lado do globo, no extremo oriente, a China, país que parece ameaçar a liderança secular dos Estados Unidos (ARANTES, 2011: 9), se preparava para conquistar sua posição como superpotência emergente, a qual mantém até a contemporaneidade. Tal como a China, outros países emergentes têm se destacado cada vez mais no cenário mundial: por meio do processo da globalização, esses países contribuem para o crescimento econômico de outras nações (com, por exemplo, matéria-prima e mão de obra) e também obtêm benefícios, como investimentos de indústrias estrangeiras.

Com o fim da confrontação Leste-Oeste [a Guerra Fria], abriu-se um novo período histórico, marcado pelo término da bipolaridade. Essa nova realidade apresenta feição particular pelo peso significativo da emergência da China e da Ásia Oriental, como fator decisivo da cadeia de transformações que reestruturam a ordem mundial. A China aparece cada vez mais como um ator relevante do sistema internacional. Sendo um dos mercados emergentes da economia global, vem se mantendo como a principal área de crescimento do mundo em desenvolvimento. (FILHO, 1996: 209)

Grande parte do crescimento econômico chinês está fundamentado em seu setor manufatureiro. Uma vez que a ascensão da economia oferece suporte para desenvolvimento de outras áreas, observa-se que, na China, um dos setores mais vertiginosamente impulsionados foi o da construção civil. Conforme aponta Benevolo

(2011: 431), no caso de Xangai, a maior cidade do país e situada em sua costa central, um dos índices de transformação urbana é a difusão dos arranha-céus, que vieram para substituir as construções baixas de outrora.



FIGURA 2: Pudong, o distrito financeiro de Xangai, abriga alguns dos maiores arranha-céus do mundo.

FONTE: Portal CVC. Disponível em: <https://www.cvc.com.br/dicas-de-viagem/wp-content/uploads/2018/04/shanghai-centro-financeiro-thinkstockphotos-474470700-960-417-1.jpg>. Acesso em 14 de jul. 2019.

Não obstante a prosperidade econômica propicie base para novos empreendimentos arquitetônicos e situe a China no rol de superpotências emergentes, a celeridade do crescimento urbano tem acarretado prejuízos ao país, sobretudo ao meio ambiente³ e à parcela da população com menor poder aquisitivo, representada em grande medida pelos camponeses que migram de contextos rurais para urbanos⁴. Segundo Arantes (2011: 102) a mão de obra responsável pela construção das cidades chinesas é migrante, “oriunda das profundezas da China rural e arcaica”, privada dos direitos de um cidadão urbano e vive “à margem (em todos os sentidos)”. De acordo com Terra (2016: 16), no país há uma clara diferenciação entre os cidadãos rurais (camponeses) e os urbanos: são concedidos diferentes direitos sociais, econômicos e políticos aos dois, fato que se deve sistema de registro de residência denominado *hukou*, estabelecido anos após a constituição da República Popular da China. Padula (2014: 465–6) aponta que o *hukou* é o norteador das possibilidades dos indivíduos, uma vez que determina que a seguridade social, habitação e acesso à escola sejam definidos em função do local de nascimento.

[...] esses milhões de pessoas que estão deixando o meio rural e indo para as

3 Conforme Costa (2012), áreas rurais e naturais se transformaram em cidades, processo que demandou canalização de rios, aterros, desmatamentos e outras intervenções responsáveis por um forte impacto ecológico, que foram e continuarão sendo necessárias para garantir o crescimento das metrópoles chinesas. Segundo Padula (2014: 466–7), outros problemas que emergem desse processo de transformação de áreas rurais em espaços urbanos são: a competição pelo uso da terra para produção de alimento *versus* a produção de habitações urbanas e a poluição produzida pela demolição de antigos bairros residenciais nas periferias e nos centros urbanos.

4 De acordo com Xie (2014) a migração em massa de jovens camponeses do sexo masculino de áreas rurais para costeiras, à procura de emprego, tem incumbido às mulheres e aos idosos a responsabilidade de manutenção da agricultura.

cidades continuam sendo “rurais” e atreladas às suas cidades natais. Sua condição nas cidades é a de “migrante”, sem direitos à seguridade social, à habitação e à escola para os filhos. Pelo sistema *hukou*, esses migrantes não são cidadãos das cidades para onde se deslocaram. Nessas cidades, os migrantes são pessoas de segunda classe. Moram em bairros afastados, construídos pelo governo para serem alugados para migrantes a baixo custo. (Ibidem: 466)

Uma vez que as oportunidades de trabalho e de melhores moradias se concentram nos grandes centros urbanos, a migração rural-urbana tem se intensificado consideravelmente no país. Camponeses oriundos de todas as partes, geralmente as mais pobres, instalam-se nas periferias das grandes cidades e se submetem a modos inadequados de moradia⁵, geralmente os mínimos para a manutenção da vida humana, fato também observado na Europa, Estados Unidos e Brasil durante seus respectivos processos de urbanização (PADULA, 2014: 465). Segundo dados da Gazeta do Povo (2019) a China, país mais populoso do mundo (1,39 bilhão de pessoas), possui uma população urbana maior que a rural desde o ano de 2011. No ano de 1960 havia 108,1 milhões de habitantes nas cidades; já em 2017 esse número saltou para 803,5 milhões. Em relação ao número de trabalhadores, entre 1978 e 2006 este saltou, nas áreas urbanas, de 95 para 283 milhões (NONNENBERG, 2010: 204).

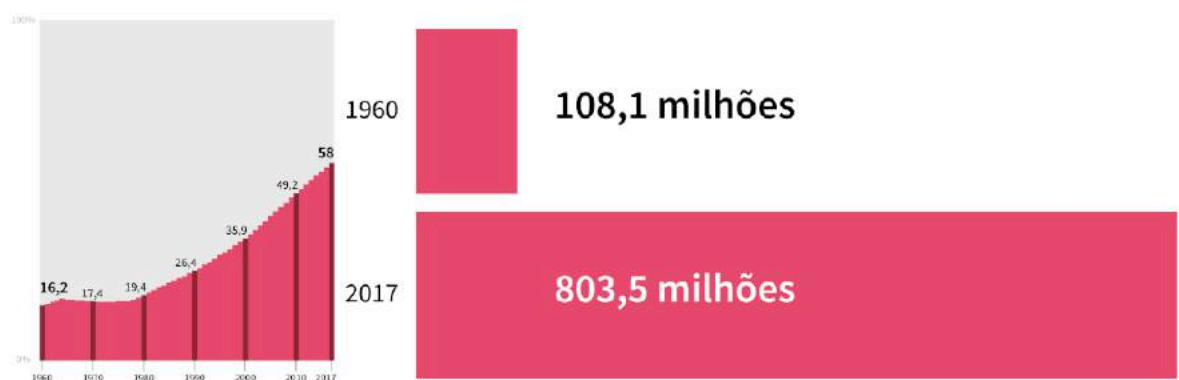


GRÁFICO 1: Gráficos que mostram o aumento da população urbana na China (à esquerda, em % sobre a população e, à direita, em número de habitantes) entre os anos de 1960 e 2017.

FONTE: Gazeta do Povo, 2019. Disponível em: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/mundo/crescimento-da-populacao-urbana-na-china/>. Acesso em 14 de jul. 2019.

Segundo Costa (2012), cerca de 100 milhões de pessoas migrarão de áreas chinesas rurais para urbanas na próxima década. O inchaço urbano causado por essa migração, quando ocorre demasiadamente rápido e com pouco planejamento, implica adversidades como: a exacerbada verticalização de edifícios e a redução da eficiência do tráfego urbano; a desigualdade social, o fenômeno da periferização urbana⁶ e a falta

5 Conforme o documentário CHINAS explodierende Städte. Direção de Claire Floquet e Jörg-Daniel Hissen. Alemanha: ZDF/3SAT, 2016 (45 min).

6 De acordo com Silva (2007: 7), “a periferia surge quando ocorre uma alta elevação do valor dos terrenos do centro da cidade, fazendo com que os moradores com menor poder aquisitivo procurem moradias com valores acessíveis, porém, em áreas distantes e desprovidas de infra-estrutura”. Embora o estudo da autora seja centrado no caso do Brasil, este conceito também pode ser aplicado ao caso da China pois, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI) (disponível em: <http://países-emergentes.info/>. Acesso em 20 de jul. 2019), o Brasil também é um país emergente. É possível observar fenômenos comuns entre países em emergência, dentre os quais cabe

de infraestrutura (escolas, postos de saúde, hospitais etc) adequada nessas periferias; prejuízos na mobilidade urbana, uma vez que há mais habitantes para se deslocarem da periferia para o centro diariamente; aumento da demanda de alta tecnologia para manter o funcionamento da cidade; um ambiente de intensa competição entre distritos e busca desmesurada por capitais e investidores internacionais (ARANTES, 2011: 68); extração de recursos naturais para expansão do tecido urbano, entre outros.

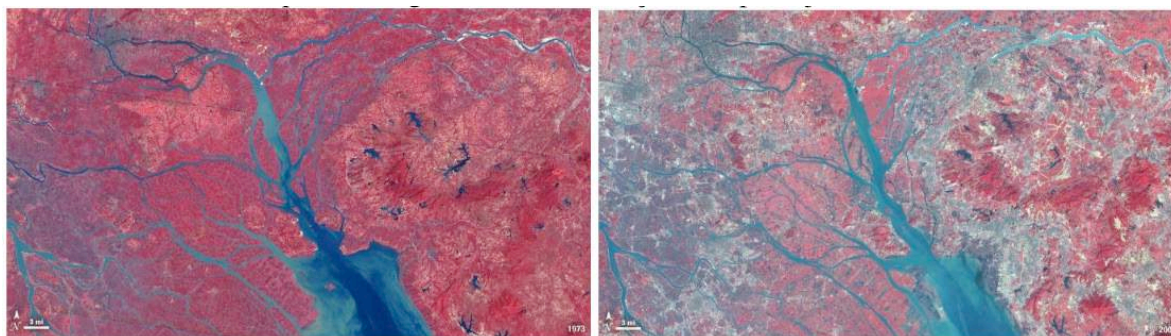


FIGURA 3: Crescimento urbano desenfreado do Delta do Rio das Pérolas em 1973, à esquerda, e em 2003, à direita: a extração de recursos naturais para expansão do tecido urbano como consequência negativa da urbanização não planejada na China.

FONTE: Archdaily, 2015. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/761442/delta-do-rio-das-perolas-na-china-supera-toquio-como-maior-area-urbana-do-mundo/54c9166fe58ece457a00019b>. Acesso em 14 de jul. 2019.



FIGURA 4: A desigualdade social materializada na cidade de Xangai como consequência negativa da urbanização não planejada na China.

FONTE: ARANTES, 2011: 121; 165.

É evidente que a China reconstruiu sua paisagem urbana em larga escala nas últimas décadas. Conforme aponta Costa (2012), vastas áreas rurais cederam lugar a metrópoles de modo repentino; o autor cita o caso da cidade de Shenzhen, localizada ao lado de Hong Kong, que em 1978 era uma vila de pescadores de 700 habitantes e, no ano de 2012, possuía cerca de 11 milhões de pessoas. Atualmente o país abriga dezenas de cidades com mais de 10 milhões de habitantes, que surgem de maneira “quase instantânea” (Idem). Tratando-se desse aspecto, Arantes (2011: 60–3) aponta que foram necessários cento de vinte anos para a Inglaterra se urbanizar e oitenta

destacar: o pleno desenvolvimento de atividades econômicas, a intensa migração rural-urbana e a própria periferização.

para os Estados Unidos; a China, no entanto, se urbanizou em trinta. Ademais, a autora afirma que o país consome metade do cimento e um terço do aço produzidos no planeta, e 30% dos guindastes do mundo se encontram em seus canteiros de obra.

Em busca de proeminência, distritos chineses competem entre si não apenas pela atenção de investidores estrangeiros, mas também pela construção do maior arranha-céu em menor espaço de tempo, o que demanda técnicas de construção civil altamente desenvolvidas. É justamente no âmbito técnico, sobretudo da construção de edifícios comerciais e multifamiliares, segundo o Instituto Bramante (2018), que a China tem demonstrado sua eficiência: no ano de 2012, a empresa de origem chinesa Broad Sustainable Buildings Co. Ltd. (BSB) construiu um edifício de trinta andares e cem metros de altura em quinze dias; no ano de 2015, na mesma cidade, outro edifício de cinquenta e sete andares e mais de cento e oitenta mil m² de área construída em dezenove dias, o que significa cerca de três novos pavimentos a cada vinte e quatro horas. Essa celeridade se deve à adoção de sistemas estruturais pré-fabricados: “O uso de estruturas metálicas diagonais conjugadas a tabuleiros, colunas e painéis verticais de 20 cm de espessura, é rápido e seguro, tornando a estrutura resistente a todos os esforços possíveis, inclusive terremotos” (Idem).

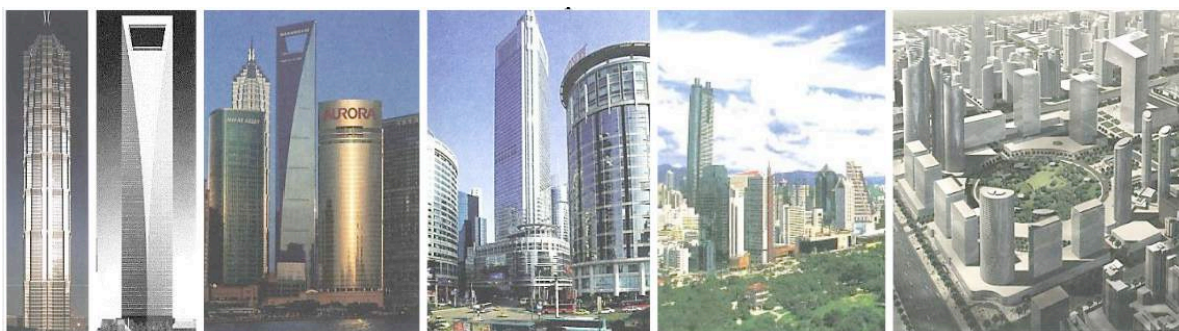


FIGURA 5: Jim Mao Tower (SOM), torre de 421 metros em Xangai; World Financial Center (KPF), torre de 492 metros em Xangai; Distrito de Pudong; Chongqing (cidade com mais de 30 milhões de habitantes); Shenzhen, no Delta do Rio Pérola; Maquete virtual do Centro Empresarial de Pequim, 2003.

FONTE: ARANTES, 2011: 46; 47; 62; 63; 78; 157.

Segundo Koolhaas (2001, apud Benevolo, 2011: 426–7), a Ásia como um todo foi tomada por um impiedoso processo de desenvolvimento da construção civil no último terço do século XX: “Um turbilhão de modernização está destruindo as situações existentes [...] a urbanidade parece ser menos compreendida justo no momento de sua apoteose [...]. O campo está abandonado a “eventos” considerados indescritíveis, ou à criação de um idílio artificial em memória da cidade”. Nesse sentido, a arquitetura acompanha o impulso da urbanização e, pouco crítica frente a modelos internacionais e sem identidade própria, corre o risco de tornar-se customizada, estereotipada e monumental, nos termos de Arantes (2011: 65), uma vez que o mercado da construção civil também se abriu para o mundo e passou a admitir influências externas com pouca

resistência.

O processo de “hiperurbanização” decorrente da prosperidade econômica e da modernização das técnicas de construção civil iniciou somente após a Era Maoísta (ARANTES, 2011: 69), período em que não eram definidas as atribuições de arquitetos. A língua chinesa clássica nem sequer possuía termo específico para designar “arquiteto”, apenas termo similar, que costumava se referir ao indivíduo que praticava o ofício de construir (STEINHARDT, 2019: 1):

Nos tempos de Mao Tsé-tung, a simples palavra “arquiteto” era considerada burguesa na China. Os arquitetos eram técnicos, jamais artistas. Apenas 30 anos se passaram e, hoje, os arquitetos na China não são apenas artistas. São mágicos. [...] É em Pequim que a metamorfose das construções cumpre seu papel político e estratégico: mostrar a China como uma nação inventiva, sofisticada e aberta para o mundo [...]. (AQUINO, 2008)

Na Era Maoísta era buscada uma arquitetura com “forma” nacional e “conteúdo” social, ou do chamado “realismo socialista” (ARANTES, 2011: 91). Já na contemporaneidade Benevolo (2011: 429) aponta que, à época da primeira publicação de *A arquitetura no novo milênio* (2006), arquitetos chineses representavam um quinto dos americanos, recebiam dez vezes menos e trabalhavam cinco vezes mais, em função da demanda de novas edificações; as obras mais importantes, no entanto, ficavam a cargo dos estrangeiros e se esperava que posteriormente servissem de modelos a serem imitados. A estética arquitetônica internacional era atraída pela China e, projetistas do *star system*, estimulados a deixar suas contribuições nacionais no tecido urbano, que ostentava diferenças e as viam como positivas. Grandes eventos, como os Jogos Olímpicos de Pequim (2008) e a Expo Xangai (2010), cativaram a atenção de arquitetos estrangeiros por meio de concursos internacionais de arquitetura relacionados a esses eventos (JUNSKOWSKI, 2018). De acordo com Limei Nong, PhD em Arquitetura e Design de Interiores da Universidade de Tsinghua, em Pequim, “A maioria dos arquitetos estrangeiros é intencionalmente convidada para a China e eles projetam para um arquitetura nacional importante que, por sua vez, poderia trazer fama considerável mais facilmente para sua carreira do que em seus países de origem” (Idem).



FIGURA 6: À esquerda, o Estádio Nacional de Pequim (2008), projeto dos suíços Herzog & Meuron; à direita, a sede do CCTV (2012), em Pequim, projeto do neerlandês Rem Koolhaas: exemplos do que poderia ser chamada de arquitetura “espetacular”, nas palavras de Debord (1997), que buscam reconhecimento internacional e autoafirmação por meio de suas formas ousadas e monumentais.

FONTE: JUNSKOWSKI, 2018.

O cenário descrito por Benevolo em 2006, no entanto, parece estar mudando em função de uma nova consciência cultural, por parte dos arquitetos chineses, da necessidade de preservação das tradições nacionais. Segundo o arquiteto Tang Yong, atualmente esses profissionais reconhecem que a cultura tradicional do país pode ser fonte de inspiração para novas formas arquitetônicas e podem expressar o “espírito oriental” por meio de novas abordagens, mais tecnologicamente modernas; alcançar uma harmonia nesse sentido “se tornou o objetivo eterno de alguns arquitetos chineses” (JUNSKOWSKI, 2018):

Líder na tendência do regionalismo – arquitetura voltada para valorizar aspectos locais de uma cultura – a China se encontra em um processo de busca por uma identidade cultural pela arquitetura [...]. “Os arquitetos chineses parecem muito conscientes em expressar a identidade da China pelo seu projeto de construção, seja conceitualmente ou criando linguagens arquitetônicas formais e visuais”, explica [Hiroyuki] Shinohara [professor de Arquitetura da Universidade de Nottingham, em Ningbo, China]. (Idem)

2 | ARQUITETURA DA CHINA ANTIGA: UM BREVE CONTEXTO

De acordo com Steinhardt (2019: 1), quando ambos os termos “arquitetura” e “chinesa” são conjugados, praticamente qualquer indivíduo de qualquer continente, em geral sem hesitação, visualiza um edifício da Cidade Proibida, em Pequim, o maior complexo arquitetônico de madeira do mundo (SHANGAI DAILY, 2018), construído entre 1406 e 1420 sob a ordem do Imperador Yongle, da dinastia Ming (1368–1644). Ao idealizar a arquitetura da China Antiga, também é provável que automaticamente venha à mente a imagem do Salão da Harmonia Suprema (c. 1406), a maior edificação da Cidade Proibida, com características que podem ser observadas em inúmeros outros exemplares desta arquitetura, como a alta plataforma de pedra, colunas vermelhas de madeira, complexos conjuntos de suportes e um

telhado com detalhes de cerâmica dourada. Em geral, são as estruturas de madeira e seus conjuntos de suporte que se destacam como aspectos característicos da cultura arquitetônica chinesa (Idem).



FIGURA 7: Vista aérea da Cidade Proibida, em Pequim.

FONTE: Easy Tour China, 2019. Disponível em: https://www.easytourchina.com/images/Photo/forbidden-city/p684_d20160516162920.jpg. Acesso em 16 de jul. 2019.

Ainda segundo Steinhardt (2019: 1), madeira, tijolo, pedra e cerâmica foram os quatro materiais construtivos predominantes ao longo dos cinco milênios que compõem a história da China. Antigos manuais de construção, manuscritos e tratados chineses, como o *Mujing* (“Manual de trabalho com madeira”, Yu Hao, 956–89), o *Yingzao Fashi* (“Padrões de edifícios estatais”, Li Jie 1065–1110) e o *Qing Gongbu Gongcheng Zuofa* (“Padrões de arquitetura Qing”, um guia de arquitetura oficial da Dinastia Qing (1644–1911), compilado no ano de 1734 (SHANGAI DAILY, 2018), demonstram que a arquitetura chinesa, durante milênios, resguardou uma linguagem essencial:

Esses manuscritos e tratados não só registraram os métodos, práticas e técnicas tradicionais na produção das complicadas estruturas de madeira, mas também estabeleceram padrões e medições específicas para componentes e suportes arquitetônicos de madeira. Então, é por isso que muitos edifícios chineses antigos, especialmente templos e palácios, compartilhavam características estruturais uniformes. (SHANGAI DAILY, 2018)



FIGURA 8: Salão da Harmonia Suprema, na Cidade Proibida.

FONTE: Wikipedia, 2019. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b0/Hall_of_Supreme_Harmony_2018._Forbidden_City.jpg. Acesso em 16 de jul. 2019.

Scarpari (2006: 104) afirma são poucos os restos preservados das obras arquitetônicas da China Antiga, que eram sistematicamente construídas com materiais perecíveis. A opção de produzir elementos estruturais em madeira determinou o desaparecimento de quase todas as edificações do período imperial até a dinastia Tang, no Segundo (ou Médio) Império; aos materiais resistentes ao desgaste do tempo eram destinadas funções decorativas. Huang, Ozkaya e Krishnamurti (2005: 103), apontam que o maior número de exemplares preservados pertence às dinastias Ming e Qing, do Terceiro Império (ou Império Tardio). De qualquer modo, desde os tempos mais remotos e em tipologias de caráter variado (público, privado, imperial, religioso etc⁷), os fundamentos arquitetônicos, que ditavam todas as práticas construtivas, haviam sido estabelecidos séculos antes (STEINHARDT, 2019: 1).

Durante as Três Dinastias pré-imperiais⁸, as construções provavelmente não apresentaram inovações importantes em relação ao período anterior, que eram semi-enterradas ou erguidas sobre palafitas (no sul). A partir do século IX a.C., os tetos de palha, colocados em vários andares em posição inclinada para facilitar o escoamento da água da chuva, foram gradualmente substituídos por telhados construídos com telhas de terracota ou semicilíndricas. (SCARPARI, 2006: 105–7)

Alencar, Cerqueira e Canêdo (2012) afirmam que a arquitetura da China é tão antiga quanto sua civilização; ao longo do vasto território chinês, no entanto, predomina o mesmo sistema de construção, fundamentado, sobretudo, em três pontos centrais: 1) a madeira como material construtivo de destaque e seus componentes principais (conjuntos de suportes (斗拱), treliças (屋架) e teto ornamentado (藻井); 2) a lógica modular de montagem, conforme apontam Huang, Ozkaya e Krishnamurti (2005: 103): “Os chineses tradicionalmente adotavam uma abordagem de design modular – incorporando humanismo, economia e tecnologia – que podem ser sujeitos a regras⁹”; e 3) o padrão básico de construção, que compreende as regras da planta e o sistema do telhado; esse padrão facilita o cálculo, o dimensionamento e a instalação dos componentes da estrutura e representa a essência de qualquer descrição de edificações construídas na China Antiga (Ibidem: 105). Os itens que o constituem são explanados a seguir:

a) Regras da planta: a largura de um edifício de pequena escala era geralmente ditada pela quantidade de *jian* (termo que designa “cômodo”) e pela distância horizontal entre os pontos médios das duas terças adjacentes da cobertura. O espaço central era representado pelo *ming* (“luz”); os cômodos das extremidades, pelo *shao* (“ponta”); e os cômodos intermediários, pelo *ci* (“secundário”) (Ibidem: 103):

7 Conforme Steinhardt (2019: 1), tratados chineses não categorizam edifícios de acordo com sua função, mas sua importância ou, às vezes, seu material construtivo. A madeira, o material mais utilizado para conjuntos de suportes, recebe mais atenção, tal como os edifícios mais importantes, que são diferenciados em relação aos de menor escala por serem menos importantes.

8 Isto é, as dinastias Shang, Zhou oriental e Zhou ocidental.

9 Tradução livre de: “*The Chinese traditionally adopted a modular design approach—embodying humanism, economics and technology—which can all be captured by rules.*”



FIGURA 9: Esquemas que ilustram possibilidades de arranjo das regras da planta.

FONTE: HUANG; OZKAYA; KRISHNAMURTI, 2005: 103. Elaborado pelos autores.

b) Sistema do telhado: as regras deste sistema trabalhavam visando à perfeita junção entre estrutura e forma. De acordo com Huang, Ozkaya e Krishnamurti (2005: 104), era utilizada a técnica *jujia*, que consistia em elevar as treliças nível após nível para gerar a forma curva do telhado, aspecto característico da arquitetura chinesa. Na China Antiga as treliças eram feitas, sobretudo, de madeira (SHANGAI DAILY, 2018).

Ao longo de milhares de anos, as treliças chinesas desenvolveram lentamente características distintas. As treliças de madeira chinesas eram na maior parte retangulares, com trabalho de carpintaria e conjuntos de suporte, enquanto os países ocidentais usualmente construíam treliças triangulares. (SHANGAI DAILY, 2018)

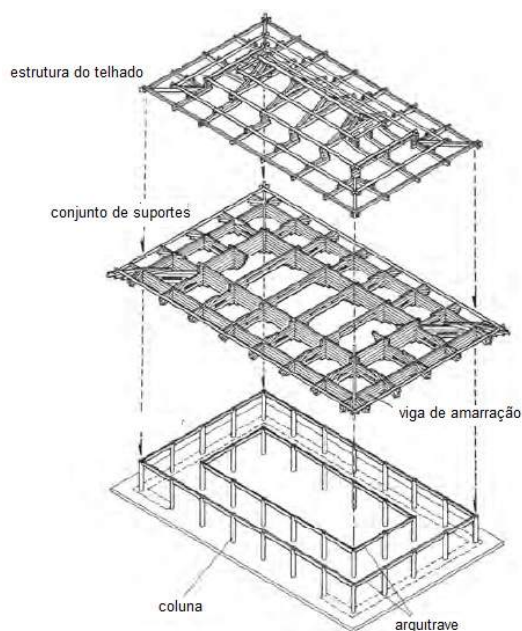


FIGURA 10: Esquema que facilita a visualização das camadas da estrutura.

FONTE: STEINHARDT, 2019: 6. Modificado pelos autores.

A lógica modular de montagem mencionada em parágrafo anterior consistia em conceber uma estrutura formal cujas dimensões do elemento (pilar, viga etc) se relacionavam entre si; essa relação podia ser obtida também entre cada elemento e o conjunto (isto é, o edifício como um todo). Por meio dessa lógica poderia ser alcançado um resultado proporcional, além de facilitar o cálculo de novos elementos quando estes necessitavam de substituição ou reparação, uma vez que as dimensões das peças estavam proporcionalmente relacionadas umas às outras, tanto em edifícios monumentais como de pequena escala, conforme aponta Steinhardt (2019: 1): “A rede interligada de elementos verticais, horizontais, diagonais ou curvos de madeira [...] é o resultado de um sistema modular em que a medição de quase qualquer peça pode ser calculada a partir das dimensões de outra peça.”¹⁰

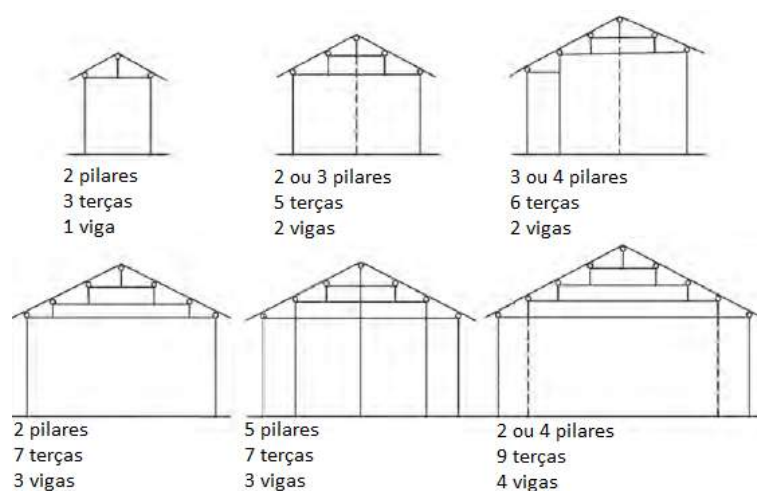


FIGURA 11: Lógica modular da arquitetura da China Antiga, aplicada a edifícios de qualquer escala, que resultava em formas arquitetônicas proporcionais.

FONTE: STEINHARDT, 2019: 5. Modificado pelos autores.

Algumas características da arquitetura da China Antiga, de acordo com Alencar, Cerqueira e Canêdo (2012), resultaram do uso da madeira, como a já mencionada determinação do espaço interior pela armação estrutural; o desenvolvimento da técnica de aplicar verniz à estrutura para preservá-la; e a técnica de construir uma plataforma para prevenir danos provenientes da umidade. A plataforma, segundo Huang, Ozkaya e Krishnamurti (2005: 103), desempenha um importante papel na aparência desta arquitetura. Uma vez incorporada a edificações de caráter monumental, como o Salão da Harmonia Suprema (c. 1406), na Cidade Proibida, é possível conjecturar que uma das finalidades da plataforma era também a de contribuir para a monumentalidade da arquitetura por meio da elevação desta em relação ao nível do solo, fato que lhe atribuía uma dimensão de poder condizente com as autoridades divinas representadas pelos imperadores chineses. A esse respeito e acerca da Cidade Proibida, onde o

10 Tradução livre de: “The interlocking network of vertical, horizontal, and sometimes diagonal or curved wooden members [...] is the result of a modular system whereby the measurement of almost any piece can be calculated from the dimensions of another piece.”

Salão da Harmonia Suprema está localizado, Holdsworth (1998, apud **Fiederer**, 2017) aponta que

Após sua conclusão, a Cidade Proibida foi a joia da coroa da nova capital da Dinastia Ming. Pouco depois foi considerado *Zijincheng*, ou a “Cidade Proibida Púrpura”. Este nome não fazia alusão à cor do próprio palácio, mas à Estrela do Norte, implicando que o mundo girava em torno do Imperador e da Cidade Proibida da mesma forma que os céus giravam sobre a Estrela do Norte.



FIGURA 12: Representação de um exemplar da arquitetura da China Antiga com sua estrutura explodida, que permite uma melhor visualização de encaixes e da espacialidade interior.

FONTE: CGTN.COM, 2018. Disponível em: https://news.cgtn.com/news/3d3d674d32496a4d79457a6333566d54/share_p.html. Acesso em 15 jul. 2019.



FIGURA 13: Complexidade arquitetônica de uma edificação construída nos moldes da arquitetura da China Antiga.

FONTE: ALENCAR; CERQUEIRA; CANÊDO, 2012.

2.1 A tentativa de manter o viés antigo na arquitetura

[...] em 1986, Xangai foi designada Cidade Histórica Nacional, e redigiu-se um “Plano de preservação para a cidade histórica”, que vincula algumas centenas de edifícios individuais, 234 quarteirões e 440 grupos de edifícios, antigos e modernos. (BENEVOLO, 2011: 431)

A consciência cultural chinesa, no sentido de preservar as tradições no âmbito da arquitetura, pode ser observada no ato da elaboração do Plano de preservação para a cidade histórica, em 1986, e também no surgimento de estudos centrados nos *hutongs*¹¹, cuja demolição constituiu uma tentativa de urbanização dessas áreas por parte do governo, objetivando a construção de grandes empreendimentos e o alargamento de ruas e avenidas; essas iniciativas foram aos poucos destruindo as edificações mais antigas da cidade e desconfigurando o tecido urbano original (ARANTES, 2011: 102–3):

O ministro da Cultura, Sun Jiamai, lamentou, em maio de 2006, a destruição da velha Pequim, mas não conseguiu frear os tratores nem as escavadeiras. Nos últimos anos, 3 milhões de chineses foram expulsos para os subúrbios de Pequim, ganhando indenizações irrisórias. Para dar lugar a largas avenidas, viadutos, condomínios. Há histórias terríveis de incêndios criminosos para obrigar moradores relutantes a abandonar suas casas. (JUNSKOWSKI, 2018)



FIGURA 14: *Hutong* em Pequim.

FONTE: ARANTES, 2011: 130.

Na década de 1980 o professor Wu Liangyong, da Universidade de Tsinghua, ao estudar os *hutongs*, os encontrou superlotados, congestionados, privados de infraestrutura e expostos ao risco de inundações, de modo que sua equipe universitária propôs a remodelação da parte remanescente do bairro (BENEVOLO, 2011: 441). Segundo Pei Zhu, “Os *hutongs* são a memória desta cidade, a base cultural e arquitetônica da antiga Pequim e por isso precisam ser salvos” (JUNSKOWSKI, 2018). Com base na rápida urbanização verificada no país é possível concluir que da opinião do arquiteto não compartilha o próprio governo chinês.

11 Bairros de origem antiga formados por casas térreas reunidas em torno de pátios e acessados por pequenas ruas para pedestres (BENEVOLO: 2011, 440) que, segundo Aquino (2008), “traduzem uma maneira [chinesa] de viver, com seus labirintos orgânicos e suas casas de portas abertas”. Arantes (2011: 103) aponta que “os poucos hutongs originais que ainda restam, com suas ruelas de pequenas residências e pequenos negócios, onde só se circula de bicicleta, destoam frontalmente da Nova Pequim e logo deverão dar lugar a outras construções mais adequadas à paisagem reinventada pelos empreendedores imobiliários [...]”

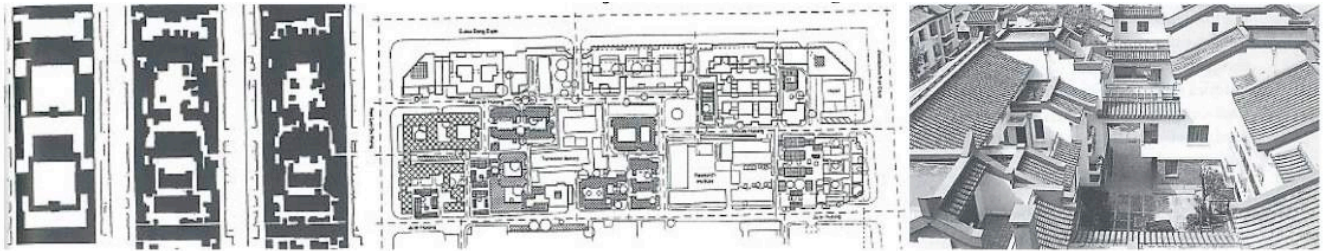


FIGURA 15: Transformação de um *hutong* na década de 1980.

FONTE: BENEVOLO, 2011: 441.

Outra tentativa que visa resgatar a memória e preservar as tradições chinesas, mesmo que a nível de superfície, pode ser observada na Torre Pérola Oriental, situada no distrito de Pudong, em Xangai. A forma do arranha-céu de quatrocentos e sessenta e oito metros de altura, que atualmente pertence à Federação Mundial das Grandes Torres, foi inspirada em trecho do poema *Canção de um tocador de alaúde*¹², criado pelo poeta Bai Juyi (白居易, 772–846), da dinastia Tang (618–907). Conforme aponta o *website* do *The World Federation of Great Towers (WFGT)*, os arquitetos responsáveis pelo formato da torre consideraram a localização geográfica e o papel histórico de Xangai no momento de conceber as três esferas de distintas dimensões que, destacando-se na paisagem, criam um conceito poético de “grandes e pequenas pérolas que caem sobre um prato de jade”¹³: as esferas representariam as pérolas e, o rio Rio Huangpu – o maior de Xangai –, representaria o prato de jade.



FIGURA 16: Torre Pérola do Oriente (1991–95), em Xangai, de autoria de Jia Huan Cheng (Shanghai Modern Architectural Design Co. Ltd.).

FONTE: Storyblock Videos, 2019. Disponível em: https://www.videoblocks.com/video/night-shanghai-pearl-oriental-tower-bridge-up-view-4k-timelapse-china-haz3exd7_gje6bos76. Acesso em 15 de jul. 2019.

¹² Tradução livre de “Song of a pipa player” ou “琵琶行”.

¹³ Conforme o último verso da estrofe do poema *Canção de um tocador de alaúde*, de Bai Juyi:

“大弦嘈嘈如急雨,

The thick strings loudly thrummed like the pattering rain,

小弦切切如私语.

The fine strings softly tinkled in a murmuring strain.

嘈嘈切切错杂弹,

When mingling loud and soft notes were together played,

大珠小珠落玉盘.

You heard large and small pearls cascade on plate of jade.” (CHINESE CULTURE LOVERS, 2019)



FIGURA 17: Vista do Rio Huangpu em primeiro plano e da Torre Pérola do Oriente ao fundo.

FONTE: China Tour Guide, 2019. Disponível em: http://www.chinatourguide.com/Shanghai/oriental_pearl_tower.html. Acesso em 19 de jul. 2019.

Segundo Benevolo (2011: 435), seis anos após a finalização da Torre Pérola do Oriente, em razão de uma renovação administrativa, foi avaliado em Xangai o que sobrou da cidade tradicional, em particular das Concessões estrangeiras. Foi requerido o aumento de áreas verdes e houve a tentativa de conduzir parte do crescimento da metrópole onde, à época, estava em emergência a nova consciência cultural de que era preciso preservar as tradições arquitetônicas do país, ideia central observada no discurso de Pei Zhu, arquiteto chinês, em 2008: “Uma cidade que desrespeita sua história e sua cultura acaba entrando em declínio” (AQUINO, 2008). O arquiteto concebeu o Centro de Comando Digital Olímpico (2007), um conjunto de quatro lâminas monumentais, tendo em vista a junção entre antigo e contemporâneo: o antigo é representado pela pedra cinza, material comumente empregado na arquitetura chinesa tradicional; o contemporâneo, pelo projeto de iluminação das fachadas externas, que fazem alusão ao tema da edificação e, simultaneamente, à avançada tecnologia do século XXI.



FIGURA 18: Centro de Comando Digital Olímpico, projeto do arquiteto chinês Pei Zhu finalizado em 2007.

FONTE: Wikipedia, 2019. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c e / % E 6 % 9 5 % B 0 % E 5 % A D % 9 7 % E 5 % 8 C % 9 7 % E 4 % B A % A C % E 5 % A 4 % A 7 % E 5 % 8 E % A 6 _ 2 0 1 3 0 6 1 0 . J P G. Acesso em 15 de jul. 2019.



FIGURA 19: Ode à tecnologia: o Centro de Comando Digital Olímpico durante a noite.

FONTE: Forlightled, 2012. Disponível em: <http://www.forlightled.com/works-display/led-light-bar-screen/beijing-digital-building.html>. Acesso em 19 de jul. 2019.

Não obstante a estandarização da arquitetura chinesa observada nas últimas décadas, decorrente da acelerada urbanização das cidades, é possível notar a inclinação de alguns arquitetos chineses à preservação do viés antigo nas formas arquitetônicas contemporâneas, diligência possibilitada pelo avanço da tecnologia que, por sua vez, permitiu o desenvolvimento de técnicas construtivas. Ainda que a tentativa de preservação seja concretizada de modo superficial, como nos casos da Torre Pérola do Oriente e do Centro de Comando Digital Olímpico, tal feito não deslegitima a intenção de resgate do antigo. De qualquer modo, a maneira como são recuperadas antigas ideias e soluções arquitetônicas para serem aplicadas na contemporaneidade pode representar o ponto-chave para uma análise da “nova” arquitetura do país.

3 | O ANTIGO NO CONTEMPORÂNEO: O CASO DO CONJUNTO HABITACIONAL PARA AGRICULTORES NA VILA DE DONGZIGUAN

[...] viajando pelo país, pode-se constatar que muitos chineses, particularmente nas áreas rurais, ainda vivem em moradias com estrutura de madeira. (SHANGAI DAILY, 2018)

Como conjunto de ideias [...] a tradição é conservada, reassimilada e até transformada. Apesar de não ser *engessada*, pressupõe uma continuidade persistente que mantém a integridade de uma essência, um caráter, que resiste às mudanças desintegradoras. (TEIXEIRA, 2010: 17)

[...] durante a maior parte da história a modernidade reconstruiu a tradição enquanto a dissolvia. (BECK; GIDDENS; LASH, 1997, apud TEIXEIRA, 2010: 18)

Conforme foi possível observar na primeira parte desse estudo, desde o início do processo de urbanização da China tem sido acentuada, de modo exponencial, a desigualdade social no país, cujos desdobramentos tem acarretado à população periférica, geralmente migrante, condições inadequadas de moradia, utilização de sistemas de mobilidade urbana sobrecarregados, falta de acesso à infraestrutura básica, situações de criminalidade, entre outros. Os indivíduos que compõem essa população, de acordo com o documentário alemão *Chinas explodierende Städte* (ZDF/3SAT, 2016), submetem-se a todos esses percalços não por si próprios, mas para que seus filhos possam estudar nos grandes centros urbanos: “a educação é uma pré-condição para um futuro melhor” (Idem).

Ainda que precárias, de modo geral, algumas moradias periféricas podem ser mais adequadas à habitação que as rurais, conforme aponta Padula (2014: 466) ao mencionar o caso de apartamentos populares construídos pelo governo para migrantes em bairros afastados, que chegam a possuir 60 m²; por outro lado, moradias rurais costumam ter cerca de 10 m². Não obstante a maior parte da população chinesa seja, atualmente, urbana, 42% desta ainda habita áreas rurais¹⁴, percentual que englobava cerca de 200 milhões de famílias de agricultores em 2017 (POMAR, 2017). De acordo com Xie (2014), nas últimas décadas a maior parte das áreas rurais da China tem experimentado um lento – porém consistente – processo de transformação, que se deve ao desenvolvimento econômico do país:

A maioria das aldeias está ligada a estradas pavimentadas; quase todos os lares têm uma motocicleta – o meio mais conveniente de transporte em faixas estreitas e montanhosas – e uma linha telefônica, além de eletrodomésticos modernos como TV em cores e máquina de lavar roupa. Os telefones celulares são onipresentes e os carros particulares não são mais um luxo inédito. (Idem)

Segundo Padula (2014: 465), os registros mais remotos sobre a civilização chinesa mostram o quanto o destino de qualquer cidadão chinês é fortemente atrelado à terra e a seu domicílio. O conteúdo dessa afirmação pode ter sido o responsável

14 Conforme mostra o Gráfico 1, elaborado pela Gazeta do Povo em 2019.

pela iniciativa do governo local de Fuyang, distrito pertencente a Hangzhou (capital da província de Zhejiang, a leste da China), que recentemente decidiu financiar o projeto de um conjunto habitacional na vila de Dongziguan com o objetivo de aprimorar a qualidade de vida dos agricultores locais. A vila, situada ao lado do rio Fuchun, teve parte de suas habitações demolidas no ano de 2014 em decorrência de um reordenamento (WENWEN, 2017: A15), acontecimento que instigou o governo municipal de Dongziguan a realocar os agricultores que perderam suas moradias. Em razão do projeto, executado no ano de 2016, esta vila conquistou reconhecimento internacional.



FIGURA 20: Localização da vila de Dongziguan em relação a Xangai.

FONTE: Google Maps, 2019. Modificado pelos autores.

Em colaboração com a Universidade de Hangzhou, o escritório chinês encarregado do projeto Gad Line + Studio buscou, por meio da arquitetura, uma solução para o problema que tem subsistido nas áreas rurais chinesas: segundo a empresa, conduzida pelo arquiteto Fanhao Meng, muitos centros agrícolas do país foram negligenciados pelos investidores e, o dinheiro, destinado à remodelação de grandes cidades; por conseguinte, jovens trabalhadores migraram para os centros urbanos (SILBERT, 2018); se acentuado, esse fluxo pode enfraquecer a prática da agricultura em razão da escassez de mão de obra. A esse respeito, Xie (2014) afirma que o governo chinês negligencia a governança rural e a deixa por sua própria conta e risco¹⁵. É possível apontar, como consequência do desinteresse governamental nas áreas rurais do país, a própria migração rural-urbana, que, para além de configurar um problema de ordem urbanística, está imbuída em um sentimento avassalador de não pertencimento; talvez seja essa, inclusive, sua dimensão mais delicada. A humanidade, de acordo com Oliveira (2017: 94), foi capaz de produzir, ao longo de sua história, noções de inclusão e exclusão, de iguais e diferentes e de pertencimento e de não pertencimento; estas duas, poder-se-ia afirmar, podem ser diretamente influenciadas

15 Tradução livre de: “The Chinese government neglects rural governance at its own risk.”

pelo contexto físico (ou território) onde o indivíduo habita. Com base em Di Méo e Buléon (2005), Jorge (2009: 242) conclui que há uma forte relação entre as noções de pertencimento, identidade e território, e que “os seres humanos têm, intransitivamente, de pertencer”:

Mas o que poderia promover a ideia de pertencimento? O território também vem sendo entendido pelos geógrafos sociais [...] como formas de raízes e apego aos lugares, de acordo com o princípio da identificação cultural. A construção do território não se revela apenas de modo material, mas também por meio de ações, discursos, mitos e valores que ele contém. (Ibidem: 242–3)

A equipe do Gad Line + Studio, em busca dos “discursos, mitos e valores” acima mencionados, conduziu esforços no sentido de reunir informações sobre os agricultores e seus hábitos de vida por meio de visitas técnicas¹⁶ e entrevistas realizadas tanto com os futuros usuários do conjunto habitacional como com seus familiares; o diálogo, utilizado como ferramenta projetual de apoio, permitiu aos arquitetos a configuração de espaços plenamente adaptados às tradições rurais. O termo “tradição”, segundo o Dicio: Dicionário Online de Português (2019), representa o conjunto de costumes transmitidos de geração a geração ou “aquilo que se faz por hábito”¹⁷, palavra que dá origem ao verbo “habitar”. Conforme aponta Teixeira (2010: 23), “O habitar relaciona-se aos aspectos cognitivos de interpretação do ser sobre seu espaço e de seu grupo em confronto com seus desejos e possibilidades” e “As formas de habitar são parte da cultura de um povo” (Ibidem: 55). Verifica-se, portanto, que as noções de habitar, hábitos e tradições estão intimamente relacionadas.

Isto posto, de que modo as tradições dos agricultores da vila de Dongziguan poderiam ser traduzidas para a linguagem arquitetônica? É possível iniciar uma resposta para essa pergunta resgatando os aspectos superficiais da arquitetura da China Antiga anteriormente expostos. Se, de acordo com Teixeira (2010: 18), o fator que identifica e define uma “tradição” é a existência de uma cadência de fenômenos repetitivos que decorrem dela, poder-se-ia dizer que os materiais construtivos recorrentemente empregados nesta arquitetura – madeira, tijolo, cerâmica e pedra – ao longo de seus cinco milênios representam a “tradição”, em termos de arquitetura, da China Antiga. Não apenas os materiais, mas também formas e soluções arquitetônicas, da regra da planta ao sistema do telhado e da plataforma de pedra e o teto ornamentado; juntos, esses aspectos formariam a linguagem chinesa “tradicional”.

De acordo com Beck, Giddens e Lash (1997, apud Teixeira, 2010: 17), “a integridade da tradição não deriva do simples fato da persistência sobre o tempo, mas do trabalho contínuo de interpretação do que é realizado para identificar os laços que ligam o presente ao passado”. Nesse sentido, é possível conjecturar que o caráter de permanência da linguagem arquitetônica estabelecida da China Antiga visava construir

16 Segundo Wenwen (2017: A15), o arquiteto Fanhao Meng e sua equipe visitaram a vila de Dongziguan mais de cem vezes durante a elaboração do projeto.

17 Dicio: Dicionário Online de Português, 2019. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/tradicao/>. Acesso em 19 de jul. 2019.

não apenas um repertório arquitetônico para aquele presente, mas também para o futuro (isto é, a nossa contemporaneidade):

[...] a tradição é uma orientação para o passado, de tal forma que o passado tem uma pesada influência [...] para o presente. Mas evidentemente, em certo sentido e em qualquer medida, a tradição também diz respeito ao futuro, pois as práticas estabelecidas são utilizadas como uma maneira de se organizar o tempo futuro. (Ibidem: 18)

As tradições de uma civilização, seja no âmbito da arquitetura ou em outras esferas, interconectam passado, presente e futuro; em se tratando dos ecos da linguagem arquitetônica antiga no conjunto habitacional da vila de Dongziguan, é possível afirmar que a contemporaneidade remodelou, de certo modo, a tradição; a globalização, por sua vez, atua no fortalecimento dessas tradições, uma vez que a facilidade de comunicação que existe no mundo contemporâneo permite a difusão cultural de pequenos grupos e suas articulações em rede, conforme aponta Teixeira (2010: 19): “[...] a tradição não é vista como algo distante e separado em um tempo longínquo, mas como uma espécie de linha contínua que envolve o passado e futuro [...]”.



FIGURA 21: Conjunto habitacional na vila de Dongziguan: segundo Wenwen (2017: A15), a morfologia das quarenta e seis habitações do projeto, oferecidas aos agricultores a preços acessíveis, foi inspirada na obra de Wu Guanzhong (1919–2010), considerado “o fundador da pintura chinesa moderna”.

FONTE: WENWEN, 2017: A15.



FIGURA 22: *The Hometown of Lu Xun* (1977), pintura de Wu Guanzhong. 46 x 61cm, óleo sobre tela

FONTE: Artnet, 2019. Disponível em: <http://www.artnet.com/artists/wu-guanzhong/the-hometown-of-lu-xun-JWNWP-FFRbEiaCNG3PRxCg2>. Acesso em 21 de jul. 2019.

Ainda no que diz respeito aos aspectos arquitetônicos superficiais transpostos da arquitetura antiga para a contemporânea, no conjunto habitacional da vila de Dongziguan foram associados tijolos e portas de madeira – materiais construtivos tradicionalmente chineses – a janelas envidraçadas; a respeito do vidro, sabe-se que sua utilização na arquitetura somente foi impulsionada após o advento da Revolução Industrial (c. 1760–1840). Silbert (2018) afirma que a combinação de tais elementos evoca o “*design* chinês histórico” e a dimensão reduzida das aberturas atende às demandas do ambiente tipicamente quente da região. Ademais, pode-se observar que o projeto procurou organizar os blocos de habitação ao redor de pátios de modo a remeter a uma configuração tradicionalmente chinesa. Para além de uma mera tipologia arquitetônica, o pátio resgata a dimensão comunal do cotidiano da vila, sobretudo em razão de esses espaços configurarem interstícios entre as edificações e, por conseguinte, serem compartilhados entre os habitantes, como, segundo Silbert (2018), tradicionalmente teriam sido as vilas da China Antiga.



FIGURA 23: A vila de Dongziguan vista de cima.

FONTE: PROJECTION. 映社动态影像制作 Disponível em: <https://www.project-ion.co/dongziguan-village>. Acesso em 18 de jul. 2019.



FIGURA 24: Desenhos técnicos do projeto. Da esquerda para a direita: planta de implantação geral, planta baixa geral do nível térreo e planta baixa do nível térreo de um setor ampliado, que mostra a relação entre seis blocos de habitação e o pátio compartilhado.

FONTE: Archdaily, 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com/802369/contemporary-rural-cluster-dongziguan-affordable-housing-for-relocalized-farmers-in-fuyang-hangzhou-gad>. Acesso em 19 de jul. 2019.

Com base na pesquisa sobre as tradições dos agricultores, desenvolvida pela equipe encarregada do projeto, foi possível configurar o *layout* da planta baixa geral

de maneira que os hábitos dos usuários norteassem as principais diretrizes projetuais. Outrossim, o projeto inaugura o diálogo de como arquitetos podem contribuir para o desenvolvimento de áreas rurais com apoio governamental (ARCHDAILY, 2017). A releitura do antigo sob a ótica da contemporaneidade evidencia o valor intrínseco das tradições e oferece aos agricultores a oportunidade de pugnar pela subsistência da vida rural, a despeito do desinteresse governamental preponderante. A realocação física tende a ensejar uma reavaliação de vida e, no caso, pode propiciar o fortalecimento das tradições locais, do sentimento de pertencimento a um grupo e da noção de coletividade.

O sentido do pertencimento, segundo Sá (2005: 2)¹⁸, se estabelece sobre laços pessoais de reconhecimento mútuo e no sentimento de adesão a princípios de visões de mundo comuns, *que fazem com que as pessoas sintam participantes de um espaço-tempo (origem e território) comum.* (JORGE, 2009: 243)

Na vila de Dongziguan, a maioria dos agricultores ainda vive em habitações degradadas (ARCHDAILY, 2017), situação que se estende para outras vilas rurais chinesas. Segundo Wenwen (2017: A15), o projeto do conjunto habitacional nesta vila faz parte de um programa governamental iniciado no ano de 2005 para coordenar o desenvolvimento urbano e rural; entretanto, a autora aponta que, embora muitas vilas do país tenham sido remodeladas em razão desse programa, nem todas obtiveram a mesma qualidade projetual observada em Dongziguan:

Em muitos casos, novas casas construídas no interior do país refletem o que o arquiteto vencedor do prêmio Pritzker, Wang Shu, apelidou de “casas de campo de estilo americano”. Ele disse que essas casas estavam destruindo aldeias chinesas icônicas. Ele foi igualmente contundente sobre o “falso estilo antigo” usado para atualizar algumas casas antigas da aldeia. (Idem)

Conceber um projeto contemporâneo que visa à releitura de aspectos arquitetônicos antigos reclama um processo projetual minucioso cuja dimensão mais importante seja, talvez, a sensível, pois esta se trata essencialmente de uma tarefa de (re)interpretação de linguagens arquitetônicas e técnicas construtivas que não são adotadas na contemporaneidade exatamente como teriam sido em outros tempos. Em geral, costuma-se definir esse tipo de arquitetura como “vernacular”. Segundo Frampton (2003: 381–2) um vernáculo era outrora produzido espontaneamente pela “interação combinada entre clima, cultura, mito e artesanato”. Em outras palavras, a arquitetura vernacular é produzida com vistas a preservar técnicas, materiais e o caráter de uma determinada região; já conforme definido por Lemos (1989, apud Teixeira, 2010: 67) o vernáculo seria uma arquitetura “pura”, isto é, livre de influências estrangeiras, e deve se encontrar em um sistema fechado, onde um saber construtivo é transmitido entre as gerações de um grupo: “O domínio da técnica é totalmente empírico e o uso de materiais, em geral naturais, próprios do local, é intenso. *A arquitetura vernacula é desprovida da figura do arquiteto.*” (Grifo nosso) (Idem). A plena compreensão dos

18 SÁ, Lais Mourão. Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA/DEA, 2005, p. 245–56.

fundamentos da arquitetura vernacular de uma determinada região, elaborada pelos próprios habitantes com materiais construtivos oriundos do contexto físico circundante, é a mais pura fonte para a produção acertada de uma arquitetura contemporânea que visa à reinterpretação da linguagem arquitetônica de um grupo, uma vez que um vernáculo é originalmente imbuído de “discursos, mitos e valores”, nos termos de Jorge (2009: 242–3), desse mesmo grupo.



FIGURA 25: A Vila de Dali, na província de Guizhou, localizada na região sudoeste da China, é uma das regiões onde são encontrados exemplares do que poderia ser chamada “arquitetura vernacular” chinesa.

FONTE: CNN, 2014. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2014/02/16/opinion/china-countryside-opinion-xie/index.html>. Acesso em 18 de jul. 2019.

À luz de uma arquitetura vernacular tal como a observada na Vila de Dali, a equipe do Gad Line + Studio buscou conceber um conjunto habitacional contemporâneo na vila de Dongziguan que não apenas preservasse os hábitos locais originais, mas também resistisse aos moldes da atual arquitetura residencial chinesa que, em geral, é constituída de edificações em altura, em formato de barra (ARCHDAILY, 2017), e remete à linguagem do *International style* preconizada pelo Movimento Moderno. Conforme aponta Montaner (2001: 8), a questão do papel que venha a ter a história representa o lado mais vulnerável e ambíguo da corrente da arquitetura moderna, que está baseada na ênfase do novo em detrimento da tradição. Em oposição a essa ideia, a morfologia do conjunto habitacional da vila de Dongziguan buscou como inspiração primária o próprio conjunto de tradições chinesas e as abstraiu, refinou e reinterpretou por meio de uma compreensão atual (ARCHITECTURAL DESIGN SCHOOL, 2017). O resultado desse esforço pode ser observado no *design* dos blocos de habitação, que funde antigo e contemporâneo e cria uma nova linguagem arquitetônica.



FIGURA 26: O antigo no contemporâneo no conjunto habitacional da vila de Dongziguang.

FONTE: Archdaily, 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com/802369/contemporary-rural-cluster-dongziguang-affordable-housing-for-relocalized-farmers-in-fuyang-hangzhou-gad>. Acesso em 19 de jul. 2019.

O viés social do projeto proposto para a vila de Dongziguang pode ser identificado na acessibilidade, em termos de valor, das habitações oferecidas aos agricultores realocados. Visto que o orçamento disponibilizado para sua execução era limitado, poder-se-ia presumir que a necessidade de uma lógica construtiva econômica resultasse na adoção de padrões construtivos que inevitavelmente resvalariam em uma linguagem arquitetônica também padronizada. Entretanto, como aponta Silbert (2018), embora as habitações tenham sido projetadas para parecerem semelhantes, as formas assimétricas dos telhados proporcionam caráter e individualidade aos blocos. À vista disso, verifica-se a ressignificação de um elemento tradicional da arquitetura chinesa: ao passo que, na arquitetura da China Antiga, as regras do sistema do telhado visavam à perfeita junção entre estrutura e forma (HUANG; OZKAYA; KRISHNAMURTI, 2005), na proposta para o conjunto habitacional da vila de Dongziguang a forma ultrapassa o caráter meramente estético e opera também como fator de distinção.



FIGURA 27: Conjunto habitacional na vila de Dongziguang, distrito de Fuyang, China: projeto arquitetônico contemporâneo do escritório Gad Line + Studio.

FONTE: Archdaily, 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com/802369/contemporary-rural-cluster-dongziguang-affordable-housing-for-relocalized-farmers-in-fuyang-hangzhou-gad>. Acesso em 19 de jul. 2019.

De acordo com Wenwen (2017: A15), há dez anos Dongziguang era um “local esquecido” e apinhado de resíduos sólidos; hoje, após a execução do projeto do conjunto habitacional, os habitantes participam ativamente da manutenção da vila. Observa-se, portanto, que a arquitetura pode induzir a aproximação entre indivíduos

e o contexto físico circundante, visando à concretização do cenário ideal observado nas pinturas de Wu Guanzhong. Para além disso, o novo conjunto habitacional na vila de Dongziguan reafirmou o sentimento de pertencimento não só dos agricultores realocados, mas também dos demais habitantes da vila, e contribuiu para a solidificação das tradições da China Antiga. Grande parte desse resultado decorreu das formas e soluções arquitetônicas adotadas pela equipe do escritório Gad Line + Studio, que, inspirada nos “discursos, mitos e valores” dos agricultores locais, cumpriu os objetivos inicialmente propostos e conformou, nos moldes da contemporaneidade, uma paisagem semelhante à que teria existido nas antigas vilas chinesas.



FIGURA 28: Pintura que representa o que teria sido uma antiga vila chinesa.

FONTE: Yu Rita: concept artist matte painting, 2019. Disponível em: <https://ritayu.artstation.com/projects/0r1bY>. Acesso em 19 de jul. 2019.

CONCLUSÃO

Ao início do presente estudo, propusemo-nos a responder a pergunta: é possível incorporar elementos da arquitetura da China Antiga em projetos contemporâneos visando à inovação, em termos de linguagem arquitetônica, porém preservando o caráter e a estética particulares do país? O desenvolvimento da pesquisa e, sobretudo, o estudo de caso do conjunto habitacional da vila de Dongziguan nos levam a crer que sim. Concluímos também que a nova consciência cultural que tem emergido no âmbito da arquitetura chinesa contemporânea pode ser apontada como a principal viabilizadora desse processo, uma vez que prioriza a junção entre antigo, a partir do resgate de aspectos construtivos e/ou simbólicos da China Antiga, e contemporâneo, visto que o atual mercado de construção civil do país não escapa da necessidade de modernização tecnológica. Parece-nos necessário, no entanto, trazer para essa discussão final questões de maior complexidade que estão, em certa medida, relacionadas ao tema geral desse estudo.

A partir da abertura para o mercado externo, no ano de 1979, o violento processo de urbanização experimentado pela China buscou (e ainda busca) o desenvolvimento do capitalismo por meio da arquitetura da cidade. Tanto embora seja possível verificar exemplos pontuais de edifícios que procuram resgatar as tradições por intermédio da

linguagem arquitetônica, esta não é a regra; o processo de urbanização observado na China, em geral, vai ao encontro da afirmação de Debord (1997: 112), que diz: “O urbanismo é a tomada de posse do ambiente natural e humano pelo capitalismo que, ao desenvolver sua lógica de dominação absoluta, pode e deve agora refazer a totalidade do espaço como *seu próprio cenário*.” O conjunto habitacional da vila de Dongziguan, conforme aponta Wenwen (2017: A15), representa um caso isolado: em relação a esse projeto é possível conjecturar que o respaldo financeiro fornecido pelo distrito de Dongziguan resguarde propósitos passíveis de questionamento; segundo Teixeira (2010: 18–9), as sociedades modernas (e contemporâneas) tiveram seu poder fortalecido pela recriação e perpetuação de tradições que eram convenientemente legitimadas por meio da assimilação de minorias que, por sua vez, também traziam consigo diversas tradições: “[...] por meio da imposição de suas tradições as nações “Imperialistas” fortaleciam seu poder junto aos dominados [...]”. Nesse sentido, Featherstone (2001, apud Teixeira, 2010: 19), afirma que

Valorizar a memória local e as tradições ligadas à ancestralidade do povo dominado é a forma de adquirir a confiança deste. Desse modo, os maiores e mais fortes, no processo de expansão global, têm apresentado a estratégia de assimilar as pluralidades regionais como tática de ampliação de suas formas de dominação.

À vista disso, pergunta-se: por que o investimento em um projeto de arquitetura, que visou ao resgate da “memória local” e “tradições”, e não em obras públicas relacionadas à educação, saúde, proteção ambiental, e outros? A esse respeito, cabe aqui a afirmação de Wenwen (2017: A15), de que há dez anos Dongziguan era um “local esquecido” e apinhado de resíduos sólidos, cenário alterado pela construção do novo conjunto habitacional. Segundo Xie (2014), os governos rurais não investem em obras públicas por não possuírem condição financeira e/ou autonomia necessária para tal. Pressupõe-se que, se fosse objetivo legítimo dos governos municipais o aprimoramento da qualidade de vida nas áreas rurais chinesas, não seriam observados todos os problemas apontados por Xie (2014) na província de Sichuan, no sudoeste da China, situação que pode ser estendida a outras regiões do país pois, segundo o autor, representa o “estado atual de uma crise de governança rural”: na província em questão, as esferas da saúde e da educação – dois importantes serviços públicos – estão em “estado lastimável”; há um hospital, porém com instalações inapropriadas e corpo profissional incapacitado; a escola de Ensino Médio teve cerca de cem formandos no ano de 2013, dentre os quais menos de 10% ingressaram na universidade: “Em sua corrida pela urbanização – em parte impulsionada pela migração massiva de agricultores para as cidades –, acredito que o governo chinês negligenciou amplamente o bem-estar dos residentes rurais”. Ainda conforme Xie (2014), a urbanização tem sido uma das forças motrizes do desenvolvimento econômico da China, mas esta “não deve ocorrer às custas dos habitantes das áreas rurais, que ainda respondem por quase metade da população chinesa. Não é o número de megacidades que torna um país moderno, mas a qualidade de vida em suas áreas

rurais”.

A migração rural-urbana na China, questão comumente observada em países emergentes, também pode ser apontada como consequência da negligência governamental na gestão de áreas rurais, pois força os habitantes a migrarem para grandes centros urbanos em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. Conforme já mencionado, a migração em massa de jovens do sexo masculino leva a prática da agricultura a mulheres e idosos; cabe destacar que a diminuição de mão de obra nessa área pode enfraquecê-la. Com vistas à preservação da agricultura, que ainda é a fonte de subsistência de 42% da população chinesa, a arquitetura poderia contribuir por meio da difusão de exemplos como o do conjunto habitacional da vila de Dongziguan, que se adequa aos hábitos de vida dos agricultores, porém os governantes não deveriam relegar a implementação de equipamentos, leis, políticas públicas, e outros aportes que forneçam à população rural chinesa qualidade de vida e que suscitem em seus habitantes o desejo de permanecer nessas áreas. Segundo Xu Shixin, secretário da vila de Dongziguan, “Construir casas que se adequem aos agricultores e apoiar a economia local é fundamental para o sucesso da reconstrução do campo. Os agricultores querem que seu padrão de vida melhore, mas eles não querem deixar suas cidades de origem” (WENWEN, 2017: A15). Tanto embora saiba-se que a arquitetura isoladamente não é capaz de resolver problemas de ordem social, é possível (e desejável) que ela possa, ao menos, amenizá-los. Um modo de atingir esse objetivo é por intermédio de projetos arquitetônicos que não apenas preservem superficialmente as tradições de um povo no arranjo ou nas fachadas de edificações, mas que reafirmem e cristalizem a consciência cultural de uma civilização para que esta seja a verdadeira imperadora de um país.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Fernanda; CERQUEIRA, Sátyla; CANÊDO Taynah. **A China Antiga e sua arquitetura monumental**. 2012. Disponível em: <https://www.ndig.com.br/item/2012/10/a-china-antiga-e-sua-arquitetura-monumental>. Acesso em 15 de jul. 2019.

AQUINO, Ruth de. **A arquitetura da nova China**. 2008. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI7354-15227,00-A+ARQUITETURA+DA+NOVA+CHINA.html>. Acesso em 13 de jul. 2019.

ARANTES, Otília. **Chai-na**. São Paulo: EDUSP, 2011.

ARCHDAILY. **Dongziguan Affordable Housing for Relocalized Farmers / gad**. 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com/802369/contemporary-rural-cluster-dongziguan-affordable-housing-for-relocalized-farmers-in-fuyang-hangzhou-gad>. Acesso em 18 de jul. 2019.

ARCHITECTURAL DESIGN SCHOOL. **Habitação acessível em Dongziguan para agricultores realocados / gad**. 2017. Disponível em: <https://por.architecturaldesignschool.com/dongziguan-affordable-housing-85440>. Acesso em 18 de jul. 2019.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernidade reflexiva: trabalho e estética na**

ordem social moderna. São Paulo: Unesp, 1997.

BENEVOLO, Leonardo. **Arquitetura do novo milênio.** São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

BORGES, Ana Gabriela Rigo; DUTRA, Amanda Caroline; OLDONI, Sirlei Maria. A arquitetura como expressão tecnológica. *In: V Simpósio de Sustentabilidade e Contemporaneidade nas Ciências Sociais*, 2017, Cascavel. **Anais eletrônicos**, 2016.

CHINESE CULTURE LOVERS. 琵琶行 **Song of a Pipa Player**. 2019. Disponível em: https://www.holoong.com/library/song-of-a-pipa-plager_c141.html. Acesso em 19 de jul. 2019

COSTA, Marcos O. **O processo de urbanização na China**. 2012. Disponível em: <https://marcosocosta.wordpress.com/2012/06/10/a-urbanizacao-da-china/>. Acesso em 16 de jul. 2019.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DI MÉO, Guy; BULÉON, Pascal. **L'espace social.** Paris: Armand Colin, 2005.

FEATHERSTONE, Mike. Culturas globais e culturas locais. *In: FORTUNA, Carlos (Org.). Cidade, cultura e globalização.* Oeiras: Celta Editora, 2001.

FERREIRA, Isabela. **Centro Comunitário Dongziguan**. 2019. Disponível em: <https://prezi.com/p/8sghu55c4lmg/dongziguan/>. Acesso em 21 de mai. 2019.

FIEDERER, Luke. **Clássicos da arquitetura: Cidade Proibida / Kuai Xiang**. 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/876925/classicos-da-arquitetura-cidade-proibida-kuai-xiang>. Acesso em 19 de jul. 2019.

FILHO, Severino Bezerra Cabral. A china rumo ao século XXI (transformações do desenvolvimento). **Revista Indicadores Econômicos FEE**, Rio Grande do Sul, v. 23, n. 4, p. 209–22, 1996.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GAZETA DO POVO. **Crescimento da população urbana na China**. 2019. Disponível em: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/mundo/crescimento-da-populacao-urbana-na-china/>. Acesso em 14 de jul. 2019.

HOLDSWORTH, May. **The Forbidden City.** Hong Kong: Oxford University Press, 1998.

HUANG, Yingdan; OZKAYA, Ipek; KRISHNAMURTI, Ramesh. **Exploring traditional chinese architecture: interactive realization of a traditional construction process**. 2005. p. 102–8. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/096c/4bc075bc118acc965352e818bf2ffc58d1fc.pdf?_ga=2.181921188.2000559147.1563315363-1002069016.1563315363. Acesso em 16 de jul. 2019.

INSTITUTO BRAMANTE. **Saiba como uma empresa chinesa consegue construir mais rápido que qualquer outra no mundo**. 2018. Disponível em: <https://www.institutobramante.com.br/saiba-como-uma-empresa-chinesa-consegue-construir-mais-rapido-que-qualquer-outra-no-mundo/>. Acesso em 26 de mar. 2019.

JORGE, Rogério Ribeiro. **Território, identidade e desenvolvimento: uma outra leitura dos arranjos produtivos locais de serviços no rural**. 2009. 304 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

JUNSKOWSKI, Bruna. **Com linguagem original, a arquitetura chinesa vai além das cópias de monumentos**. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/haus/design/na-arquitetura-o->

- made-in-china-e-sinonimo-de-originalidade-e-desenvolvimento-urbano/. Acesso em 14 de jul. 2019.
- KOOLHAAS, Rem. **Project on the city I: great leap forward**. São Paulo: Taschen BR, 2001.
- LEMOS, Carlos A. C. **O que é arquitetura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- MONTANER, Josep Maria. **Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX**. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2001.
- NONNENBERG, Marcelo José Braga. China: estabilidade e crescimento econômico. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 201–18, jun. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 16 jul. 2019.
- OLIVEIRA, Adriana Capuano de. Uma questão de identidade! Migrações e pertencimento na dinâmica do mundo globalizado. **Revista USP**, São Paulo, n. 114, p. 91–108, jul./ago./set. 2017.
- OLIVEIRA, Carlos Tavares. **O despertar da China: abertura para a economia de mercado**. São Paulo: Aduaneiras, 1990.
- _____. **China: superpotência do século XXI**. Rio de Janeiro: Foglio, 1993.
- PADULA, Antonio Domingos. Urbanização e êxodo rural na China. In: NASCIMENTO, Luis Felipe Machado do. **Lia, mas não escrevia: contos, crônicas e poesias [recurso eletrônico]**. Porto Alegre: UFRGS, 2014. p. 465–67.
- POMAR, Milton. **A China rural não existe mais**. 2017. Disponível em: <http://www.amanha.com.br/posts/view/3363/a-china-rural-nao-existe-mais>. Acesso em 18 de jul. 2019.
- SCARPARI, Maurizio. **A China Antiga**. Barcelona: Folio, 2006.
- SHANGAI DAILY. **Ancient Chinese wooden architecture**. 2018. Disponível em: <https://archive.shine.cn/sunday/now-and-then/Ancient-Chinese-wooden-architecture/shdaily.shtml>. Acesso em 17 de jul. 2019.
- SILBERT, Jake. **Gad Line + Studio Develops Minimalist Low-Cost Housing in Rural Chinese Village**. 2018. Disponível em: <https://hypebeast.com/2018/9/gad-line-studio-low-cost-housing-dongziguang-village-china>. Acesso em 19 de jul. 2019.
- SILVA, Keli de Oliveira. A periferização causada pela desigual urbanização brasileira. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 11, p. 1–10. dez./jan./fev./mar. 2007. Disponível em: <https://www.urutagua.uem.br/011/11silva.htm>. Acesso em 18 de jul. 2019.
- STEINHARDT, Nancy Shatzman. **Chinese architecture: a history**. Nova Jersey: Princeton University Press, 2019.
- TEIXEIRA, Letícia Miguel. **O habitar popular nas paisagens urbanas tradicionais**. 2010. 175 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- TERRA, Pedro Pires. **A urbanização chinesa: a transformação de uma economia rural em uma economia urbana**. 2016. 56 f. Monografia (Bacharelado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- WENWEN, Xu. Chinese paintings inspire rural renovation. **Shanghai Daily**, Xangai, 18 de abr. 2017.

City Specials: Hangzhou, p. A15.

XIE, Tao. **Opinion: China's looming crisis in the countryside**. 2014. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2014/02/16/opinion/china-countryside-opinion-xie/index.html>. Acesso em 18 de jul. 2019.

XIN, Zhou. **População urbana supera a rural na China pela primeira vez**. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/01/populacao-urbana-supera-a-rural-na-china-pela-primeira-vez.html>. Acesso em 14 de jul. 2019.

YILONG, Zhao. **Centro comunitario en Dongziguan / gad x line + studio**. 2018. Disponível em: <https://magaceen.com/es/architecture/dongziguan-villagers-activity-centre/>. Acesso em 22 de mai. 2019.

RELEVÂNCIA CULTURAL DA MODERNIDADE NA VIRADA DO SÉCULO XXI NA ARQUITETURA BRASILEIRA

Samir Set El Banate

Universidade José do Rosário Vellano,
Departamento Arquitetura e Urbanismo, Alfenas,
Minas Gerais.

Manoel Lemes Silva Neto

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
(PUC-Campinas), Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação
em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas,
Ambientais e de Tecnologias, Campinas, São
Paulo.

Julia Naves Teixeira

Universidade José do Rosário Vellano,
Departamento de Engenharia Civil, Alfenas, Minas
Gerais.

RESUMO: Esse artigo demonstra a importância dos conceitos imputados na modernidade, principalmente da arquitetura moderna, como elemento estruturador do projeto da arquitetura brasileira a partir do século XX e que na virada para o século XXI esses princípios se alteram, mas mantém uma coerência com o projeto moderno. O instrumento de reflexão desse texto é a revisão bibliográfica crítica que estabelece a base da análise e possibilita uma investigação qualitativa da arquitetura moderna brasileira. O texto propõe uma reflexão sobre o projeto moderno e a construção das cidades, seguido da possível construção histórica da arquitetura brasileira do período e as relações dos projetos

e seus objetivos. O resultado da investigação no cenário nacional da arquitetura demonstra semelhanças entre as “escolas” e caminhos que orienta a produção historicamente pautada. Os edifícios estudados estabelecem uma relação de “hierarquia e privilégio” com os espaços públicos e com os elementos urbanos que são incorporados aos projetos da arquitetura brasileira na virada do século XXI, fruto da herança cultural da arquitetura moderna. Apesar disso, houve de fato uma mudança de atitude projetual e um modo inédito da forma como esta relação é proposta.

PALAVRA-CHAVE: Arquitetura brasileira; Arquitetura moderna; Arquitetura contemporânea; Edifício e Cidade.

MODERNITY CULTURE RELEVANCE AT THE TURN OVER THE 21ST CENTURY IN BRAZILIAN ARCHITECTURE

ABSTRACT: This article demonstrates the importance of concepts imputed in modernity, especially of modern architecture, as a structuring element of the project of Brazilian architecture from the twentieth century and that at the turn to the 21st century these principles change, but maintain a coherence with the concept. Modern design. The reflection instrument of this text is the critical bibliographic review that establishes

the basis of the analysis and enables a qualitative investigation of the modern Brazilian architecture. The text proposes a reflection on the modern project and the construction of cities, followed by the possible historical construction of the Brazilian architecture of the period and the relations of the projects and their objectives. The result of the investigation in the national architecture scenario shows similarities between the “schools” and paths that guide the historically guided production. The studied buildings establish a relationship of “hierarchy and privilege” with the public spaces and the urban elements that are incorporated into the projects of Brazilian architecture at the turn of the 21st century, the result of the cultural heritage of modern architecture. Nevertheless, there has indeed been a change in design attitude and an unprecedented way in which this relationship is proposed.

KEYWORD: Brazilian architecture; Modern architecture; Contemporary architecture; Building and City.

1 | INTRODUÇÃO

Marcos e saltos históricos no âmbito da cultura são possíveis pela vinculação de pontos de inflexões determinados pela possibilidade analítica em relacionar atitudes e circunstâncias, conforme aponta Bastos em artigo sobre dois períodos distantes no tempo em 50 anos. “Divergência teórica importante entre os dois períodos e que pode estar relacionada ao relativo enquadramento formal da produção brutalista diz respeito à cidade”, ao analisar as obras de 1960 e as obras de 2010 em “1960-2010: meio século de distância” (BASTOS, 2013).

Nos anos de 1960, havia um ideário de que a arquitetura moderna demandava uma nova estrutura urbana. Apesar da falta de consenso, como demonstrado no concurso de Brasília (BASTOS & ZEIN, 2011, p 63), entre as diversas e divergentes propostas apresentadas, alguns princípios são elencados como comuns à época. Havia a preocupação em romper com as quadras convencionais e a ideia de lote; para isso, o edifício não poderia estar em consonância com lote e se implantava de modo a imaginar uma continuidade espacial, favorecendo a construção em blocos em função da topografia e da orientação solar, afastados entre si, em meio a áreas verdes que incorporavam os edifícios: “havia [...] um comprometimento com a tese da cidade moderna” (BASTOS, 2013, p 06).

O resultado desse comprometimento foi que “os edifícios [...] se relacionavam com um número relativamente limitado de elementos [...] não demandavam uma estreita interação com o tecido edificado” (Ibid., p 02).

Em 1951, na Europa, o CIAM intitulado “Coração da cidade” apresenta a pauta do centro da cidade como espaço de sociabilidade e troca humana na cidade moderna. Brasília tenta absorver esses preceitos modernos e a ideia de sociabilidade, implantando a rodoviária no centro geográfico da cidade. No “marco zero” está o cruzamento entre os eixos: monumentais e rodoviários.

2 | A CIDADE MODERNA E A CIDADE EXISTENTE

Nas cidades brasileiras houve a construção de diversos bolsões do urbanismo moderno em conjuntos habitacionais, centros cívicos e cidades universitárias, mas o nível de comprometimento com a cidade moderna estava no edifício e não no interstício entre edifício e a cidade existente.

A dimensão de alguns edifícios, em 1960, configurava a quebra da escala no tecido convencional das cidades brasileiras. A horizontalidade proporcionada por alguns edifícios teve 150 a 200 metros de projeção no solo; exemplo maior é o edifício de Niemeyer para o campus da UnB, chegando a 720 metros de extensão. Esse princípio de cidade, espraiada, é compatível com a escala do automóvel e os diversos termos do discurso (praça, rua e passeio) compunham os espaços adjacentes dos grandes blocos, que “pareciam propor uma urbanidade à margem da cidade existente e historicamente constituída” (BASTOS, 2013, p 06).

Nos anos de 1970/80, a visão de que o urbanismo moderno não poderia se sobrepor à cidade existente e os problemas apontados como os espaços residuais, o espraiamento das cidades, a violência nos grandes centros, a falta de políticas de habitação e, conseqüentemente, o crescimento de assentamentos informais alteram a realidade da cidade existente, bem como da cidade idealizada pela modernidade. Encontra-se um novo paradigma a ser transposto, ao mesmo tempo, as ferramentas de gestão urbana começam a ser incorporadas aos processos de controle urbano, alterando o urbanismo para o status de planejamento.

Há necessidade de recompor o território e conectar a cidade através de um trabalho de arquitetura em “costurar” as diversas configurações que se estabeleceram.

A divergência que aponta Bastos entre o século XXI e o século XX, num gigantesco salto histórico da análise, seria: a idealização da cidade moderna e a predominância do automóvel em territórios espraiados versus a cidade compacta; e os valores da noção de arquitetura como composição com o existente em justaposição com a arquitetura de diversos períodos.

A transição entre os períodos pela vinculação cultural da arquitetura brasileira se mostra muito diferente daquela arquitetura em busca da brasilidade e, agora, se preocupa com valores da modernidade já consolidados, mas em atitude renovada. A mescla de valores universal e regional não mais é ênfase do debate. A escala dos problemas, e as teorias sociais e antropológicas recolocam o paradigma de volta ao campo do urbanismo pela possibilidade limitada de transformação da cidade que a condição do lote impõe ao planejamento e que esse acolhe como regra e princípio em estratégias de gestão.

Apesar das diversas tentativas de construir rupturas no cenário nacional da arquitetura, Bastos, no artigo “A afirmação de uma feição nacional e outros caminhos” (BASTOS, 2005), demonstra as diversas semelhanças entre as “escolas” e caminhos que ora se aproximam e ora se afastam, mas cujo discurso de uma identidade

nacional, na valorização da tecnologia e preocupações ideológicas “marxistas”, orienta a produção historicamente pautada.

3 | A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA ARQUITETURA BRASILEIRA

A afirmação sobre a construção da continuidade histórica da arquitetura nacional ser “fruto de uma montagem crítico teórica [...] por meio da historiografia [...]” ocorrida nos anos 50, possui sua defesa na continuidade histórica da arquitetura brasileira desde o MESP-RJ até os anos 1980. Esta constitui uma unidade que perfaz o território nacional, sendo caracterizada por uma arquitetura moderna própria, definida como arquitetura moderna brasileira e cuja análise foi feita em cunho atemporal.

A descrição de Tozzi e Pedrosa (apud BASTOS, 2005) enaltecendo a arquitetura nacional pelo emprego da linguagem plástica em superação ao modelo funcionalista, na leveza dos edifícios e proezas estruturas. A defesa, ainda mais audaciosa, é de a arquitetura nacional ter atingido uma independência ou “autossuficiência” em relação ao cenário e cultura internacional. Esse pensamento é colocado como uma recusa em indagar a prática da produção contemporânea, buscando as mesmas características que orientaram a produção nacional, criando um vazio conceitual na disciplina e “gerando a noção de uma aparente suspensão histórica” (BASTOS, 2005, p 04).

Após a abertura de caminho proposto por Artigas no edifício da FAU-USP, a arquitetura paulista nos anos 1970 volta-se a uma visível preocupação em retomar o caráter da arquitetura nacional “em afirmar uma feição própria para a arquitetura moderna brasileira (...) buscou uma visão conciliatória entre as experiências paulista e carioca” (Ibid., p 06), posição que tenta conciliar e consolidar uma resposta como se ambos os movimentos tivessem vinculados a um mesmo momento histórico-cultural válido.

Neste amálgama, entre o Ministério da Educação e o texto “O Desenho” de Artigas, entre a crítica aos programas e a procura da beleza, entre a tarefa do desenvolvimento e um nível poético livre e inventivo, se procurou forjar uma “tradição” da arquitetura moderna brasileira. (Ibid., p 07).

As revistas da época demonstram a divergência entre as duas propostas como modelos de desenvolvimentos nacionais, onde se polarizava a busca pelo desenvolvimento nacional num esforço em encontrar a linguagem que fosse compatível com a industrialização pela racionalidade construtiva e que apostava a valorização na livre expressão formal.

A lacuna não havia sido investigada, a época que poderia ser uma ligação entre as obras “clássicas” da arquitetura moderna nacional e a arquitetura da década de 1970. A ideia de repetição da unidade estrutural-espacial como proposta a um país em transformação, onde os espaços, mais do que configurar uma identidade, pudessem se adaptar às novas condições e evitar a obsolescência das obras. Ou seja, o processo de desenvolvimento nacional nunca foi abandonado, mas passa

por revisões, buscando, nas bases da arquitetura moderna brasileira, responder as preocupações da época.

Da mesma forma que a busca pela identidade possa ter sido, num primeiro momento, o processo de desenvolvimento, num segundo, passa à racionalidade da construção. Neste caso da década de 1970, a possibilidade de crescimento e flexibilização da arquitetura postula um espaço baseado na ideia de célula e unidade espacial estrutural, numa revisão do espaço contínuo moderno. As obras para a estação ferroviárias da Cia Mogiana de Oswald Bratke, o projeto da Universidade Católica do Paraná de Sergio Bernardes, o edifício da Superintendência da Zona Franca de Manaus de Severiano Porto e o Centro de Abastecimento de Porto Alegre de Araújo, Fayet, Comas, Gaudenzi e Dieste são exemplos dessa proposta.

Essa leitura começa de fato a ser escrita a partir dos projetos da década de 1980/90, após a retomada da cidade “real” e o pretendido “fim da modernidade”. Apesar do proclamado “fim”, é nesse momento que o trabalho de Mendes da Rocha e dos arquitetos dessa geração encontram a cidade em projetos de infraestrutura e equipamentos; o MUBE pode ser inserido nesse quadro.

Mas o fato que marca a hipótese de estabelecer uma unidade à arquitetura nacional frente às correntes que não compartilham desse panorama, mas que também não se constituíram como tradição da arquitetura brasileira, é o concurso para o Pavilhão de Sevilha, em 1992. Talvez o momento mais diverso da arquitetura nacional, o concurso referia-se, segundo Segawa (BASTOS, 2003, p. 242), a uma construção que expressasse, enquanto monumento, a excelência da arquitetura nacional, representando-a como referência exemplar. Outro ponto importante no edital do concurso era a flexibilidade do edifício e sua reciclagem em um Centro Internacional Tecnológico, além de ser compatível com sua construção em oito meses. O júri do concurso contava com a presença de Mendes da Rocha.

O memorial do projeto vencedor (equipe formada pelos arquitetos: Ângelo Bucci, Álvaro Puntoni, José Oswaldo A. Vilela) ressaltava a importância da orientação da cultura brasileira e, para este, o que haveria de original na arquitetura brasileira seria a construção de espaços amplos de uso coletivo, devendo o edifício ser aberto, “um convite ao descobrimento”. No térreo, o piso se confunde com o piso de Sevilha e se transforma em rampas, claras citações literais ao edifício da FAU-USP e ao Pavilhão de Osaka (Figura 41).

As críticas ocupam as revistas nos meses que se seguem, e o projeto reabre novamente o tema da tradição da arquitetura brasileira, conforme revela a ata do júri: simplicidade formal; concisão na resolução de programa, característico da arquitetura brasileira; a consciência sobre as relações do homem com a natureza e na ocupação do espaço; afastando-se do imediatismo simbólico, do uso da tecnologia e das soluções rebuscadas.



Figura 01 – Maquete do Projeto do Pavilhão de Sevilha, na EXPO 92. Fonte: Escritório SPBR.

Nesse período, havia a tentativa de instauração da arquitetura pós-moderna, mas a contestação da arquitetura moderna não atinge seus princípios (SEGAWA apud BASTOS, 2003, p 255). Era como atitude de reação a uma pretensa modernidade da história oficial, que propôs a “afirmação da arquitetura moderna no país”, mas que construiu mitos e injustiças. Ceça de Guimaraes (BASTOS, 2003, p 256) revela essa injustiça em declaração de protesto, dizendo que, no “lugar de indivíduo, foram indivíduos arquitetônicos que fizeram a complexa revolução cultural do modernismo”. E Ricardo Marques (Ibid., p 257) aponta a suposta atitude moderna de fato, sendo uma postura inversa ao do renascimento como disciplina específica e que deveria ser orientada em bases renovadas como o urbanismo.

O livro “Coletivo: 36 projetos de arquitetura paulista contemporânea” (MILHEIRO, NOBRE & WISNIK, 2006) é uma tentativa de constituir uma unidade da geração formada anos 1980/90 na FAU-USP.

No período, “procurou-se contemporizar a multiplicidade de tendências” (ZEIN apud MILHEIRO, 2006, p. 88), não havendo a necessidade de heroísmo na arquitetura, uma vez estabelecida a relevância da arquitetura brasileira, mas haveria uma tentativa de corrigir “erros” históricos da construção da tradição da arquitetura sobre alguns poucos personagens e não gerações. A geração 1980/90 se apropria desse discurso e o opera numa renovação de linguagem da herança deixada da modernidade.

Milheiro (2006, p. 89) comenta a aproximação desse período: “é Junqueira Bastos quem permite avançar, ao colocar o projeto do Pavilhão do Brasil para Expo 92, em Sevilha, no eixo final da trajetória pós-Brasília” e complementa que a crítica que o projeto recebe “acaba por deslocá-lo para a etapa seguinte”, colocando-o para dentro da história da arquitetura brasileira pelo debate gerado, pelas referências explícitas do projeto e pela disponibilidade de uma geração “para a prospecção de pistas que resgatem uma história e engendrem um futuro”, que estava amortecido após os vários anos de sentimento de fracasso devido às críticas dos períodos anteriores. O debate produz uma “delimitação do que está dentro ou fora do enquadramento cultural traçado pela modernidade brasileira”.

A sugestão de Milheiro de que há uma “geração reunida em Coletivo”, não apresenta de fato uma geração trabalhando em torno dos mesmos projetos, mas em torno de questões e, principalmente, com as mesmas referências “em torno de personagens fundadores da arquitetura paulista, criando um espírito de coesão”.

Neste sentido, as questões contemporâneas, cuja geração gravita em torno, apontam para um discurso social na prática arquitetônica recolocando o enfoque “na abordagem da arquitetura como uma infraestrutura urbana” – os argumentos elencados são: a “carência generalizada” que vive o país; a cidade sendo o centro do debate muitas vezes contrário aos interesses correntes; tensão existente entre a realidade urbana e as barreiras encontradas para uma cultura de espaços públicos justificada no discurso da cidade compacta ou na densa ocupação “consolida a opção pela urbanidade”; desencadeando de ações só poderiam se efetivar através do planejamento das infraestruturas da região. Assim, “começa a criar um corpo teórico em torno das questões do território” (Ibid., p. 90).

Apesar da ideia do desenvolvimento das condições atuais da cidade, bem como uma visão de cultura da modernidade, as respostas são um tanto diferentes das sugeridas pelos fundadores. O que, de fato, incita uma preservação de princípios e não de modelos: a concepção de cidade compacta é antagônica à cidade espraiada; a ideia de regeneração do território através da inclusão do construído como parte fundamental do processo difere da “tradição moderna brasileira convocada para fazer ‘cidade nova’ na lógica do desenvolvimento do interior” (Ibid., p. 91).

4 | A MODERNIDADE NO SÉCULO XXI

Não se trata mais de construir novas cidades ou de começar do zero, mas de resolver a metrópole. Contudo, é verossímil o fato da “existência de um capital teórico que não teve a oportunidade de ser testado através da aplicação contínua” (Ibid.). Entretanto, a influência que estas reflexões terão sobre os projetos de menor escala são significativas. Assim, podemos apenas intuir sobre o fato ou fazer uma análise preliminar baseada nos modelos anteriores. De certo, os grandes projetos em escala são postos para resolver um conjunto de problemas da escala da metrópole, suprimindo a escala local. Apesar dessas respostas ainda serem teóricas, pois ainda não temos concretizado nenhum projeto em escala, é certo que os projetos que constituem o pensamento de corpo teórico nascem em projeto de menor escala.

A presença de Mendes da Rocha, tanto no debate como nos trabalhos, reforça o vínculo com o período. Mas este fato também instaura um novo ponto do qual só seria possível inaugurar tendo o que existia antes. O projeto do MUBE instaura essa nova postura, não sendo mais uma síntese da postura moderna, mas uma interpretação crítica sobre a modernidade, instaurando a fundação de uma contemporaneidade.

Ao mesmo tempo, a autonomia apresentada pela arquitetura brasileira em

relação ao cenário internacional mostra a capacidade de abrir novos rumos vinculados à “vitalidade da cultural enraizada”, garantindo sua independência dos conceitos exportados dos movimentos europeus e estadunidenses.

A importância da atenção e da consciência da carga pragmática que existe dentro da cultura brasileira são elementos que norteiam e configuram o trabalho dessa geração numa “noção de clássico” (Ibid.). Essa hipótese lançada incorpora as conquistas que a arquitetura brasileira alcançou por direito, mas há uma tensão natural do período atual com novas abordagens culturais, essa tensão seria a chave das contribuições individuais.

Nos projetos desenvolvidos no período, duas abordagens representam a vontade de pertencimento a uma “escola”, presentes nos resquícios da modernidade e na impossibilidade de fugir ao problema premente do cenário cultural atual. O edifício único e compacto, com volume denso, representa a primeira abordagem, enquanto a vontade de criar o ambiente urbano atrás da arquitetura ou dos elementos arquitetônicos e a impossibilidade de intervenção em escalas maiores constituiria a segunda.

Neste exemplo, estaria os projetos de Bucci e Puntoni após o Concurso de Sevilha, segundo Milheiro:

[...] moldam-no a um limite quase formalista [...] encontrando nos dispositivos da forma um modo de contrariar o ascetismo e a abstração que são vistos como o maior capital da arquitetura paulista [...] transforma imagens modernas em alegorias [...]. O arquétipo é aqui assumido no seu valor iconográfico. (Ibid., p 95).

Apesar das inúmeras teses e dissertações sobre a situação atual das nossas cidades, o posicionamento de Mendes da Rocha para essa questão constitui uma lúcida avaliação da oportunidade desperdiçada e as incoerências das ações atuais na construção do território e da cidade.

Nos anos 1990, ao mesmo tempo em que ocorre a consolidação espacial da cidade, as grandes infraestruturas são finalmente construídas, ocorre uma crise do modelo de segregação. Apontado por Recamán (*apud* PISANI, 2013, p. 371), um paradoxo da crise era “o risco de qualquer melhoria nas áreas centrais [...] traduz na expulsão das classes menos favorecidas”, perspectiva que ocorre de modo contrário. À medida que a infraestrutura chega à cidade, as classes de alta renda a abandonam, migrando para universos herméticos nas periferias. Essa postura é uma “transformação da conjuntura da lógica urbana”; junto a ela, existe também, segundo Pisani, a “dramática eliminação dos espaços públicos” (PISANI, 2013, p. 271).

Villac é uma pesquisadora da obra de Mendes da Rocha que escreveu diversos artigos e livro sobre o arquiteto. Apontamos um texto intitulado “O preceito coincidente entre cidade e arquitetura” (artigo publicado no IV Seminário Nacional sobre Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura – PROJETAR, 2009), pois direciona o debate ao assunto que está sendo apresentado.

Neste texto, a autora começa afirmando a estreita relação existente entre a arquitetura moderna e a cidade, dizendo que, para a arquitetura moderna, “o projeto não

é o edifício, mas a cidade”. O que de fato é uma verdade do ponto de vista de Anatole Kopp, em seu livro “Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa” (1990), cujo debate recai sobre a tarefa da arquitetura em uma tentativa de transformação da sociedade na modernidade. Este objetivo só poderia ser realizado na transformação do modo de vida e, com isso, dos modelos dos espaços habitados, as cidades, que, até o momento, não representariam esse ideal de modernidade.

A cidade é este horizonte do projeto moderno na relação de interdependência entre o edifício e o ambiente urbano, porém o resultado seria a somatória das tipologias edificadas. Por isso, haveria a necessidade de uma retomada crítica da “estruturação urbana desde a visão de totalidade como um olhar crítico sobre a obra isolada” (VILLAC, 2009).

Neste sentido, alude à ideia contrária aos espaços genéricos e a um comprometimento na concepção de espaços para dinâmica da convivência. O artefato estaria comprometido com a estrutura urbana e com a experiência dos espaços urbanos, pois é “o elemento mínimo de uma forma de organização global que identifica e organiza escalas graduais e instrumentos parciais de intervenção que se estendem até a amplitude da estrutura cidade” (Ibid.). O procedimento para constituir a forma do artefato abarca escala mais ampla na dinâmica “intra” e “extra” arquitetônica. O interesse passa ser não apenas a arquitetura como elemento construído, mas as relações que estabelece ao interpretar e construir a cidade.

Para o arquiteto Mendes da Rocha, o edifício constrói a cidade, pois esse tem um impacto na configuração espacial existente e com isso pode permitir ou não certos privilégios em detrimentos de outros: permeabilidade, conexão, integração. A preocupação com a implantação, no caso específico do MUBE, demonstra ser o primeiro aspecto disciplinar na relação entre o espaço construído e a cidade.

5 | HERANÇA CULTURAL E OUTRAS PERSPECTIVAS

“Construir a cidade é uma tarefa tanto como uma herança”, ao mesmo tempo em que a arquitetura lida com uma herança existente, o valor de crítica se torna ferramenta analítica, negação ou afirmação da transformação do traçado em grelha ou da obra isolada. Como exemplo, edifício-ponte da Praça dos Museus da USP, assim como o Sesc Taubaté: estes edifícios estabelecem uma relação de “hierarquia e privilégio” com os espaços públicos, ou porque proporcionam uma abertura direta e efetiva ao espaço coletivo no tecido urbano ou porque, na propriedade privada, garantem a permeabilidade visual do espaço público pela estrutura sobre pilotis. O edifício-ponte é uma tipologia que se contrapõe à tipologia da quadra, ao passo que o edifício sobre pilotis estabelece uma relação de proximidade entre o espaço privado e público, e “pode ser exemplar ao negar a quadra como elemento estruturador e organizador do espaço da cidade” (VILLAC, 2009).

Os elementos urbanos da cidade tradicional, como praças, ruas e monumentos, são os elementos que constituem, na cidade, os espaços públicos. Atribuir ao edifício componente urbano “ênfata a importância da dinâmica da cidade como objeto de investigação”. Nas formas paradigmáticas de manifestação da experiência e sociabilidade urbana: ruas são estruturas urbanas de circulação e adquirem no projeto caráter de percurso e trajeto, união entre os espaços e *promenade architectural*; e a praça é um vazio que orienta o edifício e localiza o lugar de encontro e convivência, espaço de práticas sociais, o lugar de permanência. Estes espaços, ao penetrarem no programa do artefato, cumprem o papel estruturador de espaço aberto de grande significado social.

Além da incorporação de componentes urbanos, estruturas mínimas das cidades tradicionais, nos edifícios como praças, ruas e monumentos, estes têm uma importância na definição da organização interna do edifício, influenciando na configuração da planta. Os elementos que definem a estruturação dos espaços da cidade são incorporados aos espaços privados de intimidade em simbiose entre as dimensões públicas e privadas e na configuração do edifício e da cidade.

O modelo da cidade moderna, com os edifícios isolados, libertos da quadra, não possui uma morfologia de espaço urbano, de rua, praças, avenidas, largos, mas volumes e objetos pousados no território. A ênfase do projeto está na autonomia do objeto arquitetônico em relação ao território e menos na incorporação das estruturas da cidade tradicional, uma vez que o princípio que rege a arquitetura moderna é a construção dos espaços da modernidade e da sociedade que se pretende, sendo contrárias às ideias de cidade e sociedade até então (LEAL *apud* VILLAC, 2009).

Mas o modelo da cidade moderna encontra, na atualidade, teses que defendem o projeto moderno como uma construção da noção de lugar (GUIRÃO *apud* SOUTO, 2010). “A modernidade que não recusa a cidade tradicional” coloca Villac, complementando que a relação de interdependência do edifício em relação à cidade e a introversão dos espaços internos dos elementos estruturadores da cidade tradicional colocam-se como tentativas de compreensão das contradições e potenciais dos dois modelos.

Assim como Villac, Souto (2010) faz um esforço de codificação da obra de Mendes da Rocha e aponta atitudes projetuais constantes que seriam, de forma mais detalhada, as atribuições da estrutura urbana no projeto arquitetônico. Outra tentativa de convergência são textos (MARQUES & COTRIM, 2014) que tratam dessa incorporação dos elementos urbanos pelos edifícios, mas, nestes, o edifício parece ser a ênfase do espaço e os elementos urbanos são alegorias; exemplo disso é a nomenclatura que se estabelece para estes espaços, “edifício-praça”, numa tentativa de aproximação e da criação de uma categoria ainda “inédita” na arquitetura, que pretendemos aqui refutar, por entender que o edifício tem esse caráter, em diversas variações, desde o início da arquitetura, como Bruno Zevi (1996) expõe.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância do período a partir de Mendes da Rocha no Brasil não pode ser negado. Há, de fato, uma mudança de atitude projetual, apesar de previsto na arquitetura, desde os primeiros monumentos gregos às grandes catedrais, em sendo a relação do espaço interior e exterior. O que se torna inédito é a forma como esta relação é proposta, muito porque o que propicia esta organização é a própria configuração da cidade e, no caso específico das cidades atuais, esta configuração é distinta das cidades antigas pelo somatório das diversas camadas temporais e históricas sobrepostas e justapostas.

A herança cultural da arquitetura moderna é incorporada aos projetos na virada do século XXI, na arquitetura brasileira. Essa nova postura é encontrada no MUBE, mas tem uma clara apresentação no projeto vencedor do concurso de Sevilha em 1992. Os arquitetos que compõe o projeto e sua geração utilizam os princípios desenvolvidos no projeto moderno e os incorporam aos projetos contemporâneos, não num deslocamento ingênuo e purista, mas numa revisão crítica e propositiva.

Os elementos urbanos que são os elementos que constituem os espaços públicos são incorporados ao projeto, os edifícios estabelecem uma relação de “hierarquia e privilégio” com os espaços públicos. Além dos componentes urbanos, as estruturas mínimas das cidades tradicionais também são incorporadas nos edifícios como praças, ruas e monumentos. Estes têm uma importância na definição da organização interna do edifício, influenciando na configuração do espaço.

REFERÊNCIAS

KOPP, A. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa**. São Paulo SP, Nobel, 1990.

BASTOS, M. A. J. **Pós-Brasília**: rumos da arquitetura brasileira: discurso prática e pensamento. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. A afirmação de uma feição nacional e outros caminhos. **Anais: XII Seminário Docomomo Brasil**, São Carlos, pp. 27-30 out 2005.

_____. 1960-2010: meio século de distância. **Anais: X Seminário Docomomo Brasil**, Curitiba, 15-18 out 2013.

BASTOS, M. A. J.; ZEIN, R. V. Brasil: arquitetura após 1950 em quatro temas. **ENANPARQ**, Rio de Janeiro, novembro/dezembro 2010.

_____. **Brasil**: arquitetura após 1950. São Paulo: Perspectiva, 2011.

MARQUES, S.; COTRIM, M. Edifício Praça: entre o público e o privado. **Anais: III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, 20 a 24 outubro 2014.

NOBRE, A. L.; WISNIK, G.; MILHEIRO, A. V. **Coletivo - 36 projetos de arquitetura paulista contemporânea**. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

PISANI, D. **Paulo Mendes da Rocha**, Obra Completa. Barcelona: Gustavo Gili, 2013.

SOUTO, A. E. M. **Projetos arquitetônicos e a relação do lugar na obras de Paulo Mendes da Rocha 1958-2000. 2010.** Tese de Doutorado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

VILLAC, M. I. Obras e discursos da cidade e o imaginário da cidade: a arte, o construtor, o poeta, o filósofo e o arquiteto. **Cadernos de pós-graduação em arquitetura e urbanismo**, v. 1, n. 6, 2006. São Paulo.

_____. O preceito coincidente entre arquitetura e cidade. **Anais: IV Seminário Nacional sobre Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura - PROJETAR 2009**, São Paulo, out 2009.

ZEIN, R. V. **Arquitetura da escola Paulista Brutalista: 1957-1973.** Tese de Doutorado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ZEVI, B. **Saber ver a arquitetura.** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

A ARQUITETURA RELIGIOSA MODERNA NO BRASIL

Ana Paula Borghi de Avelar

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Lisboa – Portugal

Luíz Carlos de Laurentiz

Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia

Uberlândia – Minas Gerais

de novos templos, iniciando assim um aumento na solicitação de novas igrejas modernas em todo o país.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura Religiosa Moderna Brasileira, Arquitetura Moderna Brasileira, Igrejas Modernas

MODERN RELIGIOUS ARCHITECTURE IN BRAZIL

RESUMO: Este artigo vem apresentar um pouco sobre a historiografia da arquitetura religiosa moderna no Brasil, que se inicia com a construção da Capela da Pampulha em 1943, por Oscar Niemeyer, em Belo Horizonte, solicitada pelo prefeito na época Juscelino Kubitschek. Essa construção trouxe inúmeras discussões sobre como deveriam ser realizadas as futuras obras para templos católicos modernos entre a Igreja e os arquitetos, pois a princípio a primeira igreja moderna brasileira não seguia os padrões litúrgicos adequados, sendo considerada uma obra de arte a ser contemplada e por isso foi rejeitada, ficando por quase quinze anos fechada. Após ocorrerem vários diálogos entre as autoridades eclesiais e os arquitetos chegasse então algumas definições, surgindo então a Sociedade Brasileira de Arte Cristã, 1946, onde artistas e arquitetos desenvolvem diretrizes juntamente com a Igreja, pelas quais poderão então seguir para realizar a construção

ABSTRACT: This article presents a little about the historiography of modern religious architecture in Brazil, which begins with the construction of Pampulha Chapel in 1943, by Oscar Niemeyer, in Belo Horizonte, requested by the mayor at the time Juscelino Kubitschek. This construction brought numerous discussions on how future works for modern Catholic temples should be carried out between the Church and the architects, since at first the first modern Brazilian church did not follow the appropriate liturgical standards, being considered a work of art to be contemplated and by This was rejected, being closed for almost fifteen years. After several dialogues between the ecclesiastical authorities and the architects, some definitions arrived, and then the Brazilian Society of Christian Art, 1946, where artists and architects develop guidelines with the Church, which they can then follow to build new temples, thus initiating an increase in

the demand for new modern churches across the country.

KEYWORDS: Brazilian Modern Religious Architecture, Modern Brazilian Architecture, Modern Churches

1 | INTRODUÇÃO

A arquitetura moderna brasileira teve início no campo religioso na década de 1940, com a construção da Igreja São Francisco de Assis, mais conhecida como *Capela da Pampulha*, em Belo Horizonte, junto ao conjunto da Pampulha, um pedido do prefeito Juscelino Kubitschek ao arquiteto Oscar Niemeyer, que contava ainda com um cassino, uma casa de baile, um iate clube e um hotel (CAVALCANTE, 2001).

De todo o complexo somente o hotel não foi construído, a igreja foi inaugurada em 1943, e o conjunto foi construído entre 1942 e 1944. No documentário “A vida é um sopro”, realizado por Fabiano Maciel e Sacha sobre a vida e as obras de Oscar Niemeyer, ele conta que “Pampulha foi o início de Brasília” e ainda faz relatos sobre o projeto e a concepção da capela.

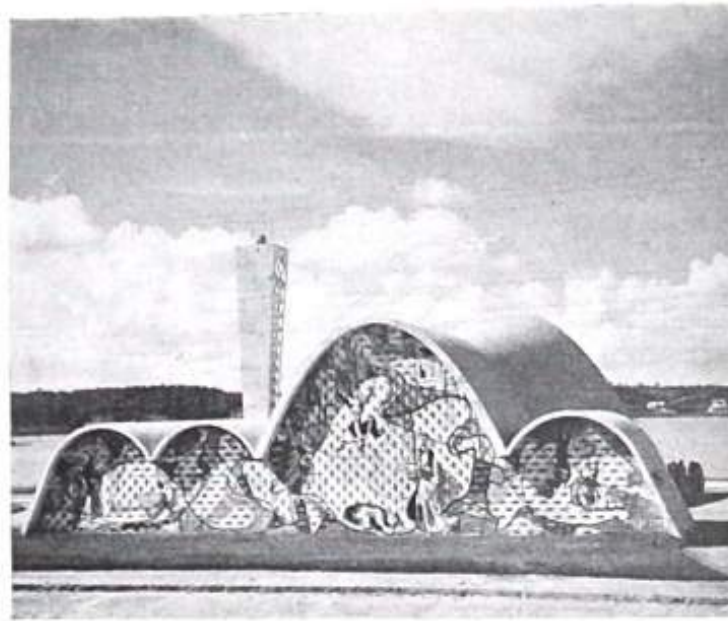
Quando você tem um espaço grande assim, a solução natural é a curva não é a linha reta. Então eu cobri a igreja de curvas. E a arquitetura se fez diferente. Se fez mais ligada ao nosso país, mais leve, mais vazada, mais próxima das velhas igrejas de Minas Gerais (NIEMEYER, 2007).

Até os dias de hoje o Complexo da Pampulha é uma referência da arquitetura moderna brasileira e a Capela é o seu grande destaque, sendo o início da jornada moderna na arquitetura sagrada.

Todavia, isso não foi tão simples, as autoridades eclesiásticas não aceitaram de imediato a arquitetura moderna para seus templos, houveram muitas discussões sobre o assunto antes de se entrar em um consenso e é o que podemos ver a seguir após uma breve historiografia sobre a Capela da Pampulha.

2 | CAPELA DA PAMPULHA A PRIMEIRA IGREJA MODERNA BRASILEIRA

“É à Pampulha (...) que devemos o início da nossa Arquitetura, voltada para forma livre e criadora que até hoje a caracteriza”, conclui seu idealizador, Oscar Niemeyer (APRESENTAÇÃO, 2006, p. 19)



IGREJA DA PAMPULHA, DE OSCAR NIEMEYER

Figura 1: A primeira igreja “considerada moderna” no Brasil, Capela da Pampulha nas páginas da primeira edição da revista *Módulo* em março de 1955, p. 6.

Fonte: NUTHAU - FAUeD/UFU.

A *Capela da Pampulha* ou Igreja São Francisco de Assis é o edifício que mais se diferencia de todo o complexo. Tem a habitual estrutura independente, construída por lajes e concreto armado, apoiadas em pilares, substituída por abóbodas parabólicas autoportantes decorrentes dos progressos da técnica moderna, criando com isso uma expressão arquitetônica bem diferenciada (BRUAND, 2012). Lauro Cavalcanti em seu livro *Quando o Brasil era Moderno* relata que o concreto armado foi usado, pela primeira vez, em todas as suas potencialidades plásticas e estruturais.

Este tipo de estrutura havia sido utilizada somente por engenheiros, como por exemplo, o francês Freyssinet, nos hangares de Orly, e o suíço Maillart, em suas pontes com paredes em arco e no pavilhão do cimento da Exposição Nacional Suíça de Zurique em 1939. Mas como eram obras utilitárias, o efeito estético seria somente um acessório como relatado por Bruand, 2012.

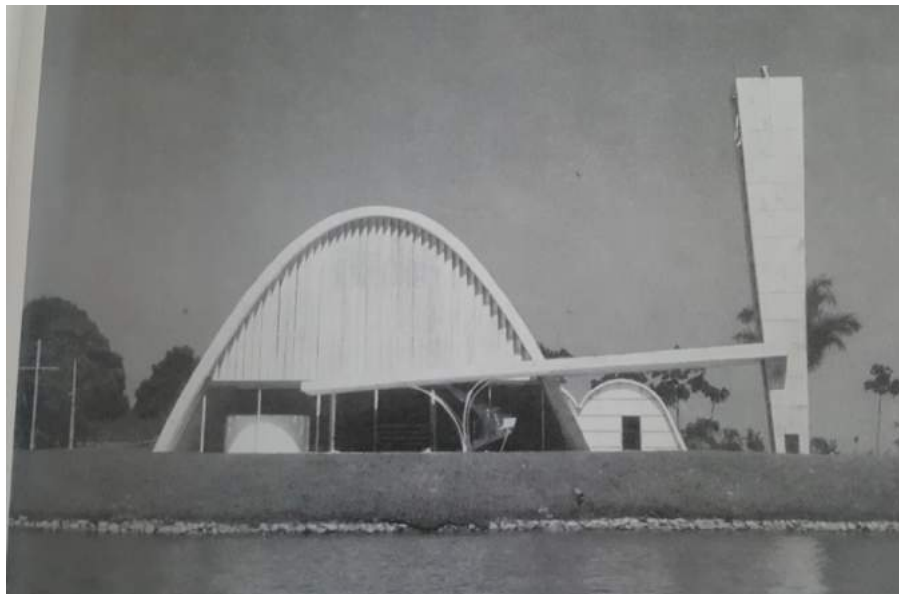


Figura 2: Igreja da Pampulha. Arq. Oscar Niemeyer.

Fonte: *Arquitetura Moderna no Brasil*, 1999, p. 183.

Essa estética, como observamos, foi obtida por meio da maleabilidade do concreto armado, conforme relato de Carlos Lemos.

Pela primeira vez, obrigou o concreto armado a sujeitar-se plasticamente a formas inesperadas, fora dos padrões racionalistas ainda presos a uma tectônica organizada e contida pelos perfis retilíneos, como se fossem proibidas ao ferro e ao cimento as superfícies sinuosas, que com certa volúpia, vão delimitando espaços, como só o barroco do Aleijadinho havia conseguido com a pedra. Agora, as dimensões são outras, os vãos maiores e as equações das curvas nada têm da compostura dos esforços simétricos e uniformemente distribuídos das velhas cúpulas e abóbadas. Prevalece a liberdade, a facilidade de vencer vãos (LEMOS, 1979, p. 749).

Então, com essa descoberta, Niemeyer decidiu mudar o enfoque empregando-a com finalidade plástica, já que, sob o ponto de vista funcional, ela serviria perfeitamente para uma igreja.

Nesta obra inédita na história da Arquitetura religiosa no Brasil, o arquiteto, tendo em mãos a maleabilidade plástica do concreto armado, criou uma forma simples e elegante. As curvas deram origem a uma estrutura harmoniosa que valoriza a engenharia por reunir os princípios revolucionários da Arquitetura do modernismo e as conquistas da tecnologia da construção (APRESENTAÇÃO, 2006, p. 19).

Além de sua beleza exterior, a capela internamente é muito bonita, a nave vai se estreitando e declinando da fachada em direção ao coro, onde produz uma brusca dilatação do espaço, resultado do movimento contrário quase imperceptível e de um notável jogo de luz que contrapõe o revestimento de madeira escura da nave a um coro inundado de luz, cuja fonte não é visível. Com efeito, os raios de luz, concentrados na vasta pintura de Portinari, que ocupa toda a parede do fundo, caem do lanternim situado na interseção das duas abóbodas parabólicas, uma vez que a que cobre o coro tem uma seção um pouco mais larga do que a extremidade da abóboda da nave

(BRUAND, 2012).

As obras de arte que constam em seu interior são: o painel ao fundo do altar e quadros da via-crúcis nas paredes laterais; do lado de fora a parede é revestida de azulejos de Cândido Portinari. Estas obras de arte estariam rompendo com tudo que havia até então no campo religioso.

Os painéis de Portinari, tanto o de azulejos como o interno – que elimina o retábulo, até então imprescindível -, também são uma ruptura com o passado, apesar de que o azulejo nos paramentos externos já era um velho hábito do nosso litoral (LEMOS, 1979, p. 749).

O mural foi encomendado a Cândido Portinari, por ser um artista experiente. Experiência adquirida após a realização de uma de suas telas famosas, “Café”, que em 1935 recebeu segunda menção honrosa na Exposição Internacional de Arte Moderna do Instituto Carnegie em Nova Iorque.

Concebido e executado em 1945, o mural de Portinari para a Igreja de São Francisco beneficia-se da grande experiência acumulada pelo pintor nessa técnica, resultado das inúmeras encomendas que ele passou a receber desde que, em 1935, sua tela Café recebeu nos Estados Unidos a segunda Menção Honrosa do Prêmio Carnegie (FARIAS, 2006, p. 152).

Contudo, esse rompimento também trouxe críticas, principalmente sobre os adornos que não obedeciam aos princípios litúrgicos. Mesmo com todo o seu esplendor arquitetônico, a obra não foi aceita pela Igreja; o então Arcebispo de Belo Horizonte, Dom Antônio dos Santos Cabral, descreveu o templo como um edifício de concepção arquitetônica aberrante e de decoração exótica. Deu-se, então, início a uma série de críticas das autoridades eclesiásticas que não enxergavam esta construção como uma igreja, mas sim como uma arte a ser contemplada pelos visitantes (SILVEIRA, 2011).

Outro fato que desagradou às autoridades eclesiásticas era que o edifício teria sido solicitado pelo Estado deixando de lado a Igreja em suas necessidades e ainda teria designado para a elaboração do projeto da Capela da Pampulha um arquiteto assumidamente comunista e ateu que, pelos católicos, seria considerado incapaz de canalizar a inspiração divina necessária para a realização do edifício religioso.

Apesar da diferença com os outros edifícios pela sua forma, ela consegue se harmonizar com todo o complexo. Seu destaque está nas abóbodas e paredes do fundo revestidas de azulejos, contrastando com a transparência e continuidade exterior-interior dos outros edifícios, transformando-a em ícone.

E tudo que foi preciso ao arquiteto para criar a imagem arquetípica de uma igreja que é, ao mesmo tempo, uma capela brasileira, um produto refinado das novas técnicas construtivas e um surpreendente exemplo de liberdade de criação no âmbito da nova Arquitetura. Neste projeto de Niemeyer, a substância barroca de nossa civilização tropical, o gosto pela simplicidade terrena, sensual, vinculada a uma natureza exuberante, cálida e luminosa, convergem na fuga para um mundo imaginário, de encantamento e leveza (CAMPELLO, 2006, p. 165).

Após os três primeiros anos da sua construção (1947), já era visível os problemas de conservação provocados tanto pela falta de uso como possivelmente

pela inexistência ou ineficiência das juntas de dilatação da cobertura da nave (APRESENTAÇÃO, 2006).

Percebendo-se esses problemas para conservação, foi emitido um documento datado em 7 de outubro de 1947, solicitando o tombamento preventivo da Igreja, já que sua situação era de “abandono e ruína”, mostrando assim a preocupação de algumas autoridades para com a proteção e a conservação do edifício. E em 1º de dezembro de 1947, em um ato bastante inovador para época, a Igreja e suas obras de arte foram inscritas no *Livro do Tombo das Belas Artes do Serviço do Patrimônio Artístico e Nacional*.

A Igreja da Pampulha foi reconhecida como Patrimônio Nacional em 1947. Inédita atitude em qualquer parte do mundo: tombar um edifício não mais que quatro anos após sua construção. Lúcio Costa anotava em seu parecer o “estado de ruína precoce” da Igreja, “devido a certos defeitos de construção e ao abandono a que foi relegada...” e preconizava um tombamento *preventivo*: “o valor excepcional desse monumento o destina a ser inscrito, mais cedo ou mais tarde, nos Livros de Tombo, como monumento nacional” (SEGAWA, 2006, p. 53).

Somente em 1959, a igreja foi consagrada e passou a ser frequentada pela sociedade mineira como templo. A obra que rompeu com a arquitetura tradicional utilizada, mesmo em meio a muitas discussões, serviu de inspiração para grande parte dos arquitetos modernos em seus novos projetos religiosos.

Vemos, na Igreja da Pampulha, uma contribuição para a arquitetura religiosa. Uma pesquisa.

Nós vivemos no século XX, usamos sapatos de hoje, roupas de hoje, costumes de hoje, automóveis de hoje. Por que não fazermos um automóvel no estilo ‘carro de boi’? Por que Igrejas de ontem? Se na época românica se fez românico, se na Idade Média se fez gótico, se na nossa fase colonial se fez o templo em seu modo próprio, se em nenhuma destas épocas se procurou imitar ou copiar estilos mais antigos, por que hoje haveríamos de reviver fantasmas? O ambiente é outro, o material outro, os sistemas diferentes, o sentir outro – duas guerras – porque a prisão do antigo?

A Igreja da Pampulha é uma igreja. Tão moderna hoje como o foram todos os templos melhores da religião em suas épocas (HARDY FILHO E VASCONCELLOS, jul./ago. 1946, p. 43)

E com isso vemos a importância que a Capela da Pampulha teve para a divulgação da arquitetura religiosa moderna brasileira, servindo de ponto de partida para a disseminação da arquitetura moderna para os novos templos católicos que começam a ser divulgados com mais intensidade pelos meios de comunicação a partir de 1950 e as revistas especializadas em arquitetura eram uma das fontes.

3 | A INSERÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA NAS IGREJAS BRASILEIRAS APÓS A PAMPULHA

A questão do modernismo, especialmente no âmbito das artes plásticas,

nasce na Europa como forma de interpretação, apoio e acompanhamento do esforço, progressista, econômico-tecnológico, da civilização industrial. Com a Revolução Industrial e o rápido crescimento das cidades, a demanda por novas construções cresceu vertiginosamente, causando inclusive o rareamento de materiais construtivos até então tradicionalmente empregados em larga escala. A descoberta do cimento moderno a partir de meados do final do século XIX e a sua utilização em grandes quantidades na construção levaram à necessidade de se encontrar um arranjo que pudesse melhorar ainda mais a aplicabilidade do cimento na construção. Após várias tentativas chegou-se à junção do cimento com o ferro e, depois de alguns aprimoramentos esta combinação revelou-se como um dos métodos construtivos mais versáteis e econômicos. Dessa forma nasceu a técnica do concreto armado, o que permitiu um avanço enorme nas possibilidades construtivas, já que a adição do ferro ao cimento proporcionava uma resistência muito maior às estruturas de alvenaria. Este avanço seria muito bem aproveitado pela arquitetura moderna, que começou a usufruir as possibilidades do concreto armado, criando obras de plasticidade até então inimagináveis, como, por exemplo, o projeto da casa americana conhecida como Falling Water, do arquiteto Frank Lloyd Wright (FRADE, 2007, p. 92 e 93).

A arquitetura moderna nasceu na Europa para solucionar problemas gerados pelas mudanças, tanto sociais como econômicas, devido à Revolução Industrial. No Brasil, seu surgimento se deu na primeira década do século XX, mas começou a se intensificar a partir de 1922 com a Semana da Arte Moderna, em São Paulo, e no campo arquitetônico, em 1927/28, com a casa moderna de Gregori Warchavchik.

Os projetos modernos eram marcados pelo racionalismo e funcionalismo, além de características como: formas geométricas definidas; falta de ornamentação, visto que consideravam a própria obra como um ornamento na paisagem; a separação entre estrutura e vedação; o uso de pilotis a fim de liberar o espaço sob o edifício; painéis de vidro contínuos nas fachadas ao invés de janelas tradicionais; integração da arquitetura com o paisagismo; além do uso de painéis de azulejos decorados, murais e esculturas.

Estas características também são tratadas por Bruand (2012) em seu livro *Arquitetura Contemporânea no Brasil* como características gerais e especificidades da nova arquitetura brasileira em nove itens, no qual ele as classifica em três ordens: técnica, metodológica e formal.

As características são: arquitetura de concreto armado, arquitetura artesanal, arquitetura racionalista, arquitetura simbólica, monumentalidade, plasticidade, simplicidade, leveza e riqueza decorativa. A seguir, faremos uma breve descrição de cada uma delas.

A arquitetura do concreto armado destaca o concreto como material de estrutura por excelência, além da economia em relação às construções tradicionais e a manifestação da liberdade na forma, através do princípio da utilização de pilares livrando a fachada de servir como estrutura, e podendo assim explorar a flexibilidade do material na criação.

A arquitetura artesanal está relacionada à criação e personalidade do arquiteto que não pode estar presa à obrigação de utilizar elementos padronizados preexistentes. Não há a recusa em utilizar-se destes materiais, mas o arquiteto prefere dar asas à

imaginação.

A arquitetura racionalista seria a imaginação pautada pela razão, grande parte influenciada por Le Corbusier. Apoia-se em um sentimento de ordem e equilíbrio, sensível nas criações mais ousadas como também nas mais contidas.

A arquitetura simbólica surgiu após o Ministério da Educação e Saúde e, a partir daí, começou-se a querer dar aos projetos um sentimento mais simbólico e esse desejo vai crescendo com o decorrer dos anos, sendo alcançado com Brasília.

A monumentalidade deriva das duas características anteriores e também a partir da importância dada aos edifícios públicos, destaque da arquitetura brasileira, e é devido à grande necessidade de afirmação por meio de realizações espetaculares.

A plasticidade, fruto de pesquisas formais presentes em todos os setores, mesmo tendo a preocupação com a função. A plasticidade se manifestou em todos os compartimentos dos projetos, como planta, fachada, arranjos etc., tornou-se o grande sucesso da arquitetura brasileira.

A simplicidade está relacionada à plástica, dando clareza à arquitetura brasileira, sendo compreensível à primeira vista. A leveza seria o traço mais característico da escola local.

E, por fim, riqueza decorativa foi exercida em quatro direções principais: revestimentos de qualidade, plasticidade dos acessórios, colaboração com as demais artes e efeitos de cor.

Alguns arquitetos foram destaque no movimento moderno brasileiro como Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Atílio Correa Lima, João Vilanova Artigas, Rino Levi, Oswaldo Bratke e outros.

Falando ainda sobre arquitetura moderna brasileira, ela foi impulsionada internacionalmente quando em 1942, Philip L. Goodwin, autor do projeto do Museu de Arte Moderna de Nova Iorque, juntamente com Edward Stone, vieram ao Brasil pesquisar a fim de preparar uma exposição sobre a arquitetura brasileira. Com eles, veio também G. E. Kidder Smith, que se tornou um famoso fotógrafo de arquitetura.

A exposição organizada por Goodwin no Museu de Arte de Nova York, em 1943, e seu fascinante livro *Brazil Builds*, o primeiro no gênero, revelaram uma nova produção, repleta de charme e novidade, a primeira aplicação em larga escala dos princípios de Le Corbusier, Gropius e Van der Rohe, uma arquitetura que se havia materializado mais cedo em outras partes do mundo, na primeira fase da Arquitetura Internacional, mas que no Brasil tinha agora encontrado sua expressão artística (MINDLIN, 1999, p. 28 e 29).

O que despertou o desejo de Goodwin em conhecer a arquitetura moderna brasileira foram as soluções encontradas pelos arquitetos brasileiros com relação a efeitos de calor e incidência solar, uma das influências de Le Corbusier na arquitetura brasileira o “brise-soleil”.

O Museu de Arte Moderna, de Nova York, e o Instituto Norte-Americano de Arquitetos, achavam-se ambos, na primavera de 1942, ansiosos por travar relações com Brasil, um país que ia ser nosso futuro aliado. Por esse motivo e pelo desejo agudo de conhecer melhor a arquitetura brasileira, principalmente as soluções

dadas ao problema do combate ao calor e os efeitos da luz sobre as grandes superfícies de vidro na parte externa das construções [...] (GOODWIN, 1943, p. 7).

O *Brazil Builds* foi o primeiro livro a trazer a arquitetura moderna brasileira para o mundo, despertando assim o interesse de revistas especializadas internacionais que passaram a dedicar números especiais a essa arquitetura. No texto de Lauro Cavalcanti, inserido no livro de Henrique Mindlin na versão em português, intitulado *Henrique Mindlin e a Arquitetura Moderna Brasileira*, Cavalcanti relata que “o Brazil Builds teve a virtude de explicitar a originalidade brasileira na ponte modernista entre o antigo e o novo”, abordando, entretanto, apenas os destaques da arquitetura moderna brasileira em um curto período de tempo de 1938 a 1942.

Sobre o livro de Henrique Mindlin, este foi lançado em 1956, com o título de *Modern Architecture in Brazil*, publicado somente em inglês, francês e alemão, foi considerado por Lauro Cavalcanti o melhor documento de época acerca da produção moderna até 1955. Foi Lauro quem organizou, em 1999, a edição do livro pela primeira vez em português.

O livro de Mindlin pode ser considerado uma espécie de catálogo fundamentado nas construções brasileiras de 1937 a 1955. Além dos registros das obras, há um texto sobre a *Arquitetura Moderna no Brasil*, no qual Henrique expressa sua visão sobre a arquitetura.

A história da arquitetura moderna no Brasil é a história de um punhado de jovens e de um conjunto de obras realizadas com uma rapidez inacreditável (MINDLIN, 1999, p. 23).

Neste mesmo texto, ele também menciona dois fatores que contribuíram para a formação desta arquitetura. O primeiro fator foi a pesquisa sobre os problemas da insolação e o segundo fator foi o desenvolvimento de uma técnica avançada de uso do concreto armado, que resultou não só em estruturas mais leves e elegantes, mas também em uma economia significativa, em comparação com o custo da construção em outros países.

Esses dois fatores foram associados diretamente a duas características que mais se destacaram na arquitetura moderna no Brasil, o uso do brise-soleil em grandes superfícies de vidro, sendo a solução para o combate ao calor e à incidência solar e o uso de estruturas livres, graças ao uso do concreto armado, mostrando assim a marcante influência de Le Corbusier.

O brise-soleil (o uso comum no Brasil dessa expressão francesa, em lugar de “quebra-sol”, é outra marca da influência de Le Corbusier) tem sido usado na arquitetura brasileira das mais variadas formas (MINDLIN, 1999, p. 33).

[...]

A estrutura livre ou, quando esta não é a solução natural, a estrutura franca e claramente integrada ao projeto é uma outra característica importante. Embora sem um mérito especial em si, sua consequência mais direta é o crescimento do uso de pilotis no pavimento térreo. Viável no Brasil por causa do clima, a liberação do

térreo confirma tudo aquilo que Le Corbusier disse a seu favor, resultando em uma melhor integração entre os espaços interno e externo (MINDLIN, 1999, p. 34).

Para Bruand (2012), a arquitetura moderna brasileira passou por duas fases formalmente opostas. A primeira, até 1930, assistiu a um fenômeno de interesse muito limitado, reinando o ecletismo com falta absoluta de originalidade, somente com o neocolonial se conseguiu produzir alguns edifícios de qualidade. Após a Revolução de 1930, permitiu-se o nascimento da segunda fase com o triunfo de uma arquitetura nova, fruto do racionalismo internacional e da influência predominante de Le Corbusier, mas que imediatamente toma-se uma real autonomia e se impõe como tal aos olhos do mundo.

Todas essas características marcantes da arquitetura moderna brasileira também foram empregadas na arquitetura religiosa, o uso de brise-soleil, estrutura livre, azulejos, esculturas, entre outras.

A arquitetura religiosa católica também começou a se beneficiar das novas técnicas. Embora tenha demorado – especialmente no Brasil – um pouco mais a encontrar os seus caminhos, notadamente no que tange à decodificação de uma linguagem arquitetônica moderna para uma comunidade cristã influenciada pelos ditames de um processo de industrialização da sociedade, a arquitetura religiosa acabou por encontrar a sua nova forma de expressão (FRADE, 2007, p. 93).

A Igreja Católica sempre buscou representar a tranquilidade, a segurança, a luz e a estabilidade da fé católica. Era considerada o *porto seguro* para a *salvação do pecador*. E por isso o templo católico, através do tempo, envolveu-se em uma auréola de simbolismo e misticismo, que se tornou o mais encantador elemento de instruções morais como relata Silveira (2011) em seu livro *Templos modernos, templos ao chão*.

Esta simbologia era manifestada em cada elemento do edifício católico, desde a estrutura ao menor detalhe decorativo, cumprindo assim o papel na definição do conjunto como Casa de Deus, dando vida à matéria inerte.

Com tudo isso, as igrejas acabaram assumindo uma posição muito importante na construção da autoimagem das comunidades, sendo um ponto de referência para a sociedade, ligando o espaço tridimensional finito ao espaço celestial infinito.

Quando o movimento da arquitetura moderna no Brasil se iniciou, as autoridades eclesiásticas tinham certo receio de encomendar projetos modernos para seus templos; somente em meados dos anos de 1940 houve uma aproximação entre a arquitetura moderna e a temática religiosa no país.

Muitos destes templos modernos que viriam a ser construídos iriam substituir templos antigos; isto despertou visões e interesses bastante distintos entre comunidades, autoridades eclesiásticas e políticos.

Nas décadas de 1940 a 1960, a comunidade aderiu ao moderno e a Igreja teve que ceder aos templos modernos para satisfazer seus fiéis, mesmo porque na década 1920 o neocolonial tinha uma presença muito marcante, mas que passou a ceder na década de 1930 com a intensificação urbana que empunhava a verticalização das construções principalmente nas grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro; o

cimento armado passou a ser utilizado com mais intensidade no Brasil.

Os brasileiros começaram a aceitar a arquitetura moderna como a expressão do “novo” e uma das obras mais influenciadoras foi o conjunto arquitetônico da Pampulha, de Oscar Niemeyer. Todavia, a Igreja Católica estava em processo de aceitação da nova arquitetura moderna, por isso o primeiro templo moderno foi financiado pelo Estado que, junto com a sociedade, via este projeto como desenvolvimento e progresso para o país. Foi o caso da Capela de São Francisco de Assis, da Pampulha, como vimos anteriormente. Para a Igreja, ainda havia dúvidas de qual era a melhor feição para expressar os sentimentos cristãos.

Durante toda essa tentativa de conciliação entre Igreja e arquitetos, a primeira continuava a polemizar sobre qual seria a tendência mais apropriada para as igrejas, que tipo de templos e arte sacra teria que corresponder à época moderna.

A Igreja tinha medo de perder sua simbologia por conta da arquitetura moderna que trazia a simplicidade em seu traçado, já que tudo que consta nela, seja externa ou internamente, carrega um significado, um ritual, os objetos, altares, e demais partes, todos com lugares específicos (SILVEIRA, 2011).

Voltando ao caso da Igreja da Pampulha, houve críticas sobre os adornos que não obedeciam aos princípios litúrgicos. Um ponto que gerou muita discussão foi o painel da figura de São Francisco que teria sido tratado de uma maneira um tanto “violenta” na visão das autoridades eclesiásticas, desviando a atenção dos fiéis, que deveriam estar concentrados no altar (SILVEIRA, 2011).

O que estava faltando era apenas um diálogo maior entre a Igreja e os arquitetos modernos para que suas propostas resultassem em projetos satisfatórios para ambos os lados e para isso acontecer foi criada em 1946, a Sociedade Brasileira de Arte Sacra.

Tal empreendimento se deu principalmente pelo aumento na demanda de edificações religiosas, que necessitavam de orientação tanto para arquitetos quanto para artistas, dada a frequência com supostos exageros que vinham sendo cometidos no campo da arte sacra.

Entre as primeiras iniciativas desta sociedade, foram disponibilizados pareceres gratuitos por parte da comissão a fim de formar uma biblioteca especializada no planejamento e decoração de igrejas modernas. Com isso, em 1947, foi organizada uma exposição de arte sacra no edifício do Ministério da Educação e Saúde. Pretenderam demonstrar a viabilidade de conciliar arte moderna com a Igreja, desde que os artistas abandonassem posturas individualistas e aceitassem servir aos princípios ditados pela finalidade litúrgica de suas obras.

Qual é a finalidade da Sociedade Brasileira de Arte Cristã? Respondo imediatamente: pôr a arte a serviço da Igreja, e assim evitar de inverter a ordem das coisas, pondo a Igreja a serviço da arte. [...] Há rubricas a serem observadas, e há usos e costumes recebidos. Mas em relação à construção e decoração de igrejas tem havido usos e abusos. Coisas há que a boa tradição não pode aceitar (NABUCO, apud SILVEIRA, 2011, p. 55).

No campo arquitetônico, o principal receio das autoridades eclesiásticas era o perigo de o materialismo utilitário da proposta moderna se transferir automaticamente para o campo religioso, pois a intenção de simplicidade poderia facilmente perder o caráter especial que era até o momento atribuído aos edifícios religiosos.

As autoridades eclesiásticas tinham medo de que as igrejas modernas se difundissem em meio aos outros edifícios da cidade e ficassem com cara de fábrica ou armazéns e perdessem o sentido do valor único.

A prática e a economia não nos devem levar a construir as nossas igrejas como se fossem fábricas, nem dar-lhes um aspecto de armazéns. De modo, algum, devemos equiparar as Casas de Deus a casas de negócio. Não é raro vemos modelos de igrejas a serem construídas e algumas já edificadas que, retiradas a cruz ou o monograma de Cristo em grego geralmente, em nada se diferenciam de magazines. Falta-lhes até a harmonia de linhas. [...] Americanismo, mania da época (SOUSA, apud SILVEIRA, 2011, p. 59).

Muitos acreditavam que os templos não poderiam de maneira alguma se transformar em “laboratórios de experiência” para a arte moderna, podendo ganhar a antipatia dos fiéis.

Não duvidamos que também o homem moderno seja capaz de achar formas estéticas. Assim muitos particulares sabem dar às suas casas formas graciosas e não consentiriam em admitir estilo armazém, túnel, colmeia ou taba indígena, como infelizmente vemos desfiguradas recentes casas de Deus (BERNARD, apud SILVEIRA, 2011, p. 60).

A ideia de funcionalidade que se refletia nos projetos da arquitetura moderna era positiva e deveria ser transmitida à arquitetura religiosa. A partir da década de 1950, começou haver uma harmonização entre as propostas da Igreja Católica com a realização dos arquitetos, proporcionando assim o crescimento pelo interesse na criação de edifícios religiosos modernos pelos arquitetos que seguiam essas diretrizes.

Com o passar do tempo, a arte sacra e o cristianismo começaram a se entender e o clero e o laicato católico começaram a enxergar uma nova forma de evangelizar utilizando os templos modernos; afinal, a sociedade, os fiéis, a política tudo havia mudado e a Igreja não poderia ficar presa ao passado, ela necessitava dessa mudança. E um meio pelo qual podemos perceber isso são as páginas das revistas especializadas em arquitetura, que com o passar do tempo demonstram um aumento na solicitação de projetos para templos modernos no país.

REFERÊNCIAS

APRESENTAÇÃO. Projeto de Recuperação da Igreja da Pampulha. In: **Igreja da Pampulha: restauro e reflexões**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006

A VIDA é um sopro. Direção e Roteiro Fabiano Maciel e Produção Executiva Sacha. Brasil: Fabiano Maciel, 2007. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CASrRa7B6-c>. Acesso em: 02 de maio de 2017.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

CAPELA de São Francisco da Pampulha; ar. Oscar Niemeyer. **Arquitetura e Engenharia**, Belo Horizonte, n.2, p. 40-4, jul./ago. 1946.

CAMPELLO, Glauco de Oliveira. O marco da Pampulha. In: CASTRO, Mariângela e FRINGUERUT, Sílvia (org). **Igreja da Pampulha: restauro e reflexões**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006.

CAVALCANTI, Lauro. **Quando o Brasil era Moderno**. Guia de Arquitetura 1928-1960. Editora:Aeroplano. Rio de Janeiro, 2001.

FARIAS, Agnaldo. Portinari na Pampulha: Uma singular síntese entre Arte e Arquitetura. In: CASTRO, Mariângela e FRINGUERUT, Sílvia (org). **Igreja da Pampulha: restauro e reflexões**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006.

FRADE, Gabriel dos Santos. **Arquitetura sagrada no Brasil - Sua evolução até as vésperas do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

GOODWIN, Philip. **Brazil Builds Architecture New and Old 1652-1942**. The Museum of Modern Art. New York. 1943.

LEMOS, Carlos A. C. Arquitetura moderna. **Arte no Brasil**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. v. 2.

MINDLIN, Henrique. **Arquitetura Moderna no Brasil**. Rio de Janeiro:Aeroplano Editora, 1999.

SEGAWA, Hugo. Pampulha: Oportuna revisita. In: CASTRO, Mariângela e FRINGUERUT, Sílvia (org). **Igreja da Pampulha: restauro e reflexões**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006.

SILVEIRA, Marcus Marciano Gonçalves da. **Templos modernos, templos ao chão: A trajetória da arquitetura religiosa modernista e a demolição de antigos templos católicos no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

CENTRO PARA CULTURA UNDERGROUND

Daniel Conforte da Silva Lemos

Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade
de Arquitetura e Urbanismo
Juiz de Fora – Minas Gerais

Ernani Simplicio Machado

Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade
de Arquitetura e Urbanismo
Juiz de Fora – Minas Gerais

Mauro Santoro Campello

Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade
de Arquitetura e Urbanismo
Juiz de Fora – Minas Gerais

RESUMO: Este trabalho foi apresentado como avaliação final do Trabalho de Conclusão de Curso II do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAU-UFJF no ano de 2018. O presente artigo visa analisar as potencialidades da área central da cidade de Juiz de Fora (MG) para implantação de um equipamento cultural de apoio à cultura *underground* da cidade. Inicialmente contextualiza-se a cultura *underground* no mundo e mais especificamente no cenário de Juiz de Fora. Posteriormente, foi feito um diagnóstico acerca da disponibilidade de locais para apresentação ao vivo voltadas para os artistas iniciantes e público do *underground* juiz-forano. Foi detectada uma carência de espaços de apresentação em meio a área central. É importante destacar

que a maioria das manifestações culturais *underground* acontecem nos espaços públicos e privados da área central, logo, com base na contextualização exposta, justifica-se a implantação do equipamento Centro para Cultura *Underground* em meio ao conjunto arquitetônico da Praça Dr. João Penido, pois este é um importante espaço de apoio para apresentações ao vivo do movimento *underground* da cidade, além de ser tombada a nível municipal (Decreto 6614/99), o que resulta em alguns impasses atrelados ao processo de projeto, envolvendo a legislação urbana e critérios de tombamento. É importante frisar que a implantação do equipamento cultural, em meio a um entorno tombado visa respeitar a integridade, visibilidade e a distinguibilidade dos edifícios circundantes. Esses obstáculos refletem diretamente na resolução formal que é proposta para o edifício.

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura; contracultura; centro cultural; cultura *underground*

CENTER FOR THE UNDERGROUND CULTURE

ABSTRACT: This paper was presented as a final evaluation of the Trabalho de Conclusão de Curso II of the Architecture and Urbanism course of the FAU-UFJF in the year 2018. This article

aims to analyze the potentialities of the central area of the city of Juiz de Fora (MG) for implantation of a cultural equipment of support to the city's underground culture. Initially contextualizes the underground culture in the world and more specifically in the scenario of Juiz de Fora. Subsequently, a diagnosis was made about the availability of venues for live performance aimed at amateur artists of the city's underground movement. There was a lack of presentation venues in the middle of the central area. It is important to emphasize that most of the underground cultural manifestations take place in the public and private spaces of the central area. So based on the contextualization exposed, it is justified the implantation of the Center for Underground Culture equipment in the middle of the architectural complex of Praça Dr. João Penido. Because this is an important space for support for live presentations of the city's underground movement, in addition to being taken by heritage at municipal level (Decree 6614/99), which results in some impasses tied to the project process, involving urban legislation and heritage criteria. It is important to emphasize that the implementation of the cultural equipment, in the midst of an overturned environment, aims at respecting the integrity, visibility and distinguishability of the surrounding buildings. These obstacles directly reflect the formal resolution that is proposed for the building.

KEYWORDS: architecture; counterculture; culture; underground culture

CULTURA *UNDERGROUND* NO MUNDO

Um breve histórico sobre o início contracultura até os dias atuais

Com as revoluções tecnológicas, os novos meios de comunicação e a própria indústria musical, surgem então certos fenômenos sociais em camadas da sociedade, alguns em decorrência das novas tecnologias e outros pelos estilos da indústria musical (KEMP, 1993). O advento do movimento *underground* (ou contracultura) ocorreu na década de 60, nas casas de *jazz* norte-americanas, dotado de um forte viés ideológico de oposição à grande mídia e ao capitalismo. Foram nessas casas noturnas que as pessoas se distanciavam do *mainstream* (termo usado para inferir o que não faz parte do *underground*, ou seja, o que é da moda) da vida social, instituindo os grupos de estilo, criando uma frente de oposição política, oculto dos holofotes da mídia, indicando que está “abaixo”, como no próprio significado da palavra *underground*, do inglês, no subsolo (KEMP, 1993).

Os grupos de estilo, são definidos por grupos de pessoas com práticas sociais contrastantes, ligadas por um sentimento comum, este relacionado a um gênero musical. Em suma, grupos de estilo remetem à formação de coletividades de jovens, que como elemento principal de pertencimento a um grupo, tomam um estilo musical, este não se restringindo somente ao *rock*, pois pode englobar o *rap*, *hip hop*, e *funk* (norte americano e o brasileiro). São culturas marginalizadas, oriundas do *underground* da vida social. Importante frisar que a moda *underground* vai além da proposta estética

(trajes, vestimentas típicas dos grupos de estilo). E é um modo de comportamento social, que acaba criando denominações como: *rocker, teddy boy, hippie, thrasher, punk, hip-hop, clubber, funk, skinhead, grunge, funker, rapper, etc* (CHAMBERS, 1986 *apud* KEMP, 1993).

Todavia, a contracultura da década de 1960 é diferente do cenário atual, uma vez que outrora havia delimitação etária nas casas de show. O mercado musical era escasso para o jazz e este também se relacionava com a situação do negro na sociedade norte-americana, e o caráter subversivo do movimento era forte e consolidado (*ibidem*). Entretanto, nos dias que correm, o cenário é diferente. A relação entre mídia e *underground* se torna um elemento não excludente, isto é, os integrantes do movimento buscam criar novas estratégias de se relacionarem com o mercado musical, ou melhor dizendo, cria-se o *underground* dos meios virtuais, sites de divulgação e financiamento de bandas independentes.

O *underground* visa a construção de uma imagem pública, de forma a reunir pessoas e acionar atitudes nos indivíduos que compõem e lutam para manter a cena local (*ibidem*). É comum no meio *underground* o uso da denominação “cena” para se referir ao meio musical-social de um estilo em um lugar qualquer, englobando todo e qualquer indivíduo atrelado ao movimento, sendo de modo qualitativo ou quantitativo. Fazem parte desta “cena” os produtores musicais, o público, os assistentes, os divulgadores, etc. (BAUDRILLARD, 1972 *apud* KEMP, 1993)

Assim, o *underground* sofreu inúmeras mutações com o passar do tempo. Todavia, a essência continua a mesma: um espírito que vai contra as tendências do *mainstream*. Entretanto, ele não é tão oculto quanto já foi outrora, uma vez que as ferramentas de divulgações que os integrantes de um movimento contracultural usam, são as mesmas da indústria do *mainstream*. Com a universalização dos meios de divulgação, a ideologia inicial do movimento se diluiu, porém a ideia original continua intacta na mente dos integrantes do *underground*. Importante destacar que dentro do movimento também existem modas, padrões e tendências internas que mudam com o passar do tempo (DUNCOMBE, 1997).

Cultura *underground* em Juiz de Fora

O movimento *underground* em Juiz de Fora iniciou-se em 1984, com a inauguração do Centro Cultural Pró Música, e em 1990 houve um impulso na cena com a criação da lei municipal de incentivo à cultura, a Lei Murilo Mendes, que financia manifestações e eventos alternativos nos espaços públicos da cidade (informação verbal).

Nos dias que correm, Juiz de Fora é um polo cultural forte na região, com festivais de música independentes financiados pela Lei Murilo Mendes como o Festival de Bandas Novas, que já teve 19 edições e ocorre em diversos pontos da cidade. Cerca de 900 bandas já se apresentaram no evento, que movimenta o mercado cultural

e o comércio da cidade. Outro evento que merece destaque é o *JF Rock City*, um importante propulsor da cena uma vez que o festival oferece apoio às bandas novas que surgem na cidade, disponibilizando lugares e infraestrutura básica para que possam apresentar seu som autoral. O evento é de caráter beneficente e mais de 250 bandas da cidade e região já passaram pelo festival, e o mesmo foi intitulado como o maior festival de música autoral da Zona da Mata Mineira (informação verbal).

Entretanto, embora seja um polo cultural na região, a cidade carece de uma maior flexibilização para utilização dos espaços públicos para apresentações ao vivo, cabendo aos eventos que ocorrem ocasionalmente no decorrer do ano em casas noturnas com estrutura para apresentações ao vivo para abrigar esses artistas do *underground*. As principais casas de show de Juiz de Fora são localizadas distantes do centro da cidade. Normalmente, estes estabelecimentos privilegiam artistas de renome municipal e que tendem a movimentar financeiramente essas casas noturnas, dificultando o acesso de novos expoentes a estes espaços estruturados. Também, devido a localidade, torna difícil o deslocamento do público e artistas pois os estabelecimentos encontram-se afastados da área central da cidade, logo a locomoção do público se complica e o uso das casas de show fica restrito a determinados artistas.

Em suma, dada a problemática mencionada anteriormente, é proposto o Centro Cultural como apoio para a cena *underground* da cidade locado em meio a área central, oferecendo espaços de apoio para os artistas do movimento alternativo juiz-forano, tornando-se mais um sustentáculo para a cena da cidade.

Contextualização de sítio

Juiz de Fora cresceu às margens do Caminho Novo, uma de inúmeras rotas traçadas pela coroa portuguesa na região para escoamento do ouro na província de Minas Gerais para a capital do país na época, Rio de Janeiro. (CORDOVIL, 2011)

Com o desenvolvimento da cidade, a Avenida Getúlio Vargas se torna uma linha imaginária referencial que segrega espacialmente as partes baixas e altas da área central, com as ruas Halfeld e Marechal Deodoro se consolidando como importantes polos comerciais para a cidade.

Com a chegada da linha férrea, é construído o Largo da Estação (atual Praça Dr. João Penido) e a Estação de Juiz de Fora (atual Escola de Belas Artes Antônio Parreiras), bem como os primeiros hotéis, sendo outrora considerada a “porta de entrada” da cidade uma vez que o trânsito de pessoas na região ocorria pela linha férrea (JUNQUEIRA, 2006 *apud* BRAIDA, 2011). Na área central da cidade, consolidou um conjunto arquitetônico no final do século XIX, que torna esse espaço singular a nível local e regional. A ocupação e parcelamento do solo em Juiz de Fora se difere das cidades tradicionais mineiras. A malha urbana é ortogonal, retilínea e padronizada, dando a aparência de que a cidade foi planejada. (SAMPAIO, 2010)

Identificamos o centro de Juiz de Fora como uma localidade especial, com ícones

e monumentos do passado que representam a história e o patrimônio cultural da cidade. A localidade é definida por Sampaio (*ibidem*) como o “Triângulo da Memória de Juiz de Fora”, pois a morfologia da área central é delimitada por um triângulo formado pelas avenidas Rio Branco, Itamar Franco e Francisco Bernardino (figura 1).



Figura 1: Espaços e edifícios culturais e delimitação do triângulo central

Fonte: Elaborado pelos autores.

Entretanto, com a interrupção do tráfego ferroviário de passageiros na década de 1970, a vitalidade urbana da Praça Dr. João Penido e cercanias foi comprometida, com um aumento crescente da violência na área com o passar do tempo e se estendendo até os dias atuais (GIROLETTI, 1988). A praça foi palco de inúmeros eventos e manifestações culturais com o passar do tempo, inclusive foi um importante apoio para a cena *underground* da cidade, por isso, foi o espaço escolhido para a implantação do equipamento cultural que será melhor detalhado no capítulo a seguir.

Implantação do equipamento cultural

A proposta conceitual é ter o Centro Cultural como extensão da Praça Dr.

João Penido, cujo espaço marca simbolicamente o início da modernidade de Juiz de Fora. Um dos símbolos dessa contemporaneidade pode ser representado pela cultura popular musical de sua sociedade, que no passar dos anos até a atualidade, essa característica se faz presente. Juiz de Fora é considerada “berço” de inúmeros expoentes artísticos de renome no mercado nacional, entretanto, um dos vieses que recebeu pouca importância foi o movimento *underground* da cidade.

Parafraseando o arquiteto e urbanista Lúcio Costa, a ideia que norteou o projeto para a Praça Dr. João Penido foi a tomada de posse do lugar, pois a cena *underground* juiz-forana não possui um lugar fixo, e o uso atual da Praça não é tão definido (COSTA, 1995). A tomada de posse do lugar é representada por uma série de mastros em aço cortén com posições pré-definidas para engastar uma cobertura têxtil efêmera que cobre uma parte da praça, de forma a oferecer espaços de permanência para o pedestre e de apoio para feiras urbanas que ali ocorrem, logo, a cobertura pode ser instalada de acordo com a demanda (Figura 2).



Figura 2: Fotomontagens explicitando a Praça Dr. João Penido com e sem a cobertura têxtil.

Fonte: Google Maps - modificada pelos autores.

Através de análises em arquivos históricos da cidade, foi possível mapear mudanças que ocorreram na Praça Dr. João Penido e cercanias de forma a tomar decisões de projeto. Desta forma, é proposta a retomada do traçado do ano de 1946 da praça, no qual as áreas verdes eram mais predominantes (Figura 3).

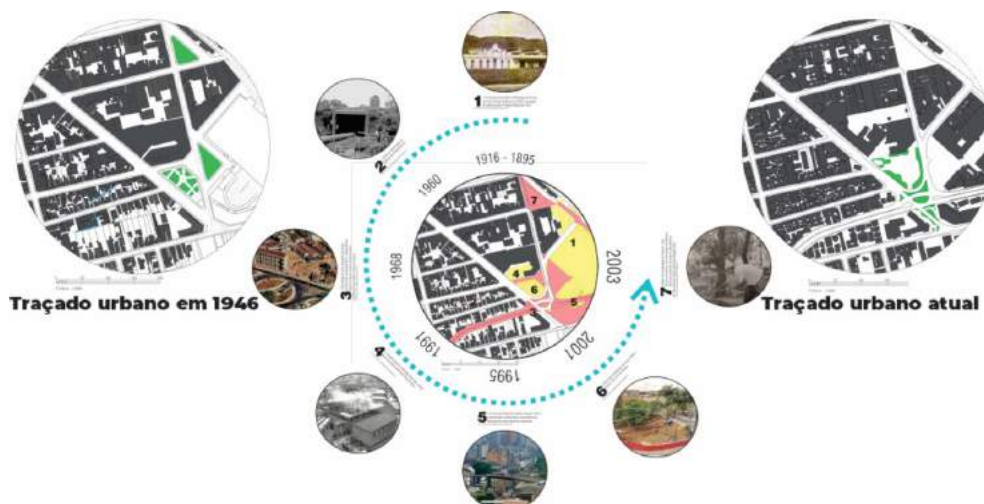


Figura 3: Esquema de evolução do traçado urbano com o passar do tempo

Fonte: Elaborado pelos autores.

O local escolhido para implantar o equipamento cultural foi o que atualmente abriga um estacionamento particular. Esta edificação e seu uso destoam-se em meio ao conjunto arquitetônico da praça. O edifício é de nenhuma significação histórica e cultural, o que compromete o espaço, destoasse em comunicação estética e tipológica do conjunto arquitetônico circundante. Deste modo, justifica-se a proposta de demolição deste edifício, propiciando cerca de 3000m² para implantação do equipamento cultural proposto nesta pesquisa (Figura 4).



Figura 4: Fotos explicitando o edifício escolhido para implantar o projeto

Fonte: Imagem A: Retirada do Google Earth e editada pelos autores; Imagem B: Adaptado por Conforte (2018).

A proposta de implantação visa ocupar o mínimo ao nível do solo, para assim liberar o máximo de espaço para implantar uma nova praça urbana, privilegiando o caminhar e a permeabilidade visual do pedestre. Nessa nova praça urbana são propostas arquibancadas e canteiros triangulares, com uma concha acústica executada em aço cortén e membrana tensionada para apresentações ao vivo em meio a nova praça, podendo ser instalada conforme a demanda (Figura 5).



Figura 5: Foto 1 – Praça Dr. João Penido pré implantação do Centro Cultural. Foto 2 – Fotomontagem com implantação do Centro Cultural.

Fonte: Imagens extraídas do Google Earth e modificadas pelos autores.

O Centro foi dividido em dois blocos, um no subsolo e outro ao nível da rua. Para o bloco acima do solo foi proposto um chanfro de 40° na forma do edifício, de forma a se integrar visualmente à Praça Dr. João Penido e gerar menor impacto visual nas cercanias, uma vez que o entorno é salvaguardado pela Divisão de Patrimônio Artístico Cultural (DIPAC) de Juiz de Fora. Este bloco vai abrigar ateliês no térreo e salas de dança e música no primeiro pavimento (Figura 6).

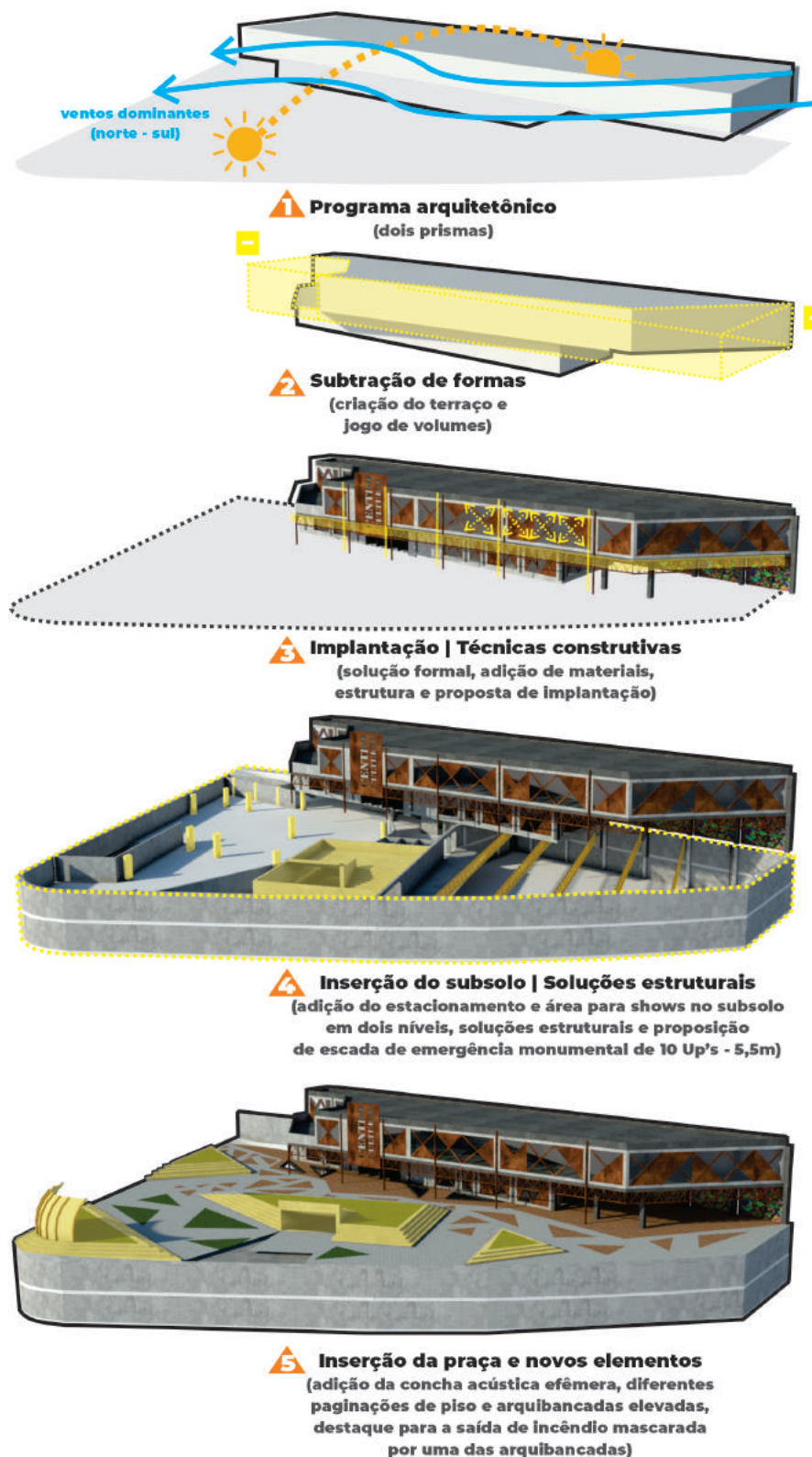


Figura 6: Diagrama de composição formal do Centro Cultural

Fonte: Conforte (2018).

O bloco no subsolo abriga as maiores áreas do Centro, como o estacionamento e área para apresentações ao vivo, sendo o próprio subsolo um isolante acústico para atenuar os ruídos gerados pelas performances. Em termos conceituais, o uso do subsolo faz alusão aos artistas do *underground* juiz-forano, pois os mesmos sempre estiveram ocultos dos holofotes da mídia, como no próprio significado da palavra *underground* (Figura 7).

O sistema estrutural proposto para a área de apresentações ao vivo precisou eliminar quaisquer pilares em meio ao público, criando um espaço livre, para isso, são propostas treliças metálicas de 1,2m de altura juntamente com o travamento lateral da escada de emergência de 5,5m de largura em concreto estrutural. Para o estacionamento e em volta de todo subsolo são propostas também paredes diafragma de forma a sustentar todo subsolo. Na parte superior do edifício são propostos pilares de concreto e vigas *vierendeel* para estruturar e vencer os grandes vãos e balanços (Figura 8).



Figura 7: Desenho digital explicitando o uso conceitual do subsolo no projeto.

Fonte: Conforte (2018).

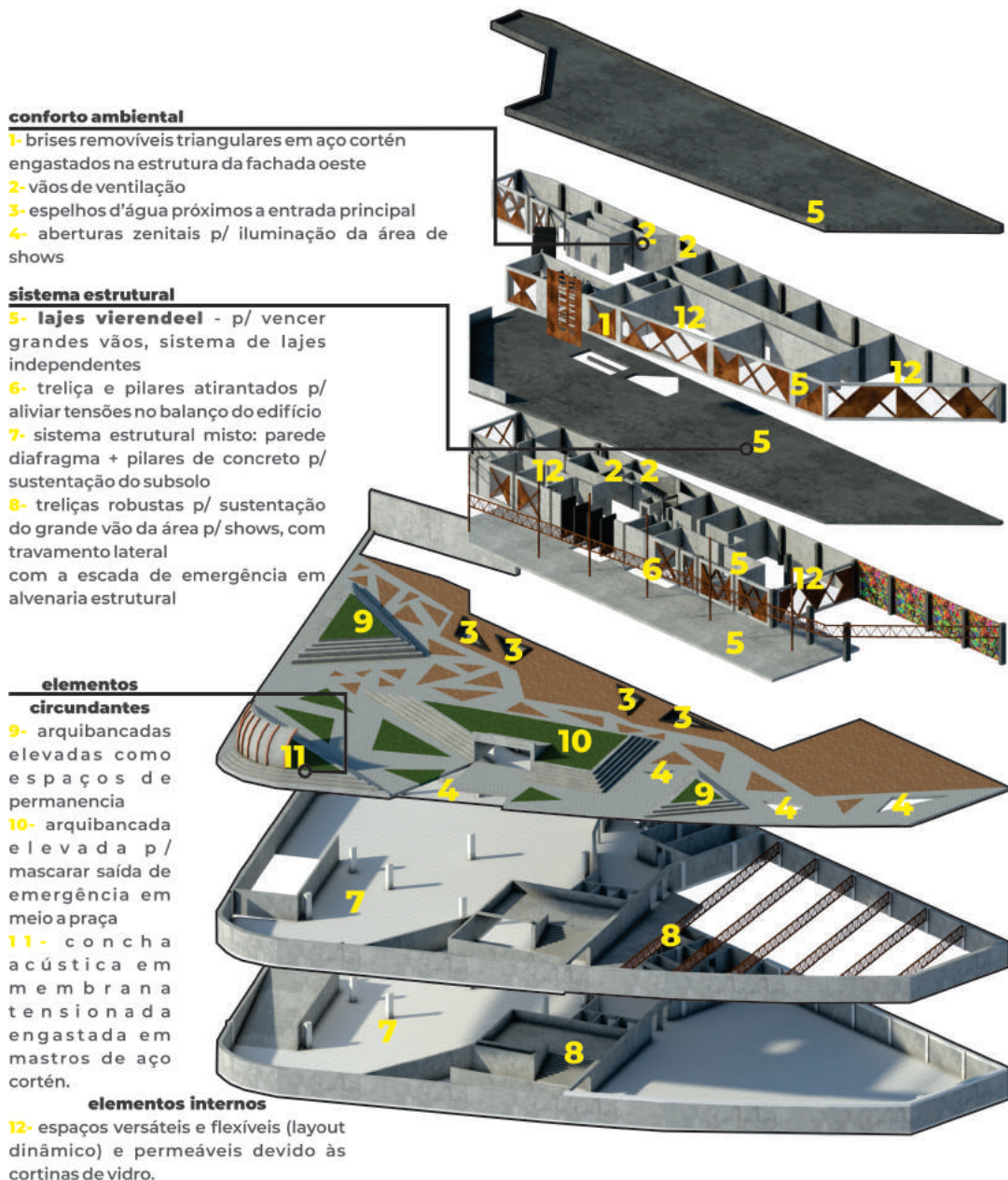


Figura 8: Perspectiva explodida explicitando técnicas e sistemas construtivos.

Fonte: Conforte (2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação de um complexo cultural impulsionaria a dinâmica local, com um maior contingente de pessoas circulando pelas cercanias, amenizando problemas de violência urbana, pois existem algumas áreas frágeis na área central, com menor número de transeuntes em determinados horários do dia devido à falta de espaços seguros e de incentivo de permanência, tornando um cenário propenso a incidência de delitos e um declínio da segurança no entorno, portanto, uma rua só é segura por si só quando mantém a rotatividade de pessoas ao longo do dia, aumentando o número de olhos atentos ao nível da rua, convidando pessoas dos edifícios do entorno a olharem pela janela e observarem as pessoas transitando, estabelecendo uma “vigília” em

relação aos fatos que ocorrem nas ruas. (JACOBS, 2007)

Um espaço cultural em meio à área central da cidade seria mais um sustentáculo para a produção cultural da cidade, facilitaria questões de mobilidade dos indivíduos em direção aos espaços culturais, pois a maioria das casas de shows se encontram nas imediações da cidade, dificultando o deslocamento. A criação de um espaço em local mais central, com possibilidades de diferentes modais de acesso contribuiria para o fortalecimento do mercado cultural da cidade, assim como o comércio local.

Em síntese, o equipamento cultural visa oferecer espaços (Figuras 9,10 e 11) nos quais os integrantes da cena *underground* da cidade se identifiquem e possam se expressar artística e culturalmente, sendo um lugar de apoio e infraestrutura para apresentação de artistas iniciantes e experientes. Pressupõe-se que o equipamento cultural auxilie na revitalização da dinâmica urbana das partes baixas do centro da cidade, especialmente nas cercanias da Praça Dr. João Penido, com novas áreas de permanência que privilegiem o caminhar do pedestre e atraiam pessoas para usufruírem dos novos espaços criados.



Figura 9: Imagem renderizada do edifício do Centro Cultural

Fonte: Elaborada pelos autores



Figura 10: Imagem renderizada da área para shows

Fonte: Elaborada pelos autores

REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, Jean. **PARA UMA CRÍTICA DA ECONOMIA POLITICA DO SIGNO**. São Paulo: Martins Fontes. Col.Arte & Comunicação.

BRAIDA, F. **Passagens em rede: a dinâmica das galerias comerciais e dos calçadões nos centros de Juiz de Fora e Buenos Aires**. Juiz de Fora: Funalfa: Ed. UFJF, 2011;

CHAMBERS, Iain. **POPULAR CULTURE – The Metropolitan Experience**. London, 1986.

CORDOVIL, W. D. **Territorialidades Urbanas: A colônia alemã de Dom Pedro II e a industrialização de Juiz de Fora – Minas Gerais**. Monografia, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, 2011.

COSTA, Lúcio. **Registros de uma Vivência**. Rio de Janeiro: Empresa das Artes, 1995. p.283.

DUNCOMBE, Stephen. **Notes from the Underground**, University of New York City, 1997.

GIROLETTI, Domingos. **A Industrialização de Juiz de Fora: 1850 a 1930**. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 1988.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

JUNQUEIRA, P. T. **De cidade à centralidade: formação dos centros e o processo de descentralização nas cidades de médio porte**. Estudo de caso: Juiz de Fora. 2006. 106 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

KEMP, Kênia. **“GRUPOS DE ESTILO JOVENS: O ‘Rock Underground’ e as práticas (contra) culturais dos grupos ‘punk’ e ‘thrash’ em São Paulo.”**, UNICAMP, 1993.

SAMPAIO, Júlio César. **Triângulo da Memória de Juiz de Fora**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

PROJETO 'GIGANTE PARA SEMPRE': ANÁLISE DE UM GRANDE PROJETO URBANO DA COPA DO MUNDO DE 2014

Silvana Kaster Tavares

Mestrado Associado Uniritter-Mackenzie
Porto Alegre/RS

Andréa Magalhães Viana

Mestrado Associado Uniritter-Mackenzie
Porto Alegre/RS

Fábio Bortoli

Mestrado Associado Uniritter-Mackenzie
Porto Alegre/RS

RESUMO: O presente artigo utiliza-se da análise multidimensional para aspectos políticos, econômico-financeiros, arquitetônico-urbanísticos e simbólicos-socioambientais do Projeto Gigante para Sempre, que envolveu a reforma do estádio Beira-Rio e a revitalização de seu entorno imediato na cidade de Porto Alegre, como proposta de complexo multifuncional para a Copa do Mundo FIFA 2014. Apresenta, também, conceituação do projeto dentro dos estudos de Megaeventos como catalizadores de Grandes Projetos Urbanos, avaliando seu contexto e legado. O Projeto é entendido no âmbito das práticas urbanas contemporâneas de planejamento, como o surgimento do Neourbanismo (ou Renascimento Urbano) e do contexto histórico que envolveu os preparativos para a realização da Copa de 2014. O trabalho pretende ainda compilar dados para buscar

compreender os impactos gerados pelo conjunto de decisões entre a proposta inicial, a evolução e a realidade da implementação deste megaprojeto em Porto Alegre.

PALAVRAS-CHAVE: Grandes Projetos Urbanos, Copa 2014, Estádio, Neourbanismo, Porto Alegre

'GIGANTE PARA SEMPRE' PROJECT:

ANALYSIS OF A GREAT URBAN PROJECT
OF THE 2014 WORLD CUP

ABSTRACT: This article uses multidimensional analysis for political, economic-financial, architectural-urban and symbolic-socio-environmental aspects of the Projeto Gigante para Sempre (*Giant Forever Project*), which involved the renovation of the Beira-Rio stadium and the revitalization of its immediate surroundings, in Porto Alegre, as a proposal for a multifunctional complex for the 2014 FIFA World Cup. It also presents the conceptualization of the project within studies of megaevents as catalysts of Large Urban Projects, evaluating its context and legacy. The project is studied in the context of contemporary urban planning practices, such as the emergence of Neourbanism (or Urban Renaissance) and the historical context that involved the preparations for the 2014 World Cup. This article also compiles data to

understand the impacts generated by the set of decisions made between the initial proposal, the evolution of it and the reality of the implementation of this megaproject in Porto Alegre.

KEYWORDS: Large Urban Projects, World Cup 2014, Stadium, urban renaissance, Porto Alegre

1 | INTRODUÇÃO

A pesquisa científica sobre o impacto de Grandes Projetos Urbanos (GPUs) nas cidades brasileiras começou a ganhar atenção em virtude do volume de obras implementadas para receber a Copa do Mundo FIFA 2014. Como cidade sede, Porto Alegre entrou nesta discussão com a apresentação do projeto Gigante para Sempre, que, além da modernização do Estádio Beira Rio, incluía um complexo multifuncional. Decorridos 4 anos do evento e com apenas parte do referido projeto concluído, o trabalho pretende compilar os dados iniciais para buscar compreender os impactos gerados pelo conjunto de decisões entre a proposta e a realidade da implementação deste projeto da Copa de 2014 em Porto Alegre.

Tendo por base a metodologia multidimensional de análise (NOVAIS et al., 2007) avaliamos o projeto sob os aspectos políticos, econômico-financeiros, arquitetônico-urbanísticos e simbólicos-sócio ambientais. A pesquisa foi realizada em fontes primárias, como relatórios oficiais de secretarias de governos federais e municipais, reportagens jornalísticas da época e artigos científicos sobre o tema.

O texto está organizado em 4 sessões: introdução; conceituação de megaeventos e GPUs e a Copa do Mundo de 2014, a apresentação do porto Gigante para Sempre e as considerações finais.

2 | MEGAEVENTOS, GPUS E A COPA DO MUNDO DE 2014 NO BRASIL

Megaeventos fazem parte de uma estratégia complexa, implementada por parcerias pública e privada envolvendo expansão urbana, entretenimento e investimentos imobiliários. Para serem considerados como tal, os megaeventos devem apresentar:

[...] grandiosidade em termos de público, mercado alvo, nível de envolvimento financeiro do setor público, efeitos políticos, extensão de cobertura televisiva, construção de instalações e impacto sobre o sistema econômico e social da sociedade anfitriã. (HALL, 2006, p. 59 apud TAVARES, 2011, p. 17).

Na atualidade os mais conhecidos e de maior impacto global são os esportivos como Copas do Mundo e Olimpíadas que, pela sua abrangência, são grandes catalizadores de GPUs, tanto pelo apelo simbólico como pela capacidade de reestruturação urbana que possuem (MASCARENHAS et al., 2011 apud CHIMENEZ; ANGELO, 2013).

[...] os GPUs são formas complexas de articulação entre atores privados e públicos referidas ao território, acionadas a fim de superar os constrangimentos sobre a ação do Estado e garantir o envolvimento do setor privado. (NOVAIS et al., 2007, p.7).

Essa grandiosidade é que atrai a atenção de investidores privados também de escala global, que, através de articulações diversas, identificar oportunidades de ampliar sua parcela de participação dos projetos propostos para adequação às exigências dos promotores do evento, neste caso a Federação Internacional de Futebol – FIFA.

O roteiro de apresentação segue o modelo de maximização dos benefícios e minimização dos impactos negativos. Essa abordagem ganha a simpatia da população local, que vislumbra a perspectiva de implementação de infraestruturas, especialmente de mobilidade e serviços há muito aguardados, devido a articulação dos atores envolvidos e a quantidade de recursos investidos. Acaba sendo oportunidade de fomentar a implantação de Grandes Projetos Urbanos, que podem envolver infraestrutura, renovação de áreas degradadas, construção ou renovação/ampliação de equipamentos esportivos. Estes eventos também atuam como indutores de transformações urbanas nas cidades sedes, devido ao grande volume de visitantes. Os projetos baseiam-se, em grande parte, na produção de lugares, relacionados às atividades de turismo e entretenimento, impulsionando novas atividades comerciais e setores tradicionais como transporte, varejo, hotelaria, restaurantes e lazer noturno. Analisando seu histórico, os megaeventos esportivos são reconhecidos por acelerar o desenvolvimento urbano, contudo, frequentemente, muitos dos projetos que são planejados não são executados parcial ou totalmente (SMITH, 2012).

Um diferencial apresentado pelos projetos brasileiros em relação à Europa e Estados Unidos é o caráter pontual com que se apresentam. Apesar de inseridos nos projetos iniciais, a melhoria dos acessos aos locais de evento e seu entorno não satisfazem objetivos estratégicos, como a integração da malha urbana e a diminuição de desigualdades entre as diferentes regiões da cidade. Em geral, as melhorias ficam circunscritas à área foco do projeto. Ainda há a questão de que as áreas de implantação dos GPUs normalmente são áreas já exploradas, que revitalizadas, aumentam em muito o valor comercial.

Hay un rasgo estructural de los grandes proyectos desde el punto de vista de su articulación con la estructura urbana. Es su capacidad para producir un aumento extraordinario en la rentabilidad del suelo en áreas estratégicas que pasan a formar parte de un mercado de bienes raíces de escala internacional. (CUENYA, 2011, p. 186).

No Brasil, verificamos que duas correntes de pensamento se destacam em relação a este tema. Uma enxerga os GPUs, como instrumento do aumento da distância entre as camadas econômicas e sociais, dentro de um receituário econômico ortodoxo, de exclusão questionando os resultados do processo. Outra declara que a cidade, o espaço urbano, se transformou em mercadoria e defende maior

transparência das negociações com a eliminação da chamada política de gabinetes, e/ou aprovações de bancada, no caso das Câmaras Municipais, sem discussão, mensuração, minimização e responsabilização dos danos causados as populações atingidas pelo interesse de terceiros.

Esta corrente questiona os meios utilizados e destaca a necessidade de debate para aplicação de leis, sobretudo aquelas de caráter ambiental, que visam inibir a possibilidade de intervenção negativa de grupos interessados em determinadas regiões das cidades. O que era tarefa do poder público — planejar a cidade — passou à iniciativa privada. É fato que o poder público normalmente tem a posse dos terrenos, mas não tem os recursos financeiros para implantar infraestrutura, ao contrário da iniciativa privada, o que talvez explique a transformação das tratativas destes projetos num balcão de negócios

Corroborando com esta visão, Malfas et al. (2009 apud HORNER; MANZENREITER, 2006, p. 9), após revisar extensa quantidade de literatura sobre impactos dos megaeventos esportivos, chegou à conclusão de “que os benefícios econômicos são o principal motivo em recebê-los”.

Em 2006 o Brasil foi escolhido para sediar a Copa do Mundo FIFA de 2014, e no ano seguinte candidatou-se para receber os Jogos Olímpicos de 2016. Dois eventos de nível mundial que previam grandes investimentos nos espaços esportivos e incluíram um conjunto significativo de obras de infraestrutura, especialmente mobilidade, por todo país. O argumento utilizado pelo governo para justificar tais investimentos foi de que as obras gerariam um grande incremento de recursos na economia. Contudo, em 2014, quando foi realizada a Copa, o cenário econômico era outro, tanto a nível mundial quanto nacional, e, no final de agosto, através de notícias jornalísticas os economistas confirmaram, o Brasil registrou a chamada “recessão técnica”.

A preparação envolveu um planejamento especial para as cidades sedes, com a disposição de créditos federais através do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC:

Para alguns observadores, os megaeventos podem constituir uma “janela de oportunidade” para fazer algo que, ao contrário, seria muito difícil de realizar em tempos normais por falta de consenso político e capacidade de concentrar recursos financeiros para um determinado objetivo, além da contribuição dada por agências quais o IOC - International Olympic Committee (PREUSS, 2004, p. 11 apud COSTA, 2013, p. 165).

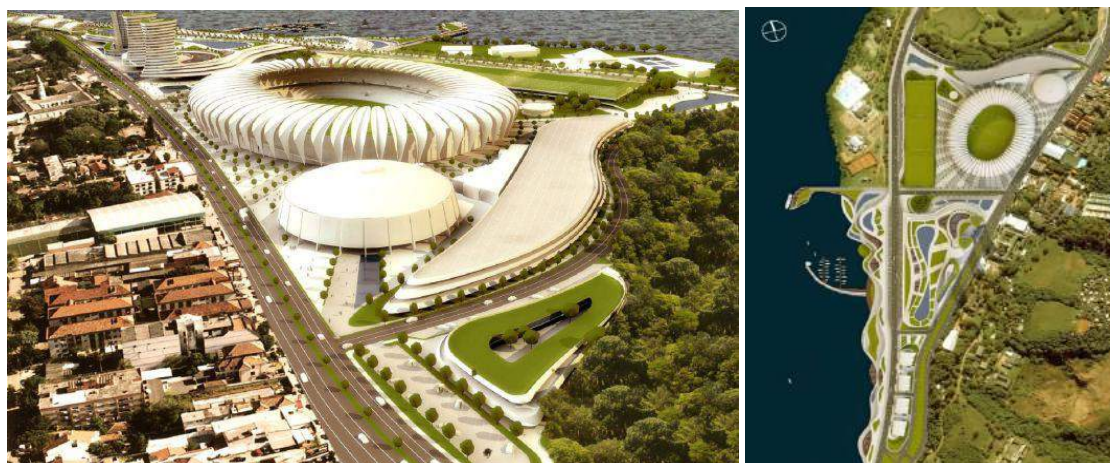
A designação de Porto Alegre como uma das sedes da Copa do Mundo foi um desses casos. Uma oportunidade para levar adiante projetos urbanos que estavam parados, além da retomada de obras já previstas. No entanto, houve uma significativa mudança na política de definição de prioridades.

3 | O PROJETO GIGANTE PARA SEMPRE SOB UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL

O projeto de reforma do estádio Beira Rio, inaugurado em 1969, iniciou em 2006, quando o Sport Club Internacional montou uma comissão para estudar uma cobertura para o estádio, vontade antiga dos dirigentes do clube. Em janeiro de 2007 foram apresentados os primeiros estudos, juntamente com a proposta de melhoria e ampliação da área construída existente. O estádio ganharia um anexo na sua porção oeste, um museu, área vip e restaurante. No desenvolvimento do projeto identificou-se a necessidade de uma ampla reforma no estádio para integração da nova cobertura, estimada naquele momento em R\$ 50 milhões. Logo após surge a primeira versão do *Masterplan* do projeto, incluindo os terrenos adjacentes ao estádio e a proposta de um hotel, um edifício de estacionamentos e centro de treinamento:

O projeto não esperou [...] os arquitetos da Hype Studio partiram para projetar o centro de convenções junto a um hotel, edifícios comerciais, a urbanização da orla e uma via aérea para um aeromóvel que ligaria o Centro à Zona Sul da Capital (MARTINS; SANTOS, 2014, pg. 71).

Uma outra versão do *Masterplan*, foi apresentada à FIFA em 2007, o que possibilitou confirmar o estádio como sede dos jogos em Porto Alegre em janeiro de 2009. Os terrenos adjacentes ao estádio, de propriedade do Governo do Estado foram escolhidos como local para o projeto que também incluiria o estádio (ver fig. 01 e 02). A área praticamente plana, de aproximadamente 224.000m² possui um desnível em relação a Av. Beira Rio (avenida que funciona como um dique para a orla sul do Guaíba). A localização é privilegiada, situada no eixo de acesso à zona sul da cidade e em área com grande potencial turístico. O projeto Gigante para Sempre incluiria a reforma do estádio Beira Rio, a construção de um centro de eventos para 800 pessoas, duas torres de hotéis com 700 quartos no total, uma torre de escritórios, campos de treinamento, estacionamento para 2500 carros, urbanização da orla do Guaíba nas imediações do estádio e três novas ruas ligando a Av. Padre Cacique à Av. Beira Rio (MARTINS; SANTOS, 2014; OLIVEIRA, 2013). Importantes obras de infraestrutura como a duplicação da Av. Beira Rio e a implantação do BRT na Av. Padre Cacique apoiariam a construção do projeto.



Figuras 1 e 2: *Masterplan* do Projeto Gigante para Sempre.

Fonte: Porto Imagem (2014).

3.1 Aspectos Políticos

Articulações políticas são sempre necessárias para a implementação de grandes projetos urbanos. No caso do projeto Gigante para Sempre não foi diferente. Um projeto de tamanho porte e visibilidade não seria concretizado sem a participação de diversos órgãos do governo, um time multidisciplinar de projeto e agentes privados com interesses próprios. Todo projeto de renovação urbana pressupõe a resolução de conflitos de interesses (CUENYA, 2011).

Mesmo antes da apresentação do projeto para a FIFA, a área onde o projeto está localizado já recebia especial atenção da Prefeitura de Porto Alegre, sendo citada no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), como área de desenvolvimento de Projetos Especiais, conforme figura a seguir.

No entanto, a viabilização do projeto só seria possível com a alteração do regime urbanístico no entorno do estádio, localizado em posição estratégica e com forte potencial turístico, próximo ao centro da cidade, à Orla do Guaíba, ao Museu Iberê Camargo e na principal rota de ligação com a Zona Sul da cidade. Após a confirmação de que o Estádio seria sede dos jogos, foi aprovado pela Câmara de Vereadores um projeto de lei tendo por base Estudos de Viabilidade Urbanística (EVU), alterando o regime urbanístico das áreas onde seria construído o projeto (OLIVEIRA, 2013). As licenças para início da obra foram entregues ao Sport Club Internacional em 2010.

3.2 Aspectos Econômico-Financeiros

O projeto inicialmente estimado em R\$ 50 milhões pelos arquitetos (MARTINS; SANTOS, 2014) não seria executado na sua totalidade. A Matriz de Responsabilidade da Copa de 2014 incluiu somente a reforma do estádio Beira Rio, deixando de fora os demais componentes do projeto arquitetônico. Na Matriz de Responsabilidade divulgada em novembro de 2011, o valor da reforma do estádio era de R\$ 130 milhões, com o prazo de 2 anos de obras, iniciando no ano de 2010. As obras de infraestrutura de viária das vias adjacentes ao estádio foram inclusas na Matriz de Responsabilidade como itens de Mobilidade, cada uma configurando uma obra em separado, com seus respectivos orçamentos. Parte dos recursos da reforma do estádio vieram da venda do terreno do antigo Estádio dos Eucaliptos (R\$ 26 milhões), em 2010, mesmo ano de início das obras. Somente em março de 2012, dois anos após o início das obras e depois de uma longa discussão contratual foi assinado o contrato de parceria estratégica entre o Sport Club Internacional e a Construtora Andrade Gutierrez S.A.

O restante dos recursos necessários seria garantido através de um aporte financeiro da construtora, proveniente de financiamento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para até 75% do valor da obra pelo programa Pró Copa. Em contrapartida, a construtora recebeu o direito de uso/exploração financeira de áreas específicas do estádio. O novo estádio (incluindo um edifício de estacionamento) foi inaugurado em abril de 2014 (MARTINS; SANTOS, 2014) e com

o custo final de R\$ 366,3 milhões de reais, sendo R\$ 275,1 milhões provenientes de financiamento federal e R\$ 91,2 milhões da iniciativa privada.

No início de 2018, foi confirmado o terreno do empreendimento e planejado o edital para contratação dos projetos específicos. O recurso financeiro, de aproximadamente R\$ 60 milhões, já foi captado em 2013 via PAC TURISMO. Há muito existe a demanda de um novo Centro de Eventos para a cidade de Porto Alegre e a localização do empreendimento no terreno vem ao encontro de explorar a infraestrutura da região que possui excelente potencial turístico destacado pela presença do Lago Guaíba, Parque Jayme Sirotsky Sobrinho, Museu da Fundação Iberê Camargo, Barra Shopping Sul etc.

3.3 Aspectos Arquitetônico-Urbanísticos

A reforma do Estádio teve por base conceitos arquitetônicos utilizados em estádios de renome internacional que serviram de referência para o projeto. Um time multidisciplinar foi responsável pelos projetos, dentre eles as empresas gaúchas *Hype Studio* Arquitetura, autora do projeto arquitetônico, e Santini & Rocha Arquitetos, responsável pelo projeto executivo e gerenciamento técnico. A construção ficou sob responsabilidade da Construtora Andrade Gutierrez S.A. (MARTINS; SANTOS, 2014).

A obra da cobertura, item fundamental na reforma e que hoje confere identidade ao estádio foi inicialmente definida em 2007, na primeira apresentação do projeto de reforma do estádio. Muito além da cobertura, a reforma também incluiu alterações que colocariam o estádio nos padrões exigidos pela FIFA. Foram necessárias adaptações de saídas de incêndio, sistemas elétricos, hidráulicos e de informação, dimensões dos corredores de circulação, reforma de arquibancadas, vestiários, camarotes, setores de imprensa e hospitalidade. Novas áreas de apoio para os torcedores foram criadas embaixo das arquibancadas inferiores: o Museu do Inter, lojas, restaurantes, salas de reforma de arquibancadas, vestiários, camarotes, setores de imprensa e hospitalidade.

As obras de infraestrutura e mobilidade nas áreas do entorno do estádio foram concluídas com modificações. Das três ruas propostas no projeto Gigante para Sempre apenas uma foi executada, a rua Fernando Lucio da Costa. A revitalização da Orla do Guaíba também foi modificada, sendo executada uma ciclovia e calçamento do passeio junto à Av. Beira Rio. O terreno na lateral do estádio foi asfaltado e transformado em estacionamento. Mesmo assim, a reforma do estádio trouxe melhorias para aquela área da cidade. A renovação dos espaços públicos, principalmente junto à Av. Beira Rio trouxe nova identidade para o local. Aos finais de semana uma faixa da avenida é fechada para o trânsito de veículos e amplamente utilizada pela população. A duplicação da Av. Beira Rio e a conclusão do viaduto do Abdias Nascimento, na Av. Pinheiro Borba, juntamente com as obras de melhoria da Av. Padre Cacique (que antes das obras da Copa ficava frequentemente inundada em dias de chuva), também foram fundamentais para facilitar o acesso de veículos para a zona sul da cidade.

As mudanças de regime urbanístico aprovadas como projeto de lei para a implantação do projeto Gigante para Sempre, se mantidas, configurarão um novo perfil de edificações de grande porte (tanto em área construída como em altura) na região.

REGIME URBANÍSTICO PROJETO GIGANTE PARA SEMPRE	
Zona	Zona 3 Área de ocupação intensiva para de interesse cultural e institucional
Altura	Liberação da construção de edifícios de até 52m de altura ao longo da Av. Padre Cacique
Índice de Aproveitamento	Alteração de 1,3 para 1,9
Área de Proteção Permanente (APP)	Redução de faixa de 500m para 255m

Quadro 1: Resumo do regime urbanístico para o projeto Gigante para Sempre.

Fonte: Adaptado de Oliveira (2013).

A linguagem arquitetônica mostrada nas imagens do projeto Gigante para Sempre divulgadas na mídia demonstram um projeto contemporâneo e inovador, com altas torres envidraçadas e amplos espaços abertos de convivência. O paisagismo, cuidadosamente desenhado nas imagens, parece tentar promover a integração entre os diversos componentes do programa e a Orla do Guaíba, porém a diferença de escala entre a área construída proposta e o entorno é bastante evidente.



Figura 3: Imagem parcial do Projeto Gigante para Sempre.

Fonte: Porto Imagem (2014).

3.4 Aspectos Simbólico-Sócio Ambientais

O projeto Gigante para Sempre sem dúvida promove a construção de uma nova imagem para a cidade de Porto Alegre. O design arrojado da cobertura do estádio com a iluminação cênica criou um novo cartão postal, impactando sobre o imaginário da região.

A complexidade e a grandiosidade do projeto (visto puramente pelo aspecto de dimensão), a ampla equipe de profissionais envolvidos em todas as fases da reforma do estádio e o encontro dos padrões da FIFA colocaram a cidade de Porto Alegre no

cenário mundial do futebol, podendo sediar outros eventos futuros.

Como projeto pontual e estratégico integrou a malha urbana no entorno próximo, renovando não somente as vias de tráfego de veículos, mas também espaços públicos, principalmente junto à Av. Beira Rio, trazendo nova identidade para o local. Atualmente, nos finais de semana, uma faixa da avenida é fechada para o trânsito de veículos e este espaço é amplamente utilizada pela população.

O estádio recebeu a certificação LEED Prata por adotar ações de sustentabilidade incluindo desde plano de prevenção de poluição do solo e do ar e gerenciamento de resíduos durante a construção, reaproveitamento de águas pluviais e controle de vazão de descargas nos sanitários, emprego de materiais sustentáveis e a geração de energia com transformadores próprios.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as informações observadas neste estudo, verificamos que os Megaeventos, no modelo brasileiro, funcionam apenas como catalisadores de negócios imobiliários. A designação de Porto Alegre como uma das sedes da Copa do Mundo foi considerada como uma oportunidade para levar adiante projetos urbanos que estavam parados, porém a prioridades das obras foi alterada conforme o interesse dos investidores.

A escolha das obras, embora de infraestrutura urbana e realizadas com recursos públicos, não atendem às demandas populares, mas à lógica do capital na medida em que priorizam o atendimento e suporte ao espaço privatizado. Neste sentido, observando-se as obras realizadas para o evento, relativas à mobilidade urbana e transporte público, pode-se afirmar que na maioria das cidades sede, entre elas Porto Alegre, os legados não resolveram os principais problemas enfrentados pela população. No caso do projeto Gigante para Sempre, a estratégia utilizada para a área, devido à sua localização, foi de um programa de reestruturação urbana, numa combinação de suas três frentes: a da criação de novas centralidades, com a construção de um centro de eventos; reforço de centralidades já existentes com a reforma do estádio Beira Rio e melhoria de seus acessos e ainda de “revitalização” de centralidades decadentes, com a construção na Marina. Embora não realizados, os projetos demonstraram o potencial de uma área hoje praticamente subutilizada criando uma “reserva de valor” para futuros investimentos urbanos, a partir do diferencial de renda entre o valor atual e o valor futuro do solo urbano pós-revitalização conforme os modelos consagrados de Londres, Barcelona e outros semelhantes.

O projeto integrou-se à malha urbana no entorno próximo, renovando não somente as vias de tráfego de veículos, mas também espaços públicos, principalmente junto à Av. Beira Rio, trazendo nova identidade para o local, beneficiando especialmente o lazer da população, quando, nos finais de semana, uma faixa da avenida é fechada

para o trânsito de veículos.

As questões ambientais referentes ao entorno do estádio ainda precisam de maior entendimento visto que a diminuição da faixa de APP pode gerar uma densidade desfavorável à Orla do Guaíba. Este item necessita de estudos mais aprofundados.

A futura construção do Centro de Eventos no terreno confirma a reserva de valor, mas precisa ser estudada cuidadosamente, pois as vias existentes já apresentam diversos pontos de congestionamento em vários horários do dia e um novo empreendimento de grande porte na região pode piorar ainda mais esta situação.

REFERÊNCIAS

CHIMENEZ, Ana Caroline de Oliveira; ANGELO, Ana Carolina Sanches. **O conceito de grandes projetos urbanos (GPU) e seu contexto político e econômico na dinâmica do espaço urbano**. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/9234281-O-conceito-de-grandes-projetos-urbanos-gpu-e-seu-contexto-politico-e-economico-na-dinamica-do-espaco-urbano.html>>. Acesso em: 28 jun. 2018

COSTA, Giuliana. **Sediar megaeventos esportivos vale à pena?** In: O Social em Questão. Ano 21, n. 29, pp. 159-178, 2013. Disponível em: <http://www.academia.edu/4009237/Sediar_megaeventos_esportivos_vale_%C3%A0_pena>. Acesso em: 20 set. 2018.

CUENYA, Beatriz. **Grandes proyectos y sus impactos en la centralidad urbana**. Cad. Metrop., São Paulo, v. 13, n. 25, pp. 185-212, jan/jun 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5987/4330>>. Acesso em: 20 set. 2018.

HORNE, John; MANZENREITER, Wolfram. **An introduction to the sociology of sports mega-events**. In: Sociological Review, v. 54, December 2006, p. 1-24. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/227993452_An_introduction_to_the_sociology_of_sports_mega-events1>. Acesso em: 20 set. 2018.

MARTINS, Altair; SANTOS, Mauricio. **Gigante para Sempre**. 1 ed. São Paulo: BB Editora, 2014.

MASCARENHAS, G.; BIENENSTEIN, G.; SÁNCHEZ, F.; et al. **O Jogo Continua: megaeventos esportivos e cidades**. 1.ed. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2011.

NOVAIS, P. et al. **Grandes Projetos Urbanos: panorama da experiência brasileira**. In: XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. Anais do Encontro Nacional da ANPUR. Belém do Pará. Brasil. 2007. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/xiienanpur/home.php?p=papers#>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

OLIVEIRA, Clarice Mizoczky de. **Empreendedorismo urbano e práticas de planejamento: a copa do mundo e os grandes projetos urbanos em Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/90426>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Matriz de Responsabilidade da Copa 2014**. 2011. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smf/default.php?p_secao=213>. Acesso em 29 jun. 2018

PORTO IMAGEM. **Imagens projeto gigante para sempre**. 2014. Disponível em: <<https://portoimagem.wordpress.com/imagens-do-projeto-gigante-para-sempre/>>. Acesso em 26 jun. 2018.

SMITH, Andrew. **Megaeventos deportivos y desarrollo urbano**. In: GOIG, Ramón Llopis. Megaeventos deportivos: perspectivas y estúdios de casos. Barcelona: UOC, 2012. p. 75- 96.

TAVARES, Otavio. **Megaeventos Esportivos**. In: Revista Movimento, Porto Alegre, v. 17, n. 03, p. 11-35, jul/set de 2011. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/viewFile/23176/17730>>. Acesso em: 23 set. 2018.

ZERO HORA. **Prefeitura indica terreno junto ao Beira Rio para receber Centro de Eventos**. 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/08/prefeitura-indica-terreno-junto-ao-beira-rio-para-receber-centro-de-eventos-9878664.html>>. Acesso em 26 jun. 2018.

O CENÁRIO ATUAL DAS EDIFICAÇÕES DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS: O SOLAR BARÃO DE GRAJAÚ, ANTIGO MUSEU DE ARTE SACRA

Maria Paula Fernandes Velten Pereira

Unidade de Ensino Superior Dom Bosco
São Luís – Maranhão

Ingrid Rayssa dos Santos Moreira

Unidade de Ensino Superior Dom Bosco
São Luís – Maranhão

RESUMO: O Centro Histórico de São Luís possui muitas edificações tombadas com valor histórico. O presente artigo tem como objetivo compreender acerca do Solar Barão de Grajaú e analisar o estado atual da edificação e as ações empregadas para a conservação e preservação desta no Centro Histórico de São Luís, e como essas medidas influenciam o desenvolvimento do turismo da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Solar Barão de Grajaú; Conservação; Preservação; Turismo.

THE CURRENT SCENARIO OF THE BUILDINGS OF THE HISTORIC CENTER OF SÃO LUÍS: THE SOLAR BARÃO DE GRAJAÚ, OLD MUSEUM OF RELIGIOUS ART

ABSTRACT: São Luís Historical Center has many historic buildings with great value. This aim of this article is to study the Solar Barão de Grajaú and its whereabouts as well as analyze

the current state of the building and the actions required for the Historic Center conservation and preservation, and how these measures influence the growth of São Luís's tourism.

KEYWORDS: Solar Barão de Grajaú; Conservation; Preservation; Tourism.

INTRODUÇÃO

As edificações no centro Histórico são consideradas patrimônio histórico e cultural. Logo, para entender do que se trata um patrimônio, Pelegrini (2006) em seu artigo “*Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental*”, fala que “*as noções de patrimônio cultural se mantêm vinculadas às de lembrança e de memória*”, deixando claro que “*os bens culturais são preservados em função de manter a identidade cultural*”.

O solar Barão de Grajaú, objeto de estudo do presente artigo, é um exemplo de edificação que mantêm a identidade cultural. A edificação encontra-se dentro da área de tombamento estadual. Foi também, por anos, o local onde o museu de Arte Sacra funcionou em conjunto com o Museu Histórico e Artístico do Maranhão.

Tendo como um dos objetivos do estudo o conhecimento acerca do solar construído na segunda metade do século XIX, analisou-se, a

princípio, a declaração de Andrès sobre os solares no artigo *“Reabilitação do Centro Histórico de São Luís: análise crítica do programa de preservação e revitalização do centro histórico de São Luís/PPRCHSL, sob o enfoque da conservação urbana integrada”*, sendo percebível que os solares pertenciam às classes mais ricas da cidade – dessa forma é possível conhecer como a alta classe convivia na época.

É notório que com o tempo os edifícios começam a se deteriorar devido às intempéries do decorrer dos anos e da ação de agentes biológicos, deste modo é necessária a avaliação desses espaços para manter a identidade histórica preservada. Sendo assim, neste artigo será abordado de que maneira é possível melhorar os problemas identificados tendo em vista a necessidade de manter a história do local.

Para essa análise Castriota (2007) fala de três modelos para a manutenção em *“Intervenções sobre o Patrimônio Urbano: modelos e perspectivas”*, que são: preservação, conservação e reabilitação, modelos estes que representam três diferentes posturas em relação ao patrimônio.

Assim sendo, o presente artigo realizou um estudo dos modelos relacionados ao patrimônio e buscou indicar quais se enquadram na situação do solar e como esses modelos poderiam ser empregados.

Dentro da perspectiva de manter uma identidade cultural e histórica de uma edificação tombada, é necessário tomar algumas medidas legais. No artigo *“O Estatuto da Cidade e os instrumentos de política urbana para proteção do patrimônio histórico: outorga onerosa e transferência do direito de construir”*, compreende-se algumas dessas medidas quando se é proprietário de uma edificação tombada. Vê-se que a pesquisa mostra a capacidade *“de preservar tanto a sua história (do edifício) quanto desenvolver alternativas sustentáveis de desenvolvimento para as futuras gerações, criando alternativas legais”* (SANTIN; MARANGON, 2008).

Assim, entende-se a importância de seguir as normas legais não apenas para a história do local, mas também ao titular e para outras pessoas, que se interessam na história. O que deixa claro que uma ação de intervenção não é algo fácil de realizar.

Diante o exposto, o presente estudo visa melhorar a compreensão das medidas legais tangentes à preservação e conservação da edificação e, ao final, relacioná-las com o turismo existente no Centro Histórico de São Luís, tendo como premissa o entendimento de um turismo cultural baseado no desenvolvimento da região turística – caracterizando na própria conservação do local.

1 | HISTÓRICO SOLAR BARÃO DE GRAJAÚ

O solar do Barão de Grajaú foi construído na segunda metade do século XIX, encontra-se na Rua São João, nº 500, também chamada de Rua 13 de Maio. Possui dois pavimentos e um mirante, tem implantação em “L”, com telhado terminado em beiral. Na parte interior as suas características transmitem equilíbrio e sobriedade

e os vãos de seu compartimento em diagonal, ainda de acordo com o manuscrito encontrado no museu.

Segundo Lopes, em “*São Luís ilha do Maranhão – Alcântara*” (LOPES, 2008), a fachada é em estilo Pombalino e recoberta por um tapete de azulejos estampilhados sem padrão específico, sendo a única ocorrência destes na cidade.

O solar foi local de diferentes usos, a princípio foi residência do Barão de Grajaú e sua esposa, sendo cenário de uma história conhecida até os dias atuais. A história consta que a senhora Ana Rosa Ferreira Vale Ribeiro, mais conhecida como Baronesa de Grajaú, título vindo de seu marido Doutor Carlos Fernando Ribeiro, o Barão de Grajaú, foi pivô de um acontecimento que teve grande repercussão na cidade de São Luís nos meados de 1800.

Ana Rosa fora acusada de assassinar um menino – de nome Inocêncio e que era seu escravo – por maus tratos. O seu marido era descendente de políticos prestigiosos e tornou-se um dos líderes do partido liberal e vice-presidente da Província do Maranhão, sendo em 1884 agraciado pelo título de Barão de Grajaú. Este fato está contido em um manuscrito no Museu Histórico e Artístico do Maranhão.

Essa história ocorrida na antiga São Luís fascinou Josué Montello, tanto que a incluiu em seu livro “*Os Tambores de São Luís*”, que tem como personagem principal o escravo Damião, que buscou justiça neste caso, mas não foi bem-sucedido, pois naquela época os brancos e ricos dominavam as leis.

Dr. Carlos Fernando Ribeiro foi médico, bacharel em Direito e político. Chefe do Partido Liberal e, posteriormente, vice-presidente da Província do Maranhão (entre os anos de 1878 e 1889), recebendo o título de Barão de Grajaú no ano de 1884. Mas entrou para a história local por ser esposo de Anna Rosa Vianna Ribeiro (grãda da época), então Baronesa de Grajaú, que foi processada por matar, por maus-tratos, um menino negro (Inocêncio, na época, com oito anos de idade).” (COSTA, 2015, p. 2016).

[...] “A população divulga que a própria Baronesa tenha mandado pintar cada azulejo da fachada frontal da residência com uma flor vermelha, que seria a flor preferida do promotor Celso Magalhães, que, segundo consta, trazia na botoeira do paletó uma flor vermelha lágrima-de-sangue. Uma forma de se vingar do vexame; pois, em São Luís, por muito tempo a flor foi chamada de “Flor do Celso”. O modelo, entretanto, pode ser encontrado em outros casarões. (COSTA, 2015, p. 2016).

Considerando que a Baronesa exercia um cargo de destaque na cidade, a casa da senhora provavelmente mostrava esteticamente sua condição social, até mesmo por tratar-se de um solar.

A respeito dos solares, Andrès fala que:

Os solares são sobrados residenciais erguidos pelas classes abastadas do século XVIII, suntuosidade e apuro no acabamento, apresentando portais em pedra, algumas de feições neoclássicas com frontões triangulares, balcões sinuosos sacadas em cantaria de lioz, e os guarda-corpos em gradis de ferro forjado ou fundido. Internamente, no pavimento térreo, um grane vestíbulo com piso geralmente decorado com uma combinação de seixos de rio e lajes de lioz, dá acesso a escada principal que conduz aos pavimentos superiores, onde a família habitava, pois o térreo era destinado a abrigo de carruagens e dependências de

De acordo com a declaração de Andrès acerca dos solares, percebe-se que estes pertenciam às classes mais ricas da cidade.

Em 1987, o solar foi adquirido pela Secretaria de Estado da Cultura, da Arquidiocese de São Luís. Por um tempo funcionou como reitoria da Universidade Federal do Maranhão até ser adquirido pelo governo do Estado, abrigando a coleção de Arte Sacra do Museu Histórico e Artístico do Maranhão. Mas, observa-se por fotos antigas que o solar também abrigou o Seminário Santo Antônio.

O solar passou por algumas alterações como a substituição de algumas estruturas devido às condições de preservação das mesmas, e também das maçanetas de cristal das esquadrias internas (LOPES, 2008).

Atualmente o espaço está em conjunto com o Museu Histórico e Artístico do Maranhão, encontrando-se fechado para reforma, e a coleção de arte sacra passou a funcionar na Igreja da Sé.

2 | LEVANTAMENTO ACERCA DA EDIFICAÇÃO

O Solar é uma edificação de notável mérito arquitetônico, como fala Brasil (1979), revestido de antigos azulejos diferentes dos demais, apresentando ramalhetes de rosas. Além disso, *“as janelas superiores são em caixilhos e veneziana, a porta principal apresenta pontas de cravo, cancela de madeira e uma sala avarandada”* (COSTA, 2014). *“O solar contém vãos em arco curvo emoldurados em cantaria, também o balcão sacado e corrido do segundo pavimento, que é guarnecido pelo tradicional gradil de ferro”*. (BRASIL, 1979, p. 52)

De acordo com Flávio Menezes da Costa, no livro *“Moradas e memórias”*, é possível compreender mais acerca do Solar. Dessa forma, tem-se que o Solar é:

sobrado que recebeu o status de “solar”. Foi construído no século XIX, em forma de L, com dois pavimentos, beiral e azulejos de diferentes. Possui vãos em arco curvo, emoldurados em cantaria, com o balcão sacado e corrido do segundo pavimento, que é guarnecido pelo tradicional gradil de ferro. Em algumas salas, o piso de madeira era coberto de tapetes e a parte superior, diferente da maioria dos sobrados ludovicenses, era uma réplica do térreo. As janelas continuam as mesmas: em caixilho e veneziana, a porta principal apresenta pontas de cravo, cancela de madeira e uma sala avarandada (2015, p. 215).

Ainda para Costa (2015), tem-se que o solar foi:

[...] construído na segunda metade do século XIX, tendo servido de residência do Barão de Grajaú, o Dr. Carlos Fernando Ribeiro. Em 1956, por iniciativa de Dom José Delgado, tornou-se a primeira instituição museológica do Estado (Museu Pio XII – Museu de Artes Sacras – MAS). Também abrigou o Seminário Santo Antônio e a Fundação Universidade do Maranhão (que deu origem à Universidade Federal do Maranhão – UFMA). Em 1987, o Governo adquiriu o prédio e implantou o Museu de Arte Sacra, até 2014. (2015, p. 216).



Imagem 01: Solar em 2014.
(Fonte: COSTA, 2015)



Imagem 02: Azulejo
predominante no Solar
(Fonte: COSTA, 2015).

Tem-se ainda que, o Solar, de acordo com o livro “*Monumentos históricos do Maranhão*”, foi adquirido pela Arquidiocese do Maranhão em 1956 e ocupado pelo Museu Pio XII. Já em 1986 o prédio foi alugado pelo Ministério da Cultura e em seguida comprado pelo Governo do Estado do Maranhão em convênio com a Companhia Vale do Rio Doce a fim de restaurá-lo e instalar ali o Museu de Arte Sacra e o Atelier de Restauração de Bens Móveis. (BRASIL, 1979, p.37).

A partir do livro “*Museu Histórico e Artístico do Maranhão*” é possível, mais uma vez, constatar as informações acerca do Solar:

O museu foi instituído através de acordo firmado entre a Companhia Vale do Rio Doce e o Governo do Estado do Maranhão. É importante destacar que o prédio escolhido para sediar o MAS deve ser compreendido como um “espaço histórico”, uma vez que alguns acontecimentos relevantes no cenário urbano de São Luís se desenrolaram naquela estrutura física. Por isso, ao lançarmos um olhar perante este artigo imóvel, devemos considerar os diferentes usos, apropriações e, mesmo intervenções, em diferentes épocas, realizadas por moradores e instituições que ali estiveram. Assim, anterior a apresentação do acervo que o MAS mantém sob guarda é necessário conhecer um pouco mais da historicidade que o prédio remete. (2014, p. 38).

[...]estima-se que a construção do prédio ocorreu na segunda metade do século XIX por autoria desconhecida. Seu primeiro proprietário foi, também, seu morador mais ilustre, o alcantarense Carlos Fernando Ribeiro. Segundo informações levantadas por Jerônimo de Viveiros, na Revista de Geografia e História, publicada em 1930, Carlos Fernando Ribeiro nasceu em 30 de outubro de 1830 e fundou o mais importante engenho de açúcar da província, o “Engenho Girijó. (2014, p. 38).

O estado de conservação pode ser analisado em comparação o estado atual da edificação com fotos antigas, vê-se que a fachada está descascando e possui vidros quebrados.

Os azulejos da parte inferior da fachada já não existem. Embora não esteja aparente na imagem, a edificação apresenta surgimento de vegetação em seu telhado, o mesmo também se apresenta desgastado e em algumas partes pode-se

ver nitidamente que estão quebrados.

Já na parte interna, a edificação apresenta infiltração nas paredes – muito devido à precariedade de algumas partes da cobertura, pois a mesma não contém mais as chuvas, o que faz com que a água escorra pelas paredes internas de alguns ambientes.



Imagem 03: Solar em Maio de 2017. Fonte: Arquivo pessoal.

3 | TEORIAS PARA A COMPREENSÃO DA CONSERVAÇÃO DO SOLAR BARÃO DE GRAJAU

O Centro Histórico é constituído por edificações que passaram por movimentos e estilos que são muito bem ilustrados em suas características arquitetônicas. Com a relevância dessa identidade, são chamados de patrimônio histórico, pois é um meio onde se estimula a memória das pessoas. Segundo Choay (2006, p. 11, 12) a expressão patrimônio histórico designa um bem destinado ao usufruto da comunidade. Para ela como categoria exemplar, que se relaciona mais diretamente com a vida de todos, é o patrimônio histórico representado pelas edificações.

Os casarões do Centro Histórico dão a importância de se manter a arquitetura de um estilo que predominou no passado. Ao pesquisar sobre as épocas e estilos, vê-se a necessidade de compreensão do porquê de tais monumentos manterem suas características, tendo em vista que tais características trazem algo à lembrança, tudo aquilo que foi edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios ou crenças, comenta Choay (2006, p. 18).

A respeito de monumentos históricos, as noções e as suas práticas de conservação tiveram início na Europa, indicado pela primeira Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos históricos que aconteceu em Atenas em 1931, com a participação apenas de europeus. Com o passar do tempo e com o acontecimento de outras conferências o assunto foi difundido em outros países.

A restauração é um termo também utilizado ao falar de conservação. Segundo Boito (2008, p. 46) só se é uma restauração quando a operação se intromete de fato na obra, já a conservação trata apenas de uma ação de proteção das obras contra a ação corrompedora do tempo. Por meio desta declaração, nota-se que embora tenha

uma ligação entre conservação e restauração, há diferença entre os dois termos.

A restauração não era vista como um meio para reconstituir uma obra ao seu estado anterior, afim de preservar a memória, e sim para satisfazer as necessidades da época, com isso teve uma evolução lenta. No seu processo de amadurecimento surgiram algumas teorias, como o respeito pela matéria original e o mínimo de intervenção possível. A ideia dita que era impossível restabelecer a obra como seu estado anterior e que o restauro era a maior destruição que uma edificação poderia sofrer. Com as edificações bem conservadas não haveria a necessidade de restauração, tal teoria era defendida por Ruskin (2008).

Diante das teorias de reversibilidade e distinguibilidade, tem-se que a primeira diz respeito a uma intervenção que torna possível que a obra possa futuramente sofrer outras intervenções, enquanto a distinguibilidade deixa clara a distinção entre a obra original da intervenção com a intenção de não levar o observador ao engano. O defensor de tais ideias era Brandi (2004, p. 47 e 48), quando este diz:

O primeiro é que a integração deverá ser sempre e facilmente reconhecível; mas sem que por isto se venha a infringir a própria unidade que se visa a reconstruir. [...] O terceiro princípio se refere ao futuro: ou seja, prescreve que qualquer intervenção de restauro não torne impossível, mas, antes, facilite as eventuais intervenções futuras. (2004, p. 47 e 48).

Outro nome conhecido no meio da restauração é Viollet-le-Duc (2005). Este mostra-nos o risco de reconstituir por total a obra, embora procurasse ter o conhecimento aprofundado por meios de documentos sobre a obra pela qual trabalhava. O restaurador por vezes não reconstituía o estado original e sim idealizava o projeto. Dessa forma, seu processo de restauro ficou mais conhecido como restauração estilística.

As teorias supracitadas servem de parâmetro para as intervenções atuais adequando-se ao contexto local. Embora tenham sido desenvolvidas entre os séculos XIX e XX, estas, ao longo do tempo, tomaram formas para a sua atualização, e desta forma continuam a ter um propósito e orientam projetos de conservação e restauração nos dias atuais.

Outros fatores que norteiam as restaurações atuais são as cartas patrimoniais, documentos com princípios e diretrizes indispensáveis para realização de intervenções. Dentre as mais conhecidas, está carta de Atenas 1931, que manifesta importantes ideias para a preservação do patrimônio. E a carta de Veneza de 1964 realizada no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, que reexamina e aprofunda os princípios da carta de Atenas, e concede-nos um alcance maior em um novo documento.

De acordo com Kühl (2010, p. 288) é necessário analisar esses documentos de maneira fundamentada para que se tenha um entendimento mais pleno de suas formulações. É atividade essencial para quem trabalha com preservação. Porém a autora continua:

As cartas são documentos concisos e sintetizam os pontos a respeito dos quais foi possível obter consenso, oferecendo indicações de caráter geral. Seu caráter, portanto, é indicativo ou, no máximo, prescritivo. [...] não podem ter caráter normativo, pois suas indicações devem ser reinterpretadas e aprofundadas para as diversas realidades culturais de cada país, e ser, ou não, absorvidas em suas propostas legislativas. (KÜHL 2010, p. 289).

É perceptível que as cartas patrimoniais internacionais não têm valor normativo, servindo apenas como um indicador, porém são essenciais. Apesar de ser apenas um indicador para as intervenções, as cartas foram um dos primeiros documentos a estabelecer medidas e critérios em relação ao patrimônio histórico. Conquanto, a partir do momento em que as cartas internacionais são reinterpretadas adequadamente para as realidades locais, dão origem as cartas nacionais, que por sua vez contribuem para as propostas legislativas. (KÜHL, 2010, p. 289).

As legislações e leis referentes ao patrimônio histórico estabelecem critérios para restauro e preservação com valor normativo, devendo ser obedecidas estritamente. A política de conservação e restauração existe em âmbito nacional, leis que se restringem ao estado e as que são voltadas ao município, adequando-se a realidade de cada região.

Em questão nacional, tem-se o decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Como a edificação está locada no Centro Histórico de São Luís, a lei que se adequa ao município é a Lei nº 3.392, de 04 de julho de 1995, que dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural do município de São Luís.

4 | A RELAÇÃO ENTRE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA EDIFICAÇÃO COM O TURISMO LOCAL

As edificações no centro Histórico são consideradas patrimônio histórico e cultural. Quando se trata de patrimônio é necessário aludir sobre o tema, Pelegrini (2006) fala que “*as noções de patrimônio cultural se mantêm vinculadas às de lembrança e de memória*”, que deixa claro que “*os bens culturais são preservados em função de manter a identidade cultural*”. Seguindo o mesmo raciocínio, segundo Tomaz (2010, p. 02):

Ao se contemplar um espaço de relevância histórica, esse espaço evoca lembranças de um passado que, mesmo remoto, é capaz de produzir sentimentos e sensações que parecem fazer reviver momentos e fatos ali vividos que fundamentam e explicam a realidade presente. Essa memória pode ser despertada através de lugares e edificações, e de monumentos que, em sua materialidade, são capazes de fazer rememorar a forma de vida daqueles que no passado deles se utilizaram. Cada edificação, portanto, carrega em si não apenas o material de que é composto, mas toda uma gama de significados e vivências ali experimentados.

Dessa forma, é correto afirmar que o solar Barão de Grajaú é um espécime, que mantêm a identidade cultural e histórica que é capaz de evocar lembranças, este último, pode-se dizer por ter sido um local de uma ocasião histórica significativa para

época.

O espaço também está em conjunto com o Museu Histórico e Artístico do Maranhão, como anexo que serviu por anos como museu de Arte Sacra. A edificação possui características arquitetônicas notáveis que aludem à época de sua construção. Essas características atraem pessoas que querem reviver ou experimentar os momentos passados do solar, estimulando assim o turismo.

Devido aos fatores supracitados, é evidente a importância de preservar e conservar a edificação. Pois para que o local venha a estimular o turismo e propiciar o desenvolvimento econômico e social é necessário que este esteja conservado e com boa aparência.

O turismo e a identidade cultural estão estreitamente relacionados, como Silva e Medeiros (2015) enfatiza:

[...] o turismo cultural tem o objetivo de não somente estimular o crescimento da cultura dentro de uma localidade, mas também de levantar recursos para atrair visitantes, desenvolver economicamente a região turística e expandir conhecimento. [...] o turismo cultural e pedagógico contribui de fato para a valorização e conscientização do patrimônio, abrangendo passado e presente, englobando tempo, história, paisagem, lugar e espaço e se desvinculando de todos os preconceitos quanto à cultura apresentada em uma comunidade, permitindo representação de uma determinada identidade.

Com a afirmação do autor, verifica-se a relação estrita entre patrimônio e turismo em pelo menos dois aspectos. O primeiro é que turismo estimula o crescimento da cultura, conseqüentemente o crescimento das atividades voltadas ao patrimônio cultural, dessa forma, engaranta-se recursos financeiros capazes de preservar e conservar o espaço e desenvolve economicamente a região.

O segundo, é que o turismo contribui para a valorização dos ambientes históricos, pois como Tomaz (2010) cita, é que a tendência natural do homem moderno é olhar com desprezo as construções antigas, vendo-as como bens ultrapassados e desatualizados, os quais devem ser demolidos e ceder lugar a edificações mais modernas e arrojadas, mais úteis ao desenvolvimento da cidade. Porém com o estímulo do turismo, um dos objetivos é desvincular tal pensamento do homem, em razão disso, caso não haja uma mudança de pensamento, isso pode ser um fator para a falta de preservação de locais históricos.

Ainda, destaca-se que na relação entre patrimônio e turismo há um ciclo constante, pois da mesma forma que o turismo estimula financeiramente a conservação e preservação da edificação, o patrimônio com suas características históricas contribui para atrair o turismo local.

Direcionando estes aspectos ao objeto de estudo, no caso o Solar Barão de Grajaú, a preservação e conservação do mesmo contribuiria com o turismo – como já contribuiu antes quando sediava o museu de arte sacra – visto que trabalha em conjunto com o Museu Histórico e Artístico do Maranhão, um local de grande visitação de turistas. Contudo, atualmente encontra-se fechado para reforma já por algum

tempo, acredita-se que visando a conservação do mesmo para coadjuvar no turismo do espaço, pois, como já mencionado, a edificação tem grande potencial turístico.

O Solar com sua potencialidade – por conter uma identidade histórica e cultural – e sendo conservado, é um estímulo para o aumento do número de visitantes do museu, como Silva, Costa e Júnior (2015) comentam, “*no planejamento estratégico do turismo existe um princípio no qual preservação e estruturação do destino devem acontecer sempre antes da sua promoção*”. E como resultado, tem-se um retorno financeiro e um desenvolvimento social, assim sendo, seria possível a valorização dos aspectos históricos do espaço.

CONCLUSÃO

A partir do estudo exposto neste artigo constatou-se como principal objetivo o reconhecimento do Solar do Barão de Grajaú como uma edificação que deve sofrer ações para que seja conservada e preservada, isto devido à sua arquitetura – um solar cuja fachada é ímpar com azulejos que não seguem um padrão determinado – e também ao fato de ser uma edificação que compõe parte da história do Centro Histórico e da cidade de São Luís – a história do Barão e da Baronesa de Grajaú.

Desse modo, foi realizado um levantamento a respeito do histórico do solar para que assim fosse possível conhecer e entender o seu significado para o Centro Histórico, assim como foi feito um levantamento técnico para identificar quais as medidas que estão sendo aplicadas para a conservação do edifício.

Procurou-se com isso identificar as anomalias presentes no edifício e, assim, observar quais ações poderiam vir a serem aplicadas na conservação e preservação da edificação. Foram então analisadas teorias de restauração para melhor compreender estas ações.

Para finalizar, foi feita a relação entre a conservação e preservação do espaço com o turismo e desenvolvimento social do Centro Histórico, tendo em vista a importância da preservação do espaço para a valorização do local.

REFERÊNCIAS

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. **Reabilitação do centro histórico de São Luís: análise crítica do programa de preservação e revitalização do centro histórico de São Luís/PPRCHSL, sob o enfoque da conservação urbana integrada**. 2006. 247 f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Conservação Integrada, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

BOITO, Camillo. **Os restauradores**. 3. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008. 64 p.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**.

BRASIL. Ministério do Interior. FUNDAÇÃO PROJETO RONDON. (Org.). **Monumentos históricos do Maranhão**. São Luís: Sioge, 1979. 324 p. ilustr., 30cm.

- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas.** Fórum Patrimônio: amb. constr. e patr. sust., Belo Horizonte, v.1, n.1, set./dez. 2007.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2006. 288 p.
- COSTA, Flávio Menezes da. **Moradas e memórias: o valor patrimonial das residências de São Luís antiga através da literatura.** São Luís: EDUFMA, 2015.
- ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DOS MUSEUS SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Carta de Atenas, 1931.**
- GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura. **Museu Histórico e Artístico do Maranhão: intervenções estruturais e história institucional.** São Luís, 2014.
- ICOMOS. **Carta de Veneza, 1964.**
- KÜHL, Beatriz Mugayar. **Conservação e restauração.** Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.18. n.2. p. 287-320. Jul. dez. 2010.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. **História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos.** R. CPC, São Paulo, v.1, n.1, p. 16-40, nov. 2005/ abr. 2006
- LOPES, José Antônio Viana. **São Luís ilha do maranhão - Alcântara.** São Luís: Junta de Andalucia, 2008.
- MONTELLO, Josué. Romances e Novelas. **Os tambores de São Luís.** Volume II Rio de Janeiro, RJ, Editora Nova Aguilar S. A. 1986.
- PELEGRINI, Sandra C. A. **Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental.** Universidade Estadual de Maringá. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, no 51, p. 115-140 – 2006.
- RUSKIN, John. **A lâmpada da memória.** Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.
- SANTIN, Janaína Rigo; MARANGON, Elizete Gonçalves. **O Estatuto da Cidade e os instrumentos de política urbana para proteção do patrimônio histórico: outorga onerosa e transferência do direito de construir.** 2008. 22 f. Tese (Doutorado) - História, São Paulo, 2008.
- SÃO LUÍS, Lei nº 3.392, de 04 de julho de 1995. **Dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural do município de São Luís e dá outras providências.** São Luís-MA.
- SILVA, Letícia Cynara Santos; MEDEIROS, Luciane Coimbra Castro. **POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À PRESERVAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS: Projeto Tour Pedagógico e valorização dos Lugares Memória para o desenvolvimento da cultura.** In: VII JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS. São Luís: 2015. p. 1 - 13.
- SILVA, Welyza Carla da Anunciação; COSTA, Sarany Rodrigues da; FERREIRA JÚNIOR, José. **O Centro Histórico de São Luís e seu uso na Comunicação Midiática para promoção do Turismo local.** In: XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Rio de Janeiro: 2015. p. 1 - 12.
- TOMAZ, Paulo Cesar. **A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil.** Fênix (UFU. Online), v. 07, p. 02, 2010.
- VILLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração.** Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005. 70 p.

IDENTIFICAÇÃO DO VALOR CULTURAL QUE UMA EDIFICAÇÃO PROJETA SOBRE A SOCIEDADE: O CASO DA CAPELA RIBEIRA EM SERGIPE/BR

Eder Donizeti da Silva

Universidade Federal de Sergipe. Arquitetura e Urbanismo

Rua Samuel de Oliveira, s/n. Laranjeiras/SE
eder@infonet.com.br

Adriana Dantas Nogueira

Universidade Federal de Sergipe. Departamento de Artes e Design

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos. São Cristóvão/SE
adnogueira@gmail.com

RESUMO: A reconstrução do que não mais existe sempre se dá de forma complexa baseando-se numa operação intelectual, na qual as partes incompletas do objeto se tornam tão importantes como as partes que ainda nele são observáveis. Neste exercício de identificação do valor cultural que uma edificação projeta sobre a sociedade: o caso da Capela Ribeira em Sergipe/BR, estudo realizado como perícia técnica para a Justiça Federal, nota-se que a determinação patrimonial não se dá apenas pela simples observação, mas também num jogo comparativo de memórias, de objetos portadores de juízos estéticos e históricos reconhecíveis como de importância à identidade de uma cultura. O estudo oferece três sentidos ao entendimento do que poderia projetar potencialidade patrimonial: o seu valor material

(aspecto focal de mais valia buscado pelos proponentes da ação), o simbólico (que não deixa de estar associado ao material, mas que pode adentrar a outros meios perceptivos, como no caso, uma edificação que fazia parte de um sistema de vida econômico definido por cultura açucareira no Nordeste brasileiro) e o funcional (que transcende, em alguns momentos, a função tradicional de local de rituais religiosos da antiga família e de descanso da alma ou lugar santo de propriedade particular).

PALAVRAS-CHAVE: Juízo; Memória; Patrimônio.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A reconstrução do que não mais existe sempre se dá de forma complexa baseando-se numa operação intelectual na qual as partes incompletas do objeto se tornam tão importantes como as partes que ainda nele são observáveis, neste exercício de relativização dos valores aprofunda-se a definição do que se pode chamar verdade, pois não se dá apenas pela simples observação, mas também num jogo comparativo de memórias, de objetos portadores de juízos estéticos e históricos reconhecíveis como de importância a identidade de uma cultura material local, regional e nacional, da compreensão de pequenos

detalhes compositivos e reconhecíveis no objeto.

O objeto, em sendo uma edificação – Capela Rural da Fazenda Ribeira - oferece três sentidos ao entendimento do que pode oferecer como potencialidade patrimonial, ou seja, o seu valor material (que neste estudo parece ser o aspecto focal de mais valia buscado pelos proponentes da ação), o simbólico (que não deixa de estar associado ao material, mas que pode adentrar a outros meios perceptivos, como no caso, uma edificação que fazia parte de um sistema de vida econômico definido por cultura açucareira no Nordeste brasileiro) e o funcional que transcende em alguns momentos a função tradicional de local de rituais religiosos da antiga família e de descanso da alma como “mausoléu” e pequeno cemitério ou lugar santo de propriedade particular.

Para um indivíduo que sofre constante ameaça de destruição cultural, a eficiente e definidora vontade de preservar sempre atuará de forma substancial, pois a perda define por si seu desaparecimento, entretanto, neste procedimento sempre se corre o risco de construir, produzir ou inventar patrimônios e, é sobre este alicerce técnico, formado por consciência e respeito ao entendimento científico da não objetificação cultural que se procederá o estudo de caso, proposto pela Justiça Federal, da *Identificação do valor que a Capela da Fazenda Ribeira projeta sobre a sociedade...ao ponto de poder ser considerado bem detentor de valor cultural*.

A Capela da Fazenda Ribeira

A Capela da Fazenda Ribeira faz parte do conjunto da Fazenda Ribeira, localiza-se na zona rural do Município de Nossa Senhora do Socorro, interior do Estado de Sergipe, Nordeste brasileiro; o Município de N^a S. do Socorro dista 12,8Km de Aracaju (Capital do Estado) com a qual está conurbada; tem-se acesso a Fazenda Ribeira pela rodovia BR 235, tendo como ponto de referência atual a proximidade da entrada da Fazenda Boa Luz, sentido Areia Branca e Itabaiana.

A Capela de Nossa Senhora da Luz da Ribeira que compunha junto com casas de morar, senzalas, o sítio *Quisembe* que possuía casa de caldeira, casa de farinha, pasto, casa de engenho e que se torna o Engenho Ribeira, conforme dados do IPHAN/SE (2013, p.02), foi de propriedade de Francisco de Araujo Silva, a partir de 1740, produzindo açúcar até meados de 1856. Atualmente a Fazenda Ribeira é composta por casa-sede recém construída, galpões, curral, garagem e casa de funcionários; segundo o IPHAN/SE, a Capela, único remanescente original deste conjunto, está inscrita no livro de sítios arqueológicos desde de 2007, contendo capela e cemitério (Figura 1).



Figura 1 – (Acima) – Esquerda: Entrada da Fazenda Ribeira. Direita: Vista da Capela da BR 235. (Centro) - Esquerda: Vista frontal da Capela. Centro: Fachada principal. Direita: Fachada lateral direita. (Abaixo) – Esquerda: Interior da Capela. Centro: Capela-mor. Direita: Vista geral do interior. Fonte: Eder Donizeti, jul. 2016.

Sobre a importância da implantação de conjuntos representativos de Engenhos de Açúcar no Nordeste brasileiro e o desaparecimento desta arquitetura, Gomes (2006, p. 71) comenta que as edificações não ficavam muito longe umas das outras e que não havia um padrão rígido de assentamento; apesar de Freyre (1944, p. 161) determinar certo padrão na sua caracterização. Gomes especifica que a fábrica (engenho), firmado por moenda e caldeiras, ficava sempre na parte mais baixa do terreno, próximo a força ofertada pela água; acima ficava a casa do senhor do engenho; a Capela podia estar no mesmo nível da casa grande (às vezes sobre o mesmo telhado) ou acima dela (no alto de uma cumeada), atestando seu grande valor simbólico.

Estudos de inventariação realizados em 2013 pelo IPHAN/SE apontavam que o antigo curral deveria ser a antiga fábrica do Engenho Ribeira em virtude de terem encontrado no local ruínas remanescentes desta edificação. Poderíamos portanto admitir que a posição geográfica de assentamento descrita por Gomes para os engenhos de Pernambuco revela muitas similaridades de implantação com o Engenho Ribeira; bem como, seria possível afirmar que a estrutura espacial encontrada no

assentamento deste conjunto edificado (Ribeira), especialmente a posição da Capela é percebida também nos engenhos Pernambucanos, como de Tamatápe e Morenos.

Outra similaridade que pode ser traçada é com os engenhos de açúcar da Bahia, como o Engenho Sergipe do Conde, cuja capela denominada de Santa Quitéria foi definida como tendo uma ornamentação decente e aparelho do altar completo; estes assentamentos da Bahia podem ser vistos nos telas do artista Frans Post, que mostram a casa-grande, a capela, fábrica e casa de purgar e algumas pequenas casas de moradores (Azevedo, 1990, p. 104 a 106), esta definição de Azevedo se assemelha ao que deve ter sido o Engenho Ribeira de Sergipe.

Sobre a implantação dos engenhos em Sergipe, Loureiro (1999, p. 11) define sua posição relacionada a proximidade de rios e/ou riachos, sendo que o assentamento das edificações, como a casa-grande ficava a meia encosta, voltada para a fábrica, disposta num plano mais baixo, no fundo do vale, por onde zigzagueavam os riachos. Sobre capelas, a autora cita a de Comandaroba (feijão verde – na língua Tupi), em Laranjeiras, como uma das principais representantes da arquitetura rural religiosa no Brasil e edificada no cume de uma colina. Na descrição das edificações que constituíram os engenhos sergipanos, ela define suas características construtivas como fortemente influenciadas pelo sistema construtivo da arquitetura mineira dos séculos XVII e XVIII.

Segundo dados do IPHAN/SE (2013, p. 04), a Capela da Fazenda Ribeira foi construída na metade do século XIX, data que pode ser vista na fachada principal acima da portada (1855). Trata-se de uma capela de grande porte, apesar de não possuir torres laterais, impressiona por sua verticalidade e pela profundidade da nave principal que se estende internamente até um grande arco que define a transição para a capela-mor (Figura 2).

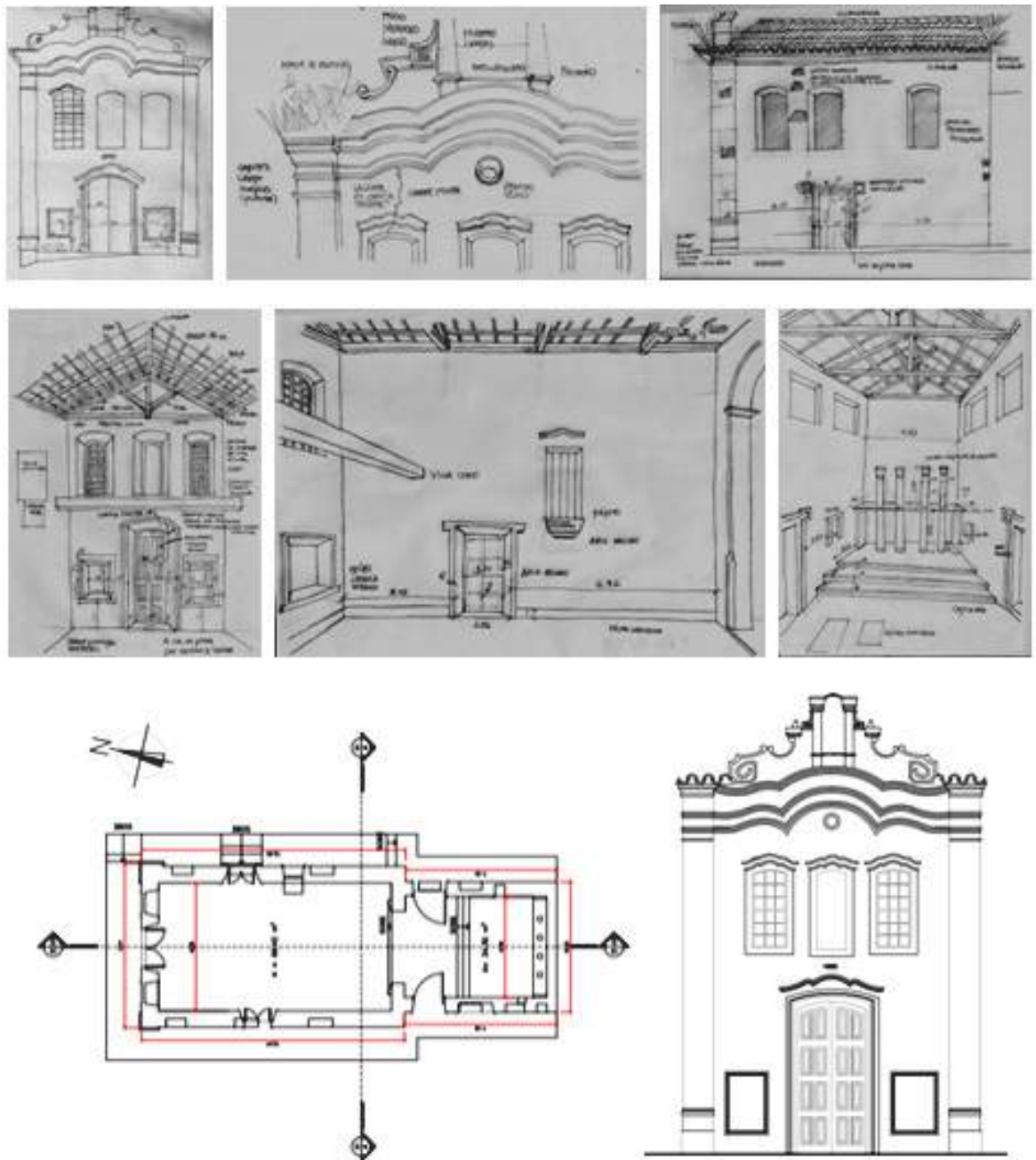


Figura 2 – (Acima) – Esquerda: Croqui estudo “*in situ*” da fachada principal. Centro: Croqui estudo da platibanda. Direita: Croqui estudo da fachada nordeste. (Centro) – Esquerda: Croqui estudo parte interna fachada principal. Centro: Croqui estudo fachada lateral esquerda interna. Direita: Croqui estudo capela-mor. Desenhos: Eder Donizeti, jul. 2016. (Abaixo) – Esquerda: Planta baixa, esc. 1:50. Direita: Fachada principal, esc. 1:50. Desenhos: Luana Oliveira, ago. 2016.

Na fachada principal, observa-se um pequeno desnível ou aterramento na base da edificação (lado esquerdo) para que ela fique perfeitamente alinhada na horizontal; existem duas grandes pilastras laterais junto a portada, com base (plinto) em pedra calcária; a porta de madeira com elementos pouco ou quase nada almofadados, com verga superior curva; acima da portada principal de grande altura há três janelas formadas por bandeiras com elementos de decoração curvados remetendo a simbologias de cangas de animais; existem duas janelas falsas no térreo (imitação das antigas capelas rurais, como a de Comandaroba em Laranjeiras) que podem ter

servido como janelas abertas, pois eram comuns nas capelas rurais, especialmente nas alpendradas.

A fachada sudeste ou lateral direita está um pouco suspensa do “rés do chão” por uma base de pedra (nivelamento) que propiciou que toda edificação ficasse horizontal ao terreno, esse nivelamento ou “embasamento ou soco” elevou a lateral direita cujo acesso se dá por alguns lances de degraus para atingir o entablamento e depois mais três lances de degraus para adentrar na nave principal, este uso de três degraus é muito simbólico, especialmente na transição da nave para a capela-mor das igrejas, pois representa a tríade: *Em Nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo*. Nesta fachada, chama a atenção, o ornamento abaixo do cunhal de pedra do púlpito na forma de “rosto” ou “face”, denominado de máscaras e comum em igrejas na região da Bahia, Sergipe e Alagoas, onde são chamadas de carrancas.

Na fachada posterior ou fachada sul a caracterização do volume e forma confirmam a proporção um pouco menor da capela-mor em relação à nave principal; a face é totalmente lisa, sem ornamento, característica das capelas rurais coloniais. Esta parede é chamada de “oitão” ou empena; destaca-se a integridade das argamassas de revestimento (reboco), tanto na empena quanto nas outras fachadas da edificação, aparentemente compostas no seu traço por arenoso e cal; na parte superior, a cinta de cimalthas entre o telhado e a parede impressiona pela quantidade de ornatos que se estendem em linha curvada no canto externo e que dão o arremate de fechamento ao telhado possuindo característica neoclássica.

A fachada sudoeste ou lateral esquerda possui algumas diferenças em relação à abertura de janelas da fachada lateral nordeste, ou seja, na nave principal as janelas são simétricas em número de três, contudo não existe a abertura de um púlpito; o púlpito do lado esquerdo dos fiéis que se vê na fachada contrária a esta é chamado de púlpito do Evangelho ou Lado do Evangelho, outros atribuem a falta do púlpito do lado direito (vista dos fiéis) devido a Igreja ou capela não ser consagrada.

No interior da nave principal no que concerne a parede de entrada se observa, na parte superior, a estrutura simples do telhado, ou seja, tesoura comum, com pendural, asnas, tirante e perna, já o forro não mais existe; as aberturas das três janelas do frontispício principal são preenchidas por vidraça de uma folha, influência da sobriedade da caixilharia toscana (falta uma das vidraças na janela central); uma grande terça de madeira de lei de grande dimensão cobre todo o vão como se apoiasse, anteriormente, o piso do coro que não existe mais (se é que algum dia existiu), abaixo a grande porta de madeira com elementos almofadados no estilo rococó (transitando para o neoclássico) veda uma abertura de laterais chanfradas.

A parede interna lateral esquerda (vista dos fiéis) apresenta poucos elementos ornamentais interessantes, como no resto da Capela; destaca-se, nesta elevação, um púlpito com base de pedra única calcária pintada de azul escuro e assente nela uma janela ainda com fechamento em uma bandeira simples de madeira, o tamanho deste elemento parte da simetria com a verga superior da porta de entrada lateral e vai até a

altura do parapeito da janela da fachada principal; a porta de entrada lateral é simples com abertura chanfrada ao estilo colonial (este arco é denominado de oblíquo, ou seja, quando as jambas não formam ângulos retos), emoldurando a porta têm-se um requadro geométrico reto.

Na parede de transição interna entre a nave principal e a capela-mor têm-se um grande arco de meio ponto romano, de grande altura, atinge quase o limite do telhado, provocando um efeito simbólico de transição semântica nos fiéis para a parte mais sacra da edificação; trata-se de um elemento de muita importância e de difícil execução técnica, pois exige conhecimento estrutural para apoio entre o telhado e a parede acima do arco; suas ombreiras são constituídas por ornatos mais salientes que acentuam sua marcação, na base são mais largas e com pequenos chanfros curvados, no início da circunferência (nascença) apresenta a marcação por uma pedra de cornija (elemento ornamental).

A parede lateral interna, vista a direita pelos fiéis, apresenta poucos elementos de importância, nota-se a localização das janelas que foram vedadas com alvenaria (três), como na parede lateral esquerda, contudo, nesta parede a diferença entre os materiais (antigo e novo) provocaram fissuras de retração que marcam perfeitamente o local destas janelas; uma porta de entrada lateral, simétrica a da parede contrária e com os mesmos elementos ornamentais no seu entorno; convém observar, no piso da nave principal a presença de lápides tumulares (comuns em capelas e Igrejas do período colonial), entretanto a presença, no centro, de um grande túmulo feito de pedras e alvenaria apresenta uma composição espacial diferente, bem como, um monte de terra “aparentemente” contendo ossadas humanas retiradas de algum outro local (requer averiguação) e, denotam graves problemas na forma, espaço e conservação da Capela.

O espaço interno da capela-mor apresenta poucos elementos ornamentais, uma vez que não existe altar, apenas uma configuração que se pode dizer “improvisada” com quatro colunas na ordem compósita romana, de madeira, e um pequeno balcão de pedra granítica de material recente sustentado por apoios de alvenaria; ao centro do altar uma pequena imagem (material recente) de Nossa Senhora.

Na parede lateral esquerda da capela-mor (vista dos fiéis) tem-se uma pequena porta de entrada lateral com requadro geométrico estilo neoclassicista (destacam-se os meandros) e um pequeno nicho oratório de forma quadrada lembrando alguns motivos geométricos já vistos; na parede lateral direita repete-se a porta e o ornamento lateral, apenas esta tem um pequeno degrau; o nicho nesta parede tem forma e desenho totalmente diferente do da parede contrária, construído mais recentemente; no arco de transição não há por este lado nenhum ornamento, apenas a pedra de cornija se repete na parte superior antes do início do arco de meio ponto romano.

Estudos e registros de valor material, simbólico e funcional

Para a identificação de valores difusos e correntes (talvez seja a principal

função de um inventário), o verdadeiro monumento se impõe por si só; AZEVEDO *apud* PESSOTI; RIBEIRO argumenta que o inventário contribui para identificar se os objetos têm significado para uma determinada comunidade ou se só são percebidos e valorizados por pessoas de fora ou quando estão em vias de serem perdidos e, que os inventários deveriam preceder aos tombamentos (2011, p. 25). Dentro dos procedimentos de inventariação, a produção de registros fotográficos ocorre inicialmente a partir de um primeiro contato real com o objeto a ser analisado, neste ato primeiro o olhar do arquiteto recai especialmente sobre os elementos arquitetônicos basilares para a compreensão e apreensão da edificação a partir de seus aspectos estéticos e técnicos.

As fotografias foram realizadas no dia 7 de julho de 2016 frente à visita técnica ao objeto e buscam captar nos elementos constitutivos da edificação a materialização de potencialidade de valor cultural material; esta metodologia procura responder à pergunta central do caso: *de onde advém o valor desta edificação?* Nesta ação de identificação cabe ressaltar que o acautelamento do bem constrói como hipótese a importância em relação ao contexto histórico da qual faz parte, no caso, a espacialidade edificada remanescente e original de antigos engenhos de açúcar (Figura 3).



Figura 3 – (Acima) – Fachada principal da edificação com elementos ornamentais compositivos. (Abaixo) – Frontão da Capela da Fazenda Ribeira. Fonte: Eder Donizeti, jul. 2016.

Para responder a hipótese, buscou-se o estudo teórico e histórico da arquitetura do açúcar, verificando as possibilidades de atribuição de valor à Capela Ribeira dentro deste universo; neste sentido, Gilberto Freyre (2002, p. 486 e 487) descreve que as edificações básicas que compunham os engenhos eram a casa-grande, a senzala, a fábrica e a capela; portanto, cabe indicar em sua obra a concepção da casa-grande do Engenho Noruega em Pernambuco, na qual a capela ficava ligada à casa-grande em uma mesma estrutura e sob o “*mesmo telhado*” sendo seu desenho (planta-baixa) formado pelo coro sobre a entrada principal, pequena nave e ao fundo o altar (capela-mor), todo esse corpo era ladeado por corredores laterais com galerias acima, sendo que na parte térrea nestes corredores ficavam os túmulos (ossuários) ligados a sacristia do lado esquerdo da edificação; sobre a sacristia, no pavimento superior, ficava o quarto do capelão.

A Capela da Fazenda Ribeira materializa nessas argumentações que a base do desenho de sua planta-baixa, ou seja, coro a frente da edificação na parte superior (comprovado pelas janelas superiores e viga de sustentação de madeira), corpo principal ou nave principal tendo ao fundo a capela-mor com tamanho mais reduzido; bem como sua pretensa sacristia, que, apesar de apresentar apenas as ruínas da fundação, formam o modelo básico orientado nas descrições de Freyre sobre as edificações de engenhos do século XVII e XVIII. Mesmo sabendo que a Capela Ribeira é de meados do século XIX e, portanto, mais recente que a concepção física desta descrição do livro *Casa-grande & senzala*, esta edificação sergipana expressa o modelo representativo da arquitetura do açúcar, ou seja, no alto da colina e não mais “geminada” à casa-grande, fato é que, independente da forma de implantação (que foram muitas), a grande simbologia deste monumento guarda a tradição cultural dos engenhos nordestinos, ou seja, a moagem da cana só se podia começar sob a benção da Igreja sendo a capela a ferramenta fundamental para este fim (Freyre, 2002, p. 488).

Em outro estudo clássico sobre a arquitetura do açúcar no Nordeste realizado por Geraldo Gomes a partir de sua tese de doutoramento na Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo em 1990, publicada em 1998, torna-se possível orientar, apreender e determinar um juízo arquitetônico frente à *Identificação do valor que a Capela da Fazenda Ribeira projeta sobre a sociedade*. Nesta obra de Gomes (2006), interessam três aspectos: a) a arquitetura dos engenhos desaparecidos; b) tipologia dos edifícios do engenho e; c) natureza e origens da arquitetura dos antigos engenhos de Pernambuco; estes três entendimentos devem e podem ser comparados a Capela da Fazenda Ribeira.

Gomes descreve a dificuldade sobre o estudo de caso evidenciando que poucos engenhos de Pernambuco chegaram até os nossos dias com todas as edificações constituintes de sua espacialidade original (2006, p. 69). O caso de estudo da Capela Nossa Senhora da Luz na Fazenda Ribeira em Sergipe se enquadra neste universo, uma vez que, a Capela é a única remanescente do antigo Engenho, pois as demais

edificações não mais existem (casa-grande, senzala e fábrica). Entre as fontes documentais usadas por Gomes (2006, p. 17) para trilhar a espacialidade arquitetônica do açúcar em Pernambuco, encontram-se as pinturas de Albert Eckhout e Frans Post; fato que em Sergipe, fontes iconográficas (documentação pictórica) requerem aprofundamento de estudos que produzam evidências mais emblemáticas sobre a constituição da arquitetura do açúcar nesta região.

Em relação aos materiais e técnicas construtivas utilizados nos engenhos de Pernambuco e descritos por Gomes (2006, p. 81), materiais semelhantes foram observados na Capela da Fazenda Ribeira, ou seja, a pedra de cantaria, os tijolos cozidos e a cal (elementos mais expressivos no erguer destas edificações), também estão presentes na constituição das paredes da Capela Sergipana. Neste contexto, Nascimento (1981, p. 17) descreve que as técnicas e materiais empregados nas igrejas sergipanas vieram com a orientação dos “Soldados” Jesuítas, como o Padre João Honorato na confecção do Altar da Igreja de N. S^a do Socorro de Tomar do Geru do séc. XVII e, que as paredes eram erguidas, na sua grande maioria, em barro socado ou pau-a-pique; sendo que, os Jesuítas foram os principais construtores deste período em Sergipe (séc. XVII e XVIII).

Para alicerçar a importância histórica e teórica das capelas na arquitetura do açúcar, Gomes (2006, p. 171) classifica o desenho (planta-baixa) destas edificações de três formas: a) planta retangular, com duas águas e cumeeira com acesso por um alpendre; b) formado por dois volumes fechados, um destinado à nave e outro mais baixo, mais estreito e menos profundo, destinado à capela-mor; c) o terceiro é semelhante aos dois primeiros, no entanto, possui um terceiro volume ocupado pelo alpendre frontal em conjunto com laterais. Em consonância com esta classificação, a Capela da Fazenda Ribeira estaria caracterizada pela segunda opção de volumetria.

Sobre a origem das capelas em Pernambuco, Gomes (2006, p. 304) diz que elas não se diferenciam muito das capelas baianas e que o modelo padrão é o desenho de dois paralelepípedos formados pela nave e capela-mor; seguindo esta linha de pensamento, e sendo uma fonte de extrema importância, identificamos o livro de Esterzilda Berenstein de Azevedo, professora do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, intitulado *Arquitetura do Açúcar: Engenhos do Recôncavo Bahiano no período colonial*, publicado em 1990 e vinculado, naquela ocasião, ao Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Secretaria de Indústria e Comércio da Bahia – IPAC-SIC (1976-1982).

Neste trabalho de Azevedo nos interessa entender as implantações das edificações na “civilização” do açúcar; o espaço de morar e, especialmente, o espaço construído e representação de religiosidade do universo açucareiro – a capela; que Katinsky *apud* Azevedo (1990, p. 12) define como: “*espaços de morar e espaços de produzir mediados pela capela*”. Azevedo comenta (1990, p. 12) que os primeiros estudos sobre “*instalações de trabalho*” como engenhos de açúcar se desenvolveram a partir de 1970 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo e na Bahia

devido a seu vasto acervo de construções, sendo esta última empreitada conduzida pelo Arquiteto Paulo Ormino David de Azevedo.

Ainda Azevedo (1990, p. 28) afirma que são poucos os remanescentes da arquitetura do açúcar do século XVII na Bahia e, portanto, impossível de serem analisados “*in situ*”, sobraram algumas capelas e uma casa-grande (Engenho Cachoeira), entretanto, extremamente modificada. Para esta autora, a espacialidade dos engenhos está muito próxima ao definido por Freyre, ou seja, pela casa-grande, capela, senzala e fábrica; entre estas, a fábrica, poderia ter como força motriz, o homem, animais, água e nos engenhos, a partir do início do século XIX no Brasil, o vapor. No caso do Engenho Ribeira de Sergipe, poderíamos atribuir a força motriz da fábrica aos escravos, aos animais (muas e bois) e a água (roda-d’água), esta última devido à proximidade de implantação da fábrica (atual curral) com o riacho Madre, entretanto, acreditamos que a maior parte da força motriz neste engenho fosse humana ou animal, apesar do engenho d’água ser preferível a “almanjarras” ou “trapiches”.

Sobre o contingente humano que os engenhos abrigavam, Azevedo (1990, p. 80) descreve que os grandes engenhos contavam mais de 200 escravos e, para o funcionamento de um pequeno engenho este não deveria ter menos do que 60 escravos. A maioria dos engenhos do Recôncavo possuía mais de 100 escravos; outro dado importante apontado por Azevedo é a de que na divisão de tarefas deste contingente apenas um pequeno número de escravos, estatisticamente inexpressivo, dedicava-se a ofícios como de carpinteiros, ferreiros e pedreiros, portanto, estes aspectos também devem ter pontuado a construção da Capela da Fazenda Ribeira.

O que podemos entender nos estudos realizados por Azevedo das capelas dos séculos XVII e XVIII no Recôncavo da Bahia é que existiram muitas tipologias e algumas regras construtivas; ao se comparar com a Capela da Fazenda Ribeira, erguida já na metade do século XIX, algumas questões podem ser tratadas, como, a Capela Ribeira em sendo uma edificação dentro do período imperial (II Império) trata de uma espacialidade que respeita os andamentos das transformações impostas ao longo do tempo sobre a cultura do açúcar, mantendo a simbologia e a tradição construtiva com esta civilização; no que concerne diretamente a edificação – capela – ela segue o simbolismo religioso, assenta-se sobre a simplicidade da planta retangular formada por nave, coro, capela-mor, deixando espaço para sacristia e possíveis torres laterais; em suma, poderíamos, dizer se tratar de um exemplar que inclui todas as experiências técnicas construtivas tradicionais e as mudanças impostas ao longo dos séculos pelo universo da arquitetura do açúcar.

Em relação ao estudo dos monumentos sergipanos, o professor José Anderson Nascimento publicou no ano de 1981 o livro *Sergipe e seus Monumentos*; juntamente com a *História de Sergipe Colonial I* da professora Maria Thetis Nunes publicado em 1989 e a obra de Felisbela Freire sobre a *História Territorial de Sergipe* publicado em 1995, comportam vasto referencial de entendimento sobre lugares, cidades e edificações no Estado de Sergipe, entretanto, obras de cunho especializado em

arquitetura e em específico sobre a arquitetura dos engenhos de açúcar em Sergipe são exíguas, fato descrito pelo professor Luiz Fernando Ribeiro Soutelo na orelha do livro publicado em 1999 da autora arquiteta Kátia Afonso da Silva Loureiro, intitulado *Arquitetura Sergipana do Açúcar*.

Para descrever os engenhos de Sergipe, a autora cita 31 exemplares, nos quais dá muita preferência à análise de casas-grandes (ainda que arquitetonicamente denominadas pela arquiteta de “singelas”), das fábricas com chaminés (que já são uma característica dos engenhos do século XIX), indicando o Engenho Cedro no município de Santa Luzia do Itaim como representação incontestável de valor arquitetônico (Loureiro, 1999, p. 14); também refere-se à construção das capelas rurais relacionando-a a presença da ordem jesuíta em Sergipe, entretanto, descreve de forma muito genérica o sistema construtivo destas edificações no século XVII, apontando para uma pretensa influência das Minas Gerais, da qual acreditamos necessitar de estudos mais aprofundados, pois não se deve esquecer das amplas relações construtivas que já existiam com a Bahia e Pernambuco.

Considera-se que, relacionado ao entendimento projetado para este laudo pericial da *Identificação do valor que a Capela da Fazenda Ribeira projeta sobre a sociedade ao ponto de poder ser considerado bem detentor de valor cultural*, este breve registro histórico e teórico da arquitetura agrega uma visão conceitual e compreensão técnica sobre a perspectiva de se atribuir ou não um juízo de valor ao bem evidenciado.

Valores específicos da edificação

Estes valores específicos se constroem a partir de todo o entendimento sobre a arquitetura do açúcar e do estudo do objeto de caso realizado, assim algumas indicações são produzidas sobre: a) detalhes arquitetônicos de importância nas fachadas; b) detalhes no interior da edificação; c) observação dos materiais construtivos, das técnicas construtivas e das cores; d) elementos da arquitetura que mais chamaram a atenção, tanto de forma positiva a agregar valor à dimensão patrimonial, quanto a reduzir seu potencial cultural; e) condição atual em que se encontra a edificação; f) determinação ou presença de indícios de intervenções já realizadas que, por ventura, descaracterizaram ou agregaram valor patrimonial a edificação; g) apreciação básica sobre as anomalias presentes na edificação como: umidade aparente; stress mecânico ou físico; ataque por sais; ataque biológico e vegetação.

Na fachada principal os elementos de maior importância são a portada com sua ombreira com detalhes ornamentais florais vernáculos e o frontão. No frontão se destacam dois pequenos meandros e nos vértices laterais do frontão uma leitura do mesmo elemento floral detectado nas ombreiras da portada, embora mais expressivo, ainda no frontão se percebe no seu vértice central a alegoria de um pequeno templo grego referindo a questão tumular (mausoléu); na fachada sudoeste e na fachada posterior os detalhes arquitetônicos são muito simples e a maior parte do cheio não

apresenta nenhuma questão expressiva; entretanto, na fachada nordeste se destaca, abaixo do púlpito, um elemento escultórico referente à alegoria de um rosto ou “máscara” podendo inclusive ser identificada na cultura popular como uma “carranca”, nesta mesma fachada, sobre a verga da porta lateral encontramos a repetição ornamental do tema clássico do meandro.

A parte interior da edificação, apesar de desprovida totalmente de ornamentações, apresenta alguns elementos interessantes, como o púlpito na fachada lateral esquerda (vista dos fiéis), que tem a sua base feita em pedra calcária, com um acabamento incompleto; o ponto forte da expressividade construtiva da parte interna advém de sua volumetria e espacialidade vertical, ou seja, a planta baixa tem um desenho que remete as plantas de capelas do século XVII em Pernambuco e em forma de T na Bahia, cuja concepção se faz por dois retângulos unidos, o maior referente à nave principal e o menor, mais estreito e mais baixo referente a capela-mor; ainda na parte interior, destacam-se vários túmulos que se traduzem na principal simbologia deste tipo edificado, ou seja, local de enterro do proprietário e familiares do engenho e ponto de partida para a benção produtiva do açúcar.

Os materiais utilizados para a construção da Capela Ribeira materializam as informações coletadas nos registros teóricos e históricos da arquitetura do açúcar, ou seja, a Capela foi erguida com materiais nobres (pedra e cal); sua alvenaria atinge aproximadamente 80 cm de espessura, a fundação ou baldrame é de pedra calcária cortada em blocos regulares, assim como, nas paredes se aplica o assentamento de pedras regulares a cada três fileiras; nas vergas curvadas das portas e janelas se observam o uso de alvenaria mista, ou seja, pedras e tijolos (frísios) que garantem a sustentação autoportante desses elementos; apesar do interior da alvenaria da Capela Ribeira não poder ser visto devido à integridade da argamassa de revestimento, a técnica utilizada foi semelhante a do Trapiche Santo Antônio na cidade de Laranjeiras e por todo Vale do Cotinguiba em Sergipe.

As cores empregadas são extraídas da cal, branco para o revestimento externo e amarelo ocre para o interno, as molduras de ornamentações das portas são pintadas em azul escuro (cor também utilizada nas igrejas da Bahia do século XVIII), no rodapé usa-se uma faixa de cor vermelha, que está muito associada ao encarnado que era muito usado no século XVII no Brasil e de influência indígena. As bandeiras das portas e das janelas são pintadas em azul escuro; o piso recebeu uma camada de argamassa recente que alterou sua originalidade, sendo aplicada sobre essa camada um revestimento de pigmentação vermelha, chamado popularmente de piso vermelhão (Figura 4).

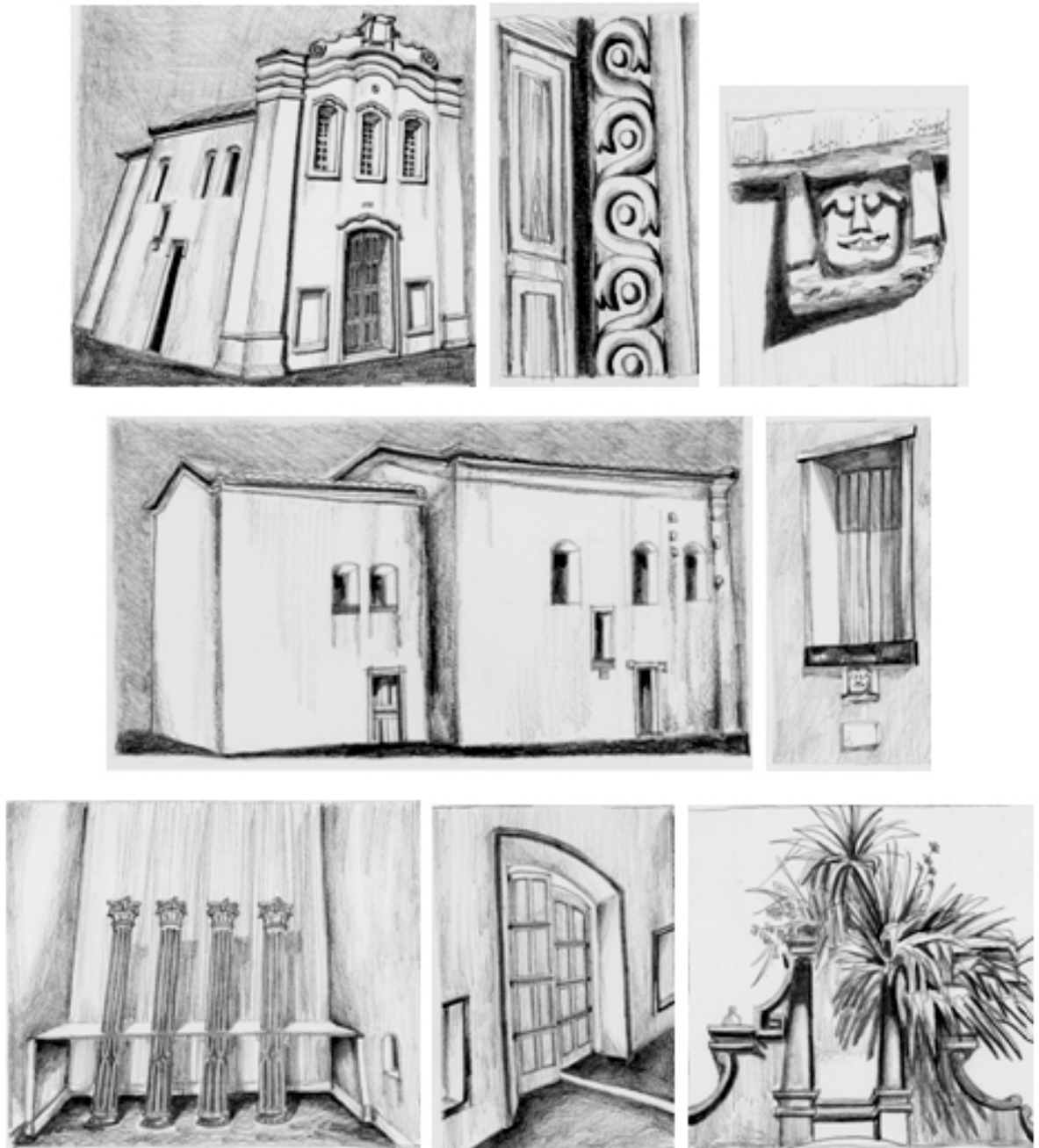


Figura 4 – (Acima) – Fachada principal. Centro: Detalhe da portada. Direita: Carranca fachada nordeste. (Centro) – Esquerda: Fachada nordeste. Direita: Porta do pulpito (externa) fachada nordeste. (Abaixo) – Esquerda Altar mor. Centro: Porta entrada lado interno: Direita: Ataque por vegetação no frontão. Estudos: Eder Donizeti; Desenhos: Adriana Nogueira, ago. 2016.

Na espacialidade da Capela Ribeira quatro elementos chamaram a atenção: o coro; o arco de transição entre a capela-mor e a nave principal; as ruínas dos alicerces da sacristia e o altar mor; esses elementos denotam não apenas potencialidades positivas, mas também pelo estado em que se encontram ou pela sua incompletude ocasionam a redução do potencial cultural material da edificação. No coro, existe uma grande verga de madeira que o apoiava e o desenho da fachada com três janelas é uma das marcas mais importantes das igrejas do século XIX, entretanto, ao mesmo tempo que isso é positivo, a não integralidade desta peça é um aspecto negativo para o potencial patrimonial; nesta mesma linha de pensamento se enquadram a sacristia e o altar mor, ou seja, se essa Capela tivesse a sacristia e o altar mor íntegros, a

dimensão do valor cultural arquitetônico seria indiscutível; no caso do arco de transição entre a capela-mor e a nave principal, este elemento é um dos de maior importância na construção de seu valor patrimonial.

A Capela Ribeira encontra-se em péssimo estado de conservação, existem inúmeros problemas estruturais; muitas telhas quebradas, tanto na capela-mor quanto na nave principal; na parte de trás da Capela, o cemitério já não tem espaço para mais enterros, bem como no interior da Capela há sujeira e fezes de animais encontradas por toda parte; os túmulos internos necessitam manutenção, bem como, a existência de um monte de terra na nave principal com aparentes ossadas humanas, condição que necessita de averiguações; não existem instalações hidráulicas; as instalações elétricas estão em estado ruim de conservação; o acesso à Capela é muito difícil, com a edificação cercada por arame farpado.

Uma das intervenções destrutivas mais evidentes foram os fechamentos (vedações) com alvenaria das janelas das laterais da edificação, bem como o argamassar do piso de pedra com o uso de pigmento vermelho sobre ele; outra questão é a provável colocação de um túmulo muito grande no centro da nave principal, fato em desarmonia com este tipo de edificação, uma vez que, apesar de serem comuns os enterros na parte interna destas capelas rurais e na parte posterior externa da edificação, este túmulo apresenta tamanho e forma incompatíveis com esta arquitetura.

Ocorrem muitas anomalias na edificação, a mais comum é a umidade descendente que pode ser verificada por todo o interior da Capela; como a Capela fica numa região de proximidade com o mar é comum que a salinidade também entre em contato com os materiais da edificação; o que mais ocorre nas paredes é o ataque de fungos, líquens e bactérias que tornam as superfícies parietais esverdeadas; entretanto, dois ataques patológicos são muito expressivos: fissuras muito graves sobre a portada principal e em uma das janelas laterais da fachada principal e o ataque de vegetação aérea comprometendo o telhado e a alvenaria de pedra.

Considerações finais

Frente à análise, apreensão e compreensão de todas as características teóricas, históricas e técnicas que envolvem objetos que compõem a arquitetura do açúcar e, em específico, a Capela da Fazenda Ribeira como única edificação remanescente deste engenho sergipano do século XIX; portadora de características técnicas construtivas expressivas do saber fazer local e possuidora de espacialidade arquitetural de grande significação, entendemos que o objeto em causa é detentor de juízo de valor, pois projeta sobre a sociedade e para futuras gerações a possibilidade de fruição de sua identidade cultural material; portanto, o parecer técnico conclusivo, salvo melhor juízo, é favorável ao acautelamento do bem frente às prerrogativas e instruções previstas no processo N^o 0000449-36.2013.4.05.8500 da 10 Vara/SE. MAN.0001.000413-8/2015.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Arquitetura do Açúcar**. São Paulo: Nobel, 1990.

Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 4 ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.

FREIRE, Felisbelo. **História Territorial de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe/Secretaria do Estado da Cultura/FUNDEPAH, 1995.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 46 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GOMES, Geraldo. **Engenho e Arquitetura**. Recife: FUNDAJ; Ed. Massangana, 2006.

KOCH, Wilfried. **Dicionário dos estilos Arquitetônicos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LOUREIRO, Kátia Afonso da Silva. **Arquitetura Sergipana do Açúcar**. Aracaju: FUNCAJU, 1999.

NASCIMENTO, José Anderson. **Sergipe e seus Monumentos**. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1981.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

Parecer Técnico nº. 96/2013. Assunto: *Avaliação do Valor Cultural da Capela da Fazenda Ribeira*. IPHAN/SE, julho de 2013.

PESSOTI, Luciene; RIBEIRO, Nelson Porto (org). **A Construção da Cidade Portuguesa na América**. Rio de Janeiro: PoD, 2011.

VASCONCELLOS, Silvio. **Arquitetura no Brasil: Sistemas Construtivos**. Belo Horizonte: UFMG, 1979.

CELEBRAR A CIDADE: IMAGENS E DISCURSOS SOBRE A CIDADE DE GUARAPUAVA-PR (1960-1990)

Michel Kobelinski

Em 9 de dezembro de 2019 comemorase o bicentenário da cidade de Guarapuava-PR.¹ Oportunidade esta imprescindível para pensarmos sobre como os atributos visíveis desta cidade foram retratados pelos discursos das administrações públicas ao longo das décadas de 1960-1990. Eles incorporaram imagens urbanas oficiais àquelas que eram o resultado de contemplações individuais e coletivas. Considerando a cidade como uma construção coletiva, apropriada ideologicamente pelos enunciados dos discursos, privilegamos aqui uma reflexão acerca de parte das narrativas que procuraram seduzir os seus interlocutores para a formação de um conjunto de imagens projetadas e idealizadas para esta cidade do interior paranaense.

Neste estudo a história é entendida como forma de construção discursiva. Enquanto tal, ela não deixa de ser uma representação incompleta, na medida em que escolhe o tipo de fonte que se quer trabalhar e a maneira como a narrativa se organiza. A construção de uma narrativa histórica conduziu-nos a uma interpretação baseada em Alves² e na análise barthesiana sobre os textos e imagens de jornal.³ Por outro lado, a fotografia nem sempre foi

utilizada como recurso disponível às solicitações do discurso, como um subterfúgio à palavra escrita. Mas o seu uso se popularizou e passou a fazer parte da divulgação e disseminação de inúmeras práticas de agentes sociais coletivos. Uma ação foi necessária a fim de dar sentido às imagens, para que elas não se tornassem o local de um crime: “[...] aqui deve intervir a legenda, introduzida pela fotografia para favorecer a literalização de todas as relações da vida e sem a qual qualquer construção fotográfica corre o risco de permanecer vaga e aproximativa”.⁴ Isso nos levou a pensar na natureza das imagens, a forma como as captamos e nos valemos desse recurso, para comunicar ou para dissimular as coisas. Além disso, deve ser levada em conta a interpretação que podemos fazer acerca de seus usos.

A valorização das formas urbanas através das imagens passou a ser empregada de maneira mais eficiente no final da década de 60 pelas administrações públicas em Guarapuava. Entre 1964 e 1968, na gestão de Nivaldo Passos Kruger surgiu o primeiro Plano Diretor Urbano de Guarapuava (Figura 1), o qual utilizou a fotografia para atribuir sentidos e valores ao meio urbano.⁵ Essa prática permitiu à narrativas trabalhar com uma imagem urbana congelada, a qual satisfazia os interesses

políticos ao mesmo tempo que se distanciava dos problemas sociais. As associações entre imagens e mensagens induziram à população a idealizar o desenvolvimento de Guarapuava e associá-la à modernidade: a igreja Nossa Senhora de Belém e a Praça 9 de Dezembro, os prédios de construção recente; a igreja Santa Terezinha e a sua praça de estilo inovador, prédios e áreas residenciais; a rodovia Federal (BR 277). Como o Plano Diretor Urbano de Guarapuava de 1967 era um documento técnico, que possibilitava a planificação das atividades urbanas em determinado momento, teve uma tiragem reduzida (Figura 2).

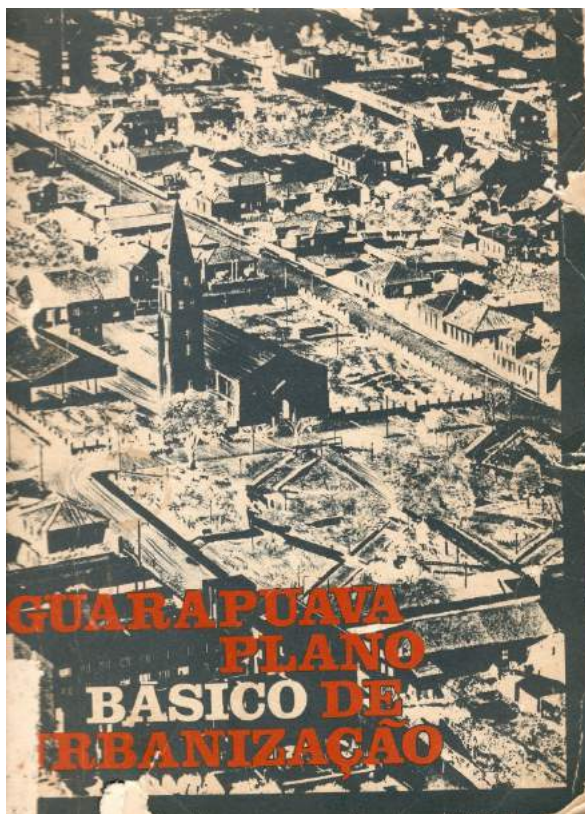


Figura 1. Capa do Plano Básico de Urbanização. A imagem fotográfica que originou esta reprodução artística tem a seguinte legenda: “Guarapuava chega, jovem e dinâmica, aos 148 anos. É a imagem mais avançada de um município que se fez da madeira, dos ricos campos agrícolas, servidos pela moderna técnica, e de muito trabalho”.

Fonte: M. Kobelinski.



Figura 2. Vista aérea dos arredores de Guarapuava. Plano Básico de Urbanização (1967). A imagem tem a seguinte legenda: “O acelerado progresso urbano da cidade deu-lhe uma nova imagem, substituindo um panorama secular”.

Fonte: M. Kobelinsi

Esta imagem da cidade enfatizava que as mudanças urbanas eram propiciadas pela gestão pública. Desse modo, a linguagem técnica presente no Plano de Urbanização e a linguagem popular empregada em jornal demonstram como a imagem da cidade podia ser manipulada e difundida entre diferentes grupos sociais.

As linguagens discursivo-visuais se mantiveram na gestão municipal de Moacyr Julio Silvestri (1969-1972). Algumas intervenções urbanas associadas a imagens selecionadas eram necessárias, uma vez que o desenvolvimento urbano era lento. Portanto a mensagem visual e política visava construir uma imagem positiva da cidade para seus moradores. Se a linguagem visual dos jornais era clara para os leitores pelo que se enquadrava (prefeito, boneco de neve, Lagoa das Lágrimas, pavimentação de avenidas, praças e grupo folclórico), as transformações urbanas eram subjetivas e distantes, embora que o discurso político-progressista fosse em outra direção.⁶ A seleção das imagens publicadas pelo jornal envolve o que poderíamos chamar de “marketing”; elas mostraram a cidade a partir dos atrativos turísticos, selecionando apenas os pontos mais importantes, enquanto suas franjas eram ocultadas dos próprios residentes. O discurso de Moacyr J. Silvestri (1970-1971) enaltecia a si mesmo como homem público e trabalhador. Sua imagem encenando uma jornada de trabalho não passa de uma construção, uma montagem, pois não há naturalidade na ação retratada. Para o observador menos atento alude-se à ideia de que o trabalho e a responsabilidade trariam o progresso e o bem-estar social a todos.

Silvestri baseou-se na história da cidade para validar suas realizações e popularizar uma imagem utópica da cidade, a exemplo da administração anterior

que lhe serviu de modelo. Em outros termos, a tradição, a rememoração dos eventos que marcaram a fundação da cidade serviria de estímulo aos desafios do progresso, principalmente durante seu aniversário. O passado dava o exemplo de como agir e vencer os desafios da modernidade; a fidelidade às tradições justificava a crítica ao investimento na urbanização da cidade.⁷ Nessa perspectiva, o progresso não poderia se manifestar apenas com algumas realizações visíveis de sua administração, mas também, com os incentivos do empresariado guarapuavano. O otimismo era um elemento importante para conclamar a todos (principalmente a iniciativa privada) para uma perspectiva de projeção econômica para a cidade. É nessa perspectiva que se colocava em evidência a contradição entre o que se divulgava e o que realmente transcorria na cidade. A narrativa jornalística, às vezes, tecia críticas a essas ideias apresentadas. Podemos observar que, em geral, os discursos valorizavam uma imagem urbana que se mantinha estacionária cuja mentalidade industrial era incompleta:

O caminho agora, é a industrialização. Dinheiro já temos, e temos também a infraestrutura industrial. Disciplina é a palavra de ordem. É preciso que os empresários guarapuavanos se unam e formem uma só consciência sobre a necessidade e os objetivos da industrialização. E, em seguida, passem à ação, com a implantação efetiva das indústrias.⁸

Entre 1973-1976 voltava à administração municipal Nivaldo Passos Krüger, que continuou com o uso de recursos linguísticos e visuais no tratamento da imagem da cidade. Quanto às imagens complementares produzidas pelo jornal Esquema Oeste as conotações ao desenvolvimento são ressaltadas pelos atrativos turísticos: a Rua XV de Novembro,⁹ o núcleo urbano da cidade,¹⁰ edificações em andamento, Lagoa das Lágrimas, pavimentação de avenidas marginais, a iluminação na parte central da cidade, e edifícios,¹¹ vista aérea do centro urbano da cidade, o edifício do hotel Atalaia Palace e edifícios importantes da cidade.¹² Essas transformações em parte da cidade, adquirira um sentido simbólico. Este foi o caso da igreja Nossa Senhora de Belém - uma vez que as cinzas de seu fundador eram trasladadas para a cidade – e da inauguração do Hotel Atalaia, em 1976. Por outro lado, a narrativa de Krüger reconhecia os problemas advindos da concentração urbana. No seu entendimento, a população que sofria com a falta de infraestrutura não poderia ser atendida prontamente. Mas, a sede do poder público municipal seria a “casa do povo”, local em que o apoio popular daria estímulo ao governo municipal para sanar as adversidades. Portanto, priorizar o desenvolvimento urbano, em sua concepção, passaria inicialmente por um planejamento das atividades a serem desenvolvidas e o contato contínuo com os eleitores.

A transformação na cidade nesse período foi marcante. Os enunciados e as mensagens tornaram a cidade “mais legível”. Entenda-se essa legibilidade a partir da ótica dos governantes, isto é, para o poder público municipal todas as ações eram

motivo de comemoração. Dessa maneira, ocorreram várias ações coordenadas: 1ª Festa da Maçã no Paraná (1976), a oficialização de Feira de Bezerros, ações da Companhia de Urbanização de Guarapuava (SURG), a projeção de slides sobre a cidade, entre outras. A ideia era propagar uma imagem urbana harmônica junto à opinião pública:

A cidade tornou-se mais bela e mais Humana, ganhando novas ruas pavimentadas e novas obras de urbanização. Concluímos mais uma etapa da rede de esgotos sanitários. Os nossos jovens ganharam o Ginásio de Esporte e novas escolas foram construídas na cidade e no interior. Obtivemos recursos do projeto CURA e do FDU, que já estão sendo aplicados em obras importantes. E demos continuidade, em ritmo satisfatório, a vários outros projetos e programas da administração municipal.¹³

Essa diferença entre o discurso e realidade ficava mais clara quando se observava o zoneamento urbano, o qual privilegiava as áreas centrais e, por conseguinte, grupos sociais privilegiados.¹⁴ Desse modo, enquanto o discurso ia numa direção, a prática que se estabelecia ia noutra. E, de fato, as administrações públicas municipais preocupavam-se em divulgar bem algumas melhorias na cidade com a finalidade de se promoverem em termos político-administrativos. Essas estratégias empregadas no marketing da cidade evidenciam que as administrações públicas, cada vez mais tinham plena consciência dos problemas sociais e urbanos e de seu papel na gestão e resolução dos problemas urbanos. Apesar dos esforços, certas medidas de governo foram vistas como impróprias para os munícipes. O descontentamento popular ocorreu com o novo zoneamento urbano e a cobrança de impostos. O que se confirmou foi um processo de melhorias urbanas que não se estenderam integralmente, pois as áreas periféricas não receberam investimentos adequados.

Sem dúvida a presença de simbólicos e históricos foi fundamental para que o “marketing” da cidade se consolidasse no imaginário da população de Guarapuava naquela época. Em 1974, por exemplo, contratou-se a Estratégia de Publicidade e Marketing S/C Ltda. para elaborar um perfil da cidade.¹⁵ Além disso, o prefeito Nivaldo Passos Krüger montou uma comissão, cuja incumbência era exumar e transladar os restos mortais do corpo do Padre Chagas, de Santana do Parnaíba (SP) para Guarapuava. Foram organizadas várias atividades. No monumento erigido na Praça Nove de Dezembro se inscreveram os seguintes termos:

“Neste monumento foram depositadas as cinzas do Revmo. Padre Francisco das Chagas Lima - benemérito fundador da cidade de Guarapuava e seu primeiro vigário colado, nascido em 1757, em Curitiba e falecido a 6 de outubro de 1832, em Parnaíba - Estado de São Paulo. Homenagem da Prefeitura Municipal de Guarapuava e de seu povo no 155º aniversário de fundação, sendo prefeito o Sr. Nivaldo Passos Krüger”.¹⁶

Nas emissoras de rádio, veiculava-se a biografia de Padre Chagas (dia 6); havia homenagem a Afonso Alves Camargo com o descerramento de placa na praça Nove de Dezembro; apresentação dos corpos de baile das cidades de Ponta Grossa e Curitiba e a recepção, na BR 277, às cinzas de padre Chagas e seu encaminhamento para o paço municipal (dia 7); visita pública à urna no “hall” da prefeitura e Baile de

Aniversário da cidade no Guarapuava Esporte Clube; alvorada festiva com a banda do 3º Batalhão de Infantaria Blindada; missa em ação de graças, e introdução da urna em monumento na Praça Nove de Dezembro; palestra do prefeito em emissoras locais e corrida de kart na Lagoa das Lágrimas.¹⁷

Na época, Antonio Lustosa de Oliveira, “procurador da Prefeitura Municipal de Guarapuava para proceder pesquisas e transladação das cinzas do Padre Chagas”, reconhecia que as comemorações daquele ano tinham sido inusitadas: “o transcurso dessa magna data, neste ano, será diferente do que costumeiramente acontecia ao longo de sua existência sesquicentenária”. Ele também enaltecia aquela governança.¹⁸ O monumento em homenagem ao padre Chagas passava a intermediar vínculos poderosos entre a administração municipal, a população da cidade e seu passado. O jornal apenas se encarregava de divulgar as notícias. Contudo, estas mensagens visuais e linguísticas por mais impactantes que fossem se tornaram difusas para os guarapuavanos, uma vez que existia uma cidade idealizada e uma cidade real.

Oliveira também se referia à inauguração da Estância Hidromineral de Santa Clara (15 dez. 1974), uma “dádiva sagrada de Deus, uma fonte d’água miraculosa” que havia sido esquecida, ou que não teria recebido dos governos estaduais, (Bento Munhoz da Rocha Neto, Moysés Lupion, Ney Braga, e Paulo Pimentel) a devida atenção, uma vez que o Estado, não podendo gerenciar tal empreendimento, repassou a responsabilidade à PARANATUR, que restaurou e mobiliou as suas antigas instalações.⁷

Entre os anos de 1977 a 1983, a administração municipal foi exercida por Cândido Pacheco Bastos, vice-prefeito e presidente da Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava (SURG) na gestão de Nivaldo Passos Krüger. Desta maneira era natural que a estratégia pedagógica tivesse continuidade. A inserção de fotografias no jornal Esquema Oeste retratava pontos estratégicos da história da cidade, locais de uso frequente e importantes para seus habitantes: igreja Nossa Senhora de Belém, Rua XV de Novembro, Lagoa das Lágrimas, Praça Cleve, Museu Visconde de Guarapuava, monumento ao cacique Guairacá, entre outros. O uso de imagens com ângulos diversificados, em diferentes escalas, evidenciou uma educação visual na qual a história da cidade era associada à modernidade:

Dentro da Guarapuava Moderna, que transformou radicalmente as suas feições nos últimos 20 anos, vive também a Guarapuava antiga, denunciada por umas poucas construções que ainda conservam ao longo dos anos, resistindo ao impacto do progresso, o que, se de um lado traz benefícios incontestáveis, de outro nem sempre atenta para a necessidade de preservação do patrimônio histórico da cidade.¹⁹

Por outro lado, a propaganda da cidade tendia a incorporar, entre os leitores, referências à modernidade através de obras de pavimentação asfáltica. Da mesma forma que nas administrações anteriores, os festejos de aniversário da cidade foram marcados por eventos, cujos objetivos encerravam demonstrações de preocupação com a qualidade de vida na cidade. Portanto, sua imagem deveria ter embasamento

nas realizações do poder público municipal através de obras de urbanização e do incentivo às empresas que se instalavam na cidade. O discurso de Cândido Pacheco Bastos, publicado no jornal Esquema Oeste (1977) foi uma cópia fiel do discurso de Nivaldo Krüger (1973) no mesmo jornal. Como Bastos tinha sido vice-prefeito naquela gestão é difícil reconhecer a autoria.²⁰ A única diferença que percebemos se restringiu ao uso das imagens, as quais encenaram o exercício de funções administrativas. Os argumentos utilizados por Bastos referem-se a uma contribuição popular, que conduzia os habitantes da cidade em direção ao progresso, formando uma sociedade mais justa e igualitária, nas quais a religiosidade não poderia ser esquecida. O “desenvolvimento”, dessa forma, era encarado como um processo natural que exigia a tomada de decisões, as quais se assemelharam à coragem dos “desbravadores”:

A todos quantos aqui nasceram e a todos quantos aqui vivem, contribuindo diuturnamente com esforço de seu trabalho e de sua dedicação, impulsionando o desenvolvimento e gerando o progresso para a construção de uma sociedade mais equânime e humana, e por isso mesmo mais justa e cristã, o nosso justificado orgulho.²¹

A homenagem ao cacique Guairacá encerrava vários significados e uma educação monumental (Figura 3). Os três blocos nos quais se assentou a escultura pedestre, referiam-se aos três planaltos do Estado do Paraná. Simultaneamente significavam a celebração do aniversário da cidade e o enaltecimento daquele governo, o qual se mostrava preocupado com o tratamento digno aos povos indígenas. É conveniente lembrar que essa construção discursiva se amparava em Romário Martins e no paranismo. A campanha de Antonio Lustosa de Oliveira (com apoio do Rotary Club e do Lions Club) visava proximidade simbólica com estátua idêntica à do Palácio do Iguaçu, em Curitiba (19 de abril de 1978).²²

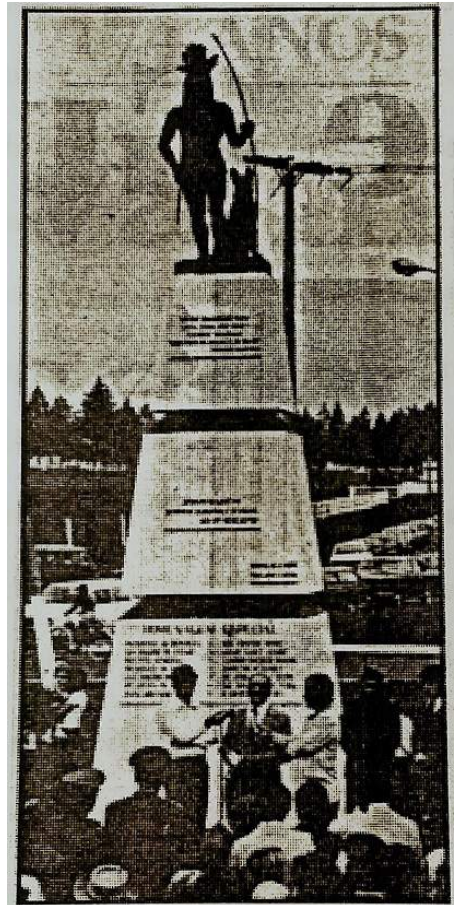


Figura 3. Inauguração do monumento ao índio Guairacá. Discurso de Lustosa de Oliveira em 1978.

Fonte: Jornal Esquema Oeste, 1993.

Na gestão de Nivaldo Passos Krüger (1984-1988) as recorrências às imagens da cidade não eram novidade. No entanto, às exceções ficavam por conta dos ângulos e dos recursos das lentes fotográficas que eram inseridas no jornal Esquema Oeste. Ora publicavam-se esboços da cidade, representações pictóricas da paisagem urbana, ora ressaltavam-se seus edifícios.²³ Como complemento à narrativa jornalística as linguagens visuais e linguísticas simbolizavam aquilo que o recurso fotográfico, às vezes, não poderia cogitar imediatamente: a relação entre os atributos físicos e as realizações da referida gestão municipal. Dessa forma, “Guarapuava é isto aqui” (Figura 4) e “Os novos caminhos do desenvolvimento” passaram também por formas simbólicas já conhecidas e fixadas no corpo social da cidade: o paço municipal, o museu, a Lagoa das Lágrimas, o calçadão da Rua XV de Novembro e a iluminação. Portanto, sentidos, valores e significados foram atribuídos a esses pontos simbólicos de uso coletivo da população.²⁴



Figura 4. Manchete do Jornal Esquema Oeste. Edição comemorativa. 3ª Gestão de N. P. Kruger.

Eles eram indicativos de que a administração local incentivava a economia e, portanto, era competente. O discurso enfatizava a expansão da indústria, do comércio e da agropecuária. Tal desenvolvimento era o reflexo de ações coordenadas e exitosas frente a uma crise social e econômica que existia na época. Bastava ver as metas e os programas desenvolvidos, o resultado das ações municipais: o Conselho de Desenvolvimento de Guarapuava - CODEG - (programa que incentivou a fruticultura e o cultivo da erva-mate); a instalação de uma unidade de armazenamento para os produtos da fruticultura; a instalação do posto de pesquisa agrônômica do Paraná; o programa Planalto Verde, o complexo esportivo Pérola do Oeste; a inauguração e pavimentação do Parque do Jordão, entre outras realizações

Entretanto, outro aspecto foi levado em conta por Farah. O desenvolvimento urbano transformou a cidade em dois sentidos: de um lado, o “velho” cedeu lugar ao “novo”, ou seja, a arquitetura do século passado era demolida, para dar lugar aos novos edifícios. As práticas do executivo municipal eram fruto do trabalho e da responsabilidade de todos, embora tenha mantido um espírito da tradição, e de rememoração para validar as proposições do discurso. No entanto, o desenvolvimento urbano foi lento.²⁵ De qualquer forma, naquela perspectiva a cidade tinha um passado inesquecível e um presente promissor, que pelas realizações daquela administração,

orgulhavam o povo guarapuavano e permitiam vislumbrar paz e progresso:

Acompanhando as continuidades e discontinuidades do desenvolvimento guarapuavano desde a conquista até o processo de sua integração na modernidade brasileira observa-se que Guarapuava tem um passado que não pode ser esquecido, um presente que nos orgulha e um futuro que vislumbramos, de paz e progresso.²⁶

O discurso político se pautava no problema da “explosão urbana”, no rápido crescimento vegetativo e na falta de infraestrutura urbana. Ressaltava-se que a melhoria da qualidade de vida só seria possível com programas que adequassem a vida do homem ao campo, que disciplinassem o uso do solo urbano, que previsse e ordenasse a expansão urbana e seu desenvolvimento:

[...] E agora ao comemorarmos o 167º aniversário da cidade temos a oportunidade de encaminhar à egrégia Câmara de vereadores o terceiro Plano Diretor Urbano que decorre da decisão do governo local de ouvir a comunidade pelos seus representantes constituídos em conselho estabelecendo as linhas de seu destino.

²⁷

As imagens da cidade continuavam a ser veiculadas no jornal Esquema Oeste pela SURG. Logo, elas eram àquelas que conotavam a cidade como canteiro de obras. Porém, a oposição entre passado e presente deveria transparecer para não perder vínculos memoriais e pedagógicos. Passado e presente são elementos importantes para idealização do passado. É através do passado conhecido e reconhecido que se introjetava na memória coletiva uma identidade. Isto implicava num recorte ideológico e na manipulação dos eventos por parte de um grupo social ativo e dominante. É nessa perspectiva que se insere outra dimensão, a do futuro. Ora, é justamente nesse ponto que o poder público tratou desses elementos, a fim de dar sentido aos seus discursos progressistas e inserir junto à coletividade uma imagem urbana midiaticizada.

No período de 1989 a 1992, as imagens da cidade, retratadas no Jornal Esquema Oeste continuaram evidenciando aqueles pontos da cidade que tinham “sentido” histórico. No entanto, também se destacou aqueles em que o poder público tornou referência popular, como foi o caso do Parque Recreativo de Jordão. A preocupação com imagens panorâmicas procurava conotar uma modernização e também a verticalização urbana.

O discurso apresentado no jornal, por Leonel Farah vai na mesma direção de Fernando Ribas Carli, uma vez que atribuía grande importância aos empreendimentos daquela administração municipal. O enunciado atribuía à cidade uma “plástica” em sua forma e uma reformulação em seu espírito.²⁸ A narrativa, baseada no modernismo, mudara o perfil urbanístico da cidade, tornando-a funcional e mais humana. Para isso era necessário resgatar o humanismo e as tradições. Era necessário recorrer ao passado, e a partir dele, conscientizar a população de sua importância para a identidade de seu povo. Daí a importância de preservar a arquitetura urbana e os resquícios de seus monumentos. Essa consciência histórica aparece parcialmente no discurso de Fernando Ribas Carli. A ideia era a de que a história da cidade seria um suporte

para o crescimento da cidade. A preservação do patrimônio histórico em seu mandato seria uma prioridade. O enunciado se referia aos novos tempos, cujas realizações transpareciam nos setores da economia do município. A cidade se transformara em polo de desenvolvimento econômico. Tudo isso, graças às conquistas do povo, ao planejamento urbano a longo prazo, baseando-se na educação, saúde e geração de empregos:

Juntos estamos cumprindo um vasto programa de realizações que se espraia pelas áreas de saúde, educação e geração de empregos. Também estamos legando uma melhor qualidade de vida, com mais saneamento básico, recapeamento asfáltico, novos programas de pavimentação e uma nova iluminação, mais brilhante e mais bonita.²⁹

Pretendia-se construir uma imagem moderna da cidade, considerando a virada de século, imagem esta que passava pelas obras realizadas e pela melhoria da qualidade de vida da população. É claro, as melhorias não chegavam a todas as partes da cidade. Outro elemento interessante no discurso de Carli passava pelo crescimento com qualidade: as finanças em dia, os impostos arrecadados investidos no mercado financeiro, o planejamento e a organização de sua administração, levariam os empresários a realizarem empreendimentos no município.

Para Carli o poder público municipal era a “viga-mestra do desenvolvimento” e em complemento, a cidadania e o preservação da história da cidade eram vitais para a mudança na imagem da cidade tradicional para a cidade moderna. É se esta imagem estava vinculada à infraestrutura urbana visível, elas deveriam ser apresentadas no aniversário da cidade.³⁰ Assim, destacavam-se as seguintes realizações naquele ano: creches, Capela do Degolado, ciclovias, quadras esportivas, monumentos à memória, corpo de bombeiros (Entre Rios), postos de saúde, restauração do museu Visconde de Guarapuava, esculturas de gesso (Catedral de Nossa Senhora de Belém), preservação de arquitetura, pavimentação asfáltica, postos de serviço telefônico entre outras obras. As grandes realizações administrativas e a sua divulgação através do “marketing” projetaram a cidade, como, por exemplo, a realização do campeonato mundial de xadrez e a sua popularização nas escolas públicas. Anos mais tarde o jornalista Farah, que ocupava a Secretaria de Comunicação Social, denunciava a “propaganda enganosa” de Carli.³¹ O “marketing” na referida gestão municipal, não fez mais do que “vender ilusões ao povo”, pois os empreendimentos não ocorreram exatamente naquele período.

Na administração de César Franco (1993-1996) a imagem idealizada da cidade moderna culminou com o desenvolvimento científico e cultural. Além do equilíbrio econômico, social e viário, previa-se a influência da instalação da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) e avanços na área de preservação patrimonial.³² Seus argumentos partem da ideia de estagnação econômica e social oriundas das gestões anteriores. Se a cidade perdera em termos de investimentos industriais para outros núcleos como Cascavel e Ponta Grossa, por “falta de vontade política na hora

certa”, perdera, também, quanto à preservação de monumentos históricos. Recuperar o tempo perdido era uma prioridade, quer na continuidade no trato com as finanças públicas, infraestrutura urbana, limpeza, saúde e iluminação, quer na criação de uma ouvidoria municipal para atender os reclames da população.

Para isto, considerava-se importante a influência das indústrias; campanhas de divulgação da cidade eram vitais para o progresso: “precisamos vender uma imagem de Guarapuava mostrando aos empresários quais são as vantagens de investir aqui, com um diagnóstico sócio-econômico provando que somos a melhor região para investir”.³³ A cidade ideal de Cesar Franco deveria conciliar os valores e aspirações da população, a fim de melhor administrar conflitos, problemas estruturais e desenvolver o município. Por outro lado, tanto as formas urbanas impostas pela modernidade quanto os resquícios arquitetônicos deveriam ser preservados e repensados como elementos importantes de uma dinâmica social estabelecida no tempo e no espaço:

Em 174 anos, avançamos muito. Saímos de um período colonial, em que a cidade era constituída por poucas ruas, por casarões dos senhores proprietários de terra e o clarão dos lampeões iluminava noites de reinante calmaria. A modernidade veio com estradas, meios de transportes e comunicações, abrindo a cidade para um número cada vez maior de pessoas. Junto com ela nasceram os contrastes sociais, a desagregação das tradições e as transformações culturais. Não mudaram apenas a paisagem urbana; também evidenciaram novos comportamentos”.³⁴

Esse ideário se restringiu ao discurso político. As contradições sociais, a exclusão espacial e os investimentos continuavam a ser direcionados a lugares e grupos sociais específicos. Assim, as áreas periféricas foram as menos atendidas, uma vez que a especulação imobiliária influenciou na organização espacial da cidade.³⁵

Para finalizarmos este capítulo é necessário enfatizar que partir da década 60, os discursos de administrações públicas passaram a trabalhar de maneira mais precisa as imagens da cidade. Em geral, os elementos ideológicos da narrativa encerraram um ideal urbano associado à prosperidade. As imagens utilizadas no Plano de Urbanização de 1967 e as manchetes de jornal que se seguiram até a década de 90, figuram como uma realidade indiscutível e não permitiram aos seus observadores a assimilar imediatamente o sentido obtuso dos discursos que se impunham.³⁶ O olhar “coletivo” se fixava nas imagens e não nos processos de criação, seleção, enquadramento e montagem das imagens associadas ao discurso político que idealizou a cidade em diferentes momentos. Isso permitiu às narrativas trabalharem com uma imagem reificada da cidade para enaltecer gestões administrativas.

Essas linguagens presentes nas narrativas, apresentaram dois níveis estruturais distintos, comportando uma mensagem visual e uma mensagem linguística. Um olhar reflexivo sobre esses discursos, revela, em sua composição conotativa, a imposição de imagens que sugeriram um ideal urbano progressista ancorado na história tradicional. De qualquer forma, a disseminação de uma imagem de prosperidade, durante o aniversário da cidade, procurava absorver os problemas de implantação

de infraestrutura urbana, desviando-se dos conflitos sociais existentes, e remetendo seus “leitores” para um estado contemplativo e de realizações coletivas durante a celebração do aniversário da cidade.

Notas

1. Este texto é uma adaptação sintetizada do capítulo “*A imagem da cidade enquanto “marketing”*”: *a propaganda urbana de administrações públicas municipais entre as décadas de 60 e 90*, de nossa dissertação de mestrado: “Guarapuava é isto aqui”: da sedução dos discursos ao marketing da cidade (Unesp, 1999). Para a realização deste trabalho buscamos as contribuições de inúmeros autores, tais como Odalia (1967), Munford (1961), Meireles (1995), Lynch (1997), Le Goff (1996), Kohlsdorf (1996), Freira (1997), Ferrara (1988), Calvino (1990), Burke (1992), Benjamin (1985), Baudrillard (1995), Barthes (1964, 1977, 1978), Ban (1994). Ver também as reportagens especiais da Rede Paranaense de Telecomunicação – RPC/Rede Globo, intitulada Guarapuava 200 anos, disponível em <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/guarapuava200anos/playlist/videos-veja-as-reportagens-do-especial-guarapuava-200-anos.ghtml>
2. ALVES, Paulo. Perspectivas acerca do método e técnica de análise dos discursos. *História*, v2. p.33-37, 1983. Ver também ALVES, Paulo, MASSEI, R. C. *Fotografia e história*: São Paulo, História, 1989; ALVES, P. Experiência de investigação: pressupostos e estratégias do historiador no trabalho com as fontes. In: *Fontes históricas: abordagens e métodos*. Assis: Programa de pós-graduação em História, 1986.
3. BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso*. Lisboa: Edições 70, 1982. Barthes se referiu a um paradoxo fotográfico que se verificava na relação existente entre as mensagens que formam a fotografia. De um lado, a mensagem visual, sem código, um análogo do real, a mensagem denotada, o sentido “óbvio”; e de outro lado uma mensagem codificada, elaborada de acordo com um interesse de quem a produziu ou a utilizou, o sentido “obscuro”, de forma que a relação conotação-denotação não se torna evidente entre quem observa uma mensagem visual desta categoria. Mas além disso, de acordo com Barthes, essa tentativa de neutralidade, de não transparecer nestas mensagens nos reporta a um paradoxo ético, onde uma tentativa de análise para resolver tal problema nos levaria a uma leitura dos elementos que compõe a fotografia, para verificar possíveis variações de significados.
4. Ver BENJAMIN, 1985, p. 107
5. MONTEIRO, G. Gama, OLIVEIRA, Onaldo P. (org.). *GUARAPUAVA: Plano Básico de Urbanização*. Curitiba: Editora do Oeste, 1967.
6. SILVESTRE, Moacyr Júlio. Mensagem. *Esquema oeste*, 29 dez., 1971-4 jan., 1972.
7. SILVESTRI, Moacyr Júlio. Mensagem. Tudo é festa: Guarapuava para principiantes. *Esquema Oeste*, 9-16 dez, 1970; Mensagem, Guarapuava festeja seu 152º aniversário. *Esquema Oeste*, 9-14 dez., 1971.
8. SILVESTRI, M. J. *Esquema Oeste*, 971, p. 4.
9. KRÜGER, Nivaldo Passos. Guarapuava, 154 anos, *Esquema Oeste*, 5-11 dez., 1973.
10. Idem, Padre Chagas de volta, depois de 155 anos, *Esquema Oeste*, 4-10 dez., 1974.
11. Idem, A festa da cidade, *Esquema Oeste*, 9 dez., 1975.
12. Idem. Guarapuava festeja 157 anos, *Esquema Oeste*, 9, dez., 1976.
13. Idem. Mensagem. *Esquema Oeste*, 1976, p. 1.

14. QUADROS, 1978, p. 170.
15. Guarapuava para Ver e Comparar. Estratégia de Publicidade e Marketing S/c Ltda. Curitiba, 1974.
16. OLIVEIRA, A. L. Cinzas do padre Chagas. Folha do Oeste, 15 dez. 1974; Resgate de uma dívida de gratidão, Folha do Oeste, 1 dez. 1974; 155º aniversário de Guarapuava, Folha do Oeste, 8 dez. 1974.
17. KRÜGER, N. Passos. Resgate de uma dívida de gratidão. Folha do Oeste, 1 dez., 1974;
18. FARAH, L. J. Pe. Chagas de volta, depois de 155 anos. Esquema Oeste, 4-10 dez., 1974.
19. FARAH, L. J. No contraste, uma nova beleza velha. *Esquema Oeste*, 6-12, dez., 1980. Ver também OLIVEIRA, A. L. Até que enfim. Folha do Oeste, 29 dez. 1974; Um pouco de história: Santa Clara. Folha do Oeste, 27 out. 1974; Palestra sobre Santa Clara. Folha do Oeste, 14 jul.1974; E Santa Clara?. Folha do Oeste, 2 jun. 1974; Batalha de 30 anos, Folha do Oeste, 1954; 5ª Exposição Feira. Folha do Oeste, 12 maio 1974.
20. BASTOS, C. P. Mensagem. Esquema Oeste, 9-16 dez. 1977. e Krüger, N. P. Mensagem. Esquema Oeste, 5-11 dez. 1973.
- 21 BASTOS, C. P. Mensagem. *Esquema Oeste*, 1978.
22. MARCONDES, G. G. Guairacá, do mito à realidade. Esquema Oeste, 11 – 17 dez. 1993. p.7. A autora menciona, ainda que a obra foi do artista João Turim e o pedestal foi desenhado pelo engenheiro Mário Rohering.
23. Guarapuava é isto, aqui. Esquema Oeste, 8-14 dez. 1984: Os novos caminhos do desenvolvimento. Esquema Oeste, 7-13 dez. 1985.
24. Outro exemplo do uso da representação pictórica foi elaborado por A. Fajardo F., no jornal *O Paraná*, 25 dez, 1984.
25. Guarapuava busca forma de incentivar a economia. Esquema Oeste, 8-14 dez. 1984. p. 5 1ºcaderno; O povo faz o progresso. Esquema Oeste, 6-12 dez. 1986. Editorial; Um momento para refletir sobre o destino do município. Folha do Oeste, 5-11 dez. 1987, edição especial, 1º caderno, p. 2.
26. KRÜGER, N. P. Guarapuava: 168 anos de vibração e amor. Folha Oeste, 5-11 dez., 1987.
27. Idem. Uma cidade moderna. Esquema Oeste, 6-12 dez., 1986. Neste documento das referências foram ao Planalto Verde e às leis Zoneamento de uso e ocupação do solo do perímetro urbano da sede do município, Lei nº 037, dez., 1986. Parcelamento do solo para fins urbanos no município de Guarapuava Lei nº 045, 24 dez., 1987; Código de obras do município de Guarapuava, Lei nº 051, 24 dez., 1987.
28. FARAH, L. J. Guarapuava cresce desafiando a crise. Esquema Oeste, 9-15, dez., 1989.
29. CARLI, Fernando Ribas. Construindo o futuro. *Esquema Oeste*, 9-15 dez., 1989; Mensagem, *Esquema Oeste*, 8-14, dez. 1990.
30. FARAH, L. J. A cidade atrai desenvolvimento. *Esquema Oeste*, 5-11 dez., 1991
31. Franco, Cesar. Propaganda enganosa. *Esquema Oeste*, 9-15 dez., 1995, p. 3.
32. Idem. Guarapuava mostra força para o desenvolvimento. *Esquema Oeste*, 11-17 dez., 1993.

Unicentro está reconhecida. Esquema Oeste, 9-15 dez. 1995.

33. Idem. Entrevista: Cesar Franco. *Esquema Oeste*, 5-11 dez., 1992. p. 5.

34. Franco, Cesar. A cidade ideal. *Esquema Oeste*, 11-17 dez., 1993, p. 16.

35. SILVA, Joseli Maria da, 1995, p. 142.

36. Na produção da fotografia Barthes adverte que devemos analisar separadamente os processos de “conotação”, “trucagem”, “pose do sujeito”, e “objetos” de, “fotogenia”, “esteticismo” e “sintaxe” pois no processo de conotação há uma modificação da realidade num plano que vai além dos limites observáveis da própria fotografia, ou seja, através de mensagens que se expressam por meio de significantes e significados complexos. Ver também BARTHES, Roland et ali. *Análise estrutural da narrativa: pesquisas semiológicas*. Petrópolis: Vozes, 1971. BARTHES, R. *A Lição*: Lisboa: Edições 70, 1977.

REFERÊNCIAS

BANN, S. *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Unesp, 1994.

BARTHES, R. *A lição*: Lisboa: Edições 70, 1977.

_____. *Ensaio crítico*. Lisboa: Edições 70, 1964.

_____. *A imaginação do signo*. Lisboa: Edições 70, 1978.

BAUDRILARD, J. *A ilusão do fim ou a greve dos acontecimentos*: Lisboa: Terramar, 1995.

BENJAMIN, V. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BURKE, P. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CALVINO, Í. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ECO, H. *Viagem na irrealidade cotidiana*: Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

FERRARA, L. D'A. *Ver a cidade: cidade, imagem, leitura*. São Paulo: Nobel, 1988.

FREIRE, C. *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: Sesc/Annblume, 1997.

KOHLSDORF, M. E. *A apreensão da forma da cidade*: Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.

LE GOFF, J. *História e memória*: Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LINCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MEIRELLES, W. R. História das imagens: uma abordagem de múltiplas facetas. Assis: Pós-História, 1995.

MUNFORD, L. A cultura das cidades: Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.

ODÁLIA, N. Notas sobre metodologia histórica: Anais de história, Assis, Instituto de História econômica do Brasil: São Paulo: Brasiliense, 1967.

SILVA, Joseli Maria da. Valorização fundiária e expansão recente de Guarapuava. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

AVALIAÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO E DO PADRÃO DE QUALIDADE DO ESPAÇO PÚBLICO NA RUA OSCAR FREIRE EM SÃO PAULO

Ana Maria Sala Minucci

Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
São Paulo – S.P.

Roberto Righi

Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
São Paulo – S.P.

RESUMO: O artigo avalia o padrão de qualidade do espaço público da rua Oscar Freire localizada em São Paulo, Brasil. A rua teve o espaço público de 5 quarteirões de predominância comercial reconfigurados, por meio de uma parceria público-privada, que financiou a requalificação urbana em 2006. Para analisar-se a qualidade do espaço público da Rua Oscar Freire são utilizados dozes critérios de qualidade propostos por Jan Gehl em seu livro “Cidades para pessoas” relacionados a conforto, segurança e prazer do pedestre. O estudo demonstra que a rua já atendia alguns critérios de qualidade urbana, antes mesmo da intervenção urbana e que passa a preencher outros critérios de qualidade, além do reforço dos já existentes a partir da implantação da intervenção urbana. Finalmente, as conclusões são apresentadas por meio de tabelas, fotos e texto que demonstram sensível melhoria do desempenho urbano, demonstrando a validade

da metodologia empregada.

PALAVRAS-CHAVE: espaço público, qualidade urbana, desenho urbano, requalificação urbana.

EVALUATION OF REQUALIFICATION AND STANDARD OF QUALITY OF THE PUBLIC SPACE IN THE OSCAR FREIRE STREET IN SÃO PAULO

ABSTRACT: The article evaluates the quality standard of the public space of the street Oscar Freire located in São Paulo, Brazil. The street had the public space of 5 blocks of commercial predominance reconfigured, by means of a public-private partnership, that financed the urban requalification in 2006. To analyze the quality of the public space of the Street Oscar Freire are used doubles quality criteria proposed by Jan Gehl in his book “Cities for People” related to the comfort, safety and pleasure of the pedestrian. The study shows that the street already met some urban quality criteria, even before the urban intervention, which now meets other quality criteria, in addition to reinforcing those already existing after the implementation of urban intervention. Finally, the conclusions are presented through tables, photos and text that demonstrate a significant improvement in urban performance,

demonstrating the validity of the methodology used.

ABSTRACT: public space, urban quality, urban design, urban requalification.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo avalia a qualidade do espaço urbano da rua Oscar Freire, situada em importante setor de alta e média de renda na região sudoeste da cidade de São Paulo.

O desenvolvimento da urbanização da cidade de São Paulo deu-se a partir de um núcleo original, localizado a cerca de 3 km ao nordeste. Os caminhos que demandavam a este centro possuíam uma conformação radiocêntrica, segundo espigões que definiam as bacias hidrográficas locais e regionais.

Foi somente com o advento da ferrovia, a partir da década de 1860, que a expansão urbana se acelerou e ultrapassou estes limites. A ferrovia trouxe e fixou na cidade a elite cafeeira então existente e dispersa no interior do Estado, e com ela desenvolveu-se um núcleo comercial para abrigar funções institucionais, administrativas e financeiras do modelo agroexportador vigente (LEME, 1998), conformando espaços esteticamente qualificados para esta nova posição de prestígio, trazida com o desenvolvimento da economia (CAMPOS, 2002). Paralelamente, com o crescimento dos recursos advindos das atividades cafeeiras, se instalava em São Paulo a indústria ao longo da ferrovia e das várzeas do Rio Tamanduateí, a leste do Centro, junto com as classes populares, como mostra a figura 1.

A urbanização voltada à elite começou ao norte, junto à estação da Luz, porém as epidemias do final do século XIX mudaram o sentido da urbanização afastando-a das várzeas dos rios Tamanduateí e Tietê e dirigindo-a para as altas e salubres terras localizadas a sudoeste do centro: Higienópolis e Paulista, com novas vias que se formaram segundo melhores padrões urbanos.

A importância e a localização da elite para o estabelecimento dos padrões de localização das atividades mais importantes na cidade em países em desenvolvimento explicam-se pela grande parcela de participação deste segmento social na composição da demanda agregada de consumo e sua importância política na localização das empresas privadas e equipamentos do Estado (POLÉSE, 1998).

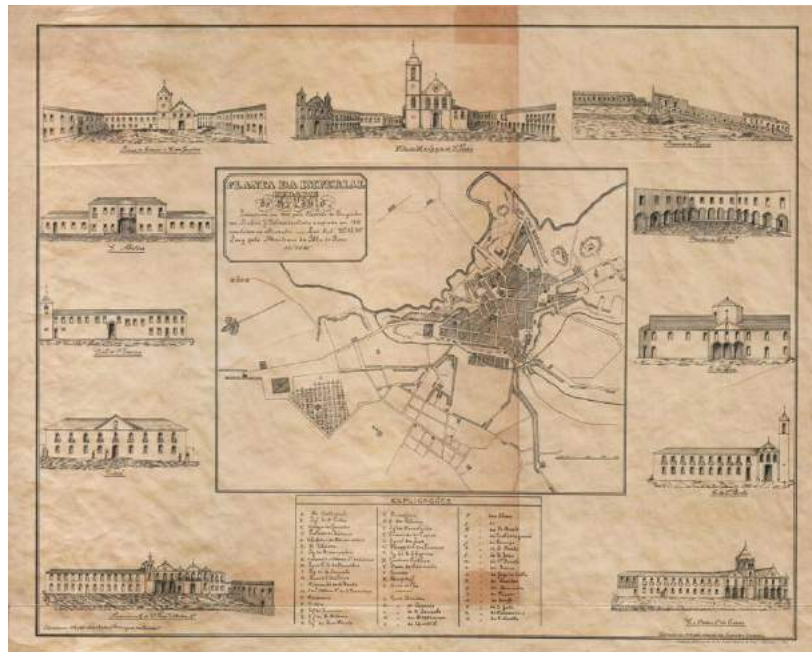


Figura 1: Cidade de São Paulo em 1841

Fonte: Editora Melhoramentos de São Paulo, 1954.

Os bairros voltados para a elite localizaram-se a partir do final do século XIX a sudoeste do Centro, numa urbanização recente e em consolidação. A rua Oscar Freire estava localizada nesta expansão urbana voltada a elite paulistana voltada aos Jardins. O mapa de 1897, figura 2, mostra claramente o surgimento do traçado inicial desta rua e o seu prolongamento final de cerca de três quilômetros de extensão.

Nesta época, últimas décadas do século XIX, a cidade de São Paulo apresentou as maiores taxas de crescimento de sua história. A urbanização rapidamente avançou sobre o espigão central e espalhou-se pelas planícies dos rios Tiete e seu afluente principal, o rio Pinheiros. Este processo esteve muito associado a atuação do capital estrangeiro, especialmente inglês que investiu nas mais diversas áreas de infraestrutura, em particular na ferrovia, nos bondes, na energia elétrica, no gás, e mais tarde a partir da década de 1920 na própria urbanização com a *City Improvements* que promoveu os bairros jardins.



Figura 2 Cidade de São Paulo em 1897

Fonte: Comissão Geográfica e Geológica, 1897.

Compreendida a gênese da urbanização paulistana voltada à elite, realizada por estudos bibliográficos, coube a avaliação da qualidade atual do espaço público da Rua Oscar Freire que foi realizada por meio de trabalho de campo com visitas ao local, fotografias, bem como a análise do projeto de requalificação urbana. São utilizados no procedimento 12 critérios de qualidade definidos por Jean Gehl, a saber: proteção contra tráfego e acidente, contra o crime e experiências sensoriais desconfortáveis; oportunidades para caminhar, para permanecer em pé, para sentar, para ver, para ouvir e conversar, para brincar e praticar esportes; escala; oportunidades para aproveitar o clima; e, experiências sensoriais positivas (GEHL, 2013).

Em 2006 foi implantado o projeto paradigmático de qualidade do espaço público, de intervenção em via comercial e prioridade para o pedestre, que é a requalificação da Rua Oscar Freire. Ele foi elaborado através de parceria público - privada envolvendo a Subprefeitura de São Paulo, Emurb, Ilumi. O espaço público dos 5 quarteirões de predominância comercial foi reconfigurado com a implantação parcial do projeto do escritório de arquitetura Hector Viliacca & Associados. A intervenção aborda 6 aspectos relacionados às áreas livres: substituição do sistema de postes e cabamentos aéreos pelo sistema subterrâneo de redes e cabos, pavimentação urbana; definição paisagística; iluminação; mobiliário urbano, e reorganização dos estacionamentos.

2 | CONCEITUAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DO ESPAÇO URBANO

A discussão sobre a qualidade do espaço público é importante tema para o

urbanismo. Em 1956, Josep Lluís Sert propôs a criação da disciplina de *Urban Design*. Três significativas publicações ocorridas na década de 60 destacam a importância dos espaços públicos: Kevin Lynch em “A imagem da cidade”, a percepção do espaço pelo homem; Gordon Cullen em “Paisagem Urbana”, a análise da paisagem urbana, e Jane Jacobs em “Vida e morte das grandes cidades americanas”, a vitalidade urbana.

Neste mais de meio século que se passou, houve um avanço científico no tema do espaço público da cidade. Foram criadas e aprofundadas qualidades do espaço público e do desenho urbano: vitalidade, legibilidade, imageabilidade, escala humana, fechamento, entre outras. Jan Gehl retoma a questão da paisagem urbana e a melhoria da qualidade do espaço público.

Há consenso na extensa literatura gerada em especial nos Estados Unidos sobre a importância da rua, que prioriza os outros elementos da composição urbana percebidos pelo homem. Assim, a partir da década de 1950, na Europa, e posteriormente Estados Unidos, nos anos 60, houve inúmeros projetos de criação ou reformulação de ruas com foco na sua pedestrianização envolvendo nova pavimentação, mobiliário urbano, arborização e instalação de equipamentos de infraestrutura. As ruas de pedestres – apelidadas de calçadas - foram introduzidas no Brasil na década de 70, primeiro em Curitiba, na Rua das Flores. A seguir foram criadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Florianópolis, Londrina, Juiz de Fora, Bauru, Ponta Grossa e, depois, em muitas outras cidades. Em 1980 foi criada em São Paulo a maior área de pedestres do país na parte mais antiga da cidade, ocupando parte do Distrito Sé e República. Hoje estas áreas passam por reformas pontuais e está em franca decadência.

2.1 Dimensão humana do espaço público e os espaços de transição entre o público e o privado

Gehl ao discutir o projeto das áreas públicas destaca a importância de valorizar a dimensão humana e potencializar os encontros. Aponta a importância dos sentidos e da escala humana. Em todo o mundo, o mesmo ritmo em ruas comerciais agradáveis: de 15 a 20 lojas a cada 100 m de rua significam novas experiências para os pedestres a cada 4 ou 5 segundos, como constatada nas cidades de Chang-cha, China, Middlesbrough, Reino Unido e Nova York.

Diversas vezes explica o conceito de espaços de transição suave e rígida destacando sua ocorrência fundamental no nível térreo. Descreve a oportunidade de experiências a partir de dois extremos os quais denomina “transição suave” e “transição rígida”. Uma é a rua com uma “transição suave” com lojas alinhadas, fachadas transparentes, grandes janelas, muitas aberturas e mercadorias expostas. O outro extremo a rua com “transição rígida”, é diametralmente oposto: os pisos térreos são fechados e o pedestre caminha através de fachadas de vidro preto, concreto ou alvenaria. Há poucas ou nenhuma porta e, no geral, há pouco para se vivenciar; não há sequer o motivo para escolher aquela determinada rua (GEHL, 2013).

Conforme Gehl, na frente de fachadas abertas e ativas, há uma clara tendência de os pedestres diminuírem o passo e voltarem a cabeça em direção à fachada; e com frequência, parar. Diante dos trechos das fachadas fechadas o ritmo da caminhada é significativamente mais rápido, há menos viradas de cabeça. Mais interessante ainda, conforme Gehl, é observar que várias outras atividades não relacionadas com lojas e fachadas também ocorrem em trechos ativos da rua. O princípio de que os processos de vida da cidade são muitas vezes de autorreforço. (GEHL, 2013).

O mapeamento da atratividade do térreo identifica as áreas problemáticas da cidade e pode ser usado para avaliar a situação das ruas mais importantes. Assim, os urbanistas podem elaborar uma política focada em uma área térrea ativa para garantir a atratividade do espaço térreo em novos empreendimentos e, aos poucos, corrigir os problemas da massa edificada existentes, sobretudo ao longo das mais importantes rotas de pedestres (GEHL, 2013) Os andares superiores têm muito menos importância, tanto funcional, como visualmente.

2.2 As atividades necessárias e opcionais de permanência

Para Gehl, as boas cidades para permanecer assim, devem possibilitar não apenas as atividades estacionárias necessárias, mas também as opcionais. Desta forma, as atividades necessárias são as que não dependem, particularmente, da qualidade urbana: comércio de rua, limpeza e manutenção. Do outro lado da escala estão as atividades opcionais e recreativas, onde a qualidade da situação, do tempo, e do local, é decisiva (GEHL, 2013)

Gehl apresenta 4 princípios para o desenho das cidades: 1) Distribuir cuidadosamente as funções da cidade para garantir menores distâncias entre elas, além de uma massa crítica de pessoas e eventos; 2) Integrar várias funções nas cidades para garantir versatilidade, riqueza de experiências, sustentabilidade social e uma sensação de segurança; 3) projetar o espaço urbano de forma a torna-lo convidativo tanto para o pedestre quanto para o ciclista; 4) Abrir os espaços de transição entre a cidade e os edifícios para que a vida no interior das edificações e a vida nos espaços urbanos funcione conjuntamente; 5) Reforçar os convites para permanências mais longas no espaço público, dando mais sensação de vitalidade. Assim, reforçar a vida nas cidades o mais simples e o mais eficaz é convidar as pessoas a passar mais tempo no espaço público.

3 | O PROJETO DE REURBANIZAÇÃO DA RUA OSCAR FREIRE

É importante reafirmar que a Rua Oscar Freire está localizada no bairro Cerqueira César, região dos Jardins, tradicional reduto da elite da cidade de São Paulo. É conhecida internacionalmente como uma importante rua comercial onde se encontra restaurantes, hotéis e 220 lojas das mais importantes marcas do Brasil e do mundo.

Já antes de passar pelo processo de reurbanização, era considerada a oitava rua mais luxuosa do mundo. Conforme o Plano Diretor Estratégico da Subprefeitura de Pinheiros (Lei nº 13.885, 2004) está totalmente inserida em zona mista de alta densidade ZM3.

Através de uma iniciativa da Associação de Lojistas da Oscar Freire (ALOF) em 2006, em parceria com a Prefeitura Municipal de São Paulo, foi revitalizado o espaço público de 13.000m², envolvendo cinco quarteirões da Rua Oscar Freire. Foi reformulado aumentando a acessibilidade, enterrando a fiação elétrica e equipando as calçadas com mobiliário urbano, iluminação e paisagismo adequado.

O início do processo deu-se em função do péssimo estado das calçadas da Rua Oscar Freire, quando um grupo de 20 lojistas tomou uma iniciativa: ativar a ALOF e contratar o projeto urbanístico, visando a requalificação da rua. Foi realizada uma licitação interna por convite, escolhendo quatro escritórios de arquitetura para o desenvolvimento de uma proposta preliminar para a requalificação da Rua Oscar Freire. Dos projetos analisados, o escritório do arquiteto Hector Vigliecca foi o vencedor, sendo contratado. O projeto foi premiado pela revista *Arquitetura e Construção*, em 2008, na categoria Intervenção Urbana.

O projeto foi iniciado com o desenvolvimento do estudo da área de intervenção, que norteou as definições projetuais. A seguir, indicam-se as etapas dos estudos da área de intervenção, desenvolvidas pelo escritório, compostas por análise da situação existente, análise da legislação incidente, levantamentos de topografia, cadastral por lote e de uso do solo e pesquisa de referências de boas práticas de reurbanização de espaços públicos no Brasil e no mundo.

O projeto foi desenvolvido em 4 etapas. Na primeira etapa foi feita a análise e diagnóstico urbano da situação existente nos cinco quarteirões da intervenção, entre as ruas Melo Alves e Padre João Manuel. Havia 40 postes de concreto abrigando as redes elétricas e telefônicas, o que diminuía em 30% a passagem livre dos passeios. A arborização se encontrava mutilada e em más condições fito-sanitárias, perdendo seu valor estético de coloração, forma e sombreamento. A pavimentação não tinha condições de recuperação. Havia ressaltos, declividades, tampas de bueiros fora dos padrões de segurança e nenhum acesso aos deficientes. O espaço urbano estava ainda carente de mobiliários urbanos como bancos, lixeiras e comunicação visual apropriada. Na segunda etapa, foi feita a verificação da legislação e normas técnicas, a fim de que o projeto de requalificação fosse desenvolvido de acordo com a legislação urbanística vigente. Na terceira etapa, antes do início do projeto, foram realizados os seguintes levantamentos: topográfico, cadastral por lote e de uso do solo e da vegetação existente. Na quarta etapa, de estudo de referências, com base em estudos de espaços públicos de Barcelona, na Espanha, e do Rio de Janeiro, foram identificadas boas soluções para a pavimentação dos pisos, rampas de acessibilidade, canaletas de drenagem, iluminação e mobiliário urbano e para a redução do conflito entre pedestres e automóveis.

Na fase final de desenvolvimento projetual, os arquitetos projetaram um bulevar

para a Rua Oscar Freire com um passeio livre de obstáculos, plenamente acessível e sem desenhos decorativos, onde o pedestre pudesse caminhar livremente sobre um piso bem construído que valorizasse a arquitetura e as vitrines, conferindo unidade para toda a rua. O paisagismo, a iluminação e o mobiliário urbano foram também projetados como protagonistas da requalificação.

O projeto final consistiu em 6 ações: Ação 01: substituição do sistema de postes e cabeamentos aéreos pelo sistema subterrâneo de redes e cabos. Na cidade de São Paulo apenas o centro tradicional apresenta esta característica técnica, pois no restante da cidade subsistem o sistema de posteamento com cabeamentos, muitas vezes pesados e feios. A manutenção desta situação justifica-se por questões financeiras e técnicas, que precisam ser superadas, como nesta proposta. Ação 02: pavimentação urbana - A solução construtiva para



Figura 3. Comparação entre situação com postes e cabeamentos aéreos antes do projeto e situação posterior com sistema subterrâneo de redes e cabos.

Fonte: Vigliecca & Associados Fonte: Vigliecca & Associados

a pavimentação das calçadas partiu da diretriz de utilização de um material único e monocromático, sem desenhos decorativos, oferecendo a resistência mecânica adequada ao trânsito de pedestres, ao acesso de veículos aos estacionamentos, e visando sempre um baixo custo de manutenção e simplicidade na eventual substituição. A pavimentação geral obedece às exigências padronizadas para atender os deficientes físicos e visuais, com o rebaixamento de toda a esquina, e protegidas do sistema viário por mourões de concreto. Ação 03: definição paisagística - Como se trata de um local onde o andar a pé é uma condição básica, o verde proposto é sempre aéreo, descartando de vez todo tipo de jardineiras. A espécie de árvore predominantemente selecionada foi o Ipê Roxo nativo do Brasil, com copa pouco densa, para não impedir a visualização das lojas com floração marcante no centro das quadras e espécies de menor volumetria, como palmeiras, nas áreas próximas às esquinas, unificando a paisagem. Ação 04: iluminação - Para a iluminação foram propostas luminárias que estabelecessem “ambientes”, criando condições adequadas de iluminação para os pedestres e automóveis. Ação 05: mobiliário urbano - O mobiliário urbano exclusivo compreende bancos, quiosques, lixeiras e outros elementos que complementem o uso adequado do espaço público. Ação 06: reorganização dos estacionamentos - As vagas foram locadas juntamente ao perfil mais estreito da calçada, no centro das quadras,

deixando as áreas próximas às esquinas com espaço ampliado para a instalação de mobiliário urbano, locação de mesas e a criação de áreas de estar.

3.1 Execução da obra e resultados

Infelizmente, nem todos os itens projetados foram implantados por limitações institucionais, de orçamento e inclusive de cumprimento do projeto. Houve restrições nas normativas municipais, como o rebaixamento total das esquinas e o sistema de drenagem subterrâneo, não permitidos pela CET; o projeto de iluminação que sairia dos padrões de iluminação pública da ILUME (Departamento de Iluminação Pública da PMSP) ou a localização das subestações a serem locadas sob as vagas de estacionamento, de modo a não bloquear o fluxo de pedestres, saindo dos padrões da Eletropaulo. Outros itens, em que se optou por soluções diferentes às do projeto original, se deram pelas escolhas da Associação de Lojistas, que optou, por exemplo, pelo uso de mobiliário padrão de mercado ao invés do mobiliário desenhado exclusivamente para a Oscar Freire, e por piso diferente do desenvolvido pelos arquitetos. Em Outubro de 2005 a obra teve início, com a construção de câmaras para subestações, seguido do enterramento das redes aéreas e troca de ramais de água e esgoto pela SABESP. Na fase de conclusão da obra, realizou-se a reforma da guia, sarjetas e piso intertravado e finalmente, a substituição das calçadas. A obra foi entregue só em dezembro de 2006.

Nos resultados do aspecto segurança e proteção comparando-se antes e após a implantação do projeto de requalificação observa-se sensível melhoria da segurança no tráfego devido à ampliação das calçadas nas esquinas; bem como melhoria da segurança no período noturno devido ao novo projeto de iluminação pública da rua. A ampliação da arborização urbana produziu um maior sombreamento da via e consequente proteção contra a insolação excessiva.

Na comparação entre as características antes e depois da intervenção da via considerando-se os 6 critérios de qualidade do espaço público relacionados ao conforto propostos por Gehl (2013). Pode-se constatar que houve sensível dos seis. Alguns efeitos diretamente gerados pelo projeto como melhoria dos pisos e retirada dos obstáculos, que melhorou o conforto de caminhar. Também, o alargamento das calçadas permitiu a colocação de mesas externas, integrando o espaço interno e o da rua, evidenciada na figura 4. A implantação de bancos públicos favoreceu as oportunidades para sentar e ver, bem como para ouvir e conversar. Como efeitos indiretos observa-se ainda o fortalecimento das oportunidades para ver devido ao surgimento de artistas se apresentando na calçada e oportunidades para ficar em pé, devido aos novos quiosques posteriormente implantados nas calçadas. A implantação de estações de bicicleta, medida ocorrida alguns anos após obra de requalificação da via, também veio a contribuir para a prática de atividade física.



Figura 4 – Fachada Caffé Pascucci

Fonte: Ana Maria Sala Minucci, 2017

Projeto interessante de sustentabilidade da Prefeitura do São Paulo foi executado através de Termo de Concessão de Uso da Serttel, em parceria com o banco Itaú e as empresas Serttel/Samba. As Bicicletas do programa Bike Sampa estão disponíveis em Estações distribuídas em pontos estratégicos da cidade, caracterizando-se com uma solução de meio de transporte de pequeno percurso para facilitar o deslocamento das pessoas nos centros urbanos.

O aspecto prazer nos quesitos experiências sensoriais positivas e aproveitamento dos aspectos positivos do clima foi potencializado, sobretudo devido a ampliação dos bancos públicos e da arborização urbana. Como efeitos indiretos da obra foi potencializado, devido a ampliação de oportunidades, sentar nos cafés e restaurantes.

Contudo ao aspecto prazer no quesito escala que não recebeu nenhuma ação direta pela intervenção. O motivo é que este aspecto, apesar de interferir na qualidade do espaço público por localizar-se na faixa de transição público privado, faz parte do lote privado.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a Rua Oscar Freire antes da intervenção já apresentava um conjunto de qualidades que permitiam uma grande vitalidade urbana. As características das fachadas apropriadas as dimensões humanas e permeáveis, as transições suaves entre público e privado, a alta densidade urbana da área e a mescla de usos eram características já consolidadas.

A análise da intervenção à luz das teorias de Jean Gehl selecionadas para este estudo demonstram que no quesito segurança a efetiva melhoria, foi com relação a ampliação da segurança contra o tráfego motorizado. No quesito conforto houve uma significativa ampliação de lugares para sentar e conseqüentemente também, das oportunidades para para observar e conversar. Lembrando-se que para Gehl este convite a permanência no espaço público é fundamental na efetiva ampliação da qualidade do espaço livre. No quesito prazer, um tópico mais subjetivo, novamente o destaque ficou por conta da ampliação de opções para sentar, pois aumenta as opções de desfrutar das vistas, da brisa do sol no dias de inverno, e vice-versa no verão. Destaca-se que a potencialização deste item poderia ter ocorrido por intervenções de arte urbana, através de elementos urbanísticos com água ou ainda edifícios de interesse de cultural, que exigiriam intervenções urbanas de caráter diferenciado e qualificado, que envolvessem a reestruturação o conjunto edificado, como era freqüente no urbanismo tradicional.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, C. M. *Os rumos da cidade: Urbanismo e Urbanização em São Paulo*. São Paulo: SENAC, 2002.

Certeau, Michel de. *A Invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

GALLO, R.; SPINELLI, E. Incompleta, Oscar Freire inaugura sua nova cara. São Paulo, **Folha de S. Paulo**, 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u129190.shtml>>. Acesso em: 15 maio 2014.

GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. São Paulo. Editora Perspectiva, 2013.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1993.

JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEME, M. C. S. *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. São Paulo: Fupam-Studio Nobel, 1998.

MINUCCI, Ana Maria Sala; RIGHI, Roberto. Evaluating the quality standard of Oscar Freire street public space in São Paulo, Brasil. **JMEST – Journal of Multidisciplinary Engineering Science and Technology**, ISSN 2458-9403, vol. 3, issue 4, abril 2016, p. 4644 – 4653.

RIGHI, Roberto; DINIS, Henrique. O automóvel e o Desenvolvimento Regional Metropolitano de São Paulo in BALEEIRAS, Rui Nuno. **Casos de Desenvolvimento Regional**. Cascais, Portugal: Principia, 2011.

RODRIGUES, Ramos Ribeiro. Shopping a céu aberto no Brasil : transformações, estratégias e perspectivas da rua comercial na sociedade de consumo contemporânea. São Paulo, 2012. Tese (Doutorado - Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional) – FAUUSP

Site da Associação de Lojistas da Rua Oscar Freire. <http://visiteaoscarfreire.com.br2>.

Site do escritório de arquitetura Vigliecca & Associados <http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/oscar-freire-street>

CONCEITOS SOBRE PRÁTICAS SOCIAIS E TRANSFORMAÇÕES URBANAS NA RUA OSCAR FREIRE, SÃO PAULO

Ana Maria Sala Minucci

Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

São Paulo – S.P.

Roberto Righi

Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

São Paulo – S.P.

RESUMO: O artigo discute o fortalecimento da vida pública da Rua Oscar Freire, em São Paulo, desencadeado pela requalificação urbana ocorrida em 2006 e outros processos, baseado na conceituação de Certeau, Jane Jacobs; Christopher Alexander e Jan Gehl sobre ações urbanas e diversidade, como um elemento de fortalecimento da vida urbana. As transformações no espaço, no caso da rua Oscar Freire, levaram a maior diversidade do comércio e conseqüentemente presença de novos frequentadores, e maior democratização do espaço público na rua Oscar Freire. A metodologia empregada baseia-se no cotejo das teorias com a análise de artigos selecionados em jornais, especialmente, o Estado de São Paulo, que apresentam efeitos da requalificação urbanística ocorrida em 2006, e observações empíricas feitas na rua e com seus frequentadores. Conclui-se que ocorreu uma ‘popularização’ da rua que contribuiu para

o enriquecimento de sua vida urbana, com a chegada, nos últimos anos, do comércio mais diversificado voltado para frequentadores de outras classes de renda, que se somam a original, da alta renda.

PALAVRAS-CHAVE: vida pública; práticas sociais; diversidade urbana; requalificação urbana; rua Oscar Freire; São Paulo.

CONCEPTS ON SOCIAL PRACTICES AND URBAN TRANSFORMATION IN OSCAR FREIRE STREET, SÃO PAULO

ABSTRACT: The article aims to discuss the strengthening of public life of Rua Oscar Freire, in São Paulo triggered by the urban requalification that occurred in 2006 and another processes, interpreted by the conceptualization of Certeau, Jane Jacobs; Christopher Alexander; and Jan Gehl on urban actions and diversity as a strengthening element of urban life. The transformations in space, in the case of Oscar Freire Street, led to greater diversity of commerce and consequently the presence of new visitors, and even greater democratization of public space on Oscar Freire Street. The methodology used is based on the collation of theories with analysis of articles selected in newspapers, especially the State of São Paulo, which present data on the urban requalification

that occurred in 2006, as well as empirical observations made on the street and with its regulars. It is concluded that there was a 'popularization' of the street that contributed to the enrichment of its urban life with the arrival, in recent years, of the most diversified commerce aimed at people from other income classes, which add to the original, from the high income.

KEYWORDS: public life; social practices; urban diversity; urban requalification; Oscar Freire Street; Sao Paulo.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo tem como foco as práticas urbanas e sociais relacionadas às recentes transformações socioespaciais ocorridas na Rua Oscar Freire, em São Paulo, Brasil. Ela é uma rua comercial, historicamente voltada para o público de alta renda, situada em bairro de elite, que apresentou mudanças nas características do seu espaço público, com a substituição significativa de lojas voltadas para a alta renda, por lojas voltadas a classes de rendas mais diversificadas, atraindo um público mais amplo. Esta mudança aconteceu depois da obra de requalificação urbana, que contraditoriamente, tinha como principal objetivo consolidar a localização da elite, porém teve resultados outros, que são aqui analisados.

Os conceitos de Michel de Certeau fornecem critérios para avaliar a qualidade do espaço público. Outros autores apontam a diversidade social e cultural como elementos positivos de fortalecimento da vida urbana, a saber: Jane Jacobs, na década de 60; Christopher Alexander, na década de 70; e Jan Gehl, na década de 80. Tudo isto é referenciado aos estudos elaborados com base em artigos selecionados no Jornal Estado de São Paulo, que apresentam informações e dados sobre a requalificação urbanística ocorrida em 2006 e seus desdobramentos, segundo o escritório executor do projeto de requalificação e observações empíricas acerca da rua e de seus frequentadores.

2 | A GENESE E DESENVOLVIMENTO DA RUA OSCAR FREIRE

A rua Oscar Freire é localizada a cerca de 4 km a sudoeste do centro histórico da cidade de São Paulo, em uma área tradicional de alta e média renda. Desde o final do século XIX, a elite tem se direcionado no setor oeste, região alta e salubre, dominada pelo espigão central, depois ocupado pela avenida Paulista. Na seqüência temporal, este vetor foi mantido, descendo em direção a planície, formando os Jardins, bairro de elite, e depois prosseguindo cruzando o rio Pinheiros ocupando o Morumbi e outros bairros deste quadrante.

A rua Oscar Freire era chamada Santo Antônio no final do século XIX e tinha cerca de meio quilômetro de extensão, da Avenida Doutor Arnaldo até a Avenida Rebouças, atrás do Hospital das Clínicas. Em mapa de 1914, a rua Oscar Freire já

possuía a extensão atual, até proximidades da Avenida Nove de Julho, medindo cerca de três quilômetros, como mostra a figura 1. Há décadas é conhecida internacionalmente como rua comercial *top*, com restaurantes, hotéis e lojas das mais importantes marcas do Brasil e do mundo, pois mesmo antes de passar pelo processo de reurbanização em 2006, era considerada a oitava rua mais luxuosa do mundo.



Figura 1. Rua Oscar Freire atual

Fonte: Google, 2016

Notícias e artigos sobre a rua Oscar Freire remontam ao final do século XIX nos arquivos do jornal O Estado de São Paulo, mas foi apenas nos anos 1950 que a rua começou a se destacar como ponto de encontro de lazer e comércio sofisticado na cidade de São Paulo. Ela curiosamente em 1959, ainda era calçada com paralelepípedos, mas já reunia estabelecimentos comerciais destacados.

Na década de 60, ocorreu a mudança do eixo nacional do vestuário elegante do Rio de Janeiro para São Paulo com a criação da Fenit e os desfiles da Rhodia. Paralelamente, à inauguração do shopping Iguatemi, em 1965, deu-se uma nova tendência de disseminação do comércio fino de vestuário. Na época, ocorreu tanto a mudança para a região da rua Oscar Freire, como também a instalação do novo padrão de comércio, os *shoppings*, voltados para média e alta classe.

Absurdamente, no início da década de 70 a prefeitura queria que a área fosse estritamente residencial, mas os comerciantes resistiram. Como resultado a rua Oscar Freire foi também assumindo o *glamour* da vizinha rua Augusta em decadência. Algumas das casas noturnas do centro também migraram para a Rua Oscar Freire e as antigas casas da década de 50 foram abrigando as vitrines das grifes famosas de moda, junto com alguns prédios residenciais prestigiosos.

Prosseguindo, na década de 80, a Rua Oscar Freire se afirmou como rua da moda mais chique da cidade, endereço de relevância internacional da elite econômica e social. As boutiques Giorgio Armani e Hugo Boss indicavam a presença do maior

índice de consumo elitizado por metro quadrado na cidade: a Rua Oscar Freire. Esta situação é evidenciada em: “Ali nem parece que existe um Brasil em crise”, dita pelos projetistas da primeira Hugo Boss de São Paulo (ALMEIDA, 1989).

Do auge glamoroso dos anos 1980 a rua Oscar Freire prosseguiu sem surpresas até 2006, quando passou pela requalificação do espaço físico público, dentro do Programa de Requalificação de Vias Comerciais na Cidade de São Paulo.

3 | DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE VIAS COMERCIAIS DA CIDADE DE SÃO PAULO

Visando o fortalecimento das principais ruas comerciais da cidade de São Paulo por meio de intervenções urbanísticas em parceria com o poder privado, o poder público municipal criou o Programa de Requalificação de Vias na cidade de São Paulo em 2002, quando o decreto-lei 42.228 instituiu a COMIRC - Comissão de Implementação das Intervenções nas Ruas Comerciais do Município de São Paulo. A rua João Cachoeira, no Itaim Bibi, que foi a pioneira e gerou o modelo de obras de urbanização, com parceria dos lojistas e outros interessados já organizados, envolvendo o espaço público urbano. Assim, a Rua Oscar Freire, como outras ruas comerciais da cidade ganharam este tratamento. Em síntese, das 69 ruas analisadas pela COMIRC, só 7 desenvolveram projeto urbanístico e obras para requalificação do espaço público urbano: 1. Rua João Cachoeira, 2. Rua Avanhandava, 3. Rua Oscar Freire, 4. Rua Joaquim Nabuco, 5. Rua 25 de Março, 6. Rua Benedito Andrade, 7. Rua Mateo Bei (RODRIGUES, 2009).

O projeto da rua Oscar Freire desenvolveu-se através da iniciativa da Associação de Lojistas da Oscar Freire em parceria com a Prefeitura Municipal de São Paulo. Foi revitalizado um espaço público de 13.000m², envolvendo cinco quarteirões da Rua Oscar Freire, visando aumentar a acessibilidade, enterrando a fiação elétrica e equipando as calçadas com mobiliário urbano, iluminação e paisagismo adequado, transformando significativamente a paisagem da rua. A motivação inicial do processo deveu-se ao péssimo estado das calçadas da Rua Oscar Freire. Um grupo de 20 lojistas tomou iniciativa ativando a Associação dos Lojistas da Oscar Freire contratar um projeto urbanístico. Por licitação interna, foram escolhidos quatro escritórios de arquitetura para o desenvolvimento de proposta preliminar para a requalificação da Rua Oscar Freire. Dos projetos participantes da licitação, o escritório do arquiteto Hector Vigliecca foi o vencedor e contratado pela Associação. Por sua qualidade o projeto foi premiado pela revista Arquitetura e Construção, em 2008, na categoria Intervenção Urbana.

O projeto foi iniciado com o desenvolvimento do estudo da área de intervenção, base das definições projetuais. Daí foram elaborados estudos de: análise da situação existente e da legislação incidente, levantamentos de topografia, cadastral por lote,

uso do solo e pesquisa de referências de boas práticas de reurbanização de espaços públicos no Brasil e no mundo.

4 | TEORIZANDO SOBRE AÇÕES NO ESPAÇO, VIDA PÚBLICA E DIVERSIDADE URBANA

Algumas das mais importantes questões colocadas por Michel de Certeau são: em que extensão as alterações territoriais são o produto de ações sociais? Como territórios mudam sob a influência das práticas de atores sociais que atuam sobre este território (a nível local) ou agindo sobre ele a partir do exterior (nível global)? Para Michel de Certeau as práticas sociais não podem ser controladas completamente pelo planejamento urbano (1994). As sociedades urbanas mudam socialmente e espacialmente sob a influência direta do individual e do coletivo, onde as práticas comunitárias não são programadas pelo poder público, e muitas vezes podem contradizer suas decisões e ações. Efetivamente há uma lacuna entre o que é “decidido” e o que acontece realmente, pois a sociedade tem a sua capacidade criativa. Através de novas práticas sociais mudanças podem ocorrer, eventualmente combatendo as práticas daqueles que detém o poder (PEDRAZZINI, BOLAY, KAUFMANN, 2005). Atualmente artesãos, *bikefoods*, *truckfoods*, quiosques e inclusive um shopping de mini-lojas disputam e transformam o espaço público da Rua Oscar Freire, visível na figura 2. Um espaço, urbano ou não é sempre um lugar de poder; e define-se pelos recursos naturais, humanos ou materiais que contém. Ocupar um espaço é sinônimo de fazer uso de seus recursos. A prática social é um gesto de conquista territorial, ainda que seja uma pequena ação (PEDRAZZINI, BOLAY, KAUFMANN, 2005) A prática social tem um significado tão forte que na atualidade redefine o significado de urbano. Se “no século XXI surge o conceito de cidade, no período histórico contemporâneo vemos a transformação do conceito de urbano em conceito de práticas urbanas”. (CERTEAU, 1994, p. 141).



Figura 2. A grande diversidade de usuários e suas práticas sociais na Rua Oscar Freire.

Fonte: Ana Maria Sala Minucci

O planejamento urbano e a estrutura de poder da qual ele depende interessam-se pela possibilidade de manipular e controlar alguns arranjos ideais perfeitamente identificáveis. Porém, para Certeau (1994), os fenômenos urbanos estão bem longe de serem previsíveis em sua organização social e espacial, pois apresentam uma natureza aleatória. Ao valorizar o papel das práticas sociais como transformadoras do espaço, Certeau alinha-se à visão de Henry Lefebvre, segundo o qual a produção social da cidade, do espaço urbano, é muitas vezes o resultado de pequenas ações invisíveis. Assim, as práticas sociais podem ser uma maneira de libertar uma pessoa do domínio político restritivo.

Do confronto entre aquilo que Certeau (1994) chama de usuários da cidade e os projetistas dela, surgem duas ações diversas no espaço, as estratégias e as táticas. “Estratégia é o cálculo ou manipulação das relações de força, um esforço racional que determina um entorno, um lugar para a prática do poder ou vontade. [...] “As táticas são movimentos desenvolvidos que golpeiam as estratégias e modificam o espaço.

Enquanto as estratégias se organizam a partir de um postulado do poder, as táticas são a ausência de poder” (Certeau, 1994, p.99).

A vida pública, resultado da vitalidade urbana, pode ser entendida como uma rica interação social. A palavra público se origina do latim *publicu* e apresenta vários significados que demonstram claramente a relação entre o povo e o estado, bem como a sua oposição ao privado (MICHAELIS, 2002).

Jan Gehl descreve o tipo de práticas sociais entre as que ocorrem no espaço público livre, que denomina “vida entre os edifícios”, e que destaca a sua importância: “consiste primordialmente nos contatos de baixa intensidade [...] podem parecer insignificantes comparados com outras formas de contatos, porém são valiosos como formas de contato independentes” (Gehl, 2006, p.23). As práticas sociais que ocorrem no espaço público são em sua maioria de caráter predominantemente passivo, isto é, o indivíduo observa pessoas, conversas, comportamentos, vitrines, clima. Contudo, como “[...] está presente, participa em pequena medida, porém definitivamente participa” (Gehl, 2006, p.23). Para Jacobs este fator interativo é um atrativo significativo para as pessoas em geral, independente da renda, “[...] muitos ricos ou quase ricos das cidades parecem apreciar a vida nas ruas tanto quanto qualquer um. Eles fazem de tudo, até pagar aluguéis fabulosos, para mudar-se para locais com vida exuberante e variada” (JACOBS, 2014, p.76).

Michel de Certeau não faz uma abordagem específica sobre a vida pública, pois seu foco central é a análise da vida cotidiana do indivíduo, seja nas suas facetas mais públicas ou mais privadas, e segue uma lógica própria ao analisar a ação cotidiana em suas feições as quais considera predominantemente conflitantes. Certeau refere-se às práticas sociais como práticas comuns, formas de fazer ou mesmo «artes de fazer», num enfoque que favorece a compreensão das relações entre práticas sociais e o espaço social, e que também levanta a questão de poder. Para Certeau, as práticas sociais são um meio eficaz de escapar do poder e da cultura dominante, ou seja: trazem o fortalecimento das práticas sociais podendo contribuir para a diversidade cultural.

A diversidade seja no aspecto social, cultural ou comercial é um fator preponderante para o enriquecimento da vida pública. Jane Jacobs afirma que a diversidade comercial é em si imensamente importante para as cidades, tanto social, quanto economicamente. Neste sentido, a instalação de lojas voltadas para um mercado mais amplo, como pequenos quiosques, bem como vendedores de artesanato, promovem um fortalecimento da diversidade da Rua Oscar Freire. Novos frequentadores atraídos pelas compras de valor mais acessível podem propiciar num primeiro momento maior diversidade social, e futuramente também maior diversidade cultural e populacional.

Christopher Alexander, discutindo o comércio, afirma que quando as lojas se tornam grandes demais ou controladas por donos ausentes, elas se tornam artificiais, sem graça e abstratas. As franquias também seriam duplamente nocivas, por oferecem

serviços ainda mais sem brilho. Como a administração é extremamente centralizada; o espírito pessoal de lojas de propriedade individual é totalmente destruído. Para ele o espírito do lugar pode ser resgatado desde que se evite o excesso das formas de franquia e de lojas em cadeia, e haja limite nos tamanhos das lojas locais e que não sejam permitidas lojas com proprietários ausentes. Na visão de Alexander devem ser favorecidas as lojas de pequeno porte, pois a falência de um único empreendimento pode ter consequências catastróficas. Desta forma, a existência de centenas de lojas de dimensões minúsculas reduziria ao máximo os riscos iniciais para um comerciante novato. (ALEXANDER, 2013, p.433-4).

Prosseguindo no raciocínio, a mistura de classes sociais é identificada por vários como relevante para a qualidade do espaço público (Jacobs, 2014, Nova Carta de Atenas 2003; Carta do Novo Urbanismo, 1989). Também se afirma que o mix das principais atividades econômicas e unidades residenciais geram diversidade de moradores e comércio. A Integração urbana implica que várias atividades e categorias de pessoas podem trabalhar juntas, lado a lado, como incentivo e inspiração para uns aos outros (Gehl, 2014).

Também, a mistura de múltiplas funções e pessoas torna possível interpretar como a sociedade é composta e como opera em seu redor [GEHL, 2014]. Gehl também destaca a necessidade de que a política urbana avalie e estude as atividades que se desenvolvem e as relações sociais e vantagens práticas que oferecem. Uma das ideias principais é que a separação de funções só ocorra no caso em que se constate efetivamente que as desvantagens do grupo superam claramente as vantagens [GEHL, 2014].

5 | COMPREENDENDO AS TRANSFORMAÇÕES NA RUA OSCAR FREIRE

Com base nos conceitos introduzidos por Michel de Certeau, a requalificação da rua Oscar Freire pode ser entendida como uma «estratégia» do governo associado ao poder privado, no caso, a Associação dos Lojistas da Rua Oscar Freire, para melhorar a qualidade do espaço público e, conseqüentemente, intensificar a vida pública. Em ambas as estratégias, seja a do governo como a da associação de lojistas, têm em comum a intenção de fortalecer a centralidade e segregação. No entanto, a estratégia do governo e a lojistas não era exatamente a mesma. De acordo com Rosângela Lyra, da Associação de inquilinos dos jardins, o posicionamento comercial da região passa por uma reformulação seguindo uma tendência global. «Nós vemos isso com bom olhos porque é uma mudança comportamental muito orgânica, que o mundo inteiro está passando. Os jardins tornam-se mais democrático e descomplicado» (MISSIAGIA, 2016).

No espaço público da rua são estabelecidos inúmeros contatos triviais e comuns entre os usuários. A soma desses contatos promove uma rede de respeito e confiança

mútuos, essencial para o fortalecimento da vida pública e da cidadania. No conjunto, os contatos públicos informais na escala local resultam na compreensão da identidade pública, numa relação de confiança mútua, numa rede de apoio possível na ocorrência de alguma dificuldade pessoal ou da vizinhança.

Analisando as estratégias e táticas para o poder público, o enfoque foi alcançar o fortalecimento das principais ruas da cidade, bem como a identidade de seus bairros. Estas intenções podem ser observadas por meio da leitura do decreto criador da COMIRC. Por outro lado, o principal foco principal da associação dos lojistas era consolidar a região como centro de consumo para classe alta, tornando-a mais agradável para atender a padrões estabelecidos por agências internacionais que avaliam as ruas de comércio de luxo mundiais.

A especialização dos centros de comércio é uma tendência comum tanto na história de São Paulo como de outras centralidades urbanas. As centralidades comerciais podem se especializar em atender determinados segmentos de faixas de mercado que vão de A até D, como também por tipo de produto, a exemplo da Rua Teodoro Sampaio (móveis), Rua da Consolação (lustres), e outras.

A estratégia de consolidação como centro de consumo para classe alta não logrou êxito total. Este fato se constata a partir da observação do surgimento de 'táticas' de vários proprietários e de inquilinos de lojas de elite, até então situadas na Rua Oscar Freire que passaram a transferir suas lojas para o espaço do Shopping Cidade Jardim a partir da sua criação em 2008.

Há controvérsias quanto aos motivos reais que geraram esta migração das lojas como: Cartier, Tommy Hilfiger e Dryzun por exemplo, para o espaço do shopping Cidade Jardim. As notícias divulgadas na mídia, procuram destacar o aumento no mercado do valor dos aluguéis, de efeito ingrato, resultado da própria requalificação urbana pela qual a via havia passado (VEIGA, 2013).

Também, notícias de ações criminosas na rua não teriam refletido positivamente para a sua imagem (MISSIAGIA, 2015). "A questão da segurança é inerente ao contato se considerarmos que este será sempre mais ou menos problemático, pois encerra a possibilidade do conflito" (SANTOS; VOGUEL, 1985. p. 83-84).

Como resultado, a rua Oscar Freire mudou sua identidade, passando a atrair mais visitantes, inclusive lojistas de ruas comerciais de todo o Brasil, que faziam questão de conhecer a rua e a requalificação ocorrida. Surgiu na escala 'empresarial' uma outra 'estratégia', desenvolvida por parte de grandes grupos nacionais como: Havaianas, Riachuelo e outros. A ideia era recriar sua imagem no mercado nacional. Estas redes de lojas comumente vistas como lojas para as classes C e B e inclusive D, podiam adquirir status de lojas de grife, e para atingir tal objetivo optaram por instalar-se na Rua Oscar Freire que desfruta de prestígio de espaço comercial, chique e refinado. É interessante apresentar os dois lados desta realidade. A evasão lojas de alto padrão rumo ao shopping Cidade Jardim, esteve associada a chegada de loja de comércio tradicionalmente mais popular. Tudo isto, acabou por propiciar uma maior variedade de

classes sociais como frequentadoras da rua. As novas lojas instaladas na Rua Oscar Freire, não se tratam mais de lojas de *grifes*, mas sim de grandes marcas nacionais já consagradas no mercado, mas que buscam titulação de grifes nacionais.

Na avaliação realizada da rua Oscar Freire, o aspecto prazer nos quesitos experiências sensoriais positivas e aproveitamento dos aspectos positivos do clima foi potencializado, sobretudo devido a ampliação dos bancos públicos e a arborização urbana. Como efeitos indiretos da obra foram potencializados, devido a ampliação de oportunidades, ao permitir se sentar nos cafés e restaurantes no exterior. Na expansão das classes sociais abrangida pelo comércio da região deve ser considerado um ganho significativo para a cidadania e vida pública da cidade de São Paulo como um todo.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização dos conceitos de Michel de Certeau contribuiu de maneira significativa para explicar a produção do espaço na Rua Oscar Freire no início do século XXI. O estudo abordou uma maior número de estratégias do que de táticas, que para serem mais aprofundadas necessitam uma aproximação empírica mais forte com a rua, seus usuários e moradores. Este estudo permite elucidar com maior clareza as estratégias ligadas a atividade econômica da rua e não sobre a dinâmica dos moradores. Isto pode ser explicado, por se tratar de uma rua predominantemente comercial, polo nacional de comércio de vestuário na cidade de São Paulo, em que as estratégias têm claramente apresentado um caráter protagonista na transformação deste espaço. No entanto, a inclusão do universo dos moradores e usuários da rua certamente poderá contribuir para o enriquecimento deste estudo.

No entanto, houve algumas motivações diferentes entre os agentes das estratégias. Para o governo, o foco era alcançar o fortalecimento da rua comercial e a identidade de sua vizinhança. Por outro lado, o principal objetivo do associação de comerciantes era manter e consolidar a região como centro de consumo da classe alta. Essa última intenção não conseguiu alcançar o sucesso. Várias lojas de alta renda, até então localizadas na rua Oscar Freire, transferiram suas lojas para o espaço da nova Cidade Jardim Shopping. Este shopping dentro da intenção do modelo oferecia um conjunto de atributos de qualidade e custo-benefício que as lojas de rua não podiam alcançar.

É interessante neste complexo processo, apresentar os dois lados da realidade. A evasão de grande número de lojas de *grife* em direção ao shopping Cidade Jardim, associado com a chegada de lojas comerciais tradicionalmente mais popular na rua Oscar Freire forneceu terreno para uma maior variedade de classes sociais de usuários. Também o comércio de artesanato no espaço público de rua apareceu como uma tática que contribuiu diretamente para o fortalecimento cultural e diversidade comercial na rua. As visões de Jan Gehl e Christopher Alexander contribuíram para pensar a questão da micro escala no planejamento de uma rua comercial. Para tanto, o

mix de residentes de diferentes classes sociais, faixas etárias e atividades econômicas são essenciais para a diversidade urbana.

Considera-se importante que, estudos complementares sejam ser feitos agregando-se dados sobre a ampliação da acessibilidade da rua em função da nova estação de metrô Oscar Freire e o uso da bicicleta. Neste caso, apesar do principal foco ser a mobilidade, também poderá contribuir para explicar o fortalecimento da diversidade e vida pública.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Christopher; ISHIKAWA, Sara; SILVERSTEIN, Murray. **Uma linguagem de padrões**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

ALMEIDA, Cynthia de. O homem brasileiro é seduzido pelas grifes. **O ESTADO DE S. PAULO**, São Paulo, 13 abr. 1989. Caderno 2, p. 05.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1998.

Destino da Oscar Freire sempre foi de badalação. **O ESTADO DE S. PAULO**, São Paulo, 15 jul 1992. Cidades, p. 14.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo. Editora Perspectiva, 2013.

GEHL, Jan. **La humanización del Espacio Urbano: La vida social entre los edificios**. Barcelona: Editorial Reverté, 2006. p.23.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1993.

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Editions Anthropos, 2000), 2006

MINUCCI, Ana Maria Sala; RIGHI, Roberto. Concepts on Strategies and Tactics In Social Practices and Urban Transformations In Oscar Freire Street, Sao Paulo, Brazil **JMEST—Journal of Multidisciplinary Engineering Science and Tecnology**, ISSN 2458-9403, vol. 3, issue 8, agosto 2016, p. 4644 – 4653.

MISSIAGIA, M. Oscar Freire troca o luxo por comércio 'democrático' http://www.dcomercio.com.br/categoria/negocios/oscar_freire_troca_o_luxo_por_comercio_d_emocratico_. Accessed: 12 Jan 2016. **DIÁRIO DO COMERCIO**. São Paulo, 03 Abr 2015.

PEDRAZZINI, Yves; BOLAY, Jean-Claude J; KAUFFMAN, Vincent. **Social practices and social changes**. Lausanne: Dialogue NCCR North-South/ LASUR EPFL, 2004. Disponível em: <https://infoscience.epfl.ch/record/128491/>. Acesso em: 12.04. 2016.

PONTES, José Alfredo Vidigal. Moda evolui na cadência do crescimento da metrópole. **O ESTADO DE S. PAULO**, São Paulo, 05 junho 2005. Cidades/Metrópole, p. 42.

RODRIGUES, Ramos Ribeiro. **Shopping a céu aberto no Brasil** : transformações, estratégias e perspectivas da rua comercial na sociedade de consumo contemporânea. São Paulo, 2012. Tese (Doutorado - Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional) – FAUUSP

SANTOS, Carlos Nelson F. dos; VOGUEL, A. **Quando a rua vira casa: a apropriação dos espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. 3. ed. São Paulo: IBAM, 1985. p. 83-84.

VEIGA, Edison. Oscar Freire enfrenta 'fuga' de lojas. Valorização do trecho mais nobre da rua – onde fios foram aterrados e as calçadas, alargadas – resultou no aumento do preço do aluguel. **O ESTADO DE S. PAULO**, São Paulo, 06 out 2013. *Metrópole*, p. 25.

VEIGA, Edison; ROMANI, Giovana. Loja da Animale na Oscar Freire, em SP, é acusada de racismo. **EXAME**, São Paulo, 31 mar 2015.

Disponível em : <https://exame.abril.com.br/negocios/loja-da-animale-na-oscar-freire-em-sp-e-acusada-de-racismo/>. Acesso em :20.02.19.

RIO E CIDADE: O DESENHO URBANO ENTRELAÇADO COM A NATUREZA

Claudine Machado Badalotti

Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro
Universitário UCEFF de Itapiranga/SC.

Marciano Balbinot

Curso de Agronomia do Centro Universitário
UCEFF de Itapiranga/SC.

RESUMO: Em se tratando de desenho urbano, Lerner (2010, p.75) sempre defendeu que é importante e preciso fazer a cidade reagir, acredita que o arquiteto e urbanista pode curar cidades doentes dentro de um processo de planejamento urbano, dessa forma aponta a vegetação como uma boa acupuntura urbana, destacando que a árvore cura a “dor da ausência de sombra, de vida, de cor, de luz”. Assim, o objetivo desse *paper* é trazer de forma sucinta informações acerca da vegetação predominante hoje na orla do rio Uruguai, dentro do perímetro urbano da cidade de Itapiranga, Santa Catarina, ponto de encontro e trocas sociais e de conexão com o Rio Grande do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Desenho urbano; Vegetação; Rio.

RIVER AND CITY: URBAN DESIGN

INTERLACED WITH NATURE

ABSTRACT: In the case of urban design,

Lerner (2010, p.75) has always defended that it is important and need to make the city react, believes that the architect and urbanist can cure sick cities within an urban planning process, this way points the vegetation as a good Urban acupuncture, emphasizing that the tree cures the “pain of the absence of shadow, life, color, light”. Like this, the objective of this paper is to bring briefly information about the predominant vegetation today on the Uruguay River edge, within the urban perimeter of the city of Itapiranga, Santa Catarina, meeting point and social exchanges and connection with Rio Grande do Sul.

KEYWORDS: urban design; Vegetation; River.

1 | INTRODUÇÃO

A água além de manter os diversos ciclos terrestres é vital para a existência da vida e fundamental para a realização de diversas atividades humanas. Além disso, tanto a água doce, como a salgada transmitem uma diversidade de sensações e sentimentos ligados ao imaginário humano (GUIMARÃES, 2011).

O rio por sua vez pode ser um elemento de ruptura entre as duas margens, quando separa regiões, porém para esse mesmo autor, ele não é apenas retratado dessa forma, mas pode ser considerado um espaço de conexão urbana,

que pode servir a mobilidade pública com o uso de ciclovias e transporte fluvial, entre outras. Também é mais que uma paisagem para ser contemplada, as intervenções em rios possibilitam diferentes usos e apropriações, temporárias ou permanentes.

Infelizmente, os rios localizados dentro do perímetro urbano vêm sofrendo degradações ao longo do tempo, agravado pela precariedade das condições de saneamento básico das cidades, pela poluição ambiental, aliado a ocupação irregular das margens, transformando-se dessa forma em alvo de rejeição e esquecimento pelo poder público e pela sociedade como um todo (GORSKI, 2010).

O que inicialmente era um atrativo de formação das primeiras civilizações antigas, sinônimo de riqueza e poder, forma de garantia de alimentação pela pesca e práticas agrícolas desenvolvidas em suas margens, além de se conectar a outras cidades e permitir relações comerciais importantes, com o passar do tempo e com a evolução da urbanização se restringiu a diversos sintomas perturbadores, “[...] mau cheiro, obstáculos à circulação e ameaça a inundações” (GORSKI, 2010, p. 31).

A ocupação irregular das várzeas, a poluição dos recursos hídricos, o desmatamento são alguns dos problemas urbanos, somados a intensificação das enchentes e poluição dos rios, erosão das margens e assoreamento dos leitos, de forma a agravar o abandono de suas áreas verdes e tornando esse elemento paisagístico cada vez mais depreciado (GUIMARÃES, 2011).

Dessa forma, a compreensão da intensa relação entre o rio e a cidade é fundamental para a garantia dessa paisagem, de sua sobrevivência, de forma a impedir sua deterioração e propor usos desejáveis, como espaços de lazer, acessíveis a todos. O rio enquanto elemento paisagístico pode ter diversos usos além do lazer, pode ser um local de contemplação e meditação, pode valorizar a paisagem do lugar, além da sensação de amplitude conferida ao espaço.

Os rios configuram paisagens fluídas, eles são por excelência o espaço dos fluxos – fluxos das águas, das navegações, da circulação dos peixes e animais terrestres – e conferem uma unidade à paisagem, uma continuidade visual marcada pelo seu leito e pelas espécies vegetais que acompanham as suas margens. Nesse sentido os cursos dos rios caracterizam-se como espaço de costura quer seja em meio à natureza ou em ambiente urbano [...] Por outro lado, se a paisagem configurada pelos rios possui uma continuidade espacial no sentido longitudinal do seu leito, por outro, pode atuar como barreira social implicando em apropriações e espacializações diferenciadas entre as margens e atuando como um limite ao crescimento das mesmas (GORSKI, 2010, p. 57).

Dessa forma, falar sobre o Rio Uruguai de Itapiranga, é compreender a vegetação presente dessa pequena cidade, localizada no extremo oeste de Santa Catarina, antiga Porto Novo, de colonização étnica e confessional teuto-brasileira, ou seja, de imigrantes católicos, provenientes em sua maioria do Rio Grande do Sul (HEINEN, 1997; NEUMANN, 2016).

2 | ASPCETOS PAISAGÍSTICOS RELEVANTES DA ORLA

A formação do município iniciou seu traçado urbano em ruas paralelas ao Rio Uruguai, através da divisão de lotes urbanos e rurais (MAZZARDO, TEIXEIRA, 2016 apud DÜRK, FRANZEN, OLIVEIRA, 2018), onde algumas espécies de vegetação presentes na orla são nativas, outras foram implantadas pelo setor de turismo, pois anteriormente a esse processo era possível visualizar o rio sem a presença de vegetação (ITAPIRANGA, 2004). Dentro desse contexto merece destaque a Avenida Uruguai, paralela a linearidade do rio e principal via de tráfego de veículos leves e pesados, por ser o ponto de ligação entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Em relação ao processo de formação, é importante destacar a identidade local, que se adaptou ao meio e as limitações de isolamento da região, de forma que a construção dessa identidade trouxesse fortes laços das colônias de origem, porém adaptadas a nova dinâmica estrutural de Itapiranga, onde a importância do Rio Uruguai é retratada como ponto visual e organizacional pelos primeiros moradores e ainda com forte identidade e presença na atualidade (DÜRK, FRANZEN, OLIVEIRA, 2018).

É importante ressaltar que a localização da cidade, por se tratar de área ribeirinha, apresenta eventualmente problemas de enchentes relacionados ao aumento da cota de nível do rio Uruguai, dessa forma é relevante mencionar que segundo o *manual de arborização urbana de São Paulo* (2015), quando se trata da impermeabilização indiscriminada do solo, com elevada concentração de asfalto e concreto, cria-se um dos condicionantes que aumentam o escoamento superficial e também as enchentes, além disso, a ausência de arborização auxilia na produção de “ilhas de calor”, que são áreas de baixa umidade relativa e alta temperatura.

Em relação a presença de arborização, atualmente a Avenida Uruguai, apresenta vegetação intensa na porção ribeirinha, formada por maciços heterogêneos de diversos formatos de copa e alturas de árvores. A partir de fotos antigas que compõem parte do acervo do Museu municipal, percebeu-se a ausência de vegetação em parte da orla, na Avenida Uruguai, que hoje apresenta vegetação de médio e grande porte, com copa cheia e não permite a visualização do rio em alguns trechos. A região apresentava mata ciliar intensa, porém com o processo de urbanização foi feita a retirada de grande parte dessa vegetação com a intenção de divisão dessa área em lotes urbanos para a construção de edificações, como pode ser observado na figura 01.



- ① Praça das Bandeiras
- ② Escadaria para o Rio

Figura 01 – Apropriação urbana da orla do rio Uruguai.

Fonte: DÜRK, FRANZEN, OLIVEIRA, 2018.

Favoravelmente, graças as leis ambientais e a um processo de conscientização da população, não foi possível a construção de edificações nessa região, caracterizada como área de APP (área de proteção permanente), assim os moradores com o apoio da municipalidade se organizaram em grupos e procederam ao plantio e recomposição da mata ciliar anteriormente devastada. Muitas das espécies que hoje existem na margem do rio (figura 02) são as nativas da região, dentre elas é possível encontrar em maior quantidade Angico vermelho, Grápia, Louro-pardo, Guajuvira, Canafístula, Sarandi, Flamboyant, Timbauva, Grapuruvu.



Figura 02 – Vegetação presente na Avenida Uruguai, compõe parte do cenário urbano que agrega valor a cidade, local de encontros e churrascos aos domingos.

Fonte: Autores, 2019.

Em relação as espécies mais encontradas citadas anteriormente, a maior representatividade hoje, dentro do perímetro urbano é de Angico vermelho, a Canafístula e o Sarandi. Ainda, em quantidades não tão grandes dentro do perímetro urbano, mas bastante presentes quando na área rural, existem espécies como Ipês, Crebreuva, Pau-marfim, Canelas, Camboatás e Tanheiro.

Quanto ao Angico vermelho (*Anadenanthera macrocarpa*), cabe destacar que é uma árvore de porte médio e grande, de folhas caducas espiraladas, de características ornamentais, dessa forma recomendado para o paisagismo em geral, além de sua fácil adaptação a quaisquer condições de solo (IBF, [s.a.]).

A Canafístula (*Peltophorum dubium*) é mais comumente encontrada em regiões como Paraná, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Bahia, Minas Gerais e Goiás, são árvores de porte médio e grande, se desenvolvem principalmente em solos úmidos e argilosos de beiras de rios, com flores de coloração amarela (IBF, [s.a.]). Em relação ao Sarandi (*Pouteria salicifolia*), sua ocorrência acontece geralmente entre sul do Paraná e Rio Grande do Sul, caracterizado como um arbusto, de floração amarela, bastante encontrado em barrancos de rios, pois suporta a correnteza das águas e auxilia na fixação das encostas, evitando a erosão e assoreamento das margens (LORENZI, 2009).

Em relação as espécies presentes, elas possuem uma dinâmica que é refletida no estrato superior da floresta que, anualmente, no inverno perde suas folhas, recuperando-se na primavera e permanecendo verdes durante o verão e o outono. Reflexos dos gradientes ecológicos que permitem o desenvolvimento de uma flora típica de uma floresta particularmente interessante pelo dinamismo fitofisionômico.

Assim, quando se pensa em escolher espécies para compor o paisagismo urbano, alguns fatores devem ser levados em consideração, dentre eles o porte dos edifícios que o circundam em relação a proposta de vegetação a ser adotada, além das características climáticas e também fatores relativos a cultura local (MASCARÓ, 2010). Ainda é relevante se pensar o planejamento das espécies, da mesma forma que é elaborado o planejamento urbano de uma cidade, pois é importante considerar fatores relativos a largura de passeios e vias, redes aéreas e tipos de tráfego, além de questões quanto a cores, porte de árvores, texturas (SALVIATI, 1993).

Segundo Mascaró (2010), a composição de maciços heterogêneos pode permitir a passagem da brisa fresca no verão, áreas de sombra, variação de temperatura e umidade relativa do ar sob suas copas, de forma a criar áreas de sombreamento para os pedestres e veículos, favorecendo locais de lazer. Enfatiza ainda que nos maciços heterogêneos existe a possibilidade de se misturar espécies perenes e caducas, permitindo regiões de sol no inverno e sombreamento no verão.

Dessa forma, cabe destacar que os finais de semana em Itapiranga, principalmente no verão, favorecem atividades externas, pois a região apresenta topografia acidentada e a proximidade com o rio traz altas temperaturas para a cidade, o que beneficia a busca de regiões sombreadas para o convívio social. A procura pela orla inicia cedo aos domingos, graças a presença de churrasqueiras sob a copa das árvores, onde famílias e grupos de amigos se reúnem, atividade que se estende até o início da noite, acompanhada de pipoca, chimarrão ou tererê. O local é rico em encontros e trocas sociais entre os diversos atores e certamente a presença dessa vegetação, acrescida da paisagem natural composta pelo rio convida as pessoas a

socializarem e ocuparem essa avenida na cidade.

Dessa forma, considera-se que esse trecho poderia receber a nomenclatura de eixo verde (figura 03), uma vez que se estende ao longo de todo território quase como um parque linear, efetivamente ocupado aos finais de semana; claro que ainda falta muito para atingir o conceito de parque, mas a vocação existe, o local tem potencial, falta uma revitalização da área e o incentivo a práticas esportivas ligadas a água, ciclovias e pistas de caminhadas de uso exclusivo de pedestres. Ainda poderia ser proposto uma espécie de inventário das espécies nativas, como a ferramenta digital que Campinas adotou, identificada com uma etiqueta contendo um código QR, que permitisse a leitura pelo celular para acesso a esse banco de dados; quase como uma sala de aula invertida que poderia ser utilizada como metodologia de conscientização ecológica pelas escolas e pelo Centro Universitário da cidade.



Figura 03 – Vegetação nativa recomposta ao longo da orla do rio Uruguai, junto a Avenida que leva o nome do rio.

Fonte: Autores, 2019.

Cabe ressaltar que por parque linear se entende uma pequena dimensão no sentido da largura se comparada ao seu comprimento, em um recorte geográfico que se estende por muitas quadras e corta alguns trechos do tecido urbano (MEDEIROS, 2016).

Para Medeiros (2016, p. 69), “os parques lineares estão se tornando ferramentas importantes para o planejamento de espaços livres urbanos e criação de políticas públicas voltadas à busca de uma melhor qualidade de vida para a população”. O autor argumenta que esses parques podem estar ligados a córregos, rios ou lagos, de forma a prevenir enchentes em áreas densamente construídas, além do acondicionamento das águas pluviais, somados a uma área de vegetação para as pessoas e fauna nativa.

Portanto, a implantação desses parques lineares traz diversas melhorias para a comunidade local, principalmente quando se viabiliza a criação de espaços comerciais no entorno do rio, que fomentam a economia e trazem formas indiretas de subsistência aos moradores. Pode oferecer espaços significativos para o lazer, através da criação de percursos e caminhos que privilegiem o pedestre e não o carro, o incentivo a outras formas de mobilidade urbana, como a bicicleta ou o patinete, além de restaurar o ecossistema de fauna e flora, melhorando inclusive a qualidade da água e possibilitando

estratégias de controle de inundação. A população passa a se reconhecer nessa área e valorizar esse espaço, também auxiliando na sua preservação.

Outro aspecto interessante em relação a vegetação é a presença em grande parte das árvores de orquídeas, de diversas cores de floração, mas predominantemente na cor lilás. Esse é um fenômeno natural e também introduzido pelo homem, algumas são fruto da propagação pelas aves, que se alimentam destas e através das fezes alastram as mudas, porém a grande maioria é introduzida pelos moradores, que colocam galhos presos as árvores de forma a criar um cenário colorido na primavera e verão. Essa prática acontece em diversas regiões da cidade, não apenas nas árvores da avenida, mas também naquelas localizadas junto as vias públicas e dentro dos lotes dos moradores. A figura 04 ilustra essa vegetação, ainda sem flores devido a época do ano em que foi realizado o registro fotográfico. Dessa forma, como argumenta Mascaró (2010) o espaço se alterna no decorrer das estações do ano, ou graças a perda de folhas nas espécies caducas ou através da cor da floração, modificando física e psicologicamente o espaço.



Figura 04 – Presença de orquídeas em grandes maciços na arborização da cidade.

Fonte: Autores, 2019.

Em relação a recomposição das espécies da orla, essas respeitaram a mata ciliar nativa, com a presença de poucas árvores exóticas, de forma a manter a mesma identidade, porém merece destaque a implantação de uma espécie que se tornou símbolo do município, a figura 05 é o registro da Figueira (*Ficus organensis*), localizada também na Avenida Uruguai e que foi plantada pelo prefeito Ludgero Wiggers em

1976 (segundo placa presente no local), quando trouxe as sementes dessa espécie de uma árvore localizada em Florianópolis, com o intuito de criar uma identidade regional ao estado, com a ideia de “uma figueira plantada em cada extremo de Santa Catarina”.



Figura 05 – Figueira plantada na avenida Uruguai, como símbolo de uma figueira em cada extremo de Santa Catarina.

Fonte: Autores, 2019.

Nos canteiros que compõem a avenida também é possível visualizar a presença de palmeiras que foram plantadas pelo poder público e não representam a vegetação local, a mesma espécie mais adulta é visualizada em um ponto mais alto da cidade. O coqueiro nativo da região não apresenta essa característica da palmeira da foto, aqui é composta por um conjunto de ramificações na formação da copa, a palmeira da região, ao contrário dessa, é de copa única. Apesar de não ser nativa cria um ponto focal que se destaca, mas não se sobressai ao rio, como pode ser observado na figura 06.



Figura 06 – Palmeira que não faz parte das espécies nativas de Itapiranga.

Fonte: Autores, 2019.

A partir do exposto percebe-se que mesmo com pouco planejamento paisagístico, a cidade de Itapiranga, graças principalmente a presença do rio, elemento de grande identidade local, se destaca na paisagem pela conservação de suas áreas verdes e presença de vegetação nativa, intimamente ligada a relação com o rio com seu tecido urbano.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é possível pensar em Itapiranga sem falar em paisagem, conceito, segundo Sauer (1929) que está atrelado ao resultado de um somatório de diversos elementos, de formas de percepção isoladas ou integradas que envolvem questões físicas, diversidade do relevo, hidrologia, a flora e a fauna e os efeitos provocados pelo homem.

O que mais chama a atenção na cidade, tanto pelo acesso de Santa Catarina como pela travessia de balsa do Rio Grande do Sul é a paisagem, o rio, que emoldura a beleza natural da região, a vegetação, intensa nas margens que permeia o relevo, pois, geralmente o que se vê nas cidades é uma urbe árida e uniforme, quase monótona, pela ausência de vegetação, diferente do que se encontra nessa região.

A proposta desta pesquisa, além de levantamento conciso das espécies ribeirinhas da orla dentro do perímetro urbano, também tentou enfatizar a beleza, valorizar a simplicidade nessa aferição entre os limites que permeiam aquilo que pode ser considerado paisagem natural e a resultante da ação do homem; e que no caso de Itapiranga é cada vez menos evidente. Aquilo que para muitos poderia ser considerado como natural em análises levantadas nesse *paper* apontam para ações antrópicas, isso considerando apenas a análise do acervo do museu e informações coletadas junto a comunidade, sem levantar a questão que poderia ser fruto de plantios realizados por civilizações mais antigas que habitavam essa região, como meio de subsistência. Não se espera com este esgotar o assunto, mas sim incitar outros autores a pesquisar aquilo que a cidade tem a oferecer e que se destaca na região, sua paisagem natural.

REFERÊNCIAS

DÜRK, Indiana, FRANZEN, Douglas Orestes e OLIVEIRA, Patrícia Dalmina de. **O rio Uruguai e a formação da paisagem de Itapiranga – SC**. Disponível em www.amigosdanatureza.org.br/eventos/data/inscricoes/4037/form182012897.pdf. Acesso em: 11 jun 2019.

GORSKI, Maria Cecília Barbieri. **Rios e cidades: ruptura e reconciliação**. São Paulo: Senac, 2010. 299 p.

GUIMARÃES, Elom Alano. **Parques lineares como agenciadores de paisagem: realidades e possibilidades do rio tubarão no contexto urbano de Tubarão, SC**. Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30376352.pdf>. Acesso em: 15 jul 2019.

HEINEN, Luiz. **Colonização e Desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina: Aspectos Sócio-Político-Econômicos e Religiosos**. Joaçaba: Editora UNOESC, 1997, 412 p.

IBF, **Instituto Brasileiro de Florestas**. Disponível em encurtador.com.br/lnu12. Acesso em: 12 jun 2019.

ITAPIRANGA. **Resgate histórico político-administrativo de Itapiranga 1954-2004**. 1ª. ed. Itapiranga, 2004.

LERNER, Jaime. **Acupuntura urbana**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. 126 p.

LORENZI, H. **Árvores Brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil**. Vol. 3, 1. Ed. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2009. 384 p.

MASCARÓ, Lúcia e MASCARÓ, Juan Luis. **Vegetação Urbana**. Porto Alegre: Masquarto editora, 3ª edição, 2010. 212 p.

MEDEIROS, José Marcelo Martins. **Parques lineares ao longo de corpos hídricos urbanos: conflitos e possibilidades; o caso da orla do lago Paranoá – DF**. Brasília, 2016. Disponível em: file:///D:/Users/Arquitetura/Desktop/2016_Jos%C3%A9MarceloMartinsMedeiros.pdf. Acesso em: 16 jul 2019.

NEUMANN, Rosane Marcia. **Porto Novo: a Canaã dos colonos e imigrantes alemães católicos na década de 1920**. In: FRANZEN, Douglas Orestes e MAYER, Leandro (Org.). Porto Novo 90 anos: perspectivas históricas e contemporâneas. São Leopoldo: Oikos, 2016, 399 p.

SALVIATI, Eurico João. **Tipos vegetais aplicados ao paisagismo. Paisagem e Ambiente: ensaios**. São Paulo: FAUUSP, v. 5, 1993, p. 9-45.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal. **Manual técnico de arborização urbana**. São Paulo: Assessoria de Comunicação da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, 2015. 122 p.

SAUER, Carl. **O patrimônio natural do Brasil**. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Patrimonio_Natural_no_Brasil.pdf. Acesso em: 12 jun 2019.

ANÁLISE DA ARBORIZAÇÃO URBANA NA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE QUIXADÁ

Flavia Pinheiro de Alencar Pinto

Pós graduada em Arquitetura da paisagem. UNI7
– Centro Universitário 7 de Setembro
Fortaleza – CE.

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo analisar qualitativamente a questão da arborização urbana na área central do município de Quixadá, estado do Ceará, bem como contribuir para futuras melhorias no planejamento da arborização urbana da cidade. Considerando o processo de desenvolvimento urbano e a importância das questões ambientais, este trabalho responde a um pedido de pesquisa sobre arborização urbana em contexto climático semiárido e visa compreender a percepção da população sobre esse tema e como o mesmo está sendo tratado do ponto de vista do planejamento urbano. Dentre os diversos métodos de pesquisa nos estudos Pessoa-Ambiente, optou-se por realizar entrevistas e observação de campo visando conhecer a percepção das pessoas em relação a presença e a ausência da arborização na cidade assim como sobre a existência de legislação sobre o tema. Os resultados apontam que as áreas residenciais são arborizadas e a área central (comercial), juntamente com as ruas de maior fluxo têm baixa presença de arborização. Entre os problemas observados, pode-se destacar o

uso, quase em sua totalidade, de uma mesma espécie exótica. Diante da situação levantada, observa-se que a população conhece sobre a importância da arborização e, ao final, fica evidente a necessidade de um instrumento de planejamento, como o plano de arborização urbana, para subsidiar o processo de gestão e contribuir para a melhoria da qualidade de vida do cidadão.

PALAVRAS-CHAVE: Arborização Urbana. Planejamento Urbano. Qualidade de Vida. Meio Ambiente Urbano.

ANALYSIS OF URBAN ARBORIZATION IN THE CENTRAL AREA OF THE CITY OF QUIXADÁ

ABSTRACT: The objective of this study was to qualitatively analyze the urban arborization in the city of Quixadá, state of Ceará, as well as contribute to future improvements in the city's urban arborization planning. Considering the process of urban development and the importance of environmental issues, this paper responds to a request for research on urban arborization in a more arid climatic context and aims to understand the population's perception of this theme and how it is being view of urban planning. The research consisted of interviews and field observation in order to know the

perception of the people in relation to the presence and the absence of the arborization in the city as well as on the existence of legislation on the subject. The results indicate that the residential areas are forested and the central área (commercial), along with the high flow streets, have low arborization. Among the problems observed, one can highlight the use, almost in its entirety, of the same exotic species. In view of the situation, it is observed that the population knows about the importance of arborization and, in the end, it is evident the need for a planning instrument, such as the urban afforestation plan, to subsidize the management process and contribute to the improvement quality of life.

KEYWORDS: Urban Arborization; Urban planning; Quality of life; Urban Environment.

1 | INTRODUÇÃO

O crescimento das cidades tem sido marcado por grandes problemas urbanos e ambientais, quase que em sua totalidade, ocasionados pelo crescimento desordenado e desconsiderando a existência do plano diretor da cidade. A expansão do tecido urbano, na maioria dos casos, dá-se de forma espraiada suprimindo as áreas verdes por áreas edificadas e avançando sobre as faixas de proteção dos recursos naturais. Esse processo gera grande desequilíbrio no meio ambiente e torna a cidade cada vez mais quente e seca e conseqüentemente, um ambiente urbano menos saudável e desconfortável, assim, interferindo diretamente na qualidade de vida dos cidadãos.

Ao longo dos anos, a busca pelo desenvolvimento urbano mais equilibrado tornou a questão do meio ambiente uma pauta importante no planejamento da cidade. Para Loboda (2005, p. 131) “a qualidade de vida urbana está diretamente atrelada a vários fatores que estão reunidos na infraestrutura, no desenvolvimento econômico-social e aqueles ligados à questão ambiental”.

A presença da natureza na área urbana surge como forma de amenizar os impactos negativos gerados pelo desenvolvimento urbano colaborando com a despoluição do meio ambiente, melhoria da qualidade do ar, manutenção da biodiversidade, a melhoria do micro clima do local proporcionando aos espaços públicos a possibilidade de maior convívio entre os cidadãos, dentre outros.

Nesse contexto, as pesquisas sobre as áreas verdes vêm crescendo e apontando a importância da arborização urbana no planejamento da cidade. Segundo Sanchotene (1989 apud IONE, 2006, p. 19) a arborização urbana é definida “como o conjunto de vegetação arbórea natural ou cultivada que uma cidade apresenta” e destaca que essa vegetação pode estar representada tanto em áreas privadas, como em áreas públicas como nos parques, praças, vias públicas dentre outros.

É natural pensar que a arborização urbana se caracteriza como essencial no planejamento urbano, amenizando os efeitos prejudiciais causados pelo crescimento desordenado e proporcionando conforto e bem estar. Nesse sentido, as cidades de clima quente e seco deveriam tirar partido dos benefícios que a arborização urbana

pode oferecer, incluindo-a no processo da gestão. Diante desse cenário, como um município de clima quente e seco trata a questão da arborização urbana? Como é gerido a política de arborização urbana? Qual a percepção da população sobre a importância da arborização na cidade?

Para investigar essa questão, foi escolhido como recorte geográfico a sede do município de Quixadá, delimitando uma parte da área urbana como objeto de investigação. Este trabalho visa compreender como acontece a arborização urbana na área central do município de Quixadá, buscando conhecer a percepção da população quanto a paisagem urbana deste município, especificamente sobre a arborização urbana, levando em consideração as características climáticas e geográficas, a presença ou ausência da vegetação e a relação com o conforto térmico.

O município de Quixadá está situado na região do sertão central do estado do Ceará. Caracterizado por seu relevo constituído predominantemente, por depressões sertanejas e maciços residuais, os monólitos ressaltam em sua paisagem. Quanto ao clima é tropical quente semiárido e o período chuvoso compreende de fevereiro a abril, conferindo uma condição de sazonalidade climática que delimita duas estações bem distintas e de natureza contrastante, sendo uma estação chuvosa e uma estação seca. As médias mensais de temperatura variam pouco, sendo as temperaturas médias de 26° a 28° C, mínima e máxima respectivamente. A vegetação existente compõe-se de caatinga arbustiva densa, caatinga arbustiva fechada e floresta caducifolia espinhosa (IPECE, 2009).

Um elemento de destaque da paisagem de Quixadá é a presença dos monólitos, também conhecidos como *inselbergs*. São gigantescas pedras que se destacam na paisagem e encontram-se de forma concentrada nesse município.

Em 1994 os monólitos foram tombados como **bem natural e histórico** pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Os monólitos criam uma beleza cênica para o lugar tendo sido considerados monumentos naturais e transformados em unidade de conservação de proteção integral, mostrando o reconhecimento do grande valor ecológico (Figura 1).

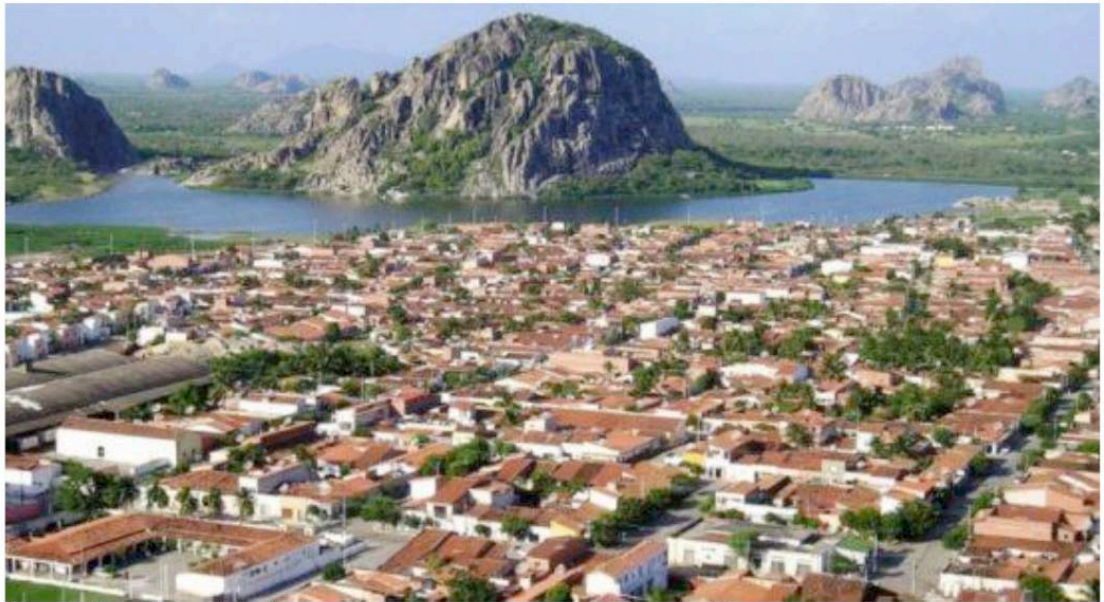


Fig. 1. Vista parcial da área urbana com a presença dos monólitos.

Fonte: <https://www.cearaagora.com.br/site/ministerio-publico-ajuiza-acao-civil-publica-contra-prefeito-de-quixada-por-nepotismo/>

Em relação a arborização urbana de Quixadá, segundo Berh (2007, p. 166), em 1911 foi construído em Quixadá o primeiro horto florestal do nordeste, tendo sido fechado treze anos depois, ficava próximo ao açude do Cedro. Inicialmente foi administrado pelo botânico Alfredo Loefgren e depois pelo agrônomo italiano Alfredo Benna.

Apesar de todo o pioneirismo, atualmente a cidade não dispõe nem de horto nem mesmo de viveiro municipal. Segundo Berh (2007, p. 166), no local onde era o horto foi instalado o campo experimental do instituto de convivência do semiárido, um elemento importante do ponto de vista da preservação da caatinga no estado.

2 | METODOLOGIA

Este trabalho investiga a área central do município de Quixadá (figura 2). Com base nos métodos de pesquisas nos estudos pessoa-ambiente, Günther e Pinheiro (2008, p. 378) classificam a entrevista, a observação e o questionário como métodos centrados na pessoa e herdados da psicologia social. Assim, o trabalho examinará, com um olhar investigativo sobre a situação atual da arborização urbana e será pautado na percepção ambiental, através da realização de entrevistas e da observação de campo e não pela obtenção de dados numéricos caracterizando-se assim como uma pesquisa qualitativa.

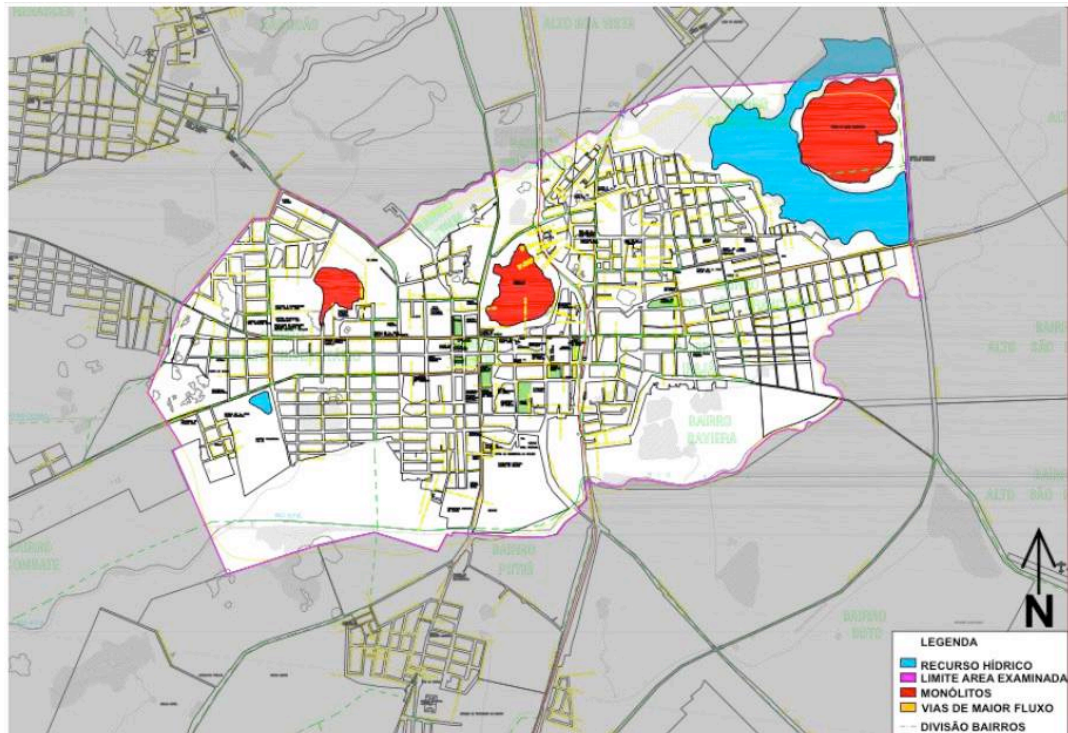


Fig 2. Mapa urbanístico com destaque para a área em estudo. Fonte: Arquivo pessoal.

A primeira etapa consistiu em identificar os agentes (pessoas envolvidas) e a delimitação da área a ser examinada. Identificou-se como agentes a população e o secretário da prefeitura, responsável pela pasta de Desenvolvimento urbano e Meio ambiente. A área escolhida foi a porção central da sede urbana, caracterizada por seu maior adensamento e onde estão localizadas a área do comércio e as principais praças. Assim, delimitou-se o riacho Japirim ao norte, o Rio Sitiá ao sul, o açude Eurípedes e a Br 122 a leste e a oeste estende-se até o limite do bairro planalto universitário com a rua Anália de Oliveira Costa no bairro Combate (figura 2). Esta área compreende 10 dos 22 bairros da cidade.

A segunda etapa consistiu na concepção da entrevista, definida por Bingham e Moore (1959 apud Günther, I., 2008 p. 53) como uma conversação com propósito, é tradicional técnica e instrumento de pesquisa em ciências sociais. A mesma, acrescenta sobre o processo de fazer perguntas e enfatiza sobre a primazia pela simplicidade e pela brevidade ao se elaborar questões e cita alguns passos para o processo da entrevista apontados por Cannel e Kahn (1968 apud Günther, I., 2008 p. 54) dentre eles, selecionar uma meta e a elaboração de um roteiro a ser aplicado.

Dessa forma, como roteiro da entrevista, elaborou-se dois questionários, como instrumento das entrevistas, a serem aplicados in loco na terceira etapa. Sendo um com foco na percepção do cidadão, com o intuito de compreender a visão sobre a arborização urbana da sua cidade devendo ser aplicado com sujeitos que moram nas proximidades da área delimitada e/ou transeuntes. Neste foram elencadas algumas perguntas para envolver as pessoas na entrevista assim como estimulá-las a pensar e falar sobre sua percepção da paisagem. E o outro, com foco na percepção do secretário municipal, com o intuito de compreender como está sendo tratado o tema

da arborização urbana pela gestão municipal.

Para a elaboração dos questionários, no que se refere a estrutura e a sequência, foram considerados três princípios conforme comentado por Günther, H. (2008, p. 120): direcionar do mais geral para o mais específico; seguir uma ordem lógica e agrupar itens que tratam de uma mesma temática. O mesmo, reforça ainda sobre o aspecto de uma conversa preliminar em que “as perguntas iniciais serviriam menos para obter informação do respondente e mais para estabelecer um relacionamento de confiança entre respondente e pesquisador”.

A terceira etapa compreendeu as visitas ao local, tanto para realização das entrevistas como para observação de campo. Foram realizadas 3 visitas ao local. A primeira visita (03.12.2018) consistiu de uma análise exploratória, percorrendo os bairros da cidade, com veículo, possibilitando a elaboração de um perfil preliminar quanto a arborização desses bairros. Na segunda visita (17.12.2018), foram feitas 7 entrevistas, a entrevista com o secretário da prefeitura e observação de campo. Na terceira visita (14.01.2019) foram feitas 3 entrevistas e observação de campo. Nesse momento, uma observação mais direta na área central da cidade, tendo sido percorrido a pé e observando com mais acuidade as praças e as árvores ao longo das ruas. Assim, foram feitas 11 entrevistas no total, sendo 10 delas com a população e 1 entrevista com o secretário municipal, foram visitados 12 bairros. Em todas essas visitas foram realizados registros fotográficos e anotações sobre as características gerais e a questão dos conflitos entre as árvores e a infraestrutura urbana.

A quarta etapa teve como objetivo a tabulação dos dados das entrevistas seguido da análise dessas informações.

3 | RESULTADOS

3.1 Entrevista com moradores

O momento da aplicação do questionário, compreendido como uma pesquisa amostral qualitativa, o qual foram realizadas 10 (dez) entrevistas, apresentou-se um fato bem interessante e que merece ser destacado: a maioria dos entrevistados são de bairros diferentes, dos 10 entrevistados temos representados 7 bairros. Essa diversidade permitiu abrangência territorial, possibilitando assim, uma ideia mais ampla do ponto de vista dos cidadãos.

Sobre o perfil dos entrevistados, no que diz respeito ao gênero, a maioria deles foram mulheres, e dentre eles, a maioria são adultos, tendo sido entrevistado apenas um idoso. Quanto a escolaridade a maioria tem nível superior completo, e dentre os demais, apenas um não tem nenhuma escolaridade, tendo trabalhado na lavoura. São, portanto, na maioria pessoas com escolaridade. Em sua grande maioria nasceram em Quixadá, apenas dois vieram de outro município do estado, porém já moram em

Quixadá a mais de 30 anos.

Em se tratando da paisagem urbana, todos citaram os monólitos como elemento marcante na paisagem da cidade, porém alguns citaram apenas a pedra da galinha choca, um monólito fora da área urbana, não remetendo assim aos monólitos que estão presente dentro da cidade.

Como resultado das entrevistas, a maioria considera o seu bairro arborizado e têm árvores em suas calçadas (leia-se paralelo a calçada, no leito da rua) contudo a maioria dos entrevistados não possuem área verde em suas moradias.

Sobre a sensação ao caminhar pelo bairro, apenas duas pessoas não consideram agradável, e dentre estes apenas um entrevistado citou que acha quente. Mesmo para pequenos deslocamentos, usam moto ou carro. A maioria não frequenta praça ou área verde da cidade e dentre aqueles que frequentam alguns desses espaços, as praças são os de maiores usos, a mais citada entre estas foi a praça do leão que fica na área central, no bairro Centro.

Foram unânimes quanto a importância de ter árvores na cidade ressaltando diversos aspectos: tais como o sombreamento, tornando o espaço mais fresco; o aspecto estético, trazendo beleza ao bairro; o aspecto ambiental, atraindo os pássaros, purificando o ar que respiram e pela integração do homem com a natureza, possibilitando esse contato na cidade e o aspecto social, possibilitando melhor qualidade de vida.

Um dos principais problemas ocasionados pela arborização citado pelos entrevistados foi sobre o aspecto das raízes que levantam o piso e estragam a tubulação, chegando a causar problema no sistema de saneamento. Apenas dois entrevistados comentaram sobre a questão das folhas que caem e sujam a calçada/ rua ou praça, citando inclusive a falta de manutenção das árvores, e a necessidade de cuidar das podas. Apesar disso, em sua maioria veem a arborização de forma muito positiva, consideram que não tem nenhum problema, apenas benefícios.

Quando questionados sobre como gostariam que fosse a arborização da rua/ cidade em que mora, foram unânimes quanto a questão da cidade ser bem arborizada para favorecer um melhor clima, podendo ser usado com árvores que dão frutos e sombra. Um dos entrevistados sugeriu que fossem retirados todas as espécies conhecidas como Nim indiano (*Azadirachta indica*) e sugeriu plantar árvores do tipo flamboyant (*Delonix regia*) e frutíferas. Complementou dizendo que deveria ser utilizado 'plantas urbanas' pois considera a Algaroba (*Prosopis juliflora*) inadequada.

Dois dos entrevistados fizeram uma reivindicação quanto a atuação da prefeitura, comentando sobre a necessidade de uma política mais direcionada para a questão da arborização, e a elaboração de um projeto. Como veremos na entrevista com o secretário, de fato não existe um projeto.

Durante as entrevistas foi perceptível a força da visão estética, ora sonhando com praças belíssimas (e mais iluminadas), ora percebendo o paisagismo como elemento de valorização, pois, para dois deles, a entrada da cidade deveria ter uma alameda

com palmeiras, remetendo-se talvez à ideia de monumentalidade.

3.2 Entrevista com secretário municipal

Em entrevista realizada com o Secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEDUMA), Flavio França, a respeito do tema da arborização urbana na cidade, ele pontuou que não existe nenhuma política pública que envolva essa ação e quanto à legislação municipal, comentou que o código de obras aborda um pouco sobre o tema. O órgão responsável pela arborização urbana é a Seduma, porém a prefeitura não dispõe de pessoal especializado e ele considera que não há planejamento.

Sobre o histórico da arborização no município, ele disse que não existem projetos nem ações contínuas voltadas para a arborização, mas que existiram algumas tentativas nesse sentido. Citou que em 2006 a empresa mídia verde plantou 150 árvores, um projeto associado a comunicação visual e marketing e em outro momento, a prefeitura fez uma campanha para arborizar a cidade, distribuindo mudas gratuitamente para a população fazer o plantio nas ruas da cidade. Hoje ele considera que foi cometido um grande erro, pois essa campanha fez a distribuição exclusiva da espécie Nim indiano (*Azadirachta indica*), então hoje a cidade está repleta dessa espécie, entretanto ele considera que deveria ter havido diversificação das espécies. Comentou ainda que em 2010 foi feita uma contagem das árvores. Segundo ele a população não solicita o plantio de árvores na cidade, nem autorização para o corte das árvores, mas solicitam a podas das árvores nas áreas públicas. Por outro lado, um entrevistado comentou que a prefeitura retirou árvores antigas sem nem mesmo consultá-los.

Atualmente existem diversas Universidades na cidade, inclusive com curso de Arquitetura e Urbanismo em funcionamento, contudo, o secretário comentou que a prefeitura não tem nenhum trabalho em parceria com estas na área de arborização urbana.

Ainda segundo o Secretário, a prefeitura adquire mudas do horto de Fortaleza, capital do Estado, pois a cidade não tem viveiro municipal. As espécies adquiridas se limitam ao que tem disponível no horto da capital, sem qualquer consideração sobre as características locais.

Para Flavio França, a manutenção das praças representa um dos maiores desafios encontrados nessa gestão pois encontram-se em estado de má conservação, com arborização ruim, com predominância do Nim indiano (*Azadirachta indica*) e inclusive com o uso de grama que tem alto consumo de água. Ele considera que deveria ser feita uma substituição progressiva do Nim indiano (*Azadirachta indica*) bem como diversificar as espécies, fazendo uso de árvores frutíferas assim como a vegetação típica do semiárido. Acrescentou que as campanhas devem ser feitas em momentos mais oportunos, “saber fazer e a hora certa de fazer”, com mudas maiores e promovendo a participação da população.

3.3 Observação de campo

No decorrer da observação de campo desta pesquisa observou-se que a área central da cidade é carente de arborização, principalmente nas ruas de maior fluxo de carro e pedestres: o acesso principal pela av. Jesus, Maria e José, rua Rodrigues Junior (figura 3) e rua José de Queiroz Pessoa.

As áreas periféricas compreendem os bairros predominantemente residenciais e são arborizadas com a predominância do *Azadirachta indica* (Nim Indiano) árvore exótica, de crescimento vigoroso. A quase exclusividade dessa espécie torna a paisagem monótona.



Fig. 3. Rua Rodrigues Junior. Principal rua de acesso a

De forma mais pontual, encontramos antigos pés de *Ficus benjamina* (Fícus), provavelmente remanescente do Horto e algumas acácias. A grande maioria dessas árvores são plantadas logo após a calçada e possuem pequena área de berço.

Foram identificados problemas recorrentes na arborização, como, por exemplo, podas malfeitas, conflitos com infraestrutura urbana e berço das árvores sem espaço para infiltração de água.

Quanto a poda, tanto nas ruas de maior tráfego como nas praças, é feita de forma bem drásticas e malfeita, talvez devido ao crescimento vigoroso das espécies utilizadas, talvez devido a dificuldade de manutenção. Fato negativo do ponto de vista urbano e paisagístico prejudicando não apenas a estética da árvore, mas sobretudo, o sombreamento que poderia proporcionar.

Observa-se *in loco* muitos conflitos com a infraestrutura urbana, principalmente em relação à rede de energia elétrica, às marquises e às estruturas de pavimentação, sejam estas a calçada ou a própria rua.

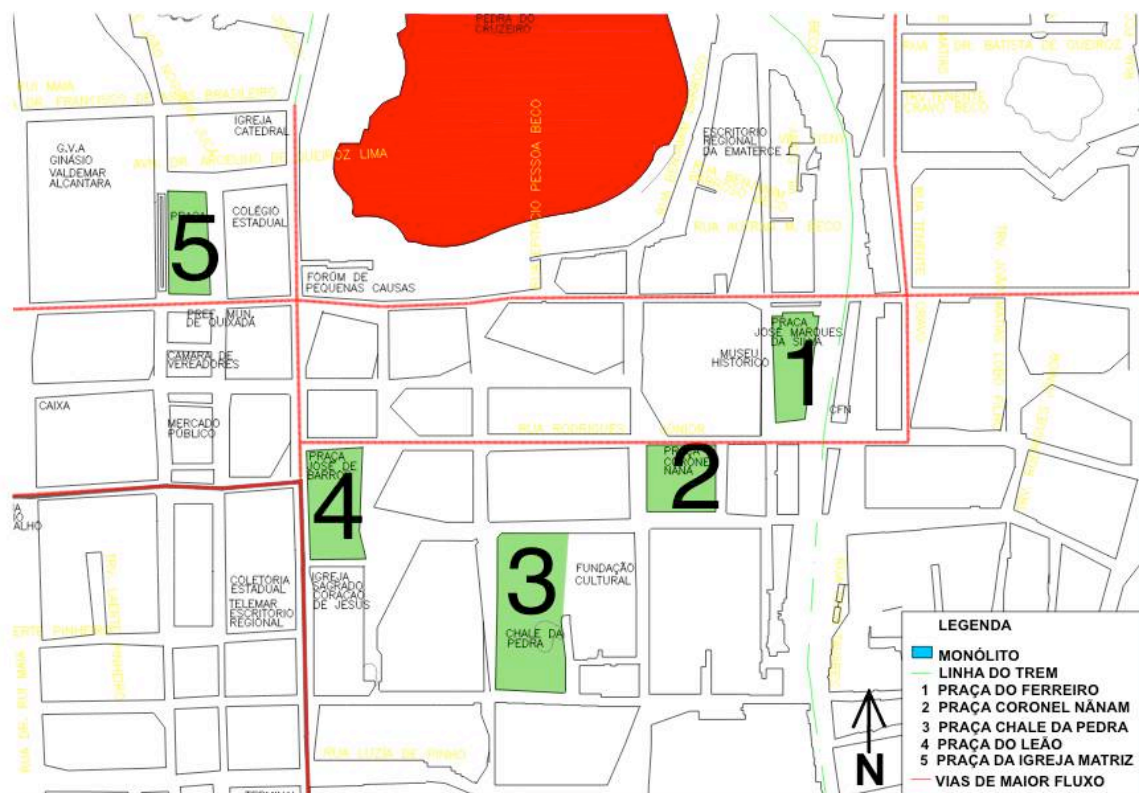


Fig 4. Mapa com destaque para as praças e as ruas de maior fluxo. Fonte: Arquivo pessoal.

Em oposição à monotonia de espécies ao longo dos logradouros, nas praças (figura 4) encontramos uma grande diversidade de espécies, dentre elas o *Ficus benjamina* (Ficus), *Copernicia prunifera* (Carnaúba), *Roystonea oleracea* (palmeira imperial), *Azadirachta indica* (Nim Indiano), *Terminalia catappa* (castanholeira), *Vachellia farnesiana* (Acácia amarela), *Pithecellobium Dulce* (mata-fome), *Prosopis juliflora* (algaroba), um *Delonix regia* (flamboyant).



Fig. 5. Vista Praça coronel Nanan. Arquivo pessoal.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos, entrevistas e a observação de campo, observou-se um

forte contraste quanto a arborização urbana na área investigada. Por um lado, a área residencial bem arborizada e por outro lado, na área do centro comercial e ruas de maior fluxo, a arborização encontra-se insuficiente.

Na área central e nas ruas de maior fluxo, destaca-se a quase inexistência de árvores, fato relevante em se tratando de um município com as suas características climáticas, geográficas e geológicas. Conforme Moll citado por Monico (2001, p. 31) a ausência de árvores afeta negativamente o conforto térmico dessa área, bem como a qualidade do ar, “a poluição agrava-se (...) e o ambiente urbano, como consequência, torna-se menos saudável e confortável à população”. Dessa forma ressalta-se a importância da presença da arborização em lugares de clima semiárido, propiciando a melhoria do microclima local, principalmente em um município como Quixadá por sua particularidade devido a presença dos monólitos.

Foram identificados alguns conflitos entre as árvores e a infraestrutura urbana, principalmente a questão das raízes que penetram a tubulação e danificam a pavimentação, assim como, conflito com a fiação da iluminação pública, com as marquises e a questão do local do plantio, em sua grande maioria são plantadas no leito da rua. Estes problemas são muito comuns de serem visualizados e causam, na maioria das vezes, um manejo inadequado e prejudicial às árvores, acarretando podas drásticas ou até mesmo o corte. Sendo necessário, portanto, critério para o tipo de árvore, evitando conflitos com os equipamentos urbanos.

Ainda com base nos resultados obtidos observa-se a carência em relação aos mecanismos em prol da proteção da vegetação urbana, tendo sido verificado a inexistência de planejamento da arborização e o fato da prefeitura não dispor de equipe especializada, apontando a necessidade de avançar no quesito da legislação e formação de equipe técnica municipal.

Em entrevista com o secretário municipal, constatou-se que as iniciativas do poder público municipal foram escassas ou insuficientes tendo se limitado a ações pontuais como o plantio ou distribuição de mudas de *Azadirachta indica* (Nim Indiano). Essas ações foram esporádicas e descontínuas, não tendo sido suficientes para estabelecer uma arborização urbana eficiente. O resultado é a forte presença do *Azadirachta indica* (Nim Indiano), acarretando a monotonia da paisagem e realçando o fato de não haver nenhuma iniciativa de planejamento.

Dentre as espécies encontradas, apenas uma, a carnaúba, é uma árvore nativa. Somado a isto, conforme constatado nesta pesquisa, a grande presença de *Azadirachta indica* (Nim Indiano) na área em estudo, já manifesta na população uma percepção da necessidade de diversificação de espécies arbóreas.

Estes fatos corroboram com a preocupação abordada em alguns manuais de arborização urbana sobre a composição das espécies recomendando sobre uma porcentagem a respeito da quantidade de árvores da mesma espécie concentrados em uma determinada área, a exemplo do manual de arborização de Fortaleza (2013) que recomenda “que uma única espécie não deve ultrapassar o limite de 10 a 15% do total

da quantidade de árvores existentes em um mesmo bairro ou região”. A importância de buscar o equilíbrio entre espécies nativas e exóticas adaptadas também é ressaltada no programa estadual de valorização das espécies vegetais nativas, lei nº 16.002 de 02/05/2016, que estimula a diversificação de espécies e a valorização da flora local.

Diante da situação levantada, observa-se que a população reconhece a importância da arborização na cidade ressaltando os aspectos de sombreamento, o aspecto visual, a estética e, principalmente, os benefícios à saúde, o que denota uma conscientização sobre os benefícios da arborização. No entanto, desconhecem sobre os aspectos mais técnicos, reforçando a necessidade da elaboração de um plano de arborização urbana, que observe as características do local, as necessidades da população assim como os critérios na escolha das espécies mais apropriadas, a forma de plantar, os tipos de podas, dentre outros.

Ressalta-se a importância de elaborar um mapeamento das árvores, preferencialmente de forma georreferenciada, para que se possa planejar ainda melhor a substituição gradual do *Azadirachta indica* (Nim Indiano). Partindo da premissa da valorização da flora local e da diversificação de espécies sugere-se o plantio de espécies nativas da caatinga podendo ser previstas na arborização urbana, por exemplo, o jucá ou pau-ferro (*Libidibia férrea*), juazeiro (*Ziziphus joazeiro*), Catingueira (*Poincianella gardneriana*), Cumaru (*Dipteryx odorata*), Ipê roxo (*Handroanthus impetiginosus*), Maniçoba (*Manihot pseudoglaziovii*) e até mesmo espécies de grande porte, nas áreas maiores como as praças, a exemplo do Angico (*Anadenanthera colubrina*), Oiticica (*Licania rígida*) e Aroeira (*Schinus terebinthifolius*).

Diante do cenário do Desenvolvimento Urbano, seguindo em direção à sustentabilidade, destaca-se, o desafio dos planejadores urbanos para o aspecto da busca da qualidade urbana, ambiental e social. Nesse sentido, a arborização urbana pode configurar-se como ferramenta de suma importância para amenizar as condições climáticas, mitigar problemas ambientais, proporcionando equilíbrio tanto pela preservação ambiental, quanto pelos aspectos estéticos, de recreação, de lazer e sociabilidade.

Tendo em vista a localização geográfica e as características do município de Quixadá, percebe-se a necessidade de um olhar mais atento no quesito da arborização urbana. O desenvolvimento urbano no município de Quixadá, deu-se de forma desordenada sem considerar a presença dos monólitos, elementos marcantes em sua paisagem urbana. Cabendo ao planejamento urbano, tirar partido dos monólitos e dos recursos hídricos existentes na área urbana, como por exemplo o rio Sitiá, a lagoa do Bispo e o açude Eurípedes, considerando assim, a arborização como elemento integrador da paisagem, através da conexão entre essas áreas.

A busca pela construção de um ambiente urbano mais sustentável e que proporcione melhor qualidade de vida à população, constituem os pilares do planejamento urbano. Quixadá, um município de clima quente e seco, detentor de um patrimônio paisagístico deve tirar partido dos benefícios da arborização urbana,

promovendo-a como instrumento de planejamento e assim construir uma cidade mais arborizada e mais comprometida com a preservação do meio ambiente e com a melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos.

REFERÊNCIAS

- BERH, Miguel von. **Quixadá: terra dos monólitos**--São José dos Campos: Somos Editora, 2007. – (Série ecossistemas brasileiros: natureza, História, cultura, trabalho e meio ambiente)
- GÜNTHER, Hartmut. Como elaborar um questionário. In: PINHEIRO, José; GÜNTHER, Hartmut (Org.). **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**. São Paulo: casa do psicólogo, 2008.
- GÜNTHER, Isolda. O uso da entrevista na interação Pessoa-ambiente. In: PINHEIRO, José; GÜNTHER, Hartmut (Org.). **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**. São Paulo: casa do psicólogo, 2008.
- IONE, Maria. **Arborização urbana: uma contribuição à qualidade de vida com uso de geotecnologias**. Dissertação de mestrado, Santa Maria, RS, Brasil, 2006.
- LIMA, Bráulio Gomes de. **Caatinga: espécies lenhosas e herbáceas**.—Mossoró- RN: Ufersa, 2011.
- LOBODA, Carlos Roberto; DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos. **Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções**. *Ambiência Guarapuava-PR*. V.1n.1. p.125-139. 2005.
- MANUAL DE ARBORIZAÇÃO URBANA DE FORTALEZA. **Procedimentos Técnicos e Administrativos para Plantios, Transplantios, Podas e Cortes**. Fortaleza, 2011. Disponível em: <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/infocidade/manual_de_arborizacao.pdf>. Acesso em mar. 2019.
- MILANO, Miguel Serediuk. **Avaliação quali-quantitativa e manejo da arborização urbana: o caso de Maringá- PR**. 1988.120f. Tese (doutorado em engenharia Florestal)- setor de ciências agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1988.
- MONICO, Ilza Maria. **Árvores e arborização urbana na cidade de Piracicaba/Sp: um olhar sobre a questão à luz da educação ambiental**. Dissertação de mestrado, Piracicaba, SP, Brasil, 2001.
- IPECE. **Perfil básico municipal / Quixadá**. Ceará, 2009. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2013/01/Quixada-Br_office.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

MOBILIDADE URBANA EM ERECHIM-RS: ANÁLISE DE VIABILIDADE DE CICLOVIA NO BAIRRO CENTRO

Natália Moretto Basso

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI – Campus Erechim, Curso de Arquitetura e Urbanismo
Erechim – RS

Daiane Cláudia Biasi Miranda

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI – Campus Erechim, Curso de Arquitetura e Urbanismo
Erechim – RS

Bianca do Amaral Esmelindro

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI – Campus Erechim, Curso de Arquitetura e Urbanismo
Erechim – RS

Mariele Zawierucka Bressan

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI – Campus Erechim, Curso de Arquitetura e Urbanismo
Erechim – RS

RESUMO: A dificuldade para se deslocar nos grandes centros urbanos é uma problemática derivada do rápido desenvolvimento das cidades, o qual não foi acompanhado pela infraestrutura urbana. O planejamento urbano ineficiente de uma cidade favorece a utilização de meios individuais de transporte, consequentemente, aumentando o fluxo de veículos nas vias. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo

analisar a viabilidade da implantação de uma ciclovia no bairro Centro da cidade de Erechim-RS e também o perfil dos moradores da cidade perante ao uso de ciclovias e meios alternativos de deslocamento. Para tanto, foi realizada uma pesquisa online para analisar as características das pessoas e como elas se posicionam quanto ao uso de bicicletas e à ciclovia existente na cidade. Os resultados mostraram que a ausência de ciclovia prejudica o deslocamento com bicicletas, e a implementação da mesma no bairro Centro é viável para diminuir o fluxo de veículos.

PALAVRAS-CHAVE: mobilidade urbana, infraestrutura, ciclovia.

URBAN MOBILITY IN ERECHIM-RS: VIABILITY ANALYSIS OF BIKE LANES DOWNTOWN

1 | INTRODUÇÃO

A mobilidade urbana consiste na movimentação das pessoas nas cidades e tornou-se uma problemática nos grandes centros urbanos devido à dificuldade de deslocamento. No Brasil, essa dificuldade tem afetado negativamente a economia, o meio ambiente e a qualidade de vida da população

(REIS, 2014).

A dificuldade de deslocamento é consequência da rápida urbanização do país, a qual não foi concomitante ao investimento em infraestrutura, provocando aumento dos congestionamentos no trânsito das cidades grandes e deterioração dos serviços de transporte público (VIANNA, 2013). Entre 2002 e 2012, conforme dados do Observatório das Metrópoles (2016), a população brasileira aumentou 12,6% enquanto o número de veículos cresceu 138,6%. Esses dados comprovam que sem um planejamento urbano eficiente, a população procura medidas individuais de transporte, aumentando exponencialmente o fluxo de veículos nas vias públicas, prejudicando a mobilidade urbana.

A cidade de Erechim, localizada no norte do estado do Rio Grande do Sul, alvo de estudo deste trabalho, possui 102.906 habitantes (IBGE, 2016). A malha urbana da cidade, diferentemente das demais cidades da região, foi previamente planejada antes da sua implantação. O traçado da cidade assemelha-se com os das cidades de Washington, Paris, Buenos Aires e Belo Horizonte (SALVI et al, 2016).

Segundo Fünfgelt (2004, apud SALVI et al., 2016), a malha xadrez da cidade de Erechim foi criada a partir da avenida principal, com quadras de dimensões regulares, entrecortadas por quatro avenidas diagonais à malha principal, resultando em quadras triangulares. Assim, diz-se que a cidade foi projetada com a função de trafegar, com ruas que definem a organização da mesma.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a situação atual da mobilidade urbana na cidade de Erechim, a qual se encontra com um intenso fluxo de veículos. Além disso, estudar a viabilidade da implementação de uma ciclovia no bairro Centro, cujo projeto já foi realizado como parte do Projeto de Requalificação Urbana de Erechim, e analisar como ela afetaria a mobilidade urbana da cidade.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Importância da Mobilidade Urbana Para as Cidades

O processo de urbanização no Brasil começou em meados do século XX; até então, a vida urbana tinha somente funções administrativas a fim de manter a ordem e coordenar a produção agrícola. Na década de 50, em consequência da industrialização, o homem rural percebe melhores oportunidades de ganhos na cidade, desencadeando o crescimento desenfreado dos centros urbanos (RIBEIRO, 2008).

Historicamente, na maioria das cidades brasileiras, percebe-se que o transporte público não tem conseguido atender satisfatoriamente as demandas da população (SÓ, 2017). Segundo Reis (2013, apud SÓ, 2017), os sistemas de transporte no Brasil são ineficientes, uma vez que as cidades não são capazes de atender à demanda de forma adequada, e as pequenas cidades não são capazes de atender a população.

Um plano de mobilidade urbana qualificado é de suma importância para os

moradores de uma cidade; a redução do tempo entre viagens permite um melhor acesso aos serviços dos centros urbanos. Já um planejamento deficiente resulta em uma mobilidade prejudicada, reduzindo os investimentos locais, dificultando a gestão governamental e o acesso a serviços essenciais como a saúde, a educação e a segurança (VIANNA, 2013).

Uma mobilidade urbana eficiente também resultaria em aumento de produtividade. A redução do tempo no trânsito afetaria positivamente a produtividade, tanto pelo aumento potencial da produção, quanto pela maior disposição ao reduzir a fadiga relativa ao excesso do tempo de deslocamento. Além disso, a distribuição de renda também seria influenciada pela melhora da mobilidade, diminuindo o tempo gasto nas distâncias percorridas e, conseqüentemente, proporcionando mais vantagens e oportunidades de trabalho (VIANNA, 2013).

Os benefícios de uma melhor mobilidade afetam as condições de saúde e educação. O acesso facilitado aos serviços públicos permite um maior contato com os locais que fornecem esses serviços, aumentando a população atendida. Além dos benefícios à população, o planejamento da mobilidade também tem muita influência no meio ambiente. A emissão de gases poluentes diminuiria em decorrência de menores tempos de deslocamento (VIANNA, 2013).

2.2 Desafios e Soluções Para a Mobilidade Urbana

O aumento da concentração da população nos centros urbanos tornou-se um desafio constante para os gestores públicos na provisão da infraestrutura adequada para suportar o adensamento urbano. Nesse contexto, cresce a necessidade do planejamento das cidades, assegurando a qualidade de vida da população. Com o crescimento exponencial das cidades em oposição à infraestrutura de serviços, como o transporte, o saneamento, a segurança, a saúde e a educação, constata-se problemas como a dificuldade de mobilidade urbana (NOBRE, 2014).

No atual cenário do brasileiro, a realização de estudos e de obras em infraestrutura está diretamente ligada à disponibilidade de verbas federais. Após décadas de investimentos insuficientes nos sistemas de transporte, os recursos necessários para a solução desses problemas superarão os recursos disponíveis. Nesse caso, cada cidadão pode contribuir para a redução desse problema, abrindo mão do transporte individual em prol do transporte coletivo (NOBRE, 2014).

Um dos principais fatores para solucionar boa parte dos problemas de mobilidade nas cidades é o planejamento urbano. No Brasil, as cidades se desenvolveram e cresceram com pouco ou nenhum planejamento. A partir da implantação adequada dos instrumentos do planejamento urbano é possível alcançar o equilíbrio entre a sociedade, a economia e o ambiente natural e proteger a qualidade de vida dos habitantes e o planeta (OLIVEIRA e PEREIRA, 2015).

Segundo Reis (2014), o processo do planejamento urbano deve passar por: criação de vias troncais concatenadas com as demais vias, racionalização do tráfego

mediante estabelecimento de regras para acessos, estacionamentos e horários, concentração regional de atividades, construção de ciclovias protegidas, indução da desconcentração de atividades ao longo do dia e uma política eficaz de implantação de calçadas com largura adequada.

2.3 O Impacto da Ciclovía na Mobilidade Urbana

Eleita o meio de transporte mais ecologicamente sustentável pela ONU, em 2007, a bicicleta é muito utilizada em países europeus; já no Brasil, a sua utilização cresce lentamente. O que diferencia os cenários europeu e brasileiro é a forma como os sistemas foram implementados. Nos países europeus, a prática da mobilidade, por meio de bicicletas, teve início há muito tempo; no Brasil, apenas nos últimos anos surgiu a iniciativa de introduzir as ciclovias como meio de transporte (MENSCH, 2015).

A inclusão do modal ciclovário em meio a um contexto urbano de predominância da locomoção individual motorizada possui vantagens em relação aos outros meios de transporte. A bicicleta demanda um custo por quilômetro equivalente a menos de 1/6 das despesas referentes a um veículo. Essa vantagem foi averiguada por meio de um estudo, que fez uma comparação do custo modal ciclovário em rotas curtas do Rio de Janeiro e de Porto Alegre com os dados da Agência nacional de Transportes Públicos para outros modais (COELHO et al., 2011, apud MENSCH, 2015). A seguir, apresentam-se alguns exemplos de cidades em que o uso de bicicletas e ciclovias é amplamente utilizado.

Uma das cidades em que as bicicletas são amplamente utilizadas é Amsterdã, na Holanda, onde aproximadamente metade da população utiliza a bicicleta em decorrência de décadas de investimentos em infraestrutura para viabilizar esse meio de transporte. Atualmente, a cidade conta com mais de 400 km de ciclovias sinalizadas e com bicicletários. Na Estação Central (Fig. 1), por exemplo, o bicicletário comporta mais de oito mil bicicletas, as quais também podem ser transportadas nas redes ferroviária e metroviária (Reis, 2014).



Figura 1: Ciclovias em Amsterdã e Estação Central em Amsterdam

Dentre as cidades brasileiras que possuem um sistema de bicicletas está o Rio de Janeiro. O sistema carioca, nomeado SAMBA (Solução Alternativa de Mobilidade

por Bicicleta), iniciou como parte de um projeto municipal de planejamento cicloviário denominado “Bike Rio”, apoiado pelo banco Itaú. O SAMBA conta com 60 estações e 600 bicicletas espalhadas em dez bairros. Em 2011, a prefeitura do Rio registrou 350 km de ciclovias implantadas e 150 km em estudo de implantação (MENSCH, 2015). Na Fig. 2 pode-se ver as ciclovias existentes, em execução e as projetadas.

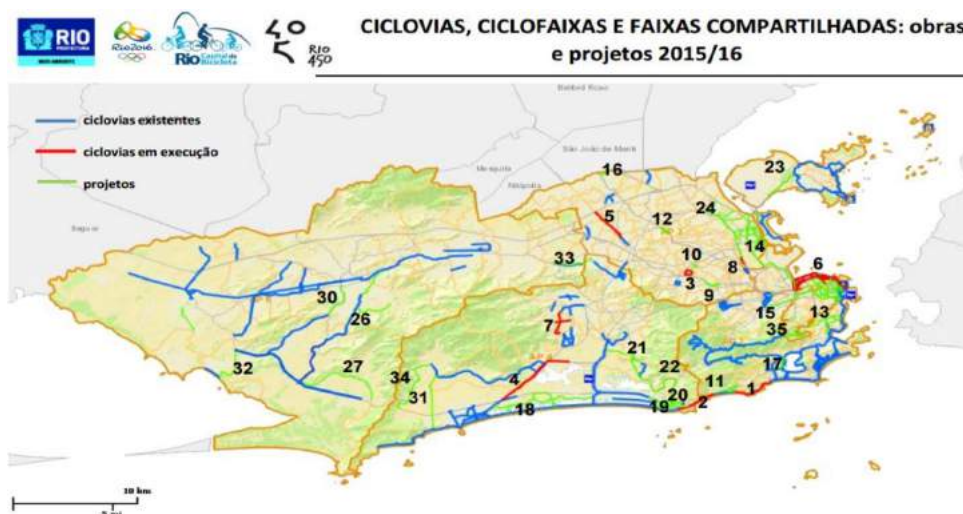


Figura 2: Mapa das ciclovias do Rio de Janeiro

3 | METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado para a realização desse trabalho é caracterizado como descritivo, com a coleta de dados realizada por meio de procedimentos como questionários ou análise de documentos. Chizzotti (2001) entende o estudo descritivo como aquele que apresenta descritivamente as características do universo pesquisado, buscando melhor entender o seu funcionamento.

O instrumento de coleta de dados consistiu em um questionário composto por dez questões abertas e fechadas, que englobaram aspectos referentes a características sociodemográficas, posse e frequência de uso de bicicletas, importância da ciclovia do parque Longines Malinowski e de uma nova ciclovia no bairro Centro.

O questionário foi elaborado na plataforma Google Forms, em versão online, e o contato com os participantes foi realizado via redes sociais. A análise dos dados baseou-se em procedimentos de estatística descritiva. Por outro lado, a análise das informações obtidas por meio das questões abertas foi baseada na metodologia de Análise de Conteúdo.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa, realizada gratuitamente em meio virtual, contou com 69 respostas, predominantemente de mulheres (65,2%). Quanto à faixa etária, a pesquisa revelou que 46,4% das pessoas correspondem a idades entre 21 a 35 anos, 27,5% entre 36 e 50 anos, 14,5% entre 13 a 20 anos e 11,6% com mais de 51 anos. Em relação ao bairro

onde moram, a pesquisa relatou que 30,43% das pessoas moram no bairro centro, 7,25% moram no bairro Espírito Santo, o qual é adjacente ao bairro Centro. As demais porcentagens, que representam outros bairros, podem ser vistas no infográfico.

Além disso, foi constatado que 50,7% das pessoas possuem uma bicicleta; porém, 65,2% não andam de bicicleta regularmente. Com relação ao motivo pelo qual andam de bicicleta, 68,6% das pessoas andam por lazer, 25,7% andam para praticar um esporte, 2,9% para ir ao trabalho e 2,9% para ir à escola ou faculdade.

No que se refere à importância da ciclovia existente no Parque Longines Malinowski, para 31,9% das pessoas a mesma é irrelevante, para 27,5% é pouco importante e apenas 21,7% julga muito importante. Caso houvesse uma ciclovia no bairro Centro, 33,3% das pessoas a utilizaria somente de vez em quando, 26,1% das pessoas a utilizariam 1 a 2 vezes por semana, 21,7% a utilizariam de 3 a 5 vezes por semana, 15,9% nunca usaria a ciclovia e somente 2,9% a utilizaria 7 dias por semana.

Dos fatores que prejudicam o deslocamento de bicicleta, a ausência de ciclovia lidera a pesquisa, com 25,7%, seguida pelo trânsito intenso, com 18,7%. Com isso, enfatiza-se a importância da implantação de ciclovias na cidade e, também, o incentivo ao uso das bicicletas como meio de transporte para diminuir o fluxo de veículos particulares. A falta de segurança e a falta de respeito dos motoristas em relação aos ciclistas ocupam a terceira e a quarta posição com 14,7% e 13,2%, respectivamente. Com a implantação de ciclovias na cidade, as pessoas que se locomovem com bicicletas conseguem ter mais segurança.

Outros fatores a serem considerados, que também influenciam o uso da bicicleta como meio de transporte, são o relevo da cidade, que é íngreme em algumas partes, e a distância de deslocamento. No entanto, no centro da cidade, onde o trânsito de veículos motorizados é muito intenso, o relevo não é tão acidentado a ponto de inviabilizar a implantação de uma ciclovia; isso, de fato, ajudaria a diminuir o fluxo de veículos.

Além disso, vale ressaltar que a ligação da ciclovia central com as ciclovias dos bairros adjacentes melhoraria a mobilidade urbana da cidade, conferindo mais segurança aos usuários que saem dos bairros até o centro de bicicleta. A conscientização dos motoristas e pedestres em relação aos ciclistas e o incentivo do uso da bicicleta como meio de transporte deve ser promovida pela prefeitura municipal.

Quanto à distância de deslocamento, em algumas situações, realmente, é inviável se deslocar de bicicleta. Nesse caso, cabe ao poder público investir e incentivar o uso do transporte público coletivo, consequentemente reduzindo a quantidade de veículos e as emissões de gases estufa, e contribuindo para a qualidade de vida da população. Abaixo, na Fig. 3, tem-se um infográfico com todas as informações obtidas com a pesquisa online.



Figura 3. Infográfico: Ciclovias em Erechim-RS: o perfil do cidadão

4.1 Projeto Existente

O projeto existente de implantação de uma ciclovias em Avenida 7 de Setembro, em Erechim, foi concebido juntamente ao Projeto de Lei Cidade Limpa, que foi uma parceria realizada entre a Prefeitura de Erechim, a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), e faz parte do processo de Requalificação do Centro Comercial Histórico de Erechim. O projeto de lei, aprovado em 2015, ainda não foi executado pela Prefeitura de Erechim.

O projeto consiste na implantação de uma ciclovias adjacente aos canteiros da Av. 7 de Setembro, nos dois sentidos da via. A ciclovias foi projetada desde a Praça da Bandeira, em frente à Prefeitura, no começo da avenida, até o Estádio Colosso da Lagoa, no fim, totalizando 4.587 metros lineares.

Destaca-se, principalmente, a importância deste projeto, já que busca facilitar o deslocamento no centro da cidade, proporcionando aos moradores não apenas uma alternativa de deslocamento em oposição ao veículo particular, mas também benefícios

à qualidade de vida da população. Além disso, como objetivo desse trabalho, busca-se sugerir soluções para complementar esse projeto, propondo-se a utilização de um espaço nos canteiros centrais da avenida destinado à bicicletários para aluguel de bicicletas e também para as bicicletas particulares da população, os quais podem conter painéis solares para promover a sustentabilidade. Soluções como essas têm sido utilizadas com sucesso em cidades como Rio de Janeiro e Porto Alegre e poderia ajudar Erechim a evoluir em rumo à sustentabilidade e a uma melhoria em suas condições de mobilidade urbana.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação de uma nova ciclovia no bairro Centro da cidade de Erechim-RS é uma intervenção viável para amenizar o problema do fluxo de veículos motorizados. A partir da pesquisa realizada, buscou-se descobrir qual é o panorama da cidade quanto à utilização de bicicletas como meio de transporte. Como mencionado anteriormente, a introdução da cultura do incentivo ao uso de bicicletas foi tardia, e a pesquisa comprova esse fato, já que a maioria dos entrevistados não anda de bicicleta regularmente.

Destaca-se, também, a importância da ciclovia, pois a sua ausência e o trânsito intenso são os principais motivos que prejudicam o deslocamento de bicicleta. Além disso, a segurança dos usuários é de suma importância; logo, a utilização correta da ciclovia e as placas de sinalização são aspectos indispensáveis que a garantem.

Sendo assim, o investimento na infraestrutura urbana de Erechim é imprescindível para que os moradores possam usufruir das ciclovias, contribuindo, assim, para diminuir a poluição dos veículos e o sedentarismo. Desse modo, a mobilidade urbana associada à utilização de ciclovias contribui para melhorar a qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

CHIZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ERECHIM. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Obras Públicas. **Implantação de ciclovia central – Avenida Sete de Setembro**. nov. 2015. 1 f.

MENSCH, B. **Implantação de ciclovias e ciclofaixas em um trecho urbano – estudo de caso: cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul**. Monografia (Graduação em Engenharia Civil) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

NOBRE, L. Desafios e soluções para a mobilidade urbana. **Caderno FGV Projetos**, a. 9, n. 24, p. 120-129, jun./jul. 2014. Disponível em:

http://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/cadernos_fgvprojetos_smart_cities_gwa_0.pdf. Acesso em: 25/06/2018.

OLIVEIRA, G. PEREIRA, D. Função social da cidade e o planejamento urbano. In: Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos, 1., 2015, Londrina. **Anais**

eletrônicos... Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2015.

REIS, M. Mobilidade urbana: um desafio para gestores públicos. **Caderno FGV Projetos**, a. 9, n. 24, p. 130-139, jun./jul. 2014. Disponível em: http://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/cadernos_fgvprojetos_smart_cities_gwa_0.pdf. Acesso em: 25/06/2018.

RIBEIRO, C. **Mobilidade Urbana**: Transporte público coletivo e classe trabalhadora. Dissertação (Pós-Graduação em Política Social), Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2008.

SALVI, A. et al. Avaliação da mobilidade urbana da cidade de Erechim/RS – Brasil em relação ao sistema de transporte público urbano: análise e discussão. In: Seminário Internacional de Construções Sustentáveis, 5., 2016, Passo Fundo. **Anais eletrônicos...** Passo Fundo: Faculdade Meridional, 2016.

SÓ, P. **Enfrentando os desafios da mobilidade urbana**: um estudo de caso na Região Metropolitana da Grande Florianópolis. Monografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

VIANNA, G. **Mobilidade urbana no Brasil**: uma estimativa do produto perdido em trânsito. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

O SONHO DA CASA PRÓPRIA: UM LUGAR PARA CHAMAR DE MEU

Fernanda Joyce Ferreira Barroso

Centro Universitário UNDB

São Luís - MA

Rose-France de Farias Panet

Centro Universitário UNDB

São Luís - MA

Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès

Centro Universitário UNDB

São Luís - MA

THE DREAM OF OWN HOUSE: A PLACE TO
CALL MY OWN

1 | INTRODUÇÃO

O acesso a moradia tem sido para o cidadão um direito difícil de conquistar devido às variáveis que circundam a compra de um imóvel ou até mesmo, a posse da terra. Isso porque a compra da moradia tornou-se um produto caro e inacessível para famílias com renda menor ao padrão imposto pelo mercado. Maricato (2000), em seu texto “As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias”, afirma que o custo da mão de obra não inclui o custo da mercadoria. Isto é, o trabalhador operário não ganha o suficiente para pagar o preço da moradia. Então, acaba por construir com seus próprios recursos o sonhado lar ou se não tiver os tais recursos, deixa de ter uma casa.

Contudo, as barreiras não partem somente da imposição do mercado imobiliário, mas, de todo o contexto do acesso à moradia que advém desde o período de colonização e povoamento do Brasil, incluindo-se a cidade de São Luís do Maranhão, até os dias atuais. Embora com o desenvolvimento do urbanismo e das leis que o regem, ainda há grandes barreiras que

RESUMO: Este documento apresenta um estudo sobre o sonho da casa própria que uma grande parcela da população brasileira acalenta, inclusive a de São Luís do Maranhão. É um sonho que se perpetua e fortalece por quem busca uma habitação fixa. O trabalho expõe o contexto atual do acesso à habitação e as formas de adquirir um “lar” no meio urbano; os motivos que dificultam a obtenção da casa própria e discute as consequências geradas na sociedade pela falta de moradia no espaço ludovicense. Para mais, busca-se analisar as perspectivas futuras que visam facilitar a aquisição da moradia.

PALAVRAS-CHAVE: Sonho Casa Própria. Direito à moradia. São Luís.

dificultam o acesso a moradia, causando exponencialmente uma exclusão entre quem tem o poder de posse e compra, com quem não possui os mesmos privilégios.

Ainda segundo Maricato (2000) “a invasão de terras urbanas no Brasil é parte intrínseca do processo de urbanização. Ela é gigantesca [...] ela é estrutural e institucionalizada pelo mercado imobiliário excludente e pela ausência de políticas sociais.” Essa exclusão fere o direito à cidade. De acordo com Lefebvre (2001) a cidade é determinada por seu valor de troca e isso provoca a divisão e a diferença entre classes sociais e territórios.

Em São Luís do Maranhão, o projeto ‘Minha Casa, Minha Vida’ trouxe a alternativa de obter a casa própria através de um financiamento facilitado e que condiz com a renda do morador. Assim, outros projetos de habitação poderiam ser criados com a participação do Plano Diretor e políticas públicas que facilitem o acesso a moradia, levando em consideração os aspectos de localidade, infraestrutura, disponibilidade de lotes etc.

Portanto, a escolha desse objeto de estudo deu-se devido à vontade de discutir uma problemática de São Luís do Maranhão que não é muito debatida no cotidiano da cidade que é o Sonho da Casa Própria buscado por grande parte da população ludovicense, incluindo-se a minha mãe que aos 46 anos de idade ainda não conseguiu comprar ou construir o nosso lar; e eu, que aos 22 anos presencio a luta exaustiva da minha mãe em criar sozinha a minha irmã e eu, com apenas um salário mínimo e tendo que pagar o aluguel de uma casa temporária.

Para mais, há falta de informação e pesquisas acadêmicas acerca desse assunto, o que contribui para a sua invisibilidade, ofuscando os milhares de brasileiros que compartilham de uma mesma busca: o tão sonhado lar.

2 | CAMINHOS ATÉ A CASA PRÓPRIA

2.1 O início de tudo

O problema urbano, no que diz respeito ao acesso à moradia em São Luís do Maranhão e nas outras cidades brasileiras, não é algo recente, pelo contrário, tem origem desde o período da colonização em que grandes pedaços de terra eram de posse de poucos donatários.

Segundo Marques (2009, p. 129), o problema oriundo do sistema de colonização só se ampliou com o passar do tempo, ou seja, a cultura de deter muitas áreas territoriais característica do contexto atual do direito à propriedade e do direito à moradia.

Embora os avanços ocorridos na legislação tenham garantido esses direitos, teoricamente, o cenário da realidade se mostra o contrário. Por exemplo, o Plano Diretor de São Luís foi instituído com a lei municipal 4.669 de 11 de outubro de 2006 e traz em seu artigo 3º como objetivos gerais:

I. garantir o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana e rural, através do direito à moradia digna, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e serviços públicos de qualidade para todos os cidadãos;

[...]

VI. preservar, conservar, proteger, recuperar e desenvolver o patrimônio socioambiental e cultural de forma sustentável;

[...]

VII. incentivar o desenvolvimento do turismo sustentável, aproveitando o potencial ambiental, cultural e paisagístico;

Porém, com a ampliação e valorização do setor imobiliário, esse direito não atinge a maior parte da população. De acordo com Rolnik (2009), o acesso restrito à moradia é causado pela falta de acesso à terra e pela grande especulação imobiliária, aumentando assim a segregação social. As pessoas que não podem pagar o preço do imóvel recorrem aos aluguéis, ocupação de terrenos vazios, implantação inadequada, ocasionando o que se chama de “periferização”.

“A falta de moradia, todavia, não é a única maneira pela qual as pessoas têm negado o seu direito à moradia adequada. Dados do UN-Habitat revelam que mais de um bilhão de pessoas, um terço da população mundial, vivem em assentamentos precários e favelas, sem acesso a serviços básicos e sem condições de vida adequadas. O impacto dessas precárias condições de vida e a consequente falta de reconhecimento legal ou administrativo vão além da privação material e ambiental impostas aos moradores das favelas. Viver em assentamentos não regularizados deixa os moradores sem o usufruto de um amplo espectro de outros direitos humanos, civis e políticos, ou econômicos, sociais e culturais”. ROLNIK (2009. p. 41)

Assim, as principais causas desse fenômeno são a especulação do mercado de terra e moradia, ausência de políticas que amenizem a falta de moradias de interesse social e a migração não planejada. (ROLNIK, 2009). Complementando esse pensamento Carlos Vainer (2002, p.83) em seu texto *Pátria, empresa e mercadoria* confirma “a cidade não é apenas uma mercadoria, mas também, e sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis.”

Dessa forma, enquanto o direito básico de moradia não é garantido, a população busca por outros modos de morar muitas vezes de maneira irregular e improvisada; isso contribui para que o habitante permaneça na marginalização, nas periferias, em áreas de riscos, pois é um dos poucos espaços da cidade onde é possível comprar um terreno e construir a habitação desejada, visto que não são áreas de grande interesse para o mercado imobiliário.

2.2 Modos de morar e desigualdade social

O que pode ser notado nas grandes cidades é o número crescente de pessoas que moram de aluguel, devido à dificuldade financeira para adquirir um imóvel novo,

usado e até mesmo, autoconstruído. A autoconstrução é hoje, a maneira mais utilizada pelas pessoas de baixa renda, pois permite o levantamento da obra sem tantos custos com material, mão de obra e os gastos com profissionais responsáveis, como engenheiros e o arquitetos.

Segundo o do Censo 2010, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), 142.398.539 pessoas viviam em casa própria (incluindo valores da cidade urbana e rural), enquanto quase 32 milhões viviam de aluguel. Atualmente, no Brasil, a posse da casa própria aumentou em consequência da expansão da autoconstrução, ou seja, cada família faz sua casa com seus próprios recursos e mão de obra. Abaixo a figura.1 mostra a favela do Coroadinho, em São Luís do Maranhão, se expandindo por meio de edificações autoconstruídas e em região ocupada pelos moradores de forma irregular.



Figura.1- Maior Favela de São Luís

Fonte: brasileworld.blogspot.com.br (2014)

A tentativa de ter a casa própria pode ser observada, por exemplo, próximo ao centro da capital maranhense, onde dezenas de famílias com menor condição financeira e em situação de carência constroem suas moradias em forma de palafitas (Figura.2). É visível o contraste: Ao fundo a opulência e em primeiro plano, a precariedade dos modos de morar.



Figura.2- Palafitas de São Luís- MA

Fonte: buskakinews.com.br (2017)

A desigualdade social gera moradias precárias, pois segrega e marginaliza as pessoas que não podem comprar ou construir um imóvel das que podem. Dessa forma, o desejo de ter uma moradia de qualidade se perpetua e ganha força, visto que a realização desse sonho está associada a felicidade. Para a entrevistada Leila Raquel, minha mãe, a aquisição do lar é fundamental para ser feliz, quando perguntada sobre o porquê de ter o sonho da casa própria.

“[...] é o único sonho que poderia me deixar mais feliz...eu não tenho o sonho de ficar rica, sonho de ter um carro, eu não sonho de ter... Não! Meu sonho é ter uma casa “pra” mim “pra” quando eu morrer eu deixar minhas filhas dentro dela [...] Enquanto Deus não realizar esse sonho, esse sonho nunca vai acabar na minha cabeça. Nunca vai acabar! É meu maior sonho base que eu tenho. É fundamental eu ter minha casa e bater no meu peito e dizer: ‘Eu tenho minha casa própria, eu vou morrer, mas, vou deixar minhas filhas dentro de uma casa’.” (L.R, 2017)

A minha mãe mora e nasceu em São Luís do Maranhão, tem 46 anos e mora de aluguel há mais de 15 anos com minha irmã e eu. Ela já morou em cerca de 10 casas diferentes em todos esses anos e, antes de começar a morar de aluguel, ela habitou uma residência de taipa e barro, cobertura de palha, sem luxo e sem energia elétrica (semelhante a residência da Figura.3).

Lembro-me que na minha infância, nós também morávamos em uma casa de taipa assim como todas as famílias da vizinhança. Com o passar do tempo, algumas famílias mudaram o material, a técnica construtiva; então, a paisagem urbana tomou uma nova aparência: o barro foi substituído pela alvenaria. Contudo, para dona Leila, a casa dos sonhos não precisa ser grande ou de tijolo, basta ser um espaço confortável que acomode sua família.



Figura.3- Casa de taipa típica do interior do Maranhão

Fonte: www.josuemoura.com (2010)

2.3 Perspectivas futuras

Após muitos anos em um cenário de precariedade e barreiras ao acesso à moradia, algumas ferramentas foram criadas a fim de facilitar a compra da edificação e melhorar as condições de habitabilidade das pessoas de baixa renda que vivem de

maneira informal nas margens da cidade ou, até mesmo, próximo aos centros urbanos.

Uma dessas ferramentas é o projeto “Minha Casa, Minha Vida”. Lançado no ano de 2009 o projeto veio oferecendo moradia de qualidade para a população de baixa renda, visando contribuir para a redução do déficit habitacional existente no país. Pensado para abarcar famílias que tenham renda mensal de até 10 salários mínimos, o programa funciona oferecendo financiamento de apartamentos (Figura. 4) e casas aos inscritos que atendam aos critérios de seleção; tendo como meta inicial a construção de 1 milhão de unidades habitacionais.

Segundo Vanderley Ramos (apud. GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, 2017), procurador do Estado

“Quem ganha com isso são as famílias que vivem às margens do Rio Anil, em palafitas construídas em região de mangue; pessoas que não estão tendo acesso a condições dignas de moradia. Lógico que esse não é um ganho imediato, tendo em vista que as construções estão no início, mas a garantia de continuidade da obra é um elixir para a dor dessa gente que merece ser tratada com mais respeito”.

Desde sua criação, o programa vem facilitando o acesso à moradia para milhões de pessoas ao redor do Estado. Entretanto, o programa não atende, totalmente, à demanda da habitação e nem resolve o problema social. Isso porque a maior parte das edificações do programa se encontram em localidades distantes dos centros comerciais, e em regiões sem infraestrutura suficiente que facilite o transporte e circulação dos moradores. Gapara, Maioba, Tajaçuaba, Maracanã, Cidade Verde são exemplos de bairros mais afastados do Centro da Capital e que possuem instaladas as habitações do Minha Casa, Minha Vida.

Dessa forma, ainda que venha avançando e contribuindo para o alcance ao sonho da casa própria, o programa ainda conta com deficiências, que indiretamente vêm contribuindo para a agravamento de outros problemas sociais, por exemplo, a segregação socioespacial.



Figura.4- Apartamentos do Programa Minha Casa, Minha Vida em São Luís

Fonte: www.oimparcial.com.br (2016)

Outra ferramenta importante foi a Lei denominada Estatuto da Cidade, em 2001. De acordo com a definição no *parágrafo único* da LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001 a lei, “[...] estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.” Ou seja, uma lei criada para melhorar as condições de vida do cidadão após a grande especulação imobiliária no país que limitava cada vez mais o acesso à terra e a moradia.

Ele propõe uma reforma urbana que seria responsável pelo desenvolvimento social e econômico da cidade. Uma dessas reformas é a Requalificação Urbanística e Social das favelas. Ela é uma proposta menos difundida, mas que pode proporcionar melhorias nos modos de morar e garantir a moradia no meio urbano. Através do incentivo da habitação no centro, visa melhor aproveitamento das áreas já urbanizadas de forma que a população consiga aproveitar os serviços urbanos.

Conforme a arquiteta e urbanista, Ermínia Maricato (apud. Portal Vermelho. Org, 2011), o Estatuto da Cidade é uma conquista popular e se caracteriza como um texto brilhante e de inovação, mas, que sem apoio popular se torna mais difícil de implementar, isto é: sem apoio e reivindicação da sociedade essa lei não passará da teoria e provavelmente, não cumprirá com o seu papel social e político.

3 | METODOLOGIA

3.1 Classificação da metodologia

3.1.1 Pesquisa bibliográfica

A primeira parte da metodologia aplicada neste projeto foi através da elaboração de toda a parte conceitual com auxílio de pesquisas bibliográficas que referenciam e conduzem o estudo por meio de livros, teses, monografias, material online para fazer uma coleta de dados mais abrangente a fim de cumprir com os objetivos já estabelecidos.

Primeiramente, foram pesquisados os conceitos básicos para que se entendesse o assunto. Por exemplo, definições de Modos de Morar, Desigualdade Social, Direito à Moradia etc., em seguida, o conteúdo foi analisado e comparado com outras literaturas, sendo posteriormente transcritas somente as referências viáveis para o uso.

3.1.2 Pesquisa de campo

Nesta etapa usou-se de uma entrevista que possui caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa e recorte transversal. Foi realizado estudo de caso único em que foi entrevistada uma moradora da cidade de São Luís que residiu em diferentes tipos de habitação. A entrevista foi semiestruturada, ou seja, escrita,

gravada e reescrita com a autorização da participante. Ela foi realizada a domicílio e em dia e horário convenientes para a pesquisa.

Além disso, a entrevista foi transcrita pela pesquisadora e foram feitas categorizações das falas. Em seguida, foram extraídos os principais trechos do relato de vida. A análise de conteúdo foi realizada complementando os achados bibliográficos. Por fim, a participante autorizou o uso das informações para fins acadêmicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sonho da casa própria se faz presente na perspectiva de felicidade do ser humano. Porém, há barreiras impostas, principalmente, pelo mercado imobiliário que faz da habitação e da cidade uma mercadoria cara e de acesso restrito para a maior parcela da sociedade, formada por trabalhadores de classe média baixa.

Apesar dos avanços tecnológicos e políticos no que diz respeito ao direito à moradia, inúmeros cidadãos não conseguem realizar a meta de possuir uma residência saudável e confortável na cidade formal. Dessa forma, eles acabam por buscar meios alternativos de adquirir um lar, muitas vezes em áreas afastadas do centro, áreas de riscos e periferias.

Para amenizar esse quadro, ferramentas como o projeto Minha Casa, Minha Vida e o Estatuto das Cidades vêm facilitar o acesso à moradia e a propriedade, em parcerias com órgãos públicos e privados.

Todavia, é necessário a criação de novas oportunidades, bem como uma participação mais ativa do poder público e da fiscalização das leis existentes, para que as diretrizes da legislação saiam do papel e sejam uma realidade na vida dos habitantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (2001). **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto das Cidades**. Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 25 jan. 2018.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: Família e Domicílio**. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000010435610212563616217748.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

HARVEY, D. “**O direito à cidade**”. *Lutas Sociais*, n. 29, São Paulo, jul./dez. 2012, p. 73-89.

KOWALTOWSKI, Doris C. C. K. “**Arquitetura e Humanização**”. *Revista Projeto* nº126, São Paulo, outubro 1989, pp. 129-132.

KOWALTOWSKI, Doris C. C. K., PINA, Silvia A. M. G., RUSCHEL, Regina C. “**Relatório Científico: Elementos Sociais e Culturais da Casa Popular, Campinas-SP**”. (a), Faculdade de Engenharia Civil, UNICAMP, Campinas, SP, Agosto 1995.

LEFEBVRE, H. “**O direito à cidade**”. Trad. de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

FATHY, Hassan. "Natural Energy and Vernacular Architecture: Principles and Examples with Reference to Hot Arid Climates". The University of Chicago Press, Chicago, 1986.

MARANHÃO. GOVERNO DO MARANHÃO. . **Estado do Maranhão garante continuidade de obras do Minha Casa Minha Vida na Ilhinha**. 2017. Disponível em: <<http://www.ma.gov.br/estado-do-maranhao-garante-continuidade-de-obras-do-minha-casa-minha-vida-na-ilhinha/>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

MARICATO, Ermínia. "**As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil.**" *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes (2000): 121-192.

MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito agrário brasileiro**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PORTAL VERMELHO (Fortaleza). Associação do Vermelho. **Ermínia Maricato: "O Estatuto da Cidade é uma conquista popular"**. 2011. Elaborada por Carolina Campos. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=157988>. Acesso em: 17 jan. 2018.

ROLNIK, R. **Direito à moradia**. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/direito-a-moradia-adequada/>>. Acesso em: 4 de out. de 2017.

SÃO LUÍS. **LEI Nº 4.669 DE 11 DE OUTUBRO DE 2006. Dispõe sobre o plano diretor do município de São Luís e dá outras providências**. São Luís: Câmara Municipal de São Luís, 2006. Disponível em: <[http://www.gepfs.ufma.br/legurb/LEI%204 669.pdf](http://www.gepfs.ufma.br/legurb/LEI%204%20669.pdf)>. Acesso em: 4 de out. de 2017.

VAINER, C.B. "**Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico**". *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes (2000): 75-103.

ESTRATÉGIAS BIOCLIMÁTICAS URBANAS: UMA APLICAÇÃO PARA CIDADE DE CLIMA TROPICAL

Fernanda Miguel Franco

IFMT - Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Mato Grosso
Cáceres-Mato Grosso

Arthur Guilherme Schirmbeck Chaves

IFMT - Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Mato Grosso
Cáceres-Mato Grosso

**Marta Cristina de Jesus Albuquerque
Nogueira**

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso
Cuiabá-Mato Grosso

RESUMO: A expansão das áreas urbanas aumentou nas últimas décadas, e a transformação dos espaços verdes em áreas construídas tornou-se uma das principais razões para a destruição de habitats naturais. A cidade de Cuiabá está localizada na região Centro-Oeste do Brasil e tem clima quente na maior parte do ano. O objetivo do presente trabalho foi realizar análise de paisagens urbanas para criação de propostas de intervenção utilizando estratégias bioclimáticas urbanas. Realizou-se um levantamento das estratégias bioclimáticas que poderiam ser utilizadas na área de estudo, atendendo as especificidades climáticas da cidade. Então foram selecionadas quatro principais estratégias bioclimáticas: Formato das ruas e distribuição da malha urbana,

espaços verdes, valorização dos cursos d'água, sombreamento e ventilação. As propostas apresentadas como criação de parques lineares, arborização e utilização de cortina verde nas edificações podem ser estratégias adotadas, pois já são consagradas na literatura e comprovadamente melhoram o desempenho microclimático dos espaços abertos.

PALAVRAS-CHAVE: Áreas verdes, Urbanismo sustentável, Conforto Ambiental.

URBAN BIOCLIMATIC STRATEGIES: AN APPLICATION TO TROPICAL CLIMATE CITY

ABSTRACT: The expansion of urban areas has increased in recent decades, and the transformation of green spaces into built-up areas has become one of the main reasons for the destruction of natural habitats. The city of Cuiabá is located in the Midwest region of Brazil and has hot weather most of the year. The objective of the present work was to analyze urban landscapes to create intervention proposals using urban bioclimatic strategies. We conducted a survey of bioclimatic strategies that could be used in the study area, taking into account the climate specificities of the city. Four main bioclimatic strategies were selected: Street format and urban grid distribution, green spaces, enhancement of watercourses, shading

and ventilation. The proposals presented as the creation of linear parks, afforestation and the use of green curtains in buildings can be adopted strategies, as they are already established in the literature and have been shown to improve microclimate performance of open spaces.

KEYWORDS: Green Areas, Sustainable Urbanism, Urban Climate.

1 | INTRODUÇÃO

A urbanização no Brasil intensificou-se a partir da década de 40, esse processo incorporou-se às modificações estruturais por que passava a sociedade brasileira. Esse fato assume uma dimensão estrutural, sendo assim não é só uma mudança territorial, mas é a própria sociedade brasileira que se transforma cada vez mais em urbana. Segundo Turrini e Knop (2015), as cidades cresceram rapidamente em tamanho e densidade, e como consequência desse aumento, os espaços verdes passaram por uma crescente pressão durante o processo de urbanização, afetando de forma negativa os serviços ecossistêmicos, o bem-estar e a saúde dos moradores urbanos.

A transformação de espaços verdes em áreas construídas, tornou-se uma das principais razões para a destruição de habitats. As áreas vegetadas e as rotas cênicas foram substituídas por superfícies concretadas e impermeáveis, e os rios canalizados e limitados por concreto (NOR et al., 2017).

O urbanismo bioclimático propõe estratégias, para tornar os espaços abertos mais adequados com objetivo específico de agir da maneira mais coerente com o meio ambiente. Dentre as principais estratégias, destaca-se o planejamento da infraestrutura verde urbana, a mesma permite a conectividade entre os tipos de espaços verdes existentes no interior e entorno da cidade, proporcionando melhorias na qualidade de vida e nos serviços ecossistêmicos (QIAN et al., 2015).

O design urbano afeta o modo como o clima será modificado para criar microclimas. A orientação das ruas, por exemplo, causa interferência na direção dos ventos, a largura das ruas interfere na quantidade de radiação solar que é recebida e irradiada na forma de calor para a população e demais elementos da paisagem. Assim, o design urbano, pode contribuir para a criação de microclimas mais amenos. (BROWN et al. 2015; MORINI, 2018).

A cidade de Cuiabá está localizada na região Centro-Oeste do Brasil e tem um clima caracterizado como Tropical Continental com duas estações definidas: uma quente e seca, e outra quente e úmida. Em ambas as estações estão presentes as altas temperaturas.

Ambientes urbanos em regiões de clima Tropical Continental, sem influência marítima, estão sujeitos a ocorrência de ilhas de calor, principalmente quando não se planeja o uso do solo. Cuiabá apresenta baixa frequência e velocidade média dos ventos, o que torna a influência do espaço construído sobre a temperatura do ar mais

perceptível. (SANTOS, 2013)

O objetivo do presente trabalho foi realizar uma análise da paisagem urbana para criação de propostas de intervenção utilizando informações climáticas e estratégias bioclimáticas urbanas na cidade de Cuiabá-MT, mais especificamente em três bairros: Boa Esperança, Santa Cruz e Jardim Universitário.

2 | MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Área de Estudo

De acordo com Amorim (2014), a cidade de Cuiabá surgiu como consequência da expansão paulista pelas monções, que seguiam os rios Tietê e Paraguai, a principal preocupação era a ocupação urbana, sem haver nenhum planejamento, a questão climática ainda não era correlacionada com as atividades antrópicas, sendo assim não considerada.

A cidade de Cuiabá-MT tem clima quente na maior parte do ano, tendo duas estações climáticas bem definidas: chuvosa (outubro a abril) e seca (maio a setembro); pela classificação climática de Köppen, o clima da cidade de Cuiabá é Aw Tropical semi-úmido. Sendo assim, faz-se necessário um planejamento urbano voltado para o conforto ambiental. (SANTOS, 2013)

A área de estudo encontra-se na região leste da cidade. Alguns Parques Urbanos estão nesta região, o Parque Cuiabano Tia Nair e o Parque Zoobotânico da UFMT, com vegetação ocupando aproximadamente 30% do campus. No entanto, as áreas verdes mais importantes da região, em diversidade e extensão, são as matas ciliares dos córregos Moinho, Carumbé, Fundo, Barbado e do Rio Coxipó (GUARIM; VILANOVA, 2008). A escolha dos bairros Boa Esperança, Santa Cruz e Jardim Universitário, deu-se devido à proximidade com alguns córregos, região economicamente valorizada, e considerável área de vegetação nativa remanescente.

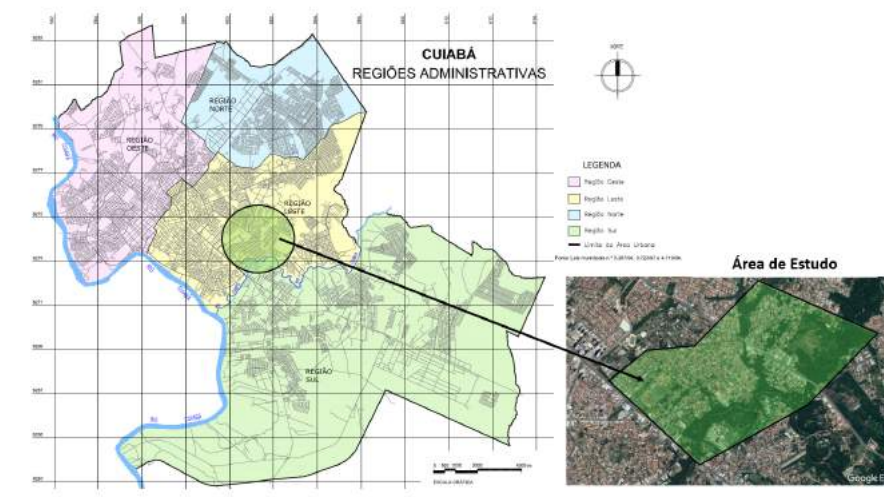


Figura 01: Localização da área de estudo no município de Cuiabá-MT.

Fonte: Adaptado IPDU Cuiabá, 2007.

2.2 Princípios para proposta de intervenção

As soluções bioclimáticas urbanas utilizam projetos de intervenções paisagísticas e arquitetônicas com o intuito de propiciar conforto ambiental, seja por meio de uso adequado de arborização ou através de outros elementos e produtos arquitetônicos.

Sendo assim, realizou-se um levantamento, através de pesquisa bibliográfica, das estratégias bioclimáticas que poderiam ser utilizadas na cidade de Cuiabá atendendo a sua especificidade climática. Então foram selecionadas quatro principais estratégias.

1. Formato das ruas e distribuição da malha urbana - A orientação e largura das ruas, assim como a distribuição da sua malha podem proporcionar proteção da radiação solar direta, favorecendo o conforto ambiental ao nível do pedestre. A geometria da malha urbana, também possibilita o uso dos ventos locais para reduzir a carga térmica das edificações, gerando economia com o uso de sistema de resfriamento. (FRANCO et al., 2015; MORINI et al., 2018)

2. Espaços Verdes - A distribuição de espaços verdes no ambiente urbano tem papel fundamental na redução do desconforto causado pelo aumento da temperatura urbana. Áreas vegetadas podem ocupar espaços na arborização das vias, canteiros centrais, praças e parques. Assim sendo, o design urbano deve considerar o tipo e a quantidade de vegetação que melhor se adequa a região climática em que está inserida. (KLEMM et al., 2015; RINK; ARNDT, 2016).

3. Valorização dos cursos d'água - A presença de cursos d'água podem ter uma importância fundamental nos períodos de seca, melhorando a qualidade do ar através do aumento da umidade. O papel da água é muito importante, pois causa efeito de resfriamento através da evaporação, favorecendo assim o conforto ambiental (ALBERS et al., 2015; GIANNAKIS et al., 2016).

4. Sombreamento e circulação de ar - Em espaços abertos, a radiação solar e o vento devem ser controlados para proporcionar conforto térmico e garantir o uso desses espaços. Áreas sombreadas com elementos construídos (pergolas, marquises ou quiosques) ou com disposição de árvores, juntamente com o uso de materiais de baixa absorção, podem minimizar os problemas provocados pela radiação solar excessiva. (ESCH, 2015; MASOUMI et al., 2017)

Tendo em vista todos esses princípios bioclimáticos, já consolidados e estudados pelos autores citados, foram propostos alguns pontos de intervenção de paisagem urbana na cidade de Cuiabá.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Análise microclimática da região de estudo

O uso e ocupação do solo é um dos fatores responsáveis pelo ganho térmico no ambiente urbano e conseqüentemente pela formação de ilha de calor. No clima

urbano deve-se considerar que os fatores mais significativos para o resfriamento são a presença de vegetação, água e áreas permeáveis. Em contrapartida os fatores que causam o aumento das temperaturas são área construída e superfície impermeabilizada (GUNAWARDENA et al., 2017).

Em pesquisa realizada por Franco et al. (2015) na cidade de Cuiabá, em 24 pontos distribuídos no percurso entre os bairros Boa Esperança, Santa Cruz e Jardim Universitário, foram coletados dados sobre a radiação solar e temperatura do ar para estudo comparativo. Sendo assim foi observado que os pontos com altas temperaturas do ar também possuem elevado índice de exposição à radiação solar (Figura 2). A autora descreve uma diferença de temperatura de 1,0°C associado a uma variação da radiação de 224W/m².

A presença de sombreamento foi um dos pontos favoráveis as menores taxas de temperatura do ar, em muitos pontos o sombreamento era realizado pela arborização. As maiores temperaturas foram encontradas em locais densamente ocupados e com elevado tráfego de veículos. Em estudo realizado por Barros e Lombardo (2016), na cidade de São Paulo, constatou-se que a baixa presença de vegetação foi a principal causa da distribuição espacial e intensidade de ilha de calor urbana.

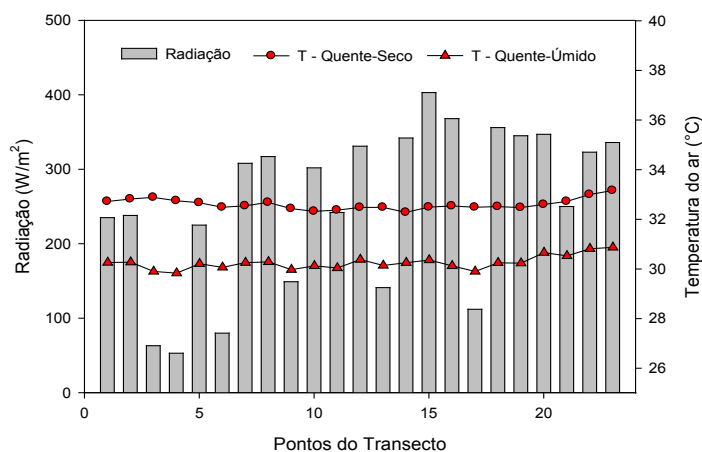


Figura 02: Comparação entre radiação solar e temperatura do ar média.

Fonte: Franco et al. (2015)

3.2 Estratégias bioclimáticas sugeridas

Por meio dos dados microclimáticos analisados anteriormente, é possível notar alguns locais nos bairros estudados que apresentaram elevados índices de radiação solar e temperatura do ar. No entanto, há regiões que devido a sua configuração e alguns atributos naturais, como presença de vegetação e cursos d'água, obtiveram melhor desempenho microclimático. Tendo em vista esses aspectos, são sugeridos alguns mecanismos urbanos e paisagísticos, que podem melhorar o aspecto climático dessas regiões.

3.3 Criação de Parques Lineares

O rio tem um importante papel na paisagem urbana de Cuiabá, pois a colonização da cidade esteve ligada aos rios e córregos. O desenvolvimento inicial da cidade, por exemplo, ocorreu às margens do Córrego da Prainha e do Rio Cuiabá.

Um exemplo interessante de intervenção em regiões ribeirinhas é a criação de parque linear aproveitando o traçado tortuoso que a natureza providencia. Na área de estudo, estão presentes o Rio Coxipó e o Córrego do Moinho, que devido as suas dimensões e estado de preservação, são propícios à tal intervenção.

O rio Coxipó percorre a região sudeste na parte posterior do bairro Boa Esperança, possui mata ciliar preservada, salvo em alguns poucos locais onde há acesso ao rio. O planejamento do bairro não levou em consideração a presença do rio, sendo assim o mesmo é pouco valorizado. A situação atual é de descaso, nas suas margens são encontrados sacos plásticos, garrafas, papelão e todo tipo de lixo, em alguns pontos de maneira ilegal é possível notar o lançamento de esgoto doméstico. O principal problema desse rio é o seu anonimato, um rio visto é também um rio apreciado. Uma solução interessante para esse caso seria dar acesso ao rio, proporcionando segurança e lazer a população do entorno, figura 3A.

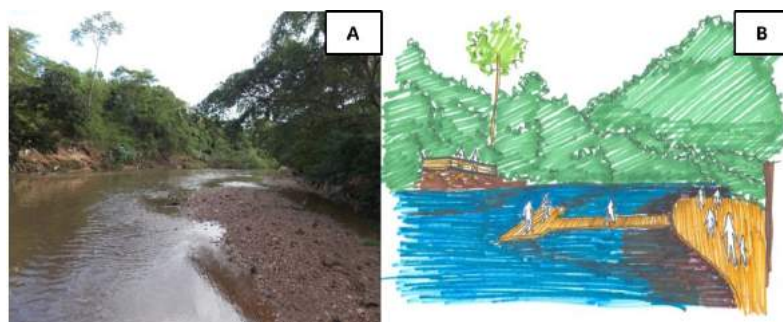


Figura 3: (A) Imagem rio Coxipó bairro Boa Esperança (B) Croqui de intervenção no rio Coxipó.

Fonte: Autores, (2019)

A intervenção contaria com abertura de caminhos de acesso ao rio com mirantes de contemplação, deque e locais de acesso para banho já que se sugere uma investigação e tratamento de água, figura 3B. O local seria trabalhado de forma a fornecer um elevado valor de recreação, buscando integrar o rio com a paisagem da cidade.

No córrego Moinho, localizado ao leste do bairro Santa Cruz, também foi proposta uma intervenção a fim de dar mais visibilidade a esse curso d'água, figura 4A. A bacia hidrográfica do Córrego do Moinho é afluente do Rio Coxipó e este do Rio Cuiabá.

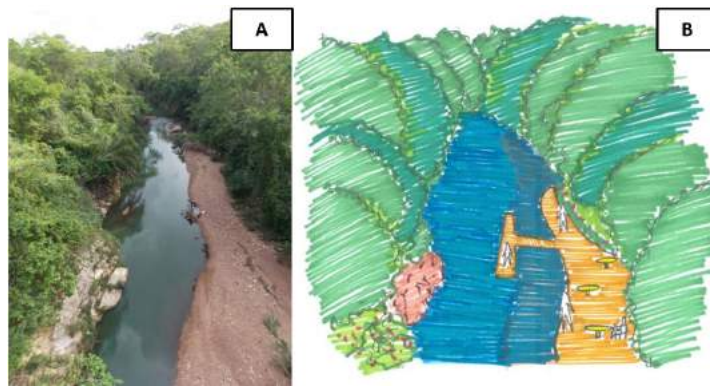


Figura 4: (A) Imagem do córrego do Moinho (B) Croqui de intervenção no córrego do Moinho.

Fonte: Autores, (2019)

No córrego Moinho é necessário prover acesso ao rio, fato esse que não ocorre atualmente, seria criada uma área para contemplação e permanência, com destaque a paisagem que já existe, pois o rio e sua mata ciliar encontram-se relativamente preservados, figura 4B.

O desenvolvimento do espaço verde ao longo dos rios urbanos poderia mitigar a ilha do calor urbano, melhorar o bem-estar físico e mental dos moradores da cidade e a resiliência as inundações.

O Rio Cheonggyecheon em Seoul é um exemplo de intervenção bem-sucedida. Em julho de 2003, o prefeito de Seoul, Lee Myung-bak começou a remover a via expressa elevada e abrir o rio que antes estava canalizado, figura 5, uma mudança radical no desenvolvimento da cidade. Houve um grande movimento de união da sociedade para reintroduzir a natureza no ambiente urbano (REIS; SILVA, 2016).



Figura 5: Intervenção no rio Cheonggyecheon antes (imagem a) e depois (imagens, b, c, d).

Fonte: Adaptado de Reis e Silva 2016.

No trabalho intitulado “Projeto de Intervenção Urbana: Parque Linear da Prainha em Cuiabá- MT, Uma Ruptura de Paradigmas”, Silva e Netto (2008) propuseram uma realidade alternativa através da implementação do Parque Linear da Prainha, uma importante avenida localizada no centro histórico de Cuiabá. A proposta foi reabrir o rio

que atualmente se encontra canalizado, transformando as suas margens num local de lazer, resgatando a importância histórica do local e melhorando também os aspectos microclimáticos, figura 6.

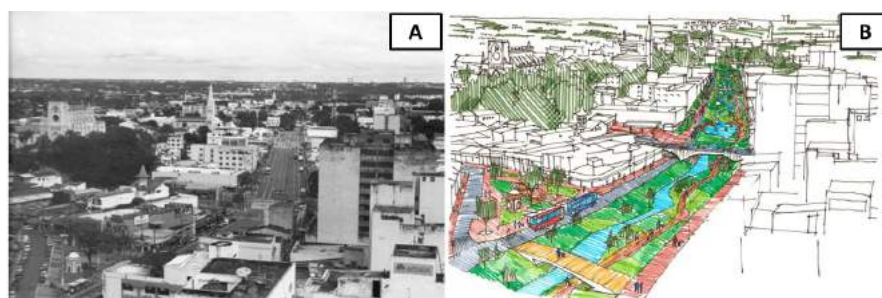


Figura 6: Imagem (A) vista da Av. Prainha canalizada. Imagem (B) no mesmo enquadramento da imagem (A), o croqui do Parque Linear da Prainha.

Fonte: SIVA; NETTO, 2008

No cenário atual, com as questões ambientais e sociais adquirindo maior relevância, podemos encontrar diversas iniciativas voltadas para a integração e compatibilização de cursos de água, tentando, assim, a conciliação dos rios com as cidades. Os benefícios da implantação de Parques Lineares são diversos e vão além da preservação das espécies nativas.

3.4 Arborização Urbana

Outra intervenção necessária é a arborização urbana, a utilização dos passeios sombreados pensando na cidade do ponto de vista do pedestre. A cidade de Mendoza na Argentina é um oásis no deserto, possui grande concentração de vias arborizadas.

Correa et al. (2012) pesquisaram o conforto proporcionado por corredores verdes urbanos de 16m, 20m e 30m de largura na cidade de Mendoza. Verificou-se que durante o dia, o controle da radiação solar é fundamental para obter condições de conforto. Além disso, a estrutura do corredor verde combinado com a morfologia urbana reduz o resfriamento convectivo.

O planejamento e execução de um plano diretor de arborização urbana para a cidade de Cuiabá se faz imprescindível, pois as características climáticas da cidade tornam o conforto ambiental um item obrigatório.

Em todas as ruas avaliadas no estudo de Franco et al. (2015) em Cuiabá é notada a interferência da vegetação. Em locais arborizados a temperatura do ar tendia a ter um menor índice enquanto em locais sem arborização as temperaturas eram mais elevadas.

Duas vias que deveriam ter uma arborização eficiente principalmente pelo fluxo de pedestres e importância como via de tráfego, são a Avenida Fernando Corrêa e a Avenida Das Torres. A proposta elaborada para a Av. Fernando Correa envolve a criação de canteiros com espécies rasteiras e o plantio de árvores de médio porte espaçadas a cada cinco metros, figura 7B.

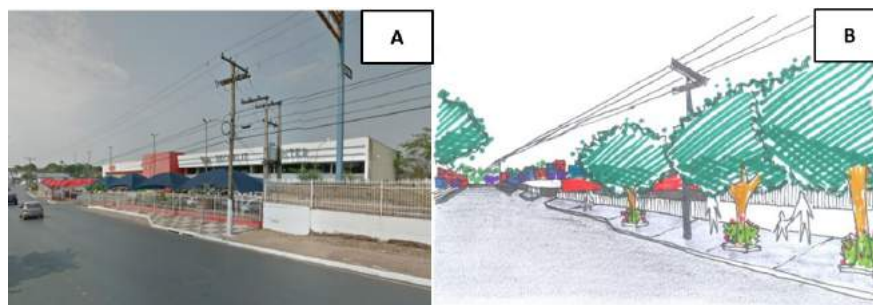


Figura 7: (A) Imagem da Av. Fernando Correa (A) Croqui de intervenção, arborização.

Fonte: (A) *Google Street View*, (2017)

Na Avenida das Torres propõem-se a arborização das calçadas com a criação de canteiros onde seriam cultivadas espécies rasteiras e árvores de médio porte, no canteiro central é sugerido a criação de uma ciclovia e arborização com árvores de médio e grande porte, podendo se incluir espécies frutíferas para atração da avifauna, criando assim uma via verde, figura 8B.

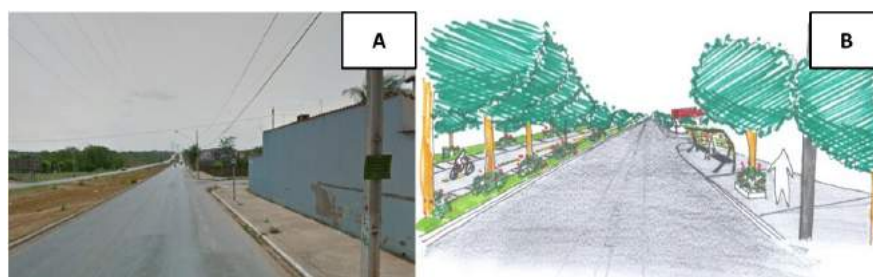


Figura 8: (A) Imagem da Av. das Torres (B) Croqui de intervenção, arborização e ciclovia.

Fonte: (A) *Google Street View*, (2017)

Em estudo realizado na Turquia por Akpinar (2016) sobre vias verdes, foi constatado que a arborização viária oferece importantes benefícios, dentre eles, atividades de saúde, recreação e lazer. Numerosos estudos ilustram os benefícios ecológicos, ambientais, sociais, estéticos, econômicos e a importância das vias verdes urbanas.

3.5 Cortina e Parede Verde

Outro aspecto importante a ser considerado é o uso de materiais na construção civil, as vias com grande concentração de edifícios tendiam a ter maior temperatura do ar que em vias com menor quantidade de edificações, assim também como o seu uso comercial ou residencial. O uso do concreto e do aço criam microclimas desfavoráveis, sendo assim temos alguns exemplos de como melhorar a qualidade climática com o uso da cortina verde.

A cortina verde se caracteriza pelo plantio e desenvolvimento de uma vegetação trepadeira, com auxílio de suportes, posicionada em frente e afastada das superfícies verticais da edificação. A denominação vem do termo inglês “green curtain”, sendo

considerada um tipo específico de jardim vertical.

O arquiteto Bruno Stagno destaca-se na Costa Rica por realizar uma arquitetura adaptada as condições de clima regional, mais sustentável, com soluções de climatização natural, o edifício “Pergola” é um exemplo disto. Para proteger da insolação excessiva, o prédio de concreto foi envolvido externamente por uma estrutura metálica que serve de suporte para o crescimento de plantas trepadeiras, que estabelecem um filtro climático responsável por diminuir a temperatura interna (SEGRE, 2007).

A cortina verde é uma solução que pode contribuir para diminuir a radiação solar incidente na alvenaria da edificação. Em nível urbano, a vegetação possui o mecanismo de evapotranspiração, que ocasiona o aumento dos índices de umidade relativa, trazendo um maior conforto ao pedestre.

A sugestão é adoção de vegetação na fachada das edificações principalmente em locais onde o plantio de árvores é difícil. Na Rua Vinte, figura 9A onde possui vários edifícios com poucos pavimentos devido à proximidade com a universidade em sua maioria é moradia de estudantes, é necessário criar um microclima agradável para favorecer a caminhada nas calçadas.

A sugestão é de arborização das calçadas, figura 9B, com o uso de espécies adequadas que proporcionem sombra, mas ao mesmo tempo não causem danos às calçadas e vias públicas. Para melhorar o conforto térmico das construções é sugerido a utilização da cortina verde, figura 9C e 9D, pois protege as paredes da edificação da radiação solar direta, impedindo assim o ganho térmico e aquecimento do interior da construção.

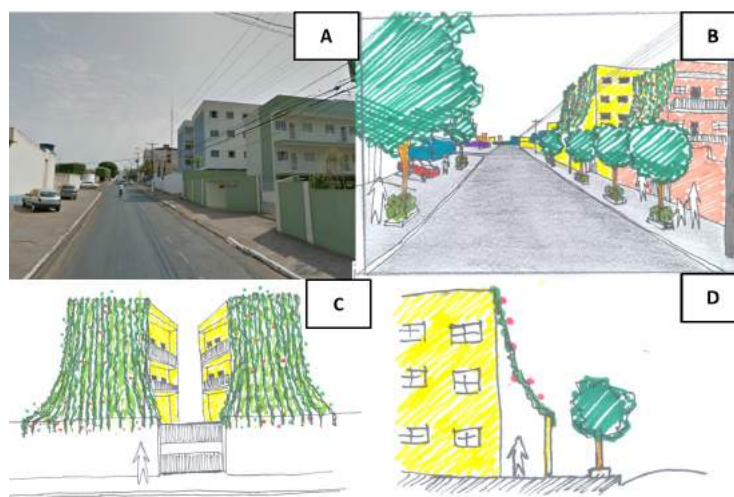


Figura 9: (A) Imagem da Rua Vinte, (B, C e D) Croqui de intervenção cortina verde nas edificações e arborização nas calçadas
Fonte: (A) Google Street View 2017

As estratégias acima citadas são apenas algumas de muitas que o poder público pode fazer uso, tornando assim a cidade mais bonita do ponto de vista estético e mais confortável do ponto de vista microclimático.

A sustentabilidade ambiental nas cidades depende de ações efetivas e devem ser aplicadas em conjunto com investimentos, incentivos e aplicação de programas e

projetos do poder público e parceria com a comunidade a ser beneficiada.

4 | CONCLUSÕES

Existem inúmeros fatores responsáveis por tornar o ambiente urbano um lugar hostil, no entanto é papel do planejador urbano juntamente com a comunidade, criar condições onde as pessoas se apropriem dos espaços ao ar livre e se sintam confortáveis.

O urbanismo bioclimático tem que ser antes de tudo uma proposta sustentável propondo ferramentas de planejamento e projetos para as cidades e suas especificidades. A cidade de Cuiabá possui clima quente e necessita de propostas para tornar o ambiente urbano habitável.

As propostas apresentadas como criação de parques lineares, arborização e utilização de cortina verde nas edificações podem ser estratégias adotadas, pois já são consagradas na literatura e comprovadamente melhoram o desempenho microclimático dos espaços abertos.

REFERÊNCIAS

- AKPINAR, A. Factors influencing the use of urban greenways: A case study of Aydın, Turkey. **Urban Forestry & Urban Greening**, v.16, p.123–131, 2016.
- ALBERS, R. A. W.; BOSCH, P. R.; BLOCKEN, B.; VAN DEN DOBBELSTEEN, A. A. J. F.; VAN HOVE, L. W. A.; SPIT, T. J. M.; VAN de VEN, F.; VAN HOOFF, T.; ROVERS, V. Overview of challenges and achievements in the Climate Adaptation of Cities and in the Climate Proof Cities program. **Building and Environment**, v. 83, pp. 1-10, 2015.
- AMORIM, M. L. Monções: canoas de histórias nos rios do ouro cuiabano. **Revista de História da UFMS/CPCX** v. 1, n° 1, 2014.
- BARROS, H. R.; LOMBARDO, M. A. A ilha de calor urbana e o uso e cobertura do solo em São Paulo-SP. **GEOUSP (Online)**, São Paulo, v. 20, n° 1, p. 160 – 177, 2016.
- BROWN, R.; VANOS, J. K.; KENNY, N. A.; LENZHOLZER, S. Designing urban parks that ameliorate the effects of climate change. **Landscape and Urban Planning**, v. 138, p. 118-131, 2015.
- CORREA, E.; RUIZ, M. A.; CANTON, A.; LESINO, G. Thermal comfort in forested urban canyons of low building density. An assessment for the city of Mendoza, Argentina. **Building And Environment**, v. 58, p. 219-230, 2012.
- ESCH, M. P. v. Designing the Urban Microclimate. A framework for a design-decision support tool for the dissemination of knowledge on the urban microclimate to the urban design process. **A+BE: Architecture and the Built Environment**, v. 6, pp.1-308, 2015.
- FRANCO, F. M.; NOGUEIRA, M. C. J. A.; SANTOS, L. O. A influência da geometria do cânion urbano sobre o microclima: um estudo para cidade de Cuiabá-MT. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v.11 n.22; p. 3461-3472, 2015.
- GIANNAKIS, E.; BRUGGEMAN, A.; POULOU, D.; ZOUMIDES, C.; ELIADES, M. Linear Parks Along

- Urban Rivers: Perceptions of Thermal Comfort and Climate Change Adaptation in Cyprus. **Journal Sustainability**, v. 8, p. 2-16, 2016.
- GUARIM, V. L. M. S; VILANOVA, S. R. F. (Org.). **Parques urbanos de Cuiabá, Mato Grosso: Mãe Bonifácia e Massairo Okamura**. Cuiabá: Entrelinhas/Edufimt, 112p, 2008.
- GUNAWARDENA, K. R.; WELLS, M. J.; KERSHAW, T. Utilising green and bluespace to mitigate urban heat island intensity. **Science of the Total Environment**, v.584-585, pp.1040-1055, 2017.
- KLEMM, W.; HEUSINKVELD, B. G.; LENZHOLZER, S.; JACOBS, M. H.; VAN HOVE, B. Psychological and physical impact of urban green spaces on outdoor thermal comfort during summertime in The Netherlands. **Building and Environment**, v.83, pp. 120-128, 2015.
- MASOUMI, H. R.; NEJATI, N.; AHADI, A. A. Learning from the Heritage Architecture: Developing Natural Ventilation in Compact Urban Form in Hot-Humid Climate: Case Study of Bushehr, Iran. **International Journal of Architectural Heritage**, v.1, nº3, p.415-432, 2017.
- MORINI, E.; CASTELLANI, B.; DE CIANTIS, S.; ANDERINI, E.; ROSSI, F. Planning for cooler urban canyons: Comparative analysis of the influence of façades reflective properties on urban canyon thermal behavior. *Solar Energy*, v.162, pp.14-27, 2018.
- NOR, A. N. M; CORSTANJE, R.; HARRIS, J. A.; BREWER, T. Impact of rapid urban expansion on green space structure. **Ecological Indicators**, v. 81, p. 274–284, 2017.
- QIAN, Y.; ZHOU, W.; LI, W.; HAN, L. Understanding the dynamic of greenspace in the urbanized area of Beijing based on high resolution satellite images. **Urban Forestry & Urban Greening**, v. 14, p. 39–47, 2015.
- REIS, L. F.; SILVA, R.L.M. da. Decadência e renascimento do Córrego Cheong-Gye em Seul, Coreia do Sul: as circunstâncias socioeconômicas de seu abandono e a motivação política por detrás do projeto de restauração. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**. v.8, n.1, pp.113-129, 2016.
- RINK, D.; ARNDT, T. Investigating perception of green structure configuration for afforestation in urban brownfield development by visual methods-A case study in Leipzig, Germany. *Urban Forestry and Urban Greening*, v.15, pp.65-74, 2016.
- SANTOS, F. M. M. Clima urbano de Cuiabá-MT-Brasil: ocupação do solo e suas influências. *Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas - UFSM, Santa Maria* **Revista Monografias Ambientais – REMOA**, v. 12 n. p. 2749 – 2763, 2013.
- SEGRE, R. **Bruno Stagno: agência bancária e edifícios de escritório, Costa Rica. Projeto Design**. Edição 323, Janeiro de 2007. Disponível em <http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/bruno-stagno-agencia-bancaria-13-02-2007.html>, acesso em 12 dez. 2018.
- SILVA, G. J. A.; NETTO, L. R. G. Parque Linear da Prainha, Cuiabá MT: uma ruptura de paradigmas na intervenção urbana. **Arquitextos (São Paulo)**, v. 01, p. 489, 2008.
- TURRINI, T.; KNOP, E. A landscape ecology approach identifies important drivers of urban biodiversity. **Global Change Biology**, v.21, p. 1652-1667, 2015.

REGENERAÇÃO DA PAISAGEM: O “ELEMENTO NATUREZA” NA EDIFICAÇÃO DAS CIDADES

Carolina Caldas Barducci

SENAC SJRio Preto

carol_barducci@hotmail.com

Dalva Olívia Azambuja Ferrari

SENAC SJPreto

dalvaoferrari@gmail.com

Lucas Farinelli Pantaleão

FAUeD/UFU

lfarinelli@ufu.br

RESUMO: O capítulo é fruto de monografia de final de curso de Pós-graduação (*Lato Sensu*) em Projetos Sustentáveis para Arquitetura e Design. Tem como objetivo demonstrar como a apropriação de elementos naturais por parte das edificações pode contribuir para uma regeneração da paisagem e das cidades no tocante à promoção do bem-estar físico e mental dos seres humanos (qualidade de vida). No sentido de evidenciar como o resgate do “elemento natureza” vem sendo aplicado às edificações com finalidade terapêutica, utilizou como metodologia de pesquisa o levantamento teórico específico (revisão bibliográfica) em paralelo à uma sistematização de cases contemporâneos internacionais (estudos de caso). Dentre os resultados obtidos e as possíveis contribuições, o estudo apresenta a diagramação de uma “posologia da natureza” a

fim de sugerir considerações de como incorporar o verde nas cidades, de modo a fomentar uma arquitetura integral, por meio de projetos de edificação ecologicamente conscientes.

PALAVRAS-CHAVE: Natureza, Bem-estar, Paisagismo Sustentável, Cidades Verdes, Jardins de Cura.

LANDSCAPE REGENERATION: THE

“NATURE ELEMENT” IN CITIES BUILDING

ABSTRACT: The chapter results of a Post-graduate monograph (*Lato Sensu*) on Sustainable Projects for Architecture and Design. It aims to demonstrate how the appropriation of natural elements by buildings can contribute to a city regeneration in terms of to promote physical and mental benefits to human beings (quality of life). In order to show how the rescue of “nature element” has been applied to buildings with therapeutic purposes, the research methodology used was the specific theoretical survey (bibliographic review) in parallel to a systematization of international contemporary cases (building studies). Among the results and possible contributions, the study presents a “posology of nature” diagram in order to suggest considerations of how to incorporate green in the cities, for the purpose of encourage an integral architecture, through ecologically conscious building projects.

KEYWORDS: Nature, Well-Being, Sustainable Landscaping, Green Towns, Healing Gardens.

1 | INTRODUÇÃO

“A imagem da paisagem do desenvolvimento deve ser alterada sutilmente à medida que quantidades crescentes de aprendizagem e cultura venham a prevalecer nos declives”

[Edward O. Wilson]

A natureza exerce grande influência em aspectos de conforto ambiental e percepção do ambiente construído. A ausência da vegetação em edificações ou na paisagem urbana resulta em uma série de impactos ambientais, econômicos e sociais.

A necessidade de reconectar as pessoas à natureza inserida no ambiente construído aparece como imperativo existencial no contexto da transição mundial do século XXI. O desafio das cidades sintetiza a transformação urbana, enquanto o desafio das pessoas reside na tomada de consciência deste afastamento progressivo entre humanidade e natureza. É notória a função profilática exercida pela vegetação nas condições de conforto térmico, assim como na redução do consumo energético em conjunto com outros fundamentos projetuais com vistas à sustentabilidade do edifício. A chamada “síndrome de falta de natureza” (LOUV, 2016), causada pelo distanciamento do ser humano de seu *habitat* natural – a natureza verde – vem se tornando um assunto recorrente no âmbito dos recentes estudos da arquitetura com vistas para a sustentabilidade.

Partindo do princípio que “nossa existência está intimamente ligada ao ambiente em que vivemos” (LEE, 2003, *Apud* VILLA; ORNSTEIN, 2013 p. 19), pode-se dizer que “o grande paradoxo, evidentemente, é o de os seres humanos precisarem de natureza e de civilização” (WILLIAMS, 2018, p. 205). Não obstante, o modo como as pessoas se comportam e se sentem nos ambientes, não depende apenas dos aspectos construtivos (PAPANÉK 2014, p. 115), uma vez que “a apreciação da arquitetura é multissensorial” (PORTEOUS, 1996, *Apud* VILLA; ORNSTEIN 2013, p. 94), ela atua nos “estímulos obtidos pelos quatro sentidos (visão, olfato, audição e tato)” (KELLER; BURKE, 2010).

Entre várias técnicas projetuais, o uso da natureza de forma intencional vem sendo corroborado por áreas como a biologia, psicologia e medicina. Visto que “o meio ambiente é um conjunto de organismos inter-relacionados” (KELLER; BURKE, 2010, p. 38), Keller e Burke defendem que “a abordagem da edificação integrada [...], é essencial para a definição contemporânea de edificação ou construção sustentável” (KELLER, BURKE, 2010, p. 49).

Grosso modo, a definição de Projeto Integrado corresponde à aplicação harmônica

dos conceitos que definem o reconhecido “Tripé da Sustentabilidade” (ELKINGTON, 2001). De uma perspectiva mais ampla, Day salienta que “a qualidade ambiental afeta a alma e o espírito humano” (DAY, 2013, p. 206-220). Neste sentido, este estudo procura evidenciar a importância do “elemento natureza” (WILLIAMS, 2018) no contexto do espaço/lugar e suas correlações com a cidade, no que tange à sustentabilidade do projeto de forma integral (WILBER, 2009).

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com o intuito de fundamentar nossa hipótese, bem como despertar a curiosidade do leitor, listamos de forma breve uma série de pesquisadores elencados por Willians (2018) que vem comprovando os benefícios do contato com a natureza, no âmbito das recentes abordagens científicas:

No Japão “cientistas estão a quantificar o papel da natureza na redução do *stress* e no estímulo à saúde mental através de uma abordagem baseada na hipótese da biofilia”. Enquanto que nos EUA, neurocientistas “estão mais interessados no modo como a natureza ajuda a recuperar os nossos cérebros deficitários em termos de atenção até um estado mais apurado de cognição” (WILLIANS, 2018, p. 21).

Qing Li, imunologista do Departamento de Medicina Ambiental da Faculdade de Medicina Nippon, em Tóquio, pela pesquisa ligada aos efeitos da natureza no *stress* e no estado de espírito e suas respectivas manifestações no sistema imunológico humano, como auxílio no combate de infecções, quando estimulado pelos aromas liberados pelas árvores;

Stephen e Rachel Kaplan pesquisadores na área da psicologia ambiental da Universidade do Michigan, nos EUA, que levantaram a hipótese da “Teoria da Restauração da Atenção”, evidenciando por meio de testes qualitativos, que a exposição em ambientes naturais torna o raciocínio mais claro, diminui a ansiedade, melhora o desempenho cognitivo e a atenção;

Roger Ulrich, psicólogo e arquiteto, autor da “Teoria da Redução do *Stress*” por meio dos efeitos visuais provenientes com contato com a natureza e seu papel curativo no nível emocional, psicológico e físico;

Shin Won-Sop, responsável pela Agência Florestal da Coreia do Sul e professor de Silvicultura Social na Universidade Nacional de Chungbuk, Coreia do Norte - a única licenciatura no mundo em Terapia da Floresta – vem desenvolvendo uma série de pesquisas sobre a medição dos benefícios obtidos pela interação do ser humano com natureza;

Peter Newman e Derrick Taff, guardas florestais e pesquisadores da Universidade Estadual da Pensilvânia, EUA, e Joshua Smyth, psicólogo de saúde bi-comportamental pela Universidade Estadual da Pensilvânia, avaliam os efeitos dos sons naturais (o vento, a água, e os pássaros) em nossa mente, como recurso curativo para os males

causados pela tensão provenientes do contato diário com ruídos urbanos (WILLIAMS, 2018, p. 38, 60, 61, 82, 105-109, 119)

Ainda baseados no levantamento de Willians, outra característica investigativa observada pela autora são os padrões fractais. Termo criado por Benoit Mandelbrot em 1975, utilizado para descrever padrões matemáticos que se aplicam visualmente em coisas caóticas ou complexas.

Conforme ressalta Willians,

“Mandelbrot veio a provar que, os padrões fractais eram frequentemente encontrados em elementos naturais: nas nuvens, nas linhas costeiras, nas folhas das plantas, nas ondas, na subida e descida das águas do rio Nilo, na aglomeração das galáxias” (WILLIAMS, 2018, p. 124).

Essa compreensão sensorial dos padrões fractais está fisiologicamente determinada em nosso sistema visual. Neste sentido, Richard Taylor, professor de física, psicologia e arte na Universidade de Oregon, EUA, revela que “a redução do *stress* é acionada por uma ressonância fisiológica [...], uma simples congruência no modo como o estímulo exterior (árvore) é processado internamente por nossos neurônios” (WILLIAMS, 2018, p.128).

Com base nas evidências citadas, evidencia-se a importância de se projetar de maneira integral (sustentável), fazendo uso consciente da aplicação do “elemento natureza” com vistas a “adequar os espaços às nossas necessidades psicológicas” (WILLIAMS, 2018, p. 22) e biológicas, levando em conta os conceitos abordados nas pesquisas de melhoramento significativo da qualidade de vida.

3 | METODOLOGIA

Dentre os diversos modos de investigação qualitativa, foi utilizado o estudo de caso, que “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo” (GIL, 1996, p. 73). Através da descrição analítica de dois estudos de caso reais, nos quais o planejamento arquitetônico das edificações focalizam majoritariamente a integração e o bem-estar dos usuários, através da presença de elementos naturais, a pesquisa procurou exaltar a importância da conectividade universal existente entre o ser humano e o ambiente construído.

A ideia central deste trabalho incide sobre o chamado “design biofílico” (KELLERT; HEERWAGEN & MADOR, 2011; KELLERT, 2012): conceito subjacente que define a apropriação projetual da edificação quando orientada para a “biofilia” (WILSON, 1984), isto é, “a ligação inata que as pessoas buscam com outros organismos, especialmente com o mundo natural vivo” (WILSON, 2013, p. 326).

Deste modo, procurou-se refletir sobre como a utilização do “elemento-natureza” pode contribuir para o bem-estar dos seres humanos, com o objetivo de fortalecer a conscientização da população e de seus governantes, a respeito dos benefícios que

a proximidade com a Natureza é capaz de fornecer ao cotidiano das pessoas, quando integrada à paisagem urbana.

3.1 Case 1: Hospital *Khoo Teck Puat* (KTPH) – Cingapura, Ásia

Vencedor do primeiro Prêmio de Design Biofílico em 2017, o KTPH, idealizado por Stephen R. Kellert e inaugurado em junho de 2010, ao estreitar os laços entre o ambiente construído e a cidade (comunidade), faz uso de todos os sentidos como parte de um processo integrado que promove saúde, cura e bem-estar.



Figura 1 – Vista da fachada do KTPH.

Fonte: rmjm.com

Projetado pela RMJM em parceria com a CPG Consultantes, o conceito partiu da ideia de criar um “hospital em um jardim”. Integrado à malha urbana, o edifício é composto em um conjunto de três blocos em forma de “V” que se abre para o norte, estimulando a ventilação natural, com vista para um pátio central, unidos por coberturas e plataformas verdes. Uma série de terraços plantados entre os blocos transformam as coberturas em passeios exploratórios e educacionais, direcionados aos pacientes e acompanhantes. O hospital atende cuidados gerais e agudos em um total de 590 leitos.



Figura 2 – Perspectiva aérea do KTHP.

Fonte: worldarchitecturenews.com

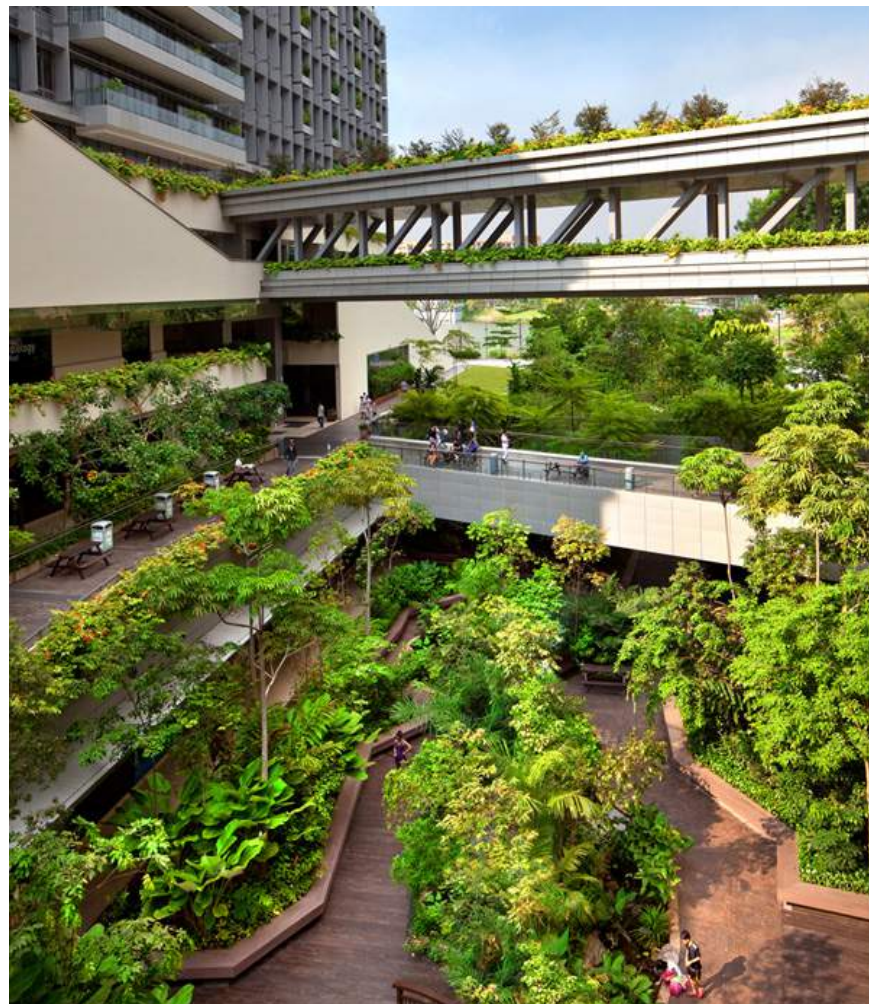


Figura 3 – Vista de um dos pátios internos descobertos do KTHP.

Fonte: worldarchitecturenews.com

Para que o hospital viesse a se tornar um “ambiente biofílico”, o site living-future.org relata que

“todas as superfícies disponíveis tinham que ser maximizadas para a criação de espaços verdes terapêuticos. Um amplo paisagismo em cada andar garante que os pacientes e a equipe estejam próximos ao ambiente calmante e rejuvenescedor, para que possam ser constantemente tratados com vistas para o jardim de vários ângulos” (living-future.org).

Deste modo, a vegetação que permeia o hospital inspira naturalidade ao ambiente visual, sonoro e aromático. “É também um *habitat* natural para borboletas, pássaros, libélulas e peixes. As pontes suspensas proporcionam perspectiva e refúgio, e espaços internos tornam uma experiência mais relaxante” complementa o site trimtrb.living-future.org.



Figura 4 – Vista de uma passagem interna coberta do KTPH.

Fonte: rmjm.com

Com mais de 100 espécies de árvores frutíferas, 50 espécies de vegetais e 50 espécies de ervas, a cobertura do KTPH foi projetada para ser uma espécie de “fazenda comunitária”, onde voluntários dos bairros vizinhos produzem alimentos orgânicos para a cozinha do hospital, reforçando ainda mais a ligação do hospital com a comunidade (trimtrb.living-future.org).



Figura 5 – Voluntários na fazenda comunitária do KTPH.

Fonte: living-future.org

3.2 Case 2: Amazon: *The Spheres* – Seattle, EUA

Projetado pela NBBJ e inaugurado em janeiro de 2018, o *The Spheres* corresponde a um conjunto de três esferas de vidro que procura criar um ambiente de trabalho alternativo adjacente ao atual campus empresarial e comercial da Amazon, incluindo áreas públicas e privadas, além dos espaços de trabalho, refeição, encontro e salas estar rodeados internamente por uma minifloresta.

Conforme descreve Paiva,

“No lugar dos cubículos e mesas, mais de 400 espécies de plantas de 50 países diferentes; no lugar de corredores encarpetados, um rio e uma cachoeira. As reuniões são realizadas em casas nas árvores, e a pequena floresta urbana da Amazon é capaz de comportar 800 funcionários, conectados em três esferas diferentes em vidro” (PAIVA, 2018).



Figura 6 – Perspectiva aérea do *The Spheres*.

Fonte: au17.pini.com.br

Em maio de 2017 foi iniciado o plantio, mas as espécies foram adquiridas muitos anos antes pela equipe da Amazon, as plantas vieram de jardins botânicos, produtores privados e universidades em todo o mundo, muitas das plantas foram doadas por parceiros colaboradores da estufa de botânica da Universidade de Washington/EUA. O final do plantio aconteceu em dezembro do mesmo ano pelas paredes vivas, figura 8 demonstrando a grande biodiversidade “com mais de 25.000 plantas tecidas em 4.000 pés quadrados de parede” relata o site seattlespheres.com.

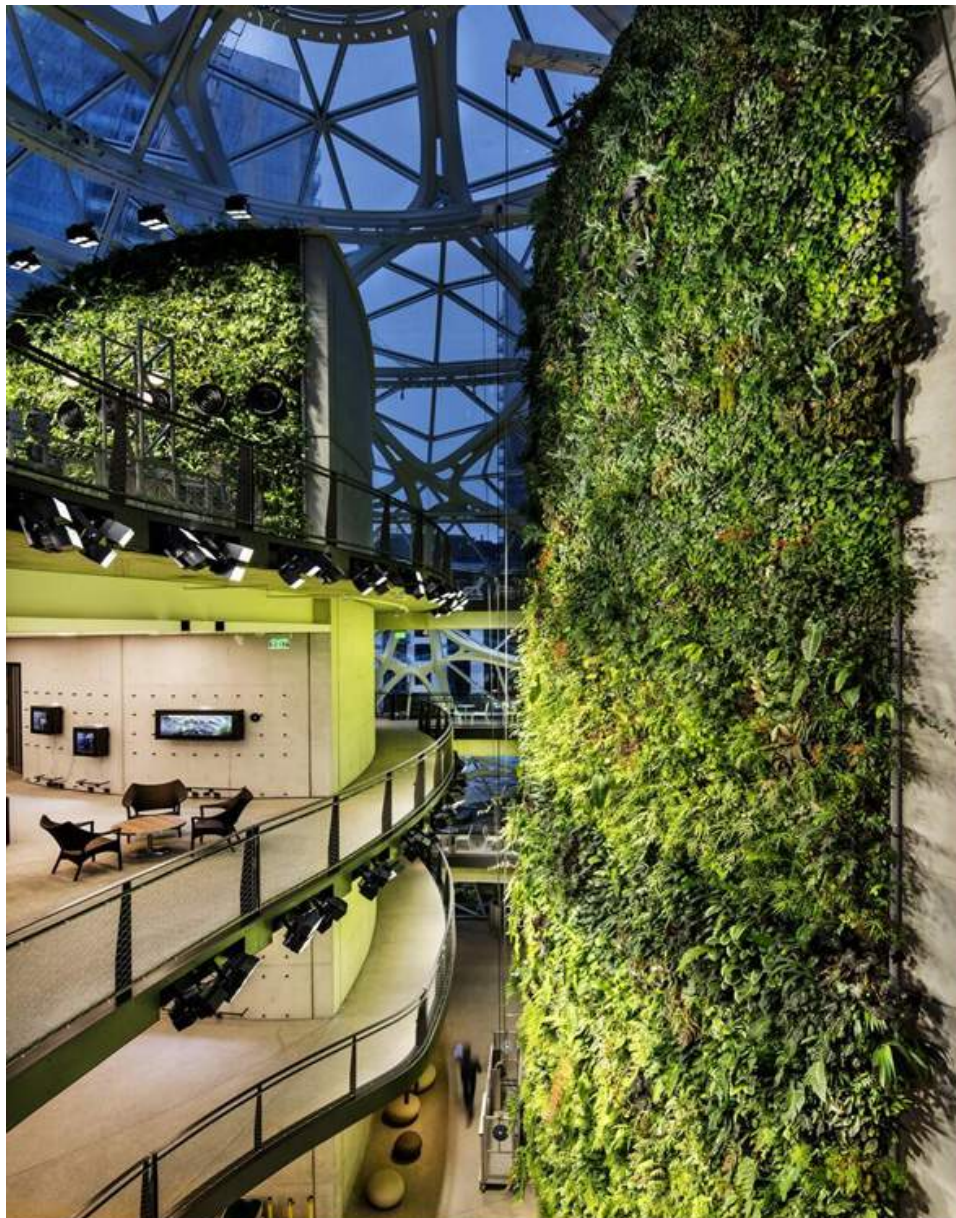


Figura 7 – Paredes vivas no interior do *The Spheres*.

Fonte: techspot.com

Em entrevista, John Schoettler, vice-presidente global de imóveis e condomínios da Amazon retala que:

“Plantas, árvores, luz do sol, solo e água tomam o centro do palco - o som de água corrente e o cheiro de plantas florescentes criam uma imersão botânica instantânea que leva os visitantes para longe da paisagem urbana. As esferas são o resultado de um pensamento inovador sobre o caráter do local de trabalho e uma conversa prolongada sobre o que normalmente falta nos escritórios urbanos - uma ligação direta com a natureza. Estudos sugerem que espaços que abraçam o design biofílico podem inspirar a criatividade e até melhorar a função cerebral” (por.sciences-world.com).



Figura 8 – Ambiente interno das esferas do *The Spheres*.

Fonte: inuth.com



Figura 9: Ambiente interno das esferas do *The Spheres*.

Fonte: inuth.com

Ainda que o fundamento do projeto seja baseado em uma forma de ultra capitalismo, como expõe o artigo de Thomas Schulz para a revista semanal alemã *Der Spiegel*: “*The New Monuments to Digital Domination*” (Os Novos Monumentos para a Dominação Digital), não se pode deixar de notar a quebra de paradigmas referente aos edifícios corporativos. O “elemento natureza” é inserido, de maneira intencional, no sentido de aproveitar o efeito benéfico da natureza em prol da criatividade e do bem-estar dos funcionários, visando uma maior produtividade. Em outras palavras, mesmo que a conotação real seja a produtividade, a edificação seja ultra tecnológica, e o funcionamento das esferas seja totalmente automatizado, vale ressaltar o proveito desses momentos de contato com a natureza uma vez que a falta destes deste contato nos desencadeiam uma série de problemas de saúde, os

quais muitas vezes não percebemos.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A utilização da natureza de forma integral é o grande diferencial para o tratamento e bem-estar dos ocupantes, como para o envolvimento de toda a comunidade ao entorno do KTPH. A concepção da natureza é apresentada como um conceito amplo, revelando sua complexidade não apenas em relação às funções técnicas ligadas ao conforto ambiental (térmico, luminoso, acústico, visual etc.), mas principalmente de modo a propiciar uma “percepção estética” holística, (PANTALEÃO, PINHEIRO, 2014), através da imersão sinestésica na paisagem. Essa interação de fatores enaltece os parâmetros em termos de consciência e construção integral (WILBER, 2009).

Apesar de constituir uma versão arquitetônica de ultra capitalismo (SCHULZ, 2013) o propósito do *The Spheres* insere, de maneira intencional, o “elemento natureza” no projeto da edificação, a fim de se beneficiar do efeito que esta é capaz de produzir no tocante à criatividade e bem-estar.

Com base na pesquisa realizada, elaboramos o diagrama a seguir (Figura 10), como forma de ilustrar visualmente o conceito denominado “pirâmide da natureza” desenvolvido por Tim Beatley. Trata-se de uma espécie de “posologia” do “elemento natureza”, recomendado para de “suprir as necessidades humanas” (WILLIAMS, 2018 p. 265).



Figura 10 – “Posologia de Natureza”: indicações do elemento Natureza e seus respectivos benefícios à saúde humana, conforme a periodicidade

Fonte: elaborado pelos autores, com base na pesquisa realizada

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desdobramentos do industrialismo, acelerado pela evolução tecnológica extrapolaram, em muito, a resiliência dos limites planetários. Para continuar a progredir, a civilização humana necessita, urgentemente, reajustar seu convívio perante seu habitat natural (o planeta Terra). O resgate do “elemento natureza” aplicado à edificação e à cidade sintetiza o imperativo de uma regeneração da paisagem urbana, em prol de uma ação profilática global, indispensável para garantir o futuro das próximas gerações.

O ideal de desenvolvimento sustentável exige uma revolução cultural maior do que qualquer transformação ocorrida nos últimos séculos. Uma enorme gama de pesquisas desenvolvidas nas mais diversas áreas aponta os benefícios que o contato com a natureza é capaz de proporcionar tanto para a saúde física quanto mental. Desta forma, é essencial que as relações de integração entre ser-humano e natureza aconteçam de maneira mais constante e efetiva.

Cumpramos ressaltar que os exemplos estudados incidem sobre uma realidade local, a qual dificilmente serviria de paradigma para circunstâncias onde a questão ambiental aparece associada às profundas causas de desigualdade social nas cidades.

Em meio às discussões sobre aquecimento global, mudanças climáticas, consumo exacerbado, escassez dos recursos naturais e o alto impacto das atitudes tomadas devido ao crescimento populacional, é essencial reconhecer e observar os ciclos naturais da vida urbana, em prol de uma integração natural (intrínseca) mais profícua.

No sentido de contribuir para uma espécie de “profilaxia das cidades” surge a necessidade, não apenas por parte da iniciativa privada, mas especialmente por parte das entidades governamentais, a implantação de políticas de desenvolvimento sustentável, decisivas para o futuro da humanidade.

Diante da pesquisa realizada, reforçamos nossa convicção a respeito da importância de reintegrar a natureza no planejamento dos espaços urbanos e arquitetônicos, a fim de propiciar intervenções verdadeiramente transformadoras, capazes de promover a melhora na qualidade de vida das pessoas.

REFERÊNCIAS

ARCHDAILY.COM. **Biodome projetado por NBBJ é aprovado pelo Conselho de Seattle.** Disponível em: < www.archdaily.com.br/br/01-154095/biodome-projetado-por-nbbj-e-aprovado-pelo-conselho-de-seattle >. Acesso em: 11 de jul. 2018.

DAY, Christopher. **Architecture: Building for Sustainability or Spirit Nurture?** In: WALKER, S. and GIARD, J. (org.). **The Handbook of Design for Sustainability.** London: Bloomsbury Academic, 2013.

ELKINGTON, John. **Canibais com garfo e faca.** São Paulo: Makron Books, 2001

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa** (3ª ed.). São Paulo: Atlas, 1996.

KELLER, Marian e BURKE, Bill. **Fundamentos de projeto de edificações sustentáveis**. Tradução técnica: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2010.

KELLERT, S. R. **Building for life: Designing and understanding the human-nature connection**. Washington: Island Press, 2012

KELLERT, S. R., HEERWAGEN, J., & MADOR, M. **Biophilic design: the theory, science and practice of bringing buildings to life**. John Wiley & Sons: New Jersey, 2011.

LIVING-FUTURE.ORG. **Primeiro prêmio anual de design biofílico Stephen R. Kellert vai para o Hospital Khoo Teck Puat**. Disponível em: < www.trimtab.living-future.org/blog/biophilic-design-award/ >. Acesso em: 18 de jul. 2018.

LOUV, Richard. **Vitamin N: The essential guide to a nature-rich life**. Gra-Betanha: Atlantic Books, 2016.

PAIVA, Vitor. **Novo escritório da Amazon em Seattle tem 400 tipos de plantas de 50 países distintos**. In. <https://www.hypeness.com.br/2018/02/novo-escritorio-da-amazon-em-seattle-tem-400-tipos-de-plantas-de-50-paises-distintos/> Acesso: Jan. 2019

PANTALEÃO, L. F.; PINHEIRO, O. J. **Conteúdo e Forma, Percepção e Expressão: O Ciclo Estético de Evolução da Natureza**. Revista Brasileira de Expressão Gráfica, v. 2, p. 76-100, 2014.

RJMM. **Hospital Khoo Teck Puat**. Disponível em: < <https://www.rmjm.com/portfolio/khoo-teck-puat-hospital-singapore/> >. Acesso em: 18 de jul. 2018.

SCHOETTLER, John. **Amazon abre edifícios “The Spheres” cheios de plantas**. In. <https://por.sciences-world.com/amazon-opens-plant-filled-spheres-buildings-72698>. Acesso Jan 2019

SCHULZ, Thomas. **From Apple to Amazon: The New Monuments to Digital Domination**. Spiegel online, São Francisco, 2013.

VILLA, Simone B., ORNSTEIN, Sheila W. (org.) **Qualidade Ambiental na Habitação: avaliação pós-ocupação**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

WILBER, Ken. **Uma teoria de tudo: uma visão integral para os negócios, a política, a ciência e a espiritualidade**. São Paulo: Cultrix, 2009.

WILLIAMS, Florence. **A Natureza Cura**. Tradução: FELÍCIO, Sara M. e TAVARES, Paulo. Lisboa: Bertrand Editora, 2018.

WILSON, E.O. **A conquista social da Terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. **Biophilia: The human bond with other species**. Cambridge: Harvard University Press, 1984.

_____. **Da natureza humana**. São Paulo: Ed. USP, 1981, p. 63 (epígrafe)

WORLDARCHITECTURENEWS. **Um hospital em um jardim, um jardim em um hospital....** Disponível em: < www.worldarchitecturenews.com/project-images/2012/19615/cpg-consultants-pte-ltd/khoo-teck-puat-hospital-in-singapore.html?img=2 >. Acesso em: 18 de jul. 2018.

SOBRE A AUTORA

BIANCA CAMARGO MARTINS Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Mestre em Planejamento e Governança Pública pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Há mais de cinco anos atua na área de planejamento urbano. É membra fundadora da Associação de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural (APPAC). Atualmente é docente da Unicesumar, onde é responsável pelas disciplinas de urbanismo, desenho urbano e ateliê de projeto.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arborização urbana 144, 145, 156, 161, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 179, 180, 181, 207

Arquitetura brasileira 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 63, 64, 65

Arquitetura contemporânea 13, 14, 37, 45, 63, 68

Arquitetura moderna 6, 37, 42, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 57, 58, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69

C

Centro cultural 70, 72, 73, 74, 76, 77, 80

Cidades verdes 212

Conforto ambiental 7, 200, 202, 203, 207, 213, 222

Conservação 61, 62, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 110, 118, 167, 171, 176

D

Desenho urbano 136, 140, 159, 225

Direito à moradia 191, 192, 193, 197, 198, 199

Diversidade urbana 147, 151, 157

E

Espaço público 53, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 153, 154, 156

G

Grandes projetos urbanos 82, 83, 84, 87, 91

I

Infraestrutura 18, 27, 31, 49, 51, 52, 73, 80, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 123, 129, 130, 131, 132, 138, 140, 170, 174, 177, 179, 182, 183, 184, 185, 189, 192, 193, 196

M

Metodologia de ensino 1

Mobilidade urbana 18, 31, 90, 164, 182, 183, 184, 185, 187, 189, 190

N

Neurbanism 82

P

Patrimônio 62, 74, 77, 93, 94, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 119, 125, 130, 168, 171, 180, 193, 225

Pesquisa 1, 3, 4, 5, 10, 11, 13, 35, 39, 52, 55, 56, 62, 65, 76, 83, 91, 94, 128, 142, 151, 167, 169, 172, 173, 174, 177, 179, 181, 182, 186, 187, 189, 197, 198, 203, 204, 212, 214, 215, 222, 223, 224

Planejamento urbano 91, 130, 146, 151, 152, 157, 159, 163, 169, 170, 180, 182, 183, 184, 189, 199, 202, 225

Práticas sociais 54, 71, 147, 151, 152, 153

Preservação 12, 14, 21, 26, 27, 30, 41, 51, 93, 94, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 125, 130, 131, 165, 172, 180, 181, 205, 207, 225

Projeto 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 21, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 45, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 61, 63, 64, 65, 67, 68, 70, 75, 76, 78, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 99, 102, 103, 124, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 148, 150, 175, 176, 183, 186, 188, 189, 192, 196, 197, 198, 206, 211, 213, 214, 221, 222, 224, 225

Q

Qualidade urbana 136, 141, 180

R

Requalificação urbana 136, 139, 147, 148, 155, 183

U

Urbanismo 1, 2, 4, 8, 10, 12, 13, 40, 43, 45, 47, 50, 55, 56, 57, 70, 81, 104, 113, 136, 140, 146, 147, 154, 159, 176, 181, 182, 191, 200, 201, 210, 225

Urbanismo sustentável 200

V

Vida pública 147, 151, 153, 154, 155, 156, 157

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-707-9

